

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE

**OS COMUNISTAS E OS TRABALHADORES: ENTRE MUDANÇAS DA
LINHA POLÍTICA E A ATUAÇÃO SINDICAL NA BAHIA (1945-1952)**

MARCELO DA SILVA LINS

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO

**OS COMUNISTAS E OS TRABALHADORES: ENTRE MUDANÇAS DA
LINHA POLÍTICA E A ATUAÇÃO SINDICAL NA BAHIA (1945-1952)**

MARCELO DA SILVA LINS

Sob a orientação do professor
Jean Rodrigues Sales

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História** no curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração Relações de Poder e Cultura

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001
This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil-
(CAPES) – Finance Code 001*

Seropédica-RJ

Março/2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L759c Lins, Marcelo da Silva, 1973-
OS COMUNISTAS E OS TRABALHADORES: ENTRE MUDANÇAS
DA LINHA POLÍTICA E A ATUAÇÃO SINDICAL NA BAHIA (1945
1952) / Marcelo da Silva Lins. - Itabuna, 2022.
281 f.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, 2022.

1. Partido Comunista do Brasil (PCB). 2.
Sindicalismo. 3. Linha política. 4. Orientação
sindical. 5. Trabalhadores. I. Sales, Jean Rodrigues
, 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 271 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.016989/2022-10

Seropédica-RJ, 17 de março de 2022.

MARCELO DA SILVA LINS

TESE submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de DOUTOR, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 15 de março de 2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professor Doutor JEAN RODRIGUES SALES (ORIENTADOR) - UFRRJ
Professor Doutor MUNIZ GONCALVES FERREIRA - UFRRJ
Professor Doutor CARLOS ZACARIAS FIGUEIRÓA DE SENA JÚNIOR - UFBA
Professor Doutor EURELINO TEIXEIRA COELHO NETO - UEFS
Professor Doutor MARCO AURELIO SANTANA - UFRJ

(Assinado digitalmente em 17/03/2022 15:06)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 17/03/2022 14:32)
MUNIZ GONCALVES FERREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1224019

(Assinado digitalmente em 17/03/2022 10:41)
EURELINO TEIXEIRA COELHO NETO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 479.896.885-49

(Assinado digitalmente em 17/03/2022 14:05)
MARCO AURELIO SANTANA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 745.582.267-72

(Assinado digitalmente em 18/03/2022 09:49)
CARLOS ZACARIAS FIGUEIRÓA DE SENA JUNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 457.687.065-34

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 271, ano: 2022, tipo: TERMO, data de emissão: 17/03/2022 e o código de verificação: 032ca47f67

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) que através do Programa de Capacitação aos Docentes possibilitou as condições para a realização desse doutoramento. Também agradeço aos colegas do curso de História que garantiram meu afastamento pelo tempo necessário.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que nos debates travados durante as aulas possibilitaram o aprimoramento necessário. Ao secretário Paulo Longarini, sempre muito atencioso e eficiente. Aos colegas que viraram amigos durante o curso, sem vocês Seropédica teria sido mais difícil.

Sou muito grato ao orientador Jean Rodrigues Sales por ter aceitado a tarefa de me orientar, papel exercido com muita competência, na maior parte do tempo à distância. Apontou de forma precisa as ausências, as inconsistências, os problemas com linguagem, de forma que a permanência de tais problemas são de minha inteira responsabilidade.

Aos professores Muniz Gonçalves Ferreira, Eurelino Coelho, Marco Aurélio Santana, pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa prestadas durante o exame de qualificação e pela participação na banca de defesa da tese em que se somaram as contribuições do professor Carlos Zacarias Sena Júnior.

Ana Paula Cruz, Richard Cândido, Felipe Melo, Everton, e aos vários amigos e amigas que fiz durante esse trajeto. Também aos amigos e amigas de sempre (não ousarei citar nomes para não esquecer ninguém). Vocês foram essenciais para atravessar esse momento que além das dificuldades próprias da escrita da tese se somaram a pandemia e o desgoverno.

À Natallie Pestana por tudo que fez para que esse trabalho fosse possível. Companhia, paciência e força nos momentos difíceis.

À minha família, sempre presente nos melhores e nos piores momentos. Em especial à minha mãe querida. Obrigado minha irmã Alene Lins pela leitura atenta.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

OS COMUNISTAS E OS TRABALHADORES: ENTRE MUDANÇAS DA LINHA POLÍTICA E A ATUAÇÃO SINDICAL NA BAHIA (1945-1952)

Esta tese trata da atuação dos comunistas no movimento sindical baiano entre 1945 e 1952, a partir da relação entre as mudanças na linha política e orientações sindicais estabelecidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e a prática de seus militantes. Com a anistia de 1945 o PCB vivenciou até então seu maior período de legalidade, que possibilitou uma maior inserção junto aos trabalhadores. Ao conquistar a legalidade, os dirigentes do PCB se preocuparam em alterar a imagem deixada em 1935, quando o partido pegou em armas. A intenção era passar a ser visto como o partido da ordem e tranquilidade, através da linha política de União Nacional que, no meio sindical, significava “apertar os cintos” e evitar greves que só deveriam ocorrer quando todos os outros recursos fossem esgotados. Após as eleições de dezembro de 1945, reavaliaram que “ordem” não poderia ser tratada como sinônimo de passividade e as greves passaram a ser tratadas como direito dos trabalhadores e, muitas vezes, necessárias pela carestia de vida, mas com parcimônia, para que não houvesse exploração política. Com as reviravoltas da conjuntura o PCB foi colocado na ilegalidade em 1947, iniciou um processo de autocritica e considerou que sua atuação enquadrava-se como de conciliação de classes, que, ao lado de intensa repressão e intervenção nos sindicatos, empurrou os comunistas no sentido de construir entidades paralelas. O partido deixou de lado a linha de União Nacional e foi gradativamente assumindo uma posição mais à esquerda, com seu ápice no *Manifesto de Agosto de 1950*, quando defendeu a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) com chamamentos à revolução. Nos sindicatos, a tentativa era de estruturar um sindicalismo livre do controle do Ministério do Trabalho, e ao mesmo tempo não se furtavam de atuar, quando possível, nos sindicatos oficiais, cobrando que assumissem a defesa das categorias. A “linha esquerdizante” perdurou até a realização do IV congresso do PCB em 1954, mas no meio sindical esse posicionamento teria durado até 1952, quando houve autocritica e nova orientação. O objetivo dessa pesquisa é tratar de como os militantes que atuaram na base se colocaram diante dessas mudanças nas linhas políticas adotadas pelo partido e das demandas dos trabalhadores na luta por salários, direitos e melhores condições de trabalho. Trata-se da tentativa de fazer a história do PCB para além das suas formulações, salientando que os militantes de base conseguiram manter um vínculo estreito com as massas, liderando inúmeras movimentações e greves. Utilizamos, além da produção acadêmica, as memórias de antigos militantes, documentos e jornais da imprensa partidária e alguns relatórios policiais para buscar informações das ações dos militantes. A principal fonte analisada foi o jornal *O Momento*, publicado pelo PCB da Bahia entre 1945 e 1957, um veículo de comunicação que a partir de 1946 foi impresso diariamente e descrevia as movimentações operárias sob a ótica dos comunistas. Os resultados demonstram, entre outras coisas, que nem sempre as ações dos comunistas no meio sindical podem ser explicadas apenas por sua orientação política. Em alguns momentos, fatores externos ao partido, como o grau de repressão, o grau de organização da categoria e outros elementos da conjuntura foram fundamentais para determinar suas escolhas.

PALAVRAS-CHAVE: comunistas; sindicato; linha política; orientação sindical; Bahia.

ABSTRACT

COMMUNISTS AND WORKERS: BETWEEN CHANGES IN THE POLITICAL LINE AND TRADE UNION PERFORMANCE IN BAHIA (1945-1952)

This thesis deals with the role of communists in the Bahian trade union movement between 1945 and 1952, the from the relationship between changes in the political line and union guidelines established by the PCB and the practice of its militants. With the amnesty of 1945, the PCB experienced its longer period of legality, which made possible a greater insertion with the workers. Upon achieving legality, the PCB leaders were concerned with altering the image left in 1935, when the party “took up arms”. The intention was to become seen as “the party of order and tranquility”, through the political line of National Union which, in the trade union milieu, meant “tightening their belts”, avoiding strikes that should only take place when all other resources are exhausted. After the December 1945 elections, they reassessed that “order” could not be treated as a synonym for passivity and strikes started to be treated as a right of workers and, many times necessary by the cost of life, but with parsimony, so that there would be no political exploitation. With twists of the conjuncture the PCB was made illegal in 1947, and it started a process of self-criticism and it considered that his performance was framed as a conciliation of classes, which, along with intense repression and intervention in the unions, pushed the communists into the sense of building parallel entities. The party set aside the National Union line and gradually assumed a position more to the left, with its apex in the Manifest of August 1950, when he defended the formation of a Democratic Liberation Front National with calls for revolution. In the unions, the attempt was to structure a unionism free from the control of the Ministry of Labor, and at the same time did not shy away from acting, when possible, in the official unions, demanding that assume the defense of the categories. The “leftist line” lasted until the completion of the IV PCB congress in 1954, but in the union environment this position would have lasted until 1952, when there was self-criticism and new orientation. The objective of this research is to address how the militants who worked at the base stood in front of changes in the lines policies adopted by the party and the demands of workers in the struggle for wages, rights and better working conditions. It is an attempt to make the history of the PCB beyond of its formulations, emphasizing that the base militants managed to maintain a bond close to the masses, leading numerous movements and strikes. We use, in addition to academic production, the memories of former militants, documents and newspapers from the press party, and some police reports to seek information on the militants' actions. The main source analyzed was the newspaper *O Momento*, published by PCB of Bahia between 1945 and 1957, a communication vehicle that from 1946 was printed daily and described workers' movements from the perspective of the communists. The results demonstrate, among other things, that the actions of communists in the trade union environment cannot always be explained only by their political orientation. At times, factors external to the party, such as the degree of repression, the degree of organization of the category and other elements of the conjuncture, were fundamental to determine their choices.

KEYWORDS: communists; syndicate; political line; union orientation; Bahia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sindicatos na Bahia segundo o ano de oficialização (1931-1947).....	77
Tabela 2- Sindicatos na Bahia segundo as categorias e a localização (1931-1947).....	78
Tabela 3 - Greves na Bahia em 1945.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGT – Associação Geral dos Trabalhadores

ALBA – Assembleia Legislativa da Bahia

ANL - Aliança Nacional Libertadora

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CE - Comitê Estadual

CEP – Comissão Especial de Preços

CLC – Companhia Linha Circular

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CM – Comitê Municipal

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CPD – Comitê Popular Democrático

CPUFB – Companhia Progresso e União Fabril da Bahia

CR – Comitê Regional

CTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

DE – Diretório Estadual

DEOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

LIR – Lavoura e Indústria Reunidas

MT – Ministério do Trabalho

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PR – Partido Republicano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SSP – Secretaria de Segurança Pública

STCUS – Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Salvador

STE – Superior Tribunal Eleitoral

STIASA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro

STIFTS – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador

SUAS - Sociedade União de Artífices Santamarenses

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USTB – União Sindical dos Trabalhadores Baianos

UTC – União dos Trabalhadores da Circular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
1. O PCB, A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A UNIÃO NACIONAL	
1.1. A Internacional Comunista e a generalização da estratégia.....	25
1.2. O PCB e o caráter da revolução brasileira.....	31
1.3. A orientação sindical do PCB na década de 1920.....	41
1.4. A virada tática: da ANL à União Nacional.....	43
1.5. “Valhacouto de comunistas”: O Comitê da Bahia na reorganização do PCB.....	57
1.6. Anistia e União Nacional em 1945.....	62
CAPÍTULO II	
2. “O PROLETARIADO SERÁ UM BALUARTE DA ORDEM E DA PAZ”. A ATUAÇÃO JUNTO AOS SINDICATOS NA BAHIA EM 1945	
2.1. A instalação do Comitê Estadual: os comunistas em busca do povo.....	69
2.2. O sindicalismo na Bahia em 1945.....	74
2.3. O MUT e o II Congresso dos Trabalhadores baianos.....	80
2.4. “Ordeiramente os trabalhadores conquistarão suas reivindicações”: Greves com “ordem e tranquilidade”.....	88
2.5. A democracia racionada: a luta por liberdade e autonomia sindical.....	97
2.6. A defesa da constituinte e o golpe de 29 de outubro.....	101
2.7. As eleições de 1945 na Bahia.....	105

CAPÍTULO III

3. “ORDEM E TRANQUILIDADE NÃO SIGNIFICA PASSIVIDADE” (1946-1947)

3.1. Ajuste na linha sindical dos comunistas.....	112
3.2. Os comunistas e as mobilizações: a onda de greves de 1946.....	119
3.3. Governo Dutra: repressão aos trabalhadores.....	133
3.4. O III Congresso dos Trabalhadores Baianos.....	136
3.5. O Congresso Nacional Sindical, a criação da CTB e a nova constituição.....	149
3.6. A Chapa Popular: Eleições de janeiro de 1947.....	162
3.7. “Maior calma, sereno acatamento à decisão judicial”. A Cassação do registro do PCB.....	165
3.8. Os comunistas entre a ordem e os “vigorosos protestos”.....	172

CAPÍTULO IV

4. “DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES JÁ EXISTENTES, OU, NO CASO DE SER ISSO IMPOSSIVEL, POR MEIO DE NOVAS ORGANIZAÇÕES”

4.1. Nova postura nos sindicatos: as comissões.....	175
4.2. Eleições de dezembro de 1947 e a cassação dos mandatos.....	182
4.3. “Manifesto de Prestes”: a nova orientação política.....	185
4.4. Crítica à estrutura sindical e o estreitamento das possibilidades de atuação.....	189
4.5. Sobre sair dos sindicatos.....	192
4.6. Mobilizações e Greves do período 1948-1950.....	195
4.7. Repressão e declínio das mobilizações.....	220

CAPÍTULO V

5. O MANIFESTO DE AGOSTO: ESTRUTURAÇÃO DO SINDICALISMO LIVRE (1950-1952)

5.1. Autocrítica: atuar por dentro e por fora dos sindicatos.....	225
5.2. A relação com o PTB e o IV Congresso dos Trabalhadores Baianos.....	228
5.3. A estruturação do sindicalismo livre.....	233
5.4. A Conferência Nacional Sindical da CTB.....	235
5.5. Eleições sindicais.....	237
5.6. O Manifesto de Agosto de 1950.....	240
5.7. O retorno aos sindicatos e as mudanças na atuação dos comunistas (1951-1952)...	243
5.8. Greves na Bahia (1951-1952).....	251
5.9. A autocrítica de junho de 1952.....	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	268

INTRODUÇÃO

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), atravessou o século XX participando ativamente da política nacional, apesar de situar-se na clandestinidade na grande maioria desse período. Pela sua longevidade muito já se escreveu a seu respeito sob diversos prismas. Durante longo tempo a história dos partidos, organizações de esquerda e do movimento operário no Brasil foi escrita por seus militantes ou ex-militantes nos espaços partidários de produção e divulgação, ou seja, longe do interesse da academia. (BATALHA, 2005)

É a chamada produção militante que, assim como em outros países, marcou a origem dos estudos sobre classe operária no Brasil, e que em muitos aspectos pode ser estendida à historiografia dos Partidos Comunistas. Especificamente no caso brasileiro existe extensa produção desse teor, notadamente grande número de “memórias”, escritas em diferentes momentos, onde seus autores, Everardo Dias, Heitor Ferreira Lima, Leôncio Basbaum, Octávio Brandão e vários outros, entremeiam histórias de vida e do Partido. Essa produção tem o mérito de preservar informações preciosas que se perderiam caso não tivessem sido registradas em tais relatos.

A partir dos anos 1960 ocorreu uma produção relativa ao movimento operário elaborada na academia feita por sociólogos e cientistas políticos e só a partir do final dos anos 1970 a historiografia acadêmica assumiu esse espaço, com contribuição decisiva dos brasilianistas, os norte-americanos Ronald Chilcote e John Foster Dulles, - que utilizaram de quantidade excepcional de fontes que até então não estavam disponíveis aos pesquisadores brasileiros - e dos programas de pós-graduação, por uma série de motivos que vão desde a diminuição da repressão que marcou aquele período da ditadura implantada em 1964, até o próprio crescimento do movimento operário com as grandes greves do ABC paulista.

Influenciando vários estudos acadêmicos, os ensaios de Weffort (1973 e 1978) se tornaram pilares da formulação da visão crítica acerca da prática e das orientações dos comunistas no período 1945/1964. Nas palavras de Marco Aurélio Santana:

Nas análises do autor, a prática comunista teria se caracterizado, em linhas gerais, por: a) uma ação por dentro da estrutura sindical corporativa, carreando o movimento dos trabalhadores para os liames desta, servindo-lhe mesmo de reforço; b) centralidade repousando mais nas reivindicações políticas do que nas econômicas, elegendo o Estado como *locus* de ação em detrimento da sociedade civil; c) orientação para formação de entidades de cúpula com o correlato distanciamento das

bases; d) concentração de força nos setores tradicionais da economia com dificuldades de expansão nos setores modernos. (SANTANA, 1998)

Weffort salienta o pouco esforço do PCB no sentido de tentar transformar a estrutura sindical corporativa vertical e aponta o papel dos comunistas na efetivação do chamado pacto populista na medida em que levou os trabalhadores para os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, de certa forma contribuindo para a consolidação dos mecanismos de controle.

Os trabalhos dessa geração giraram em torno do conceito de sindicalismo populista e concordavam com a tese do distanciamento dos sindicatos ou das representações políticas (PCB) com as bases, ainda que apresentem motivações distintas: para uns, a origem social dos trabalhadores; para outros, a participação na estrutura sindical corporativa, ou os equívocos na estratégia. Inegável o papel que tais pesquisas desempenharam, contudo, de forma geral, pelo caráter ensaísta, fica claro que necessitavam de maiores pesquisas empíricas para reforçar algumas posições.

Os primeiros estudos elaborados por historiadores em torno do tema aqui tratado são da década de 1980, e foram impulsionados pelos novos programas de pós graduação que surgiram em várias universidades, e entre outros aspectos tiveram o mérito de ampliação de uso de fontes documentais, assim como novos referenciais teóricos tornaram-se acessíveis no Brasil, a exemplo de autores como Eric Hobsbawm e E. P. Thompson.

Ângela de Castro Gomes (1994), em trabalho que se transformou em marco nos estudos que tratam da relação entre trabalhadores e Estado, considerou que a categoria de análise “populismo” como mecanismo de controle, dominação e manipulação das massas atribui aos trabalhadores apenas um papel de passividade, por isso rejeitou seu uso, pois considera que a manipulação nunca era completa, havendo importantes momentos de mobilização.

A partir dos anos 1990 o debate ficou muito mais rico e diversificado. Ocorreu a consolidação de Grupos de Pesquisa ligados ao tema, e novas abordagens foram propostas, aprofundando as críticas iniciadas por Ângela Gomes, revendo as versões consolidadas sobre o período 1945-1964 ligadas à tese do populismo. Algumas dessas pesquisas só foram possíveis a partir do acesso a diversos acervos documentais, periódicos e fontes judiciais e policiais com a organização e disponibilização de arquivos.

Hélio da Costa (1995) nas suas análises colocou os trabalhadores como atores da história sem abrir mão de mapear e discutir os dilemas da historiografia do período, como as

tensões entre os sindicatos e as Comissões de Fábrica, a tensão entre as definições da linha política e a prática dos militantes do PCB, e a ação dos sindicatos e o conjunto dos trabalhadores. Para o autor, as movimentações da classe, às vezes, ocorreram fortalecendo o papel das entidades; mas em outros momentos atuou de maneira autônoma, à margem dos sindicatos ou partidos. Para ele, esse caráter espontâneo de ações grevistas ocorridas no período era sinal de maturidade da classe e, nesse sentido, as organizações por local de trabalho exerceram papel importante.

Com relação ao PCB no período 1945-1947, quando o partido viveu seu período de legalidade, Costa se utiliza da metáfora da existência de dois PCs, um que defendia que era o momento de “apertar os cintos”, e que buscava ser o partido da ordem, e outro que se colocava na frente das mobilizações, mas que na luta dos trabalhadores a palavra do partido teve menos força do que as vozes dos trabalhadores. A ação dos trabalhadores então não pode ser vista como correia de transmissão do partido, o que sinaliza a possibilidade de questionamentos sobre o papel do PCB nas análises ligadas às interpretações do sindicalismo populista.

Outra perspectiva dessa relação e da atuação dos comunistas nos sindicatos pode ser vista em interpretações mais recentes como nos textos de Antônio Luigi Negro (2002) que ao tratar dessa dicotomia base versus direção partidária constata:

Essa duplicidade originou-se no atrito entre o apego à auto-imagem do comitê central como único sujeito histórico capaz de entender e modificar o capitalismo brasileiro com a experiência de o PCB ser expressão - institucional e social - das diferenças e conflitos vividos pelas classes subalternas.(NEGRO, 2002:255)

Ao se referir a historiografia do sindicalismo populista, Negro defende a superação do antagonismo entre o “PC da Cúpula” (maquiavélico e burocrata) versus o “PC das bases” (autônomo e representativo), pois havia dirigentes com representatividade na base, assim como havia na base quem defendesse as posições da direção por considerar a linha mais adequada e não por mera obediência. Ainda assim o autor não nega que em alguns momentos foi possível notar que os arranjos políticos podiam opor a organização ao movimento. Como exemplo, cita Hercules Correa:

Nós que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara - o PCB não era, nunca foi, apenas sua direção. (CORREA, 1994:8 apud NEGRO, 2002:259)

Em diversos momentos as bases partidárias agiam conforme a posição da direção não apenas por obediência, mas por concordar, e ainda, em alguns momentos, a base atuou conforme os conflitos impostos pela luta de classe, em protestos ou greves que nem sempre seguiam o receituário da cúpula partidária. Para Negro, essa movimentação era via de mão dupla, pois também houve momentos em que as mobilizações dos trabalhadores e a pressão dos militantes partidários que atuavam no movimento sindical levaram a direção à mudança de posição.

Negro analisa ainda quando o PCB foi colocado na ilegalidade, e com os mandatos dos parlamentares comunistas cassados, adotou linha política inversa a “União Nacional”, abrindo mão da imagem de “partido da ordem”, passou a defender a eclosão de greves contra o imperialismo, e a debandada dos então denominados sindicatos “oficiais”, buscando a construção de entidades paralelas, livres. Demonstra que tais diretivas não foram prontamente seguidas por diferentes motivos: “Apenas pensando na sua sobrevivência ou defendendo convicções divergentes, ou ainda com o objetivo de mover a luta interna, nem sempre a militância era a correia de transmissão do partido até a classe.” (NEGRO, 2002:267) Ainda sobre a proposição de construção de entidades paralelas o autor constata que a militância pecebista não deixou de frequentar os sindicatos denominados como “oficiais”.

Marco Aurélio Santana em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil", analisa a relação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. Fruto das suas pesquisas de doutoramento argumenta que o PCB buscou conquistar espaços no movimento sindical para credenciá-lo no cenário político. Demonstra que a implantação das linhas políticas pelo partido não se deu de forma tranquila, se realizou de forma negociada e perpassada por uma série de condicionantes tais como: o cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem como as resistências estabelecidas pelos trabalhadores e/ou pela própria militância comunista, que chegou a gerar na prática, a existência do que se chamou dois PCs. A investigação da atuação dos militantes de base, e não apenas das concepções e orientações da direção partidária possibilita verificar a complexidade das relações entre o PCB e os trabalhadores que não ocorreu de maneira homogênea. (SANTANA. 2001:21)

O debate está marcado com polêmicas que giram em torno das seguintes questões: a relação entre a direção política do Partido e dos sindicatos e a dinâmica da classe; a relação entre as definições das linhas políticas e a ação dos militantes comunistas nos sindicatos; e como desdobramento dessa, as tensões entre direção e base partidária nos sindicatos. Essa tese

demonstra que existia sim diferenças entre os posicionamentos das direções e o que era implementado nas bases sindicais, mas não necessariamente que isso significasse sempre sinônimo de enfrentamento. Portanto acredito que tais relações eram sim mais complexas e que os elementos externos ao partido também precisam ser incluídos nesse debate. O embate com as outras correntes que atuavam no meio sindical, o grau de repressão, a perseguição e clandestinidade são exemplo de fatores que influenciavam de maneira direta, a ação dos comunistas. A análise apresentada nessa tese se inspirou na compreensão de Marco Aurélio Santana de observar os vários condicionantes entre as formulações e a prática dos militantes comunistas.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922 por nove delegados que representavam 73 filiados. Já em junho foi colocado na ilegalidade e apenas na conjuntura após a Segunda Guerra Mundial em 1945, com o fim do Estado Novo e a redemocratização, retornou a atuação legal e buscou maior inserção no cenário político e no movimento sindical. As trajetórias do partido e do movimento sindical no período 1945-1964 estiveram articuladas “ao ponto de tornar-se praticamente impossível falar de um sem referência ao outro”. (SANTANA, 1997, p.74)

Após passar por um período de forte repressão com a prisão de seus principais dirigentes, após as rebeliões de novembro de 1935, o PCB chegou a 1945 defendendo uma transição para a democracia tendo Getúlio Vargas à frente do processo. Mas o que levou os comunistas e suas lideranças, a exemplo de Luís Carlos Prestes, depois de passar quase dez anos na prisão e ter sua companheira, a judia Olga Benário, enviada para o terror nazista, a assumir tais posições, não foi uma simples decisão pessoal. A definição da linha política defendida pelo PCB foi anterior à conjuntura do pós-guerra.

Ainda em 1935, o VII Congresso da Internacional Comunista aprovou a política das Frentes Populares, com a defesa da participação dos comunistas em frentes amplas, para combater o fascismo, chamadas frente nacional, união nacional, ou frente popular antifascista. O PCB publicou em dezembro de 1936 o documento “*A marcha pela Revolução nacional libertadora e suas forças motrizes*”, que refletia a aplicação dessa linha e entre outras coisas deixava claro que a frente não seria um “bloco de classes” contra o imperialismo, e colocava a burguesia nacional como classe aliada “buscando conquistá-la no curso das lutas”. A nova linha política em gestação estava diretamente ligada ao contexto de crescimento do fascismo, que quando aplicada pelo PCB ao Brasil se somaria a interpretação sobre a sociedade brasileira que colocava o Brasil como país “semicolonial, semiescravagista e semifeudal”, e

por isso primeiro deveria passar por uma revolução democrática burguesa de libertação nacional para desenvolver e consolidar o capitalismo, para só depois construir a revolução socialista, o que para o PCB justificava a sua posição com relação à burguesia nacional como possível aliada.

Nesse documento de 1936 os comunistas classificavam o governo Getúlio Vargas como de “traição nacional”. Contudo, em 1938 foi publicado “*União Nacional pela democracia e pela paz*”, em que os comunistas afirmaram a disposição de lutar “ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Sr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo”. Essa mudança de posição ocorreu após a Ação Integralista Brasileira (AIB) ter sido colocada na ilegalidade e após a nomeação do Ministro das relações exteriores Osvaldo Aranha, conhecido pelas suas posições favoráveis aos EUA e contrário a Alemanha e aos países do eixo. Ou seja, o PCB entendeu tais atos como sinais de avanço político e vislumbrou a possibilidade de contar com o ditador na frente antifascista. (SENA JÚNIOR, 2009. p. 39-47)

Em 1945, com os primeiros ares de redemocratização que levariam ao fim do Estado Novo, o PCB retornou ao movimento sindical organizando o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Acreditavam seguir a orientação da “frente ampla popular e democrática” contra o fascismo e que o caminho para a democracia sem percalços e sem perigos fascistas se daria e nos movimentos que tentaram manter Getúlio Vargas à frente do governo durante o processo de abertura. Tal defesa não obteve sucesso, pois os militares forçaram a renúncia do ditador.

Conquistando a legalidade, os dirigentes do PCB se preocuparam em apagar a imagem deixada pelos movimentos de 1935, do partido que pegou em armas. Queriam ser vistos como “o partido da ordem e tranquilidade” e, no meio sindical, a ordem significaria “apertar os cintos” evitando greves. A indicação dos comunistas era de antes da deflagração da greve esgotar todas as demais possibilidades, envio de memorial, negociação, Justiça do Trabalho. Ainda assim em várias greves ocorridas no período encontramos a participação e até a liderança de comunistas. Nas palavras de um militante da época: “Não podia entrar na minha cabeça o apoio irrestrito a Vargas e posteriormente à política de ‘apertar o cinto’ para evitar greves”. (MARTINS, 1989, p.77)

Apesar do discurso de “ordem e tranquilidade” em 1947 o PCB foi novamente posto na ilegalidade com o argumento que se tratava de organização política internacionalista e antidemocrática. A partir desse momento o Partido iniciou um processo de autocrítica,

reconheceu que priorizou sua atuação nos espaços institucionais desviando-se de seus objetivos revolucionários e fez uma virada à esquerda. Caracterizou o governo Dutra como de “traição nacional”, e conclamou as massas para a derrubada do governo. Com relação a sua atuação no meio sindical a maior parte da historiografia afirma que os comunistas caminharam em direção ao afastamento dos sindicatos, por serem vistos como parte da estrutura do Estado, controlados pelo Ministério do Trabalho. Assim, deveriam então, atuar no sentido de construir entidades paralelas nas lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador na fábrica.

É comum em alguns relatos sobre a atuação do PCB nesse período, as análises que indicam o fracasso dessa orientação, sugerindo que houve esvaziamento do Partido, e ainda que perderam sua base sindical. Alguns estudiosos, no entanto, tentaram demonstrar a tensão existente entre as orientações partidárias e as ações, revelando as divergências internas, e salientando que os militantes de base conseguiram manter um vínculo estreito com as massas. (SANTANA. 2001, p.72) Augusto Buonicore (2000) defende posição diferente, na qual a política de construção de organizações de trabalhadores à margem da estrutura sindical oficial não teve como objetivo a construção de uma estrutura sindical paralela, de caráter permanente. Esta foi a forma encontrada para acumular forças no sentido de reconquistar os sindicatos oficiais. Para esse autor, não existe nenhum documento do partido, nesse período, que oriente no sentido de esvaziamento dos sindicatos oficiais. Seria um equívoco, então, afirmar que os comunistas que continuaram atuando nesses sindicatos estariam contrariando orientação partidária.

Para Marco Aurélio Santana, o autor não explica o porquê das entrevistas com vários militantes, de diferentes regiões, afirmarem que teria havido tal orientação. Além disso, em Resolução do Comitê Nacional de 1952, a direção fez clara autocrítica, ao reconhecer que “na prática eles se esforçaram equivocadamente na ação por fora dos sindicatos e, inutilmente, na criação de uma estrutura independente.” Ou seja, se não nos textos, mas na prática, tal orientação de saída dos sindicatos oficiais repercutiu. Junto com tal orientação ocorreram as tensões, com os militantes do meio sindical, que não concordaram com a ideia de sair dos sindicatos que ajudaram a construir. (SANTANA. 2001:73)

Considero pertinente o debate entre Marco Aurélio Santana e Augusto Buonicore, na medida em que ele sugere algumas questões. Se não existe documento partidário com tal orientação mas aparece nos relatos de diferentes militantes, como surgiu e se difundiu tal discurso e se transformou em ação? Teríamos a possibilidade de refletir sobre a construção de

um conjunto de posições defendidas pelos comunistas no movimento sindical sem passar pelas orientações da direção, e apenas como prática? Como essa disjunção teria influenciado a atuação dos comunistas baianos junto aos sindicatos? Talvez para além de diferentes interpretações, temos aqui duas posturas diferentes com relação a questões de ordem metodológica. Como devemos fazer a história de um Partido?

Durante o período 1945-1964 o Partido passou por diversas mudanças na orientação política. Depois da linha de União Nacional que durou até a cassação, adotou postura mais à esquerda que teve seu marco no *Manifesto de Janeiro de 1948* e seu ápice no *Manifesto de Agosto de 1950* em que defendeu a construção da Frente Democrática Libertação Nacional (FDLN) com um programa que incluiu o confisco e nacionalização de empresas e bancos estrangeiros e governo democrático popular-revolucionário. Em 1954 no IV Congresso o PCB fez autocrítica do sectarismo do período 1948-54 iniciando processo de distanciamento das posições à esquerda até a adoção de linha reformista na *Declaração de Março de 1958* já sob os impactos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956) quando ficou conhecido o relatório Kruschov com firmes críticas ao stalinismo. Tais orientações sindicais não se alterariam até 1964.

Se tomarmos como parâmetro as orientações sindicais e a atuação dos comunistas junto aos trabalhadores, a periodização não é exatamente a mesma das linhas políticas. Durante 1945 a orientação foi “apertar os cintos” e as greves como último recurso. Após as eleições de dezembro de 1945 o partido passou a tratar a greve como direito dos trabalhadores. Apesar de manter o discurso de “ordem e tranquilidade” a partir de 1946 a afirmação era que “ordem não significa passividade”. Ainda que tratadas como último recurso, a orientação passou a ser de apoio às greves. Em 1947, com a cassação do partido e a intervenção nos sindicatos, os comunistas priorizaram suas atividades através das comissões organizadas por local de trabalho, a partir de 1948 adotaram posição contra o imposto sindical, contra a Justiça do Trabalho, em defesa da negociação direta com os patrões. A partir de 1950 organizaram entidades paralelas buscando estruturar um sindicalismo livre do controle do Estado e com a realização das eleições sindicais voltam a disputar os sindicatos oficiais. Em 1952 os pecebistas defenderam o retorno aos sindicatos, a aliança com os trabalhistas, e mudam novamente de posição com relação ao imposto sindical e a justiça do trabalho. No IV Congresso apenas reafirmam tais posições.

Tais mudanças exerciam influência nas ações dos militantes pecebistas, no entanto, não de maneira automática, pois vários outros fatores perpassam essa relação entre as

deliberações da direção e a prática dos militantes da base: o grau de controle e repressão, as alianças, as disputas internas no seio do partido e dos sindicatos, a resistência dos trabalhadores que estavam na base dos sindicatos e dos próprios militantes do Partido que nem sempre concordaram com as resoluções da direção.

O objetivo dessa pesquisa foi tratar da atuação dos comunistas no movimento sindical na Bahia no período entre 1945 e 1952. A data estabelecida como baliza final foi por entender que após as várias mudanças nas orientações sindicais desde 1945, as posições adotadas na autocrítica de 1952 permaneceram até 1964. A perspectiva de análise é tratar das mudanças na linha política e seus desdobramentos em orientações sindicais e a atuação dos militantes junto às diversas categorias de trabalhadores. Ou seja, como os pecebistas se colocavam diante dessas mudanças nas linhas políticas e das demandas dos trabalhadores na luta por salários, direitos e melhores condições de trabalho.

[...] a história de um partido não poderá deixar de ser, a história de um determinado grupo social. Mas, este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente, com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico. (GRAMSCI, 1976, p.24)

Seguindo essa formulação de Gramsci para pensar na elaboração de uma história dos partidos é necessário relacionar com a história da sociedade na qual ele se insere. O outro elemento fundamental apontado é a relação do partido com a luta de classes, já que para Gramsci todo partido se constitui relacionado à determinado grupo social. Portanto, ao historiador dos partidos cabe investigar como se deu essa relação entre o partido e o grupo social ao qual está vinculado, e nesse caso não cabe tratar apenas das formulações, mas também das ações concretamente realizadas.

Nesse sentido, uma história baseada apenas nas retóricas da sua direção, nas teses, resoluções, estatutos, resoluções dos seus congressos, e nas linhas políticas, se descoladas das ações reais dos seus militantes, acaba por se tornar história das ideias. Apesar de considerar que são importantes referenciais para decifrar parte da elaboração teórica ou da forma como interpretavam a realidade e formulavam seu projeto de sociedade, contudo, não são suficientes para retratar as suas ações, para perceber como, na prática de seus militantes, tais elaborações foram vivenciadas.

A história da esquerda não se esgota na recuperação de suas teses, sua linha política, suas formulações programáticas. A intervenção política real acontece na ação

cotidiana dos militantes junto a suas bases e esferas de atuação e essa história, para ser conhecida, requer outra documentação, vinculada àquela atividade prática: jornais, boletins, panfletos e outros materiais de agitação e propaganda através dos quais a organização atuava concretamente. (COELHO, 2014, p. 206)

Na pesquisa foram utilizados os manifestos, declarações, informes, as teses, para tratar da posição da direção partidária e da elaboração das linhas políticas. Parte desses documentos foi publicada na revista *Problemas*, editada pelo PCB entre 1947 e 1956, outra parte publicada em forma de brochuras ou nos jornais do partido. Esse material está disponível no site <https://www.marxists.org/portugues/index.htm>. Também foram utilizados os acervos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) disponíveis no Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro (APERJ). E os jornais *Correio Trabalhista*, editado pelo Diretório Estadual do PTB (janeiro a maio de 1946) e *O Momento*, editado pelo PCB da Bahia entre 1945 e 1957 que se tornou a principal fonte consultada.

Em virtude da pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021 ocorreu o fechamento de alguns centros de documentação, bibliotecas e arquivos, impossibilitando o acesso a algumas fontes documentais que deveriam ter sido consultadas. Isso obrigou a uma reestruturação dessa tese e algumas análises foram feitas a partir de pesquisas que já haviam sido realizadas em teses e dissertações já defendidas. Esperava por exemplo, comparar as narrativas apresentadas pelo jornal dos comunistas baianos *O Momento*, com algum outro periódico da grande imprensa. Também utilizaria das entrevistas com os sindicalistas Juvenal Souto Júnior, João Ribeiro dos Passos, João Cardoso de Souza e Cosme Ferreira, realizadas em 1983 pelo Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (NHODOC) da UFBA. Com a indisponibilidade dessas fontes alguns episódios foram analisados apenas a partir da narrativa apresentada pelo próprio partido, e com certeza isso limitou as informações disponíveis e consequentemente os resultados da pesquisa aqui apresentados poderiam dispor de volume maior ou de diferentes conclusões. Para tratar do movimento sindical da Bahia, entre 1945 e 1947 utilizei informações contidas na dissertação de Petilda Vasquez (1986), e nas teses de José Raimundo Fortes (1997) e Edinaldo Souza (2015).

O jornal *O Momento* foi utilizado nessa tese em duas perspectivas. Na primeira, como forma de perceber a presença e como atuaram os comunistas junto às diversas categorias, e nesse caso, constatar a criação das comissões, associações, participação nas assembleias sindicais, postura diante das reivindicações e greves. Na segunda perspectiva, ainda que em alguns casos não fosse possível identificar a presença de militantes do PCB, buscou-se através do jornal identificar a posição dos comunistas, a forma que *O Momento* narrou determinados

episódios, como a deflagração ou não de uma greve, serve como indicativo da posição defendida pelos comunistas.

A tese foi dividida em 5 capítulos. O primeiro tratou das formulações pecebista da estratégia da revolução brasileira e como chegou à tática da União Nacional. Analisando desde as primeiras interpretações sobre o Brasil, as mudanças de orientação política da Internacional Comunista, as frentes contra o fascismo e a posição do PCB durante o Estado Novo e depois da anistia, até o processo de reorganização do Comitê Estadual da Bahia e a defesa da União Nacional.

O segundo capítulo tratou das atividades dos comunistas no meio sindical baiano em 1945. A criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o II Congresso dos trabalhadores baianos e como os militantes de base se colocaram diante das mobilizações e greves dos trabalhadores enquanto durou as orientações de “apertar os cintos” e de “ordem e tranquilidade”.

O terceiro capítulo abordou a atuação dos comunistas após as eleições de 1945, quando fizeram ajustes na linha de “ordem e tranquilidade” e a orientação sindical passou ao apoio às greves, ainda que continuassem a ser tratadas como último recurso. Também analisou as mudanças na conjuntura após a posse do presidente Dutra com aumento da repressão e a posição dos comunistas diante da cassação do registro do PCB no início de 1947.

O quarto capítulo analisou os impactos da cassação do PCB e das intervenções nos sindicatos na atuação dos comunistas a partir de 1947. A atuação através das comissões, a nova linha política do *Manifesto de Janeiro de 1948*, a crítica à estrutura sindical oficial, a orientação de construir entidades paralelas e a posição dos comunistas diante das mobilizações e greves ocorridas entre 1948 e 1950.

Por fim, o quinto capítulo analisou a relação entre as mudanças de orientação do *Manifesto de Agosto de 1950*, a autocrítica da atuação por fora dos sindicatos, a proposta de estruturação do sindicalismo paralelo livre da interferência do Estado, e a atuação dos militantes de base diante do início da abertura e a realização das primeiras eleições sindicais após as intervenções. O retorno aos sindicatos e a autocrítica de junho de 1952.

CAPÍTULO I

O PCB, A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A UNIÃO NACIONAL

O objetivo desse capítulo é tratar das formulações pecebistas. A interpretação que fazia da realidade brasileira, a estratégia e tática a serem adotadas, e de como o PCB chegou em 1945 com a linha política da União Nacional. Abordarei parte das formulações da Internacional Comunista e suas alterações de orientação política. A trajetória do PCB, suas primeiras interpretações sobre o Brasil, a relação entre a linha política e a orientação sindical, o impacto das formulações da IC na formulação da estratégia e da tática, a linha política de união nacional, o Comitê Regional da Bahia no processo de reconstrução partidária e a nova linha no contexto da anistia. Compreendo que as orientações políticas adotadas pelo PCB não podem ser explicadas apenas a partir das mudanças na conjuntura internacional ou das deliberações da IC. Tento apresentar a linha de união nacional a partir dos debates internos, das influências do movimento comunista internacional, mas também da conjuntura nacional e como sofreu importantes variações entre a sua formulação original em 1938 e o momento da anistia em 1945.

1.1. A Internacional Comunista e a generalização da estratégia

Após as polêmicas estabelecidas no seio da socialdemocracia europeia em torno da I Guerra Mundial, quando importantes seções apoiaram seus governos imperialistas na Primeira Guerra Mundial, em 1914, os socialistas ficaram divididos entre “aqueles que defendiam a

paz interna e a defesa nacional e aqueles que percebiam nesta alternativa uma aliança equivocada com os governos burgueses de seus países” (BRAZ, 2011, p. 90).

A Segunda Internacional que agregava tendências heterogêneas foi tendendo majoritariamente para o abandono das perspectivas revolucionárias e assumindo posturas reformistas. Os bolcheviques passaram a defender a ruptura, pois as posições se mostraram inconciliáveis. Ainda em 1914, Lenin caracterizou os líderes da II Internacional como traidores do socialismo, por votarem a favor dos créditos de guerra, defendendo o conflito, e ainda ocupando cargos nos governos liderados por partidos burgueses e beligerantes. Considerou a falência da II Internacional e proclamou a necessidade de criação de uma nova organização com a perspectiva de agregar as forças do proletariado contra os governos capitalistas.

Em meio a Revolução Russa, tendo em vista a sua interpretação de que era necessária a eclosão de processos revolucionários nos países de capitalismo avançado, Lenin escreveu nas suas “Teses de Abril”, a necessidade de mudança de denominação do partido, que em lugar de *social-democrata*, deveria adotar a denominação de *comunista*, para que não se confundisse; e defendeu como tarefa do partido a criação de uma Internacional revolucionária.

Com a vitória da Revolução Russa ficou demonstrado a possibilidade da revolução proletária, os bolcheviques ganharam credibilidade, a proposta de construção da Internacional Comunista ganhou impulso e em 1919 foi de fato constituída. Resumidamente os pontos básicos do programa estabelecido apontavam para:

- 1) o colapso do sistema capitalista, e da civilização europeia “caso o proletariado não viesse tomar o poder de Estado, destruindo o aparelho estatal da burguesia e substituindo-o por novas formas de organização que fossem expressão da democracia proletária, da auto-administração das massas exercida através dos conselhos; 2) a ditadura do proletariado devia ser a alavanca para a expropriação imediata do capital e para a abolição da propriedade privada dos meios de produção; 3) o método fundamental de luta era a ação de massa, compreendida nessa ação a luta armada contra o poder do Estado do capital”. (AGOSTI, 1985, p. 47-48)

Com número reduzido de apenas 52 delegados representando 35 organizações de 31 países, esse primeiro congresso teve como tarefa principal a criação da entidade. No ano seguinte foi realizado o segundo Congresso da IC, quando estiveram presentes 210 participantes de 42 países. O principal tema dos debates foi a questão partidária, mas foram aprovadas “as tarefas principais da IC; a resolução sobre o papel do PC na revolução

proletária; o movimento sindical; quando e em que condições podem-se criar os *soviets*¹ de deputados operários; os partidos comunistas e o parlamentarismo; teses sobre as questões nacionais e coloniais; teses sobre a questão agrária; estatutos da IC”.²

Sobre a questão partidária foram decididas as 21 condições para o ingresso na IC, como forma de estabelecer o perfil das organizações que entravam e filtrar aquelas que não estivessem de acordo com as orientações estabelecidas. O novo programa “transformava os partidos socialistas de tendências múltiplas, contraditórias, em órgãos revolucionários, monolíticos, unificados, prontos para conduzir as massas para a tomada do poder”.³

No Segundo congresso foi criada a Internacional Sindical Vermelha (ISV) visando conquistar os movimentos dos trabalhadores para a proposta dos comunistas, entre os quais crescia as “tendências esquerdistas que rechaçavam a participação nos sindicatos reacionários” (BRAZ, 2011, p. 128). Com isso Lenin pretendia combater os chamados “comunistas de esquerda” e seus posicionamentos que levariam os comunistas a se afastar das massas proletárias que se concentravam nos sindicatos.

Com a crença de que a revolução na Europa era iminente, principalmente na Alemanha e na Itália, Lenin se preocupou com a criação de partidos comunistas para reunir os setores combativos dos trabalhadores.

Mesmo os países não desenvolvidos do ponto de vista capitalista, os comunistas deviam defender a revolução de caráter antifeudal. [...] Interessava a expansão do sentimento revolucionário para todo o mundo. Como analisou Rosenberg, nesse momento ‘a revolução não é para Lenin uma questão típica do proletariado, mas é a revolta democrática da humanidade contra o imperialismo. (ROSEMBERG, 1989, p. 177. Apud. BRAZ, 2011, p. 129)

A IC definiu a tarefa de lutar “por todos os meios, inclusive de armas na mão, para derrubar a burguesia internacional e criar uma República Soviética Internacional, estágio intermediário para a completa supressão do Estado”. (AGOSTI, 1985b, p. 107) E para cumprir tal tarefa, a concepção de partido era um elemento fundamental que nesse caso deveria ser de caráter mundial.

A IC sabe que, para alcançar mais rapidamente a vitória, a associação dos trabalhadores que luta pelo aniquilamento do capitalismo e pela criação do comunismo deve ter uma organização rigidamente centralizada. A IC deve

¹ Conselhos de operários e soldados criados durante as Revoluções de 1905 e de 1917 na Rússia.

² Statut et Resolutions de L’Internationale Communiste, p.119. Apud. CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109> acesso em 01/09/2019

³ Idem

representar real e efetivamente um partido comunista unitário de todo o mundo. Os partidos que operam em cada país não são mais do que seções singulares da IC.⁴

No contexto das derrotas da revolução italiana (1920), húngara (1919), e principalmente da revolução alemã de 1919/1921, a Internacional Comunista buscou proposições táticas para o enfrentamento das correntes da socialdemocracia europeia que ainda tinham forte influência no seio do operariado. Tendo em vista a necessidade de enfrentar as práticas esquerdistas que levavam ao sectarismo e isolamento, e proporcionar maior influência dos comunistas junto ao proletariado, com a participação nos sindicatos e associações de classe com a formação de frentes pela base, o Terceiro Congresso da IC realizado entre junho e julho de 1921 definiu a política de frente única, e levantou a palavra de ordem “apoio nas massas”. Por essa orientação, os comunistas na sua política de frente única deveriam, “fazer acordos temporários e até alianças com a democracia burguesa das colônias e dos países atrasados” (VIANNA, 1992, p. 37).

A frente única implicou alterações nas táticas dos comunistas, que deveriam estar atentos às lutas cotidianas do proletariado, sem abrir mão da perspectiva revolucionária. Indicou também a possibilidade de criar novas relações com outras agremiações da esquerda. No entanto, a suposta política de “frente” tinha suas limitações, pois era uma tentativa de conquistar os operários socialistas e social democratas, em detrimento das direções de seus partidos que continuaram sendo estigmatizados como reformistas. Era a “frente única pela base”. Da mesma forma: “a disponibilidade da social democracia para ações comuns era escassíssima; por sua parte, os bolcheviques não estavam dispostos a renunciar a perseguição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários nem a admitir a sua existência legal” (HÁJEK, 1985, p. 189).

Pelas formulações apresentadas no informe de Bukharin no VI Congresso da IC, a compreensão era que o capitalismo recente, após a primeira guerra, estaria dividido em três fases. Associando essa periodização com as táticas definidas pela IC temos, no primeiro momento de crise revolucionária, o predomínio da crença na iminente revolução mundial, entre 1919 e 1921. O segundo período foi marcado pelas derrotas de várias tentativas de revolução, quando a IC passou para a linha da “frente única”, movida pela necessidade de consolidação da revolução russa, que durou entre 1921 e 1927. O terceiro período foi caracterizado como de acirramento das contradições e da luta de classes e a iminente situação

⁴ AGOSTI, Aldo. La Terza Internazionale. Storia documentaria, vol I, 1, Roma, 1974. Apud. AGOSTI, 1985b. p.107

revolucionária. Conseqüentemente, em 1928 no VI Congresso, a IC definiu a nova linha política de “classe contra classe”, combatendo os movimentos fascistas e a socialdemocracia (BRAZ, 2011, p. 157).

Adotou-se a política de “classe contra classe” com guerra declarada à social democracia, que chegou a ser colocada em alguns momentos como principal inimigo. Acreditavam que estava se abrindo uma nova fase de revoluções, e os comunistas deveriam estar aptos para assumir a liderança desse processo, preparando o proletariado e superando as reações burguesas que tomaram a forma de fascismo.

Nessa análise haveria a necessidade de barrar a influência da socialdemocracia frente aos trabalhadores, para impedir que “a socialdemocracia e as burocracias sindicais salvassem, pela segunda vez, a burguesia da revolução proletária” (KRIEGEL, 1986, p. 111. apud BRAZ, 2011, p. 158). Nesse sentido houve a orientação de criação de entidades sindicais paralelas junto aos trabalhadores.

A linha política de “classe contra classe” permaneceu até o VII Congresso da IC, ocorrido em meados de 1935, quando houve nova mudança, agora pela formação das “frentes populares antifascistas”, defendendo a unidade das forças democráticas e progressistas que deveriam lutar contra a guerra e o avanço do nazi-fascismo.

Entre sua fundação em 1919 até 1923, enquanto Lenin estava vivo, os congressos da IC foram anuais. Depois ocorreram apenas mais dois congressos, o sexto em 1928 e o sétimo em 1935, até a sua dissolução em 1943, geralmente apontada como parte da política de tranquilizar os recém aliados na Segunda Guerra Mundial. No entanto, o Comunicado do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, publicado no *Pravda* em 22 de maio de 1943, destaca como motivação para a dissolução a defesa de autonomia para os PC e o argumento de que uma direção centralizada havia se convertido em um obstáculo para as atividades dos PCs, no sentido de seu crescimento e aprofundamento de seus vínculos com os trabalhadores.

Muito tempo antes da guerra, era cada vez mais claro que a solução das tarefas do movimento operário de cada país, através das forças de um centro internacional, tropeçaria com dificuldades insuperáveis devido à complexidade crescente, tanto da situação interior como exterior dos diferentes países. Esta diversidade de vias históricas de desenvolvimento dos diferentes países do mundo, o caráter diferenciado, inclusive o contraste com sua estrutura, a diferença de nível e ritmo de sua evolução social e política, finalmente, a diferença de grau de consciência e de

organização dos trabalhadores fazem com que se imponham tarefas diferentes à classe operária de cada país.⁵

Interessante notar que os argumentos utilizados para justificar a dissolução foram no sentido de afirmar o fracasso dos objetivos colocados para a necessidade de sua criação. E ainda contém uma crítica velada ao processo de generalização das estratégias, destacando as diferenças entre os países no que tange a estrutura e ao nível de organização, consciência e das tarefas a serem efetivadas.

No VI Congresso da IC em 1928, foi formulada a tese e o plano de ação para os países coloniais e semi-coloniais, e transferiu para a América Latina a mesma formulação anteriormente voltada para os países do oriente, onde os comunistas deveriam engendrar esforços para promover uma revolução democrática-burguesa para completar a implantação do capitalismo, pois estariam entre o feudalismo e o capitalismo.

Os países foram divididos em quatro grupos, de acordo com o seu grau de desenvolvimento: 1) Países de capitalismo de tipo superior (Estados Unidos Alemanha, Inglaterra, etc); 2) países em nível médio de desenvolvimento do capitalismo (Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, etc); 3) Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc) e países dependentes (Argentina, Brasil, etc); 4) Países ainda mais atrasados (Por exemplo, em algumas partes da África). O Brasil foi então classificado como “dependente”, que era descrito como:

Com pouca industrialização e, às vezes, com considerável desenvolvimento industrial, insuficiente, no entanto, para a construção socialista independente; com predominância de relações feudais-medievais ou relações de "modo de produção asiático", o mesmo na economia do país e em sua superestrutura política; finalmente, com a concentração, nas mãos dos grupos imperialistas estrangeiros das mais importantes empresas industriais, comerciais e bancárias, dos meios de transporte fundamentais, grandes propriedades e plantações, etc. [...] A transição para a ditadura do proletariado é aqui, como regra geral, só é possível através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrática burguesa em revolução socialista.⁶

Se anteriormente a IC utilizava a denominação de países “feudais e feudo-patriarcais,” no VI Congresso eles ganharam a denominação de “coloniais e semicoloniais ou

⁵ GOSSVEILER, Kurt. Dimitrov: Sobre a dissolução do Komintern. Disponível em: <https://fdinarcoreis.org.br/fdr/2012/08/15/dimitrov-e-a-dissolucao-da-iii-internacional-2/> acesso em 04/09/2019

⁶ “Programa de la Internacional Comunista”. In: **VI Congreso de la Internacional Comunista**. Cuadernos de Pasado y presente. Nº66 Primeira Parte. Mexico, PyP, 1977.p. 286-288.

dependentes”, contudo, continuaram sendo caracterizados como países onde as relações feudais predominavam, ou onde permaneciam “restos feudais” e novamente reafirmou-se a necessidade de várias etapas preparatórias para a revolução democrática burguesa transformar-se em revolução socialista.

Como essas novas formulações ocorreram no mesmo Congresso em que foi instituída a nova linha política de “classe contra classe”, ao traçar as tarefas dos comunistas nos países coloniais e semicoloniais, afirmava que “as burguesias nacionais haviam deixado de ser uma força revolucionária na luta anti-imperialista e que os comunistas deviam ‘rechaçar qualquer coalizão do PC com a posição nacional reformista’” (VIANNA, 1992, p. 42).

1.2. O PCB e o caráter da revolução brasileira

O VI Congresso da IC é tido pela historiografia sobre o PCB como o momento em que o partido recebeu, de maneira mais direta, os impactos das orientações da IC e alterou substancialmente suas formulações sobre a realidade brasileira, as etapas da revolução e as forças motrizes e aliados. Contudo, desde os anos 1980, Michel Zaidan (1985) defende a tese de que a história do PCB não pode ser interpretada como se o partido fosse mero coadjuvante, apenas reprodutor acrítico das orientações da IC. Para Zaidan, entre 1922 e 1928 as atividades pecebistas tiveram elaboração teórico-política nacional, exemplificadas na criação e na iniciativa de procurar se tornar seção da IC e especialmente a tese da *revolução democrática pequeno-burguesa*. E compreende que a partir da maior vinculação entre a IC e o partido a sua linha política “sofrerá uma inflexão [...] de graves consequências para sua atuação no âmbito da sociedade brasileira” (ZAIDAN FILHO, 1988, p. 75).

Ricardo Antunes (1995) chama a atenção de que foi no mesmo período que a Internacional direcionou seus olhos para a América Latina, que as teses do chamado período stalinista se consolidaram, com as resoluções aprovadas no VI Congresso da IC. Processo que teria consistido em converter uma revolução singular, que seria um ponto de partida, contando com a eclosão da revolução em outros países, em um modelo universal.

No VI Congresso estavam representantes dos partidos comunistas da Argentina, Cuba, Uruguai, Brasil, Paraguai, Equador e Colômbia. Na análise sobre a América Latina, os informes destacavam a disputa entre o imperialismo Inglês e norte americano, sendo possível identificar o avanço dos EUA. Os países coloniais eram divididos entre as chamadas colônias de imigração, com os interesses das burguesias locais coincidindo com os das burguesias de

suas metrópoles, e as colônias de exploração, onde o desenvolvimento seguia os interesses das metrópoles.

Ocorreram algumas manifestações por parte dos delegados da América Latina com relação a essa caracterização. O delegado do Equador considerou que para alguns países como o Brasil e a Argentina, a denominação de semicoloniais seria insatisfatória, levando em consideração o grau de desenvolvimento econômico e o grau de dependência política. Daí sugeriu o uso da denominação “dependentes”, para países “que estão penetrados economicamente pelo imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política”.⁷

Humbert-Droz, representante da IC para a América Latina, apresentou informe em que rebateu os argumentos dos delegados que questionaram o uso da definição de semicoloniais, reconheceu algumas diversidades, contudo reafirmou a necessidade de estabelecer uma linha tática a ação na América Latina a partir dos traços comuns, e que mesmo nos países que teriam um certo grau de desenvolvimento industrial, como Brasil, Chile e Argentina, esse progresso econômico não é independente dos interesses dos países imperialistas, por isso considerou que o termo semicolônia era adequado.⁸

Foi a partir dessa caracterização, somada a avaliação de que nesses países haveria restos de feudalismo, que a IC definiu a tese de que nesses países a revolução seria de caráter democrático-burguesa, como etapa necessária para posterior ditadura do proletariado e revolução socialista. Essa etapa era vista como ligada a luta de libertação nacional, pois seria o mecanismo capaz de romper com a subordinação ao imperialismo, visto como fator que impedia o desenvolvimento autônomo. Acabariam as concessões e fariam a nacionalização das ferrovias, bancos, e do subsolo; se organizaria os *soviets* de operários e camponeses, seria criado o exército vermelho para a instauração da ditadura do proletariado e do campesinato.

O Partido Comunista do Brasil (Seção brasileira da IC) foi fundado em 1922, e entre seus fundadores a maioria era constituída por lideranças do movimento operário oriundas do anarquismo, que naquele momento estavam impactadas com a Revolução Russa de 1917. Diferente da maioria dos partidos comunistas europeus, que surgiram a partir de cisões da social democracia fruto dos embates entre a II e a III Internacional, no Brasil não existiram partidos socialistas sólidos antes do PCB.

⁷ O VI Congresso de la Internacional Comunista. Cuadernos de Pasado y presente. N°66 Primeira Parte. Mexico, PyP, 1977. p. 178, 179

⁸ Humbert-Droz, “Sobre los países da America Latina”. In: O VI Congresso, 1977, op. cit. p.302

No congresso de fundação, ocorrido em março de 1922, havia nove delegados representantes de 73 membros no país, alguns oriundos de grupos de discussão e propaganda, que se formaram anos anteriores como o Centro de Estudos Sociais, criado em 1919 em Recife, com Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, “que confluiu com a vertente anarcosindicalista de Antônio Bernardo Canellas na formação do grupo Comunista de Pernambuco” (DEL ROIO, 2003, p. 77). Em Porto Alegre, desde 1918, havia a “União Maximalista, de Abílio de Nequete, que em fins de 1921 passou a chamar-se Grupo Comunista de Porto Alegre”, e no sudeste havia outros grupos, como o Grupo Comunista Zumbi, em São Paulo, e também no Rio de Janeiro, onde inclusive houve uma tentativa anterior de fundação de um primeiro partido comunista (DEL ROIO, 2003, p. 77).

O PCB buscou desde seu início legitimar-se junto a Internacional Comunista, e com esse propósito enviou Antônio Canellas, membro da Comissão Executiva, como delegado ao IV Congresso, que aconteceu entre novembro e dezembro do mesmo ano de fundação. Por Canellas ter adotado posicionamentos considerados anarquistas a IC não aceitou a filiação do PCB enquanto seção brasileira da IC. No seu retorno ao Brasil, no final de 1923, Canellas foi expulso do partido. Somente em 1924, quando o argentino Rodolfo Ghioldi, representante da Agência de propaganda para a América do Sul, órgão ligado a IC, apresentou relatório defendendo a aceitação do PCB como membro pleno, este foi apreciado no V Congresso da IC realizado entre junho e julho de 1924.

Apesar do contato dos comunistas brasileiros com a bibliografia de autores marxistas ser muito restrito, tanto que “entre 1924 e 1930 [...] editaram apenas dois livros de Lênin, o *Manifesto comunista* de Marx e Engels e um livro de Bukharin [...]”, (QUARTIM DE MORAES, 2003, p.138) seus principais dirigentes, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, tinham acesso à literatura socialista publicada em outros países:

foram fortemente influenciados, em seu esforço de assimilação dos fundamentos do marxismo e do bolchevismo, pela concepção staliniana do marxismo-leninismo, tal como formulada em *Sobre os princípios do leninismo*, notadamente. (QUARTIM DE MORAES, 2003, p. 138)

Em 1923 Brandão traduziu o *Manifesto Comunista*, sendo o primeiro livro de Marx a ser lançado no Brasil. Em 1924 escreveu a *Rússia Proletária*, e em 1926, usando o pseudônimo de Fritz Mayer, em uma tentativa de interpretação do Brasil a partir de uma análise marxista, publicou *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*.

Nesse ensaio de 85 páginas Brandão explicou que o Brasil estaria vivendo um período marcado pela disputa em torno da economia brasileira entre o imperialismo Inglês (agrário e semifeudal) e o Norte Americano (industrial moderno), ou seja, a luta entre agrarismo e industrialismo e atribui as contradições desse embate como responsáveis para a realização da revolução burguesa no Brasil.

Aplicada a dialética ao movimento de 1924: a tese é representada por Bernardes, agrarismo feudal; a antítese por Isidoro Dias Lopes, capital industrial infiltrado na pequena burguesia revoltada; finalmente, com a revolução proletária comunista, chegar-se-ia à síntese. (MORAES FILHO, 2003, p. 43)

Agrarismo e industrialismo é situado na biografia do Octávio Brandão como tendo sido escrito em julho de 1924, e publicado em 1926 (BRANDÃO, 1978, p. 284). Quartim de Moraes chama a atenção do quanto Octávio Brandão, que muito provavelmente não teve acesso aos escritos de Stalin sobre *Estratégia* e a noção de *etapa*, e ainda assim lhe confere o mesmo estatuto teórico e metodológico encontrado nos trabalhos de Stalin *Sobre os princípios do leninismo*, e em *A questão da Estratégia e da tática dos comunistas russos*, onde ele tratou desses temas.

Ao tratar da influência de Stalin no comunismo brasileiro, Quartim de Moraes (2003) destaca o quanto havia certa convergência entre o marxismo de Octávio Brandão com algumas das posições de Stalin, ainda que sem necessariamente ter sido fruto de imposições do movimento comunista internacional, através da IC, ou mesmo da leitura de textos de Stalin por Brandão, hipótese ao que parece pouco provável. Segundo Brandão os textos de Stalin só chegaram ao Brasil posteriormente, “o livro foi orientado pela obra de Lênin – *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, que eu acabava de ler em tradução francesa. Baseou-se em materiais que vinha acumulando, durante anos, sobre as empresas estrangeiras no Brasil” (BRANDÃO, 1978, p. 285).

O livro de Octávio Brandão ainda incompleto, em cópias datilografadas antes da publicação, serviu de base para os debates do II Congresso do PCB ocorrido entre 16 e 18 de maio de 1925. Para Octávio Brandão, o Brasil era caracterizado como um país agrário, dominado pelas oligarquias e não pelo industrialismo, como nos países de capitalismo avançado. Aqui os fazendeiros de café detinham o controle da esfera econômica e este se desdobrava em poder político e nas demais áreas.

Tratou as revoltas tenentistas de 1924 como a segunda batalha entre a pequena burguesia nacional contra os fazendeiros de café. Ao enumerar as causas das revoltas de 1924, destacou como o Estado estava a serviço dos interesses dos fazendeiros.

O atraso político é tamanho que a burguesia industrial ainda não formou seu partido [...]. Toda a política nacional gira em torno da valorização do café. Para guardá-lo, o Estado constrói armazéns gerais. Para valorizá-lo contrai empréstimos vultosos e emite 910 mil contos, como ultimamente”. (BRANDÃO, 2006, p. 36)

Em razão do enorme poder exercido pelos fazendeiros de café ficava impossibilitada a participação política dos demais setores da sociedade, inclusive da pequena burguesia que revoltada pela busca de espaço já teria se manifestado nas rebeliões de 1922, 1924 e acreditava que estaria prestes a ocorrer a terceira revolta. Portanto, apontou os militares revoltosos como os agentes da revolução pequeno-burguesa no Brasil.

Para Brandão o conflito era entre a burguesia industrial norte americana e a burguesia financeira da Inglaterra e o que acontecia no Brasil era apenas um “Episódio da luta de classes no setor brasileiro de uma batalha internacional” (BRANDÃO, 2006, p. 31), que por aqui se manifestava no “choque entre o fazendeiro de café de um lado, e, do outro lado, o grande burguês manufatureiro, o grande burguês comercial, o usineiro, o pequeno burguês rural, comercial e industrial, o operário, o camponês” (BRANDÃO, 2006, p. 52).

Ou seja, todos teriam interesse na disputa contra os fazendeiros de café e os senhores de engenho do norte e nordeste, vistos como senhores feudais. Por esse diagnóstico da sociedade brasileira e pelo tamanho do poder dos fazendeiros, chegou a conclusão de que só poderiam ser derrotados por uma frente única do proletariado com a pequena burguesia e a grande burguesia industrial (BRANDÃO, 2006, p. 61).

Octávio Brandão e o PCB acreditavam que a revolução aconteceria em duas etapas: a primeira seria a chamada ‘terceira revolta’, como uma continuação das sublevações tenentistas de 1922 e 1924, e que se concluiria com a elevação da burguesia nacional ao poder. Só depois poderia vir a segunda etapa, a revolução proletária.

É nítida a inspiração na revolução russa, ao descrever as etapas de tal processo:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista. (BRANDÃO, 2006, 132)

Octávio Brandão afirmou: “Para nós só a revolução proletária era a nossa revolução. A revolução democrático burguesa era uma revolução burguesa, de grau preparatório da nossa

revolução”.⁹ Na última parte de *Agrarismo e industrialismo*, no capítulo escrito posteriormente, portanto após a derrota do movimento de 1924, ele enaltece Prestes por ter mantido viva a chama da revolta através da marcha da Coluna, contudo, acreditava que sem o apoio do proletariado rural não teria maiores sucessos. Além disso, dependeria do apoio do “exército e a marinha, o Rio e S. Paulo, o Sul e o Norte, o proletariado, a pequena-burguesia urbana e a grande burguesia industrial. O proletariado entrará na batalha como classe independente, realizando uma política própria” (BRANDÃO, 2006, p. 186). Tal escrito foi a base das teses e das discussões ocorridas no II Congresso do PCB em 1924. Nas resoluções fica detalhado da seguinte maneira:

II - Em meio das lutas políticas, civis e militares, entre o capitalismo agrário e o capitalismo industrial, manobrar as forças proletárias como forças independentes visando seus próprios interesses de classe.

III - Em face da pequena burguesia, o PCB deve, sem alimentar suas ilusões democratas e suas confusões ideológicas, antes combatendo-as decididamente, esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária. Numa palavra: o PCB, partido da classe operária, deve conduzir pequena burguesia e não ser conduzido por ela.¹⁰

Apesar desse trecho da resolução indicar que o PCB não seria conduzido, algumas interpretações ao analisarem o conjunto da obra, destacam a presença da noção de frente, pois o proletariado deveria participar da primeira etapa e que essa levaria à segunda, “a nossa revolução”, mas “aceitava, aprioristicamente, posição secundária, colocando-se a reboque da burguesia” (SEGATTO, 1989, p. 30).

Tendo em vista tais concepções predominantes na direção pecebista, especialmente no que se refere ao papel da pequena burguesia revolucionária e a ideia de frente, que em 1927 o Comitê Central (CC) do PCB resolveu “buscar aproximação efetiva, em termos políticos, com a Coluna Prestes, que se havia internado na Bolívia [...] e cujo prestígio popular e revolucionário mantinha-se intacto e mesmo crescente” (PEREIRA, 1979, pp. 127 - 128).

No mesmo ano, em janeiro de 1927, o PCB construiu uma frente eleitoral com objetivo de unificar as candidaturas operárias, o BO (Bloco Operário), com o lançamento de seu manifesto nas páginas do jornal *A Nação*, e que em 1928 foi transformado em BOC (Bloco Operário e Camponês) e constituiu-se na alternativa legal naquele momento que o

⁹ Problemas Coloniais, Coletânea II, p. 243. In: KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro, 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 190

¹⁰ Classe Operária, Ano I, n.11, 08/05/1946. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1982. p. 39

PCB estava na ilegalidade. Através do BOC o PCB elegeu Minervino de Oliveira e Octávio Brandão para a câmara de vereadores do Rio de Janeiro.

Entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929 ocorreu o III Congresso do PCB, e as teses e resoluções demonstram que o partido continuava ligado às concepções do *Agrarismo e Industrialismo*, acreditando ainda na “terceira revolta”. No balanço das atividades do período, o PCB reconheceu as suas debilidades: “As camadas mais profundas do proletariado brasileiro, mesmo das grandes cidades, ainda não foram sequer atingidas pela nossa agitação. São quantidades ainda amorfas, com uma ideologia elementar, sem qualquer noção precisa de classe e da luta de classe. Estão a bem dizer virgens de todo contato político.”¹¹

As vésperas da realização do Congresso e pretendendo servir de base nos debates do evento, Octávio Brandão escreveu “*O proletário frente à revolução democrática pequeno-burguesa*”, que foi publicado na revista *Autocrítica*. Afirmou que naquele momento no Brasil não se podia pensar em “conquista imediata do poder pelo proletariado [...] sem o país atravessar a terceira revolta e a consequente revolução democrática pequeno burguesa, não podemos pensar na conquista imediata do poder”. Fez a defesa da aliança entre o proletariado e a pequena burguesia, que na Rússia era o camponês e no Brasil seria o revoltoso de 1922 e de 1924 (BRANDÃO, 1928, apud. ZAIDAN, 1985, pp. 122 - 125).

Michel Zaidan compreende que nas teses e resoluções do III Congresso do PCB ficou evidente a virada tática do partido com a aceitação das resoluções do VI Congresso da IC:

A revolução brasileira deixa de ser ‘democrático-pequeno- burguesa’ para se tornar ‘democrático-burguesa’, anti-imperialista. [...] O eixo das alianças políticas passa da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) ‘revolucionária’ para a aliança com as massas camponesas (segundo a versão estalinista do leninismo) [...]. (ZAIDAN, 1985, p. 92)

Segundo as resoluções do III Congresso do PCB o papel a ser desempenhado pela burguesia e pequena burguesia nessa revolução seria:

- 5) A burguesia nacional, que até certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder”.
- 7) [...] a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.¹²

¹¹ Teses e Resoluções do III Congresso do PCB – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC. Dotação 495.029.035, Rolo 03

¹² O III Congresso, 11 de fevereiro de 1929 – O CC do PCB. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol.1, São Paulo: Difel, 1982. p 70-77.

Após o VI Congresso da IC, com as formulações para os países coloniais e semicoloniais e a adoção da linha de “classe contra classe”, somado ao obreirismo, levou a rejeição das teses de Brandão, com a condenação da concepção da *revolução democrática pequeno burguesa*, que passou a ser considerada como desvio direitista. As resoluções do III Congresso do PCB foram duramente criticadas pela IC, pois permanecia no partido a crença na perspectiva da aliança com a pequena burguesia que liderou os movimentos de 1922 e 1924 através do movimento tenentista.

Em junho de 1929 aconteceu a I Conferência dos Partidos comunistas latino americanos, onde foi anunciada a criação do Secretariado Sul Americano da IC, com a finalidade de acompanhar mais de perto as movimentações dos PCs e atuar como coordenação das atividades. Com relação ao Brasil, Jules Humbert-Droz “fez sérias restrições à teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa, taxando-a de pequeno-burguesa e menchevista” (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 93).

Em outubro de 1929 houve o III Pleno do CC do PCB. Reforçando as alterações ocorridas, a pequena burguesia deixou de configurar como principal expoente de uma possível revolução. A ênfase foi que o partido devia “adquirir a todo preço a hegemonia no movimento revolucionário que se desenvolve no Brasil, cujas principais forças motrizes serão o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres”.¹³

A Internacional Comunista sob a direção de Manuilsky, entendia “estarem os partidos comunistas perdendo sua independência devido às alianças com outras classes” (PACHECO, 1984, p. 135), portanto era necessário a proletarianização dos partidos comunistas. Esse período, geralmente denominado de obreirismo, incluiu a defesa de que os partidos comunistas deveriam ser formados majoritariamente por elementos proletários e que seria necessário fazer uma depuração dos quadros intelectuais, que seriam os responsáveis por seu direcionamento à direita.

Entre abril e maio de 1930 ocorreu a conferência do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, em Buenos Aires. Nela, foram considerados os “desvios de direita” dos dirigentes do PCB Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. A conferência deliberou a *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira* em que estabeleceu uma série de críticas e apontou novos caminhos a serem seguidos pelo partido. A realidade brasileira foi descrita como de crise, por conta da contradição entre “o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conservava

¹³ “O III Pleno do CC” (outubro de 1929), In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Op.cit.. p. 78.

feudal e escravagista”. Repete a tese do VI Congresso de que a disputa entre os imperialismos criou as condições para o amadurecimento da situação revolucionária no Brasil e aponta a necessidade da hegemonia do proletariado no processo.

No Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolução do tipo democrático-burguês. O curso e o sucesso desta revolução depende da classe que conquistar a hegemonia. Se for a pequena burguesia revolucionária, a revolução brasileira estará condenada a uma derrota [...]. Se o proletariado tomar a hegemonia [...], sob a direção do P.C., e realizar resolutamente e sem hesitação, a linha leninista da IC, esta revolução terá, então, grandes probabilidades de triunfo, principalmente se provocar movimentos revolucionários nas outras repúblicas da América Latina.¹⁴

Sobre as concepções até então predominantes do *Agrarismo e Industrialismo* e a experiência do BOC (Bloco Operário e Camponês):

Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, e a necessidade absoluta de um partido “independente” do proletariado, para realiza-la. No partido prega-se abertamente a teoria da ‘revolução democrática pequeno-burguesa’ sob cuja cobertura ‘o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder’ (camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileninista e antimarxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático – burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder. Mas o que é muitíssimo mais perigoso desta teoria, é a prática do PC do Brasil, consistindo em ceder seu papel independente ao BOC, o que se verificou durante estes últimos anos.¹⁵

E, por último, a IC sentenciou que o partido não poderia desempenhar o papel de dirigente dos processos revolucionários vindouros se não resolvesse o seu problema interno: “depurar (...) os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da política proletária revolucionária”.¹⁶ Com isso o núcleo dirigente, inclusive Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, foi alijado dos cargos de direção.

Acredito que do ponto de vista da definição da estratégia e da tática do PCB, esse momento teve importância crucial. Pois foi o período em que se consolidaram nas interpretações feitas pelos pecebistas as noções do Brasil como país agrário, semifeudal e semicolonial, e em decorrência dessa caracterização a definição do etapismo que previa a realização de uma etapa democrático-burguesa para só posteriormente a revolução proletária

¹⁴ “Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira” (fevereiro de 1930). *A Classe Operária*, 17.04.1930. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Op.cit. p. 96 – 102.

¹⁵ Idem

¹⁶ Idem

socialista. A diferença das teses pecebistas defendidas anteriormente foi que a partir da *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira* de 1930 o partido passou a defender a hegemonia do proletariado na revolução democrático burguesa.

Se por um lado é possível supor que o PCB, ao interpretar o Brasil dessa maneira, se encaixava nos modelos da IC, e que, por isso, a estratégia traçada não teria sido uma imposição da IC e sim uma concordância, por outro lado, podemos supor que pode ter sido uma tentativa de enquadrar a realidade brasileira no esquema interpretativo da IC. Vale registrar que mesmo após o fim da IC ocorrido em 1943, essa perspectiva se manteve nas décadas seguintes. Em uma das suas primeiras manifestações públicas, após nove anos de prisão, em texto originalmente publicado no jornal *O Globo*, o Cavaleiro da Esperança afirmou:

Ora, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificantes. [...]

Que essa seja, no caso particular do Brasil, a única perspectiva justa para um marxista parece não poder haver nenhuma dúvida, pois é evidente que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados. [...]

Além disto, objetivamente, num país industrialmente atrasado como o nosso a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva. O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenin que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Está nisto a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do mundo de após-guerra, do proletariado com a burguesia nacional progressista. [...] A salvação única da indústria nacional e a possibilidade de seu ulterior desenvolvimento residem, antes e acima de tudo, na ampliação multiplicada do nosso próprio mercado interno e isto só será possível com a elevação decisiva ao nível de vida das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população nacional, o que, no fim de contas, significa a eliminação no país de todas as velhas reminiscências feudais. (PRESTES, 1947b.)¹⁷

¹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. A Situação no Brasil e no Mundo. 23 de Maio de 1944. Publicado pela primeira vez em *O Globo* de 15 de Março de 1945. In: *Problemas Atuais da Democracia*, Editorial Vitória, 1947, pág: 69-74. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/05/23.htm> Acesso em 25/01/2022

Essa estratégia perdurou inclusive durante o período das análises dessa tese, quando o partido ainda enxergava os restos de feudalismo. Nos debates da Constituinte em 1946 Prestes afirmou:

Sem dúvida vivemos no regime capitalista; no entanto, se aprofundarmos a análise das relações de produção em nossa pátria, vamos verificar que na sua parte mais importante, naquela que determina o fator fundamental da economia nacional, as relações de produção não são tipicamente capitalistas. As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalistas. São relações de regime anterior ao capitalismo. Os restos de regime escravagista ainda existem em nossa pátria [...]. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo. (PRESTES, 1947, p. 375)

Portanto, as mudanças nas orientações partidárias nos anos seguintes, como veremos adiante nos debates em torno da linha da União Nacional em que a burguesia nacional passou a ter papel de destaque nas teses pecebistas, não significou mudanças na interpretação sobre a realidade brasileira, mas implicou em mudanças no âmbito da sua tática, daquilo que é comumente chamado de linha política, que sem dúvida alteravam substancialmente as orientações para as ações dos militantes comunistas nos sindicatos.

1.3. A orientação sindical do PCB na década de 1920

A orientação sindical adotada pelos comunistas brasileiros na década de 1920 tinha relação direta com as orientações da IC. O PCB foi fundado após o III Congresso da IC, que marcou uma virada na tática adotada. Sob o impacto das derrotas na revolução europeia, principalmente após a derrota na Alemanha, a tática que preconizava a derrubada imediata do Estado foi deixada de lado, e adotou-se a tática de frente única. A principal tarefa passou a ser a aproximação com as massas trabalhadoras e a política sindical dos comunistas entre 1922-1928 foi de defesa da unidade sindical.

Segundo Prado (2019), desde II Congresso da IC, ao abordar a relação partido e sindicato, foi estabelecido a subordinação, pois uma das tarefas do partido, enquanto vanguarda, seria dirigir os sindicatos. “Os comunistas devem submeter, de fato, os sindicatos e os comitês operários ao partido comunista e criar assim grupos proletários de massa que

servirão de base de um poderoso partido proletário centralizado, englobando todas as organizações proletárias.”¹⁸

Em uma das primeiras publicações do PCB, Astrojildo Pereira já havia apontado o caminho da unidade sindical:

No terreno sindical, bater-nos-emos energicamente contra todas as divisões e fragmentações. A organização sindical, para responder a seus fins específicos, deve assentar sobre uma base econômica comum a todos os trabalhadores. De conformidade com esse critério amplo e positivo, combateremos todos os desvios, todas as deturpações, todos os germes da dissolução que surjam no interior dos organismos sindicais. Preconizamos a mais íntima e estreita ligação orgânica e funcional entre todas as unidades sindicais locais, nacionais e internacionais. Somos ela frente única de combate do proletariado de todo o mundo, sob a bandeira da Internacional Sindical Vermelha.¹⁹

Aproveitando um dos poucos curtos períodos de legalidade, em 1927 o PCB se lançou na tentativa de construir a Confederação Geral do Trabalhadores (CGT), que estava nos planos desde 1922. Foi realizado o I Congresso Sindical Regional no Rio de Janeiro, que reuniu 24 sindicatos, e fundou a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRR). A proposta era criar federações locais, regionais, para posterior entidade nacional.

As demais tendências, socialistas e anarco-sindicalista não se dispuseram a unificação [...] e se quer enviaram representantes de seus sindicatos [...]. Repudiavam a tendência centralizadora que se apresentava por trás da unificação sindical. Apontavam que o centralismo desembocaria rapidamente na perda da autonomia individual. (PRADO, 2019, p. 125)

No mesmo ano foi criada a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil (FTGB), sob a liderança do comunista João da Costa Pimenta. Essas duas organizações não seriam suficientes para a criação da CGT.

Na conferência da FSRR ocorrida em 1928, o secretário-geral do PCB, Astrojildo Pereira apresentou um relatório em que criticava a atuação de João Pimenta e do secretário sindical do partido, Joaquim Barbosa, a frente da FSRR. Para o secretário-geral eles não teriam alcançado os resultados esperados, não defendiam os interesses do PCB e deveriam ser substituídos.

Em carta aberta Joaquim Barbosa demonstrou suas divergências com a atuação do partido. Sobre a CGT, considerou que as condições para tal iniciativa eram insuficientes. E

¹⁸ INTERNACIONAL COMUNISTA. O movimento sindical, as comissões de fábricas e de usinas. In: AGUENA. Paulo. (org) O Marxismo e os sindicatos. São Paulo. Sundermann, 2008, p.127-128. Apud. PRADO, 2019, 93.

¹⁹ PEREIRA, Astrojildo. A reorganização Sindical. *Movimento Comunista*. Maio de 1922. Apud. Z Aidan, 1985, p. 110.

que a tática de atacar os adversários socialistas e anarco-sindicalistas atrapalhou a atividade no meio sindical, pois criou inúmeros conflitos. Os comunistas agrediam ao mesmo tempo em que convidavam para a unificação. Por fim, afirmou que a direção do PCB tratava a federação como uma organização do partido. Joaquim Barbosa foi expulso do PCB em abril de 1928. O Comitê Regional do Rio de Janeiro, após a leitura e debate da carta aberta foi destituído. Isso porque a direção do partido havia proibido a sua divulgação. (PRADO, 2019, pp. 131 - 132)

Os pecebistas conclamavam a unidade visando garantir presença nos sindicatos e ampliar sua influência, combatendo as outras vertentes políticas e conquistando os sindicatos. Com isso, o choque com os demais grupos foi inevitável. Para Zaidan (1985, p. 111) “a política de frente única sindical do PC sempre pressupõe a hegemonia do Partido Comunista sobre seus aliados”. Sobre isso, José Oiticica, liderança anarquista que disputou os espaços sindicais com os comunistas, afirmou: “Quanto a frente única sempre o fizeram, como já acentuei, os anarquistas. Nossa dissidência com a IC está somente em que a IC não quer frente única dos trabalhadores, mas frente única dos trabalhadores dentro do partido comunista.”²⁰

Sem a participação das demais vertentes, os comunistas realizaram o Congresso Operário Nacional, em 26 de abril de 1929, contando com as federações regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, o evento contou com cerca de 100 representantes de entidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, entre outros. Fundaram a CGT, que teve Minervino de Oliveira eleito seu primeiro presidente. Após a ascensão de Vargas a entidade desapareceu (PRADO, 2019, p. 158).

1.4. A virada tática: da ANL à “união nacional pela democracia e pela paz”

A intensão nesse tópico é abordar as mudanças na orientação política do PCB entre 1935 e 1945, portanto não tratarei dos acontecimentos relacionados às rebeliões ocorridas em novembro de 1935, mas as análises que o partido fez em torno da conjuntura nacional e internacional e os impactos na linha política.²¹

²⁰ OITICICA, José. Resposta necessária V. A Plebe. 05 de maio de 1924. Apud. ZAIDAN, 1985, 111.

²¹ Sobre as rebeliões de novembro de 1935 sugiro a leitura de VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Sobre tais episódios na Bahia: LINS, Marcelo da Silva. Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). Dissertação de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2007.

Após a exclusão da primeira geração de dirigentes houve a ascensão de novos quadros aos cargos de direção partidária, destacadamente, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) e Antônio Maciel Bonfim (Miranda). Em julho de 1934, O PCB realizou sua 1ª Conferência Nacional, quando avaliou que o momento era de ampla mobilização, pois “a massa trabalhadora se lança em greves, as mais combativas e as mais amplas destes últimos dez anos. Nunca o Brasil viveu horas de tão profundas agitações!”.²² Afirmou ainda que o país estava em plena crise revolucionária “que já se processa”. Naquele momento a palavra de ordem era de uma revolução agrária e anti-imperialista, apoiado na “estreita aliança do proletariado com a massa camponesa [...] instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros!”.²³

Enquanto o PCB conclamava para a revolução imediata, o aparecimento do integralismo provocou alteração do cenário político. Formou-se a unidade de vários movimentos de caráter anti-integralista na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Um dos fatos cruciais para a formação dessa frente ocorreu em São Paulo, quando, em outubro de 1934, essas forças se uniram para dissolver um comício dos integralistas na Praça da Sé, em que comemorariam dois anos de existência da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Existe a versão fartamente explorada pelos órgãos de repressão que atribui ao PCB a decisão de criar a ANL, seguindo orientações do VII Congresso da IC, quando foi estabelecida a política de “Frentes Populares” em alteração a anterior política de “classe contra classe”, entretanto o VII Congresso se realizou entre 25 de julho e 20 de agosto de 1935, ou seja, quando a ANL já tinha sido criada e colocada por Vargas na ilegalidade.

Os principais membros da direção do PCB encontravam-se na URSS no final de 1934 e “quando a direção voltou de Moscou já a encontrou praticamente formada”. Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), confirmou que “Quando estavam em Moscou tomaram conhecimentos das discussões que antecederam o VII Congresso com relação a formação das ‘Frentes Populares’ e, no retorno, o PCB então, se integrou a esse processo” (VIANNA, 1992, p. 112).

Durante 1935, o PCB continuou analisando a conjuntura como revolucionária. Em março de 1935, Miranda, o Secretário Geral, conclamou para a revolução imediata:

²² “A 1ª Conferência Nacional do PCB” (julho de 1934) Publicada na Classe Operária de 1º / 08/ 1934. In: CARONE, Edgard. O P.C.B. 1922-1934. Op. cit. p. 159- 171

²³ Idem

Pegar em armas, lutar de armas nas mãos, desde já [...]. Em todos os Estados do Brasil há camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos nas fazendas e usinas que querem pegar em armas. [...] Multiplicaremos as guerrilhas [...]. Estas lutas e guerrilhas multiplicadas em todo o Brasil em dezenas e dezenas, o governo não vai dar conta. Ele não dá conta hoje dos nossos irmãos camponeses que se revoltam - os cangaceiros - a quem chamam de bandidos [...] nós arrastaremos conosco os cangaceiros, lhes ensinaremos a lutar melhor [...].²⁴

Foi com base nesse tipo de informe sobre a situação brasileira que a IC enviou uma delegação acompanhando Prestes, que a essa altura já estava filiado ao PCB, para liderar o que acreditavam ser uma revolução iminente.

Após a promulgação da constituição de 1934, o momento de relativa normalidade levou ao crescimento das mobilizações sindicais. Segundo Matos (2009, p. 68) “o ritmo da atividade grevista pode ser medido pelo exemplo da cidade do Rio de Janeiro, onde ocorreram 11 greves em 1930, 22 em 1931, 7 em 1932, 12 em 1933, 35 em 1934, e 20 greves até o início da repressão mais sistemática em 1935.” Os sindicatos tiveram participação expressiva nas manifestações da ANL. A movimentação operária dos anos 1934-1935, somada às expectativas dos comunistas com relação ao que julgavam ser um momento revolucionário, levou o PCB a liderar a formação da Frente Única Sindical em 1934, que organizou um congresso nacional em maio de 1935 que deliberou pela criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL e no manifesto lido no ato realizado em 5 de julho de 1935, falou sobre a instalação de um “Governo Nacional Popular Revolucionário” e afirmou que: “A ideia de assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organiza-las e dirigi-las” (CARONE, 1973, p. 439). Esse tipo de afirmação acabou sendo aproveitada por Getúlio Vargas como pretexto para utilização da Lei de Segurança Nacional e determinar o fechamento da ANL que foi colocada na ilegalidade.

Uma questão amplamente discutida pela historiografia que trata do PCB é o peso político que deve ser atribuído à IC com relação as ações dos partidos comunistas, e consequentemente, a margem de autonomia das seções nacionais. Isso tanto nas formulações que tratam da definição das estratégias e táticas, como em momentos cruciais como foi o caso dos levantes ocorridos em 1935 no Brasil.

As forças da repressão sempre se referiram às atividades do PCB como simples cumprimento das “ordens de Moscou”, que enviavam os planos e financiavam com o que era apresentado pela imprensa com certo sensacionalismo como “ouro de Moscou”. Aos

²⁴ *A Classe Operária*, n. 174, 11/03/1935.

comunistas brasileiros cabia apenas seguir tais orientações. Isso se fortaleceu bastante com a prisão de estrangeiros que estavam no Brasil em 1935, que eram apresentados como a prova cabal de tal diretiva. Concordo com a análise feita por Marly Vianna (1992) que considerou que a tese do papel do Comintern na organização e condução dos episódios de 1935:

não encontra qualquer apoio nos fatos documentados, e o ‘dedo de Moscou’ não pode ser comprovado nos levantes. (...) Além do mais, desde a morte de Lenin, em 1924, e com plena vigência a partir de 1927, o objetivo do Comintern deixara de ser a revolução mundial e se concentrara na defesa do Estado soviético. (VIANNA, 1992, p. 304)

Os levantes de 1935 estão no contexto de transição entre a linha esquerdista de “classe contra classe” do VI Congresso da IC de 1928, que entre outras coisas compreendia que o capitalismo entrava em uma fase de colapso e que por isso os comunistas deveriam colocar na ordem do dia a tomada ao poder, e a nova orientação oriunda do VII Congresso da IC que passou a defender a formação de frentes populares contra o fascismo. Ainda que possa existir relação entre a tática do VI Congresso e os posicionamentos adotados pelo PCB, fica nítido que a interpretação da conjuntura não tinha eco na realidade. Cabe destacar, no entanto, que os levantes ocorridos em novembro não podem ser atribuídos a tais posicionamentos da direção pecebista, pois mesmo acreditando na insatisfação popular e na disposição das massas, o partido não chegou a planejar nenhuma tomada do poder (VIANNA, 1992, p. 159).

Moisés Vinhas confirma que parte significativa dos dirigentes da época não ficou sabendo das deliberações, que ele atribui ao “braço armado”.

Na verdade, não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 1935. Sequer o Partido teve conhecimento antecipado e participação no levante. Tanto é assim que a maioria dos secretários políticos estaduais desconhecia a decisão tomada, afinal, pelo braço armado do partido que praticamente atuava com independência. (VINHAS, 1982, p. 72)

Após a derrota dos movimentos armados de novembro de 1935, houve brutal repressão aos membros da Aliança Nacional Libertadora, com a prisão de grande número de militantes e dirigentes do PCB o partido foi duramente abalado dificultando suas atividades. A polícia política de Getúlio Vargas, liderada por Filinto Muller, se estruturou para perseguir incessantemente os comunistas, considerados inimigos da nação, sendo que tal aparato atingiu também quem não tinha relação direta com os comunistas, já que o clima de caça às bruxas se entranhou em diversos setores da sociedade brasileira, e qualquer um que fizesse oposição a Vargas poderia ser caracterizado como “comunista”.

Ainda em 1935 foram presos os enviados da IC ao Brasil Rodolfo Ghioldi e sua esposa Carmem, Arthur Ernst Ewert (Harry Berger) e sua esposa Elizabeth Sabrowski (Sabo). No início de 1936 foram presos o Secretário Geral do PCB Antônio Marciel Bomfim (Miranda) e sua companheira, Elvira Copelo. Em março foram detidos Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. Com a prisão desses e de outros militantes e dirigentes a direção do partido foi reestruturada com Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) sendo alçado à condição de novo Secretário Geral, e o que restou do seu Bureau Político formava o Secretariado Nacional (SN) com Honório de Freitas Guimarães e Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora), que visando sobreviver, foram para o nordeste buscar a reorganização partidária, pois a repressão foi muito maior no Rio de Janeiro. Em junho de 1936 chegaram a Recife (PE), depois passaram um tempo em Salvador (BA).

Pelo menos dois grupos disputavam a direção partidária com orientações políticas divergentes. De um lado o Comitê Regional de São Paulo liderado por Hermínio Saccheta, e do outro lado o Secretariado Nacional do PCB, naquele momento tendo como principais dirigentes Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Elias Reginaldo da Silva (André) e Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora).

Se durante 1936 os dois grupos tinham em comum a defesa da palavra de ordem de derrubada de Getúlio, nos anos seguintes gradativamente foram se diferenciando nesse quesito. Para o grupo ligado ao CR de São Paulo a luta contra o integralismo estava vinculada à luta contra Vargas, enquanto o Secretariado Nacional em alguns documentos falava na derrubada de Getúlio, “e em outros passava cada vez mais a orientar-se para uma aliança ou, pelo menos, para uma certa ‘neutralidade’ diante de Vargas e de seu governo, tendo em vista a necessidade de arregimentar forças contra o integralismo, considerado o inimigo maior” (PRESTES, 2001, p. 24).

O partido passou por uma transição entre a defesa da formação de uma frente para a insurreição para a defesa da formação de uma frente para lutar pela democracia. Em ambas as situações compreendia a tarefa colocada como parte da etapa democrático-burguesa ou de libertação nacional. Os primeiros sinais de alteração na tática, só ocorreram a partir do final de 1936 com o documento “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”; depois com “Ganhemos as municipalidades para a democracia”, em que o partido redefiniu a sua noção de democracia em contraposição ao fascismo. E por fim o documento “União Nacional pela democracia e pela paz” que consolidou a transição da orientação

política para a nova tática que priorizava a construção de uma frente interclassista com todos, inclusive Vargas, contra o fascismo.

Mesmo após as derrotas dos movimentos de 1935, os comunistas mantiveram por algum tempo a defesa da tática insurrecional para a derrubada de Getúlio Vargas e a defesa de um Governo Nacional Popular Revolucionário (GNPR). Na avaliação feita pelo Secretariado Nacional do PCB em 1936 havia uma nova “ascensão do movimento revolucionário”, pois o país estava assistindo a “desagregação das forças governistas” e ao “amadurecimento das condições para a insurreição”.²⁵

Para Sena Júnior, (2009) a partir da segunda metade de 1936 o Secretariado Nacional do PCB buscou retomar a proposta da formação de uma frente que pudesse reunir os diversos segmentos de oposição à Getúlio, ao tempo em que realizaram uma pequena alteração na tática na medida que passaram a reivindicar a defesa da democracia, sem abrir mão da luta pela derrubada de Vargas. Foi uma maneira de lutar por aspectos da “democracia burguesa, como as liberdades civis, as eleições e os direitos do cidadão, antes menosprezados pelos pecebistas.” (SENA JÚNIOR, 2009, p.41)

Pelas análises feitas pela direção do PCB no documento “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes” a linha do partido junto à Aliança Nacional Libertadora teria sido sectária e esquerdista, fruto “de uma posição falsa com referência à burguesia nacional motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira”. Segundo essa autocrítica, a burguesia nacional e setores da pequena burguesia foram afastados da ANL, que por esse motivo não se tornou uma frente de classes necessária para a “Revolução Nacional Libertadora” facilitando as acusações daqueles que tratavam a ANL como simples fachada do PCB.²⁶

Segundo os pecebistas os trotskistas defendiam que a revolução democrático-burguesa já teria sido consumada no Brasil com a proclamação da República e por isso a tarefa imediata deveria ser a “luta pela ditadura do proletariado desde já”. Discordavam de tal posição, pois para a direção do PCB a dominação imperialista impedia o desenvolvimento industrial mantendo o país agrário fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos industrializados, além disso, ao lado de alguns progressos na agricultura permaneceriam “as formas semi-feudais e semi-escravagistas de exploração dos assalariados agrícolas e das grandes massas de camponeses que constituem a maioria da população do país”. Em

²⁵ Situação do movimento revolucionário no Brasil. Relatório do SN do PCB, 23/05/1936. CEDEM/UNESP. Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo 4.

²⁶ A Marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes. SN do PCB. CEDEM/ UNESP, Fundo IC. 495.29.96, rolo 5.

decorrência disso, considerou a existência de uma burguesia nacional que é oprimida pelo imperialismo e por isso poderia ser revolucionária na etapa nacional libertadora. A tarefa que estaria colocada então seria a de se aproximar dessa burguesia, levando-a para o campo dos aliados contra o imperialismo.²⁷

Para Sena Júnior, esse documento demonstra não apenas a incorporação da burguesia nacional como parte de uma frente, mas “concedem a esse setor, e à pequena burguesia, o papel preponderante entre as forças motrizes da revolução nacional-libertadora no Brasil, ainda que juntamente com o proletariado” (SENA JÚNIOR, 2009, p. 46). Tal opinião é compartilhada por Dainis Karepovs (2003):

Por meio da nova orientação aí expressa, a hegemonia do processo revolucionário passaria das mãos do proletariado e seus aliados circunstanciais para as da burguesia nacional. Seria uma revolução que, opondo-se ao imperialismo, desembocaria em um governo hegemônico pela burguesia nacional. Somente a partir deste governo é que o proletariado poderia começar a caminhar por si. (KAREPOVS, 2003, p. 128)

Sobre a hegemonia burguesa, destaco alguns trechos do documento que demonstram certa desconfiança: “Sabemos perfeitamente que a burguesia nacional não será consequente, como não tem sido, nessa luta. Mas nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual.”²⁸ Afirmar que ela não será consequente nos parece uma caracterização no mínimo cautelosa do papel a ser desempenhado pela burguesia. E ao tratar do proletariado na revolução nacional libertadora, o texto afirmou que um dos equívocos foi o medo dos aliados, por temer perder a hegemonia do proletariado, em virtude disso:

[...] restringimos a participação das classes que devemos e podemos mobilizar para a luta contra o imperialismo, mobilizando apenas os elementos que aceitam a hegemonia porque são simpatizantes do comunismo [...]. Não compreendemos que a hegemonia do proletariado se impõe de ante-mão, mas se conquista no decorrer das lutas.²⁹

Ou seja, da conquista da hegemonia pelo proletariado no decorrer das lutas, ainda que de fato, incorpore a burguesia como força motriz do processo revolucionário, ao lado do proletariado, da pequena burguesia e do campesinato.

Como parte do processo de transição para a nova tática, em março de 1937 foi publicado pelo Comitê Regional da Bahia o documento “Ganhemos as municipalidades para a

²⁷ Idem

²⁸ A Marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes. SN do PCB. CEDEM/ UNESP, Fundo IC. 495.29.96, rolo 5.

²⁹ Idem

democracia”, que fez autocrítica a respeito das tentativas de desencadeamento das guerrilhas e orientou que os militantes do partido precisavam de “uma reeducação dos seus quadros no sentido do trabalho legal de massas e na preparação do povo para a luta pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo”, levantando problemas da população que pudessem ser resolvidos nos marcos da “democracia burguesa e não pelos soviets”, e por fim valorizou a participação no processo eleitoral. O Secretariado Nacional, que se encontrava na Bahia, divulgou o documento nacionalmente, demonstrando concordância com os posicionamentos emitidos.³⁰

Anita Prestes chama a atenção do documento não fazer nenhuma referência ao governo Vargas. Para ela esse apagamento já seria parte do processo de aproximação, tratando como coisas distintas o combate ao fascismo, integralismo, imperialismo e a luta contra Vargas (PRESTES, 2001, p. 28).

O quadro de disputa interna no PCB se agravou no decorrer de 1937 diante do lançamento das candidaturas de Armando Sales e José Américo para as eleições presidenciais que estavam previstas para acontecer em janeiro de 1938. O CR de São Paulo estava inclinado a apoiar Armando Sales, visto como o candidato anti-Getúlio, mas defendeu que deveria haver algum tipo de compromisso prévio do candidato com uma plataforma a ser discutida.

Na medida em que o integralismo crescia, se transformou em partido político ainda em 1936 e passaram a construir a candidatura de Plínio Salgado para a presidência da República. Para a direção do PCB era necessário se colocar como defensor da democracia e estavam dispostos a apoiar um dos outros dois candidatos à sucessão presidencial, Armando Salles ou José Américo.

Inicialmente o Secretariado Nacional (SN) condicionou esse possível apoio a um programa que assumisse a democracia, o combate ao integralismo, a defesa da constituição de 1934 sem as emendas de cunho repressor, o reestabelecimento das liberdades e a anistia aos presos políticos. Postura próxima a do CR de São Paulo, de apoiar o candidato que se comprometesse a defender algumas medidas democráticas.³¹ Contudo, em reunião ocorrida em agosto de 1937, o SN aprovou apoio a José Américo sem condicionamento a nenhum tipo de compromisso por parte do candidato.

³⁰ Ganhemos as municipalidades para a democracia! (Aos comitês Regionais, Comitês Locais e Células do PCB) Circular editada pelo CR da Bahia, em 01/03/1937 e reeditada pelo SN do PCB em 01/04/1937. FHS, pasta 32. Apud. PRESTES, Anita. Da insurreição armada à União Nacional. 2001. p. 28

³¹ Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista diante dos candidatos à sucessão presidencial. 28/05/1937. Assinado pelo Bureau político do CC do PCB. Fundo Hermínio Saccheta (FHC), pasta 33. Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP. Apud. PRESTES, Anita. 2001, p. 26

Para Anita Prestes (2001) a principal divergência nesse momento era a defesa por parte do SN de que o combate ao integralismo, ao lado do nazi-fascismo era o principal inimigo a ser enfrentado, enquanto o CR de São Paulo compreendia que o combate ao integralismo não deveria ser desvinculada do combate ao governo Vargas, classificado como uma ditadura fascista.

Enquanto isso Getúlio Vargas apenas aparentemente aceitava as candidaturas, pois preparava o golpe de Estado contando com a ajuda dos integralistas. Portanto, ao adotar a postura de priorizar o ataque aos integralistas, o SN não percebeu que naquele momento os integralistas eram aliados de Vargas e ambos se fortaleciam com o discurso anticomunista que serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo.

As divergências se aprofundaram com questões relacionadas a quais setores deveriam compor o arco de alianças nessa frente antifascista, que para os membros do SN poderia incluir inclusive setores do próprio governo Vargas, e culminaram em novembro de 1937 com a expulsão dos dirigentes Hermínio Sacchetta, Hílio de Lacerda Manna e Heitor Ferreira Lima acusados de fracionistas, contra-revolucionários e depois rotulados como trotskistas. Para Dainis Karepovs:

Tal cisão, que tinha como um de seus pontos centrais de divergência o papel da burguesia nacional na revolução brasileira, acabou, por conta da intervenção da IC, em combinação com a prisão de boa parte dos que foram acusados de trotskismo, definindo-se em favor do grupo de Bangu. Algum tempo depois, efetivamente, alguns deles acabaram juntando-se ao grupo brasileiro que defendia as ideias de Leon Trotsky. Esse episódio passou para a história do PCB como uma cisão trotskista. (KAREPOVS, 2003, p. 17)

No mesmo mês ocorreu o golpe do Estado Novo e as duas frações caracterizaram o episódio como um golpe fascista.

A divergência principal entre as duas facções dizia respeito ao modo de se impedir a ‘consolidação do fascismo no poder’, já que o BP propunha a formação de uma ‘ampla Frente Antifascista de Libertação Nacional’, que deveria lutar pelas ‘promessas’ de Getúlio e pelo restabelecimento da ‘democracia’ e onde o PCB não teria um papel definido a priori, enquanto o CCP defendia o ponto de vista de que os comunistas deveriam travar uma luta pela autonomia e preponderância do Partido numa necessária política de alianças de classes, nos moldes *frente populistas* definidos pela IC. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 64)³²

O Golpe do Estado Novo usando como justificativa o falso “Plano Cohen” reacendeu o anticomunismo, e foi idealizado e apoiado pelas forças integralistas. No entanto, com um discurso de uma pátria sem estados e sem partidos, a AIB também foi colocada na ilegalidade

³² O grupo liderado por Hermínio Sacchetta criou um Comitê Central Provisório durante 1937.

ainda em dezembro de 1937, atingindo parcialmente os planos de poder dos “verdes”. Insatisfeitos, tentaram um golpe contra Getúlio em março e outro em maio de 1938.

A partir de março de 1938, após a Alemanha anexar a Áustria, o governo Vargas anunciou a descoberta de um plano integralista para derrubar o governo, que foi sufocado. Ainda em março foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, o ex-embaixador em Washington, Osvaldo Aranha, defensor da aproximação com os Estados Unidos e contrário à Alemanha. Esses fatores levaram o governo a assumir uma nova postura de enfrentar as atividades nazistas e integralistas. Logo depois, em abril de 1938 foi publicado um decreto que colocou as organizações políticas estrangeiras na ilegalidade. Residências de nazistas foram invadidas pela polícia e fardo material foi apreendido. Ocorreram prisões e deportações de membros do Partido Nazista.

Antes do decreto, em 28 de março de 1938 o PCB lançou o documento *União Nacional pela Democracia e pela Paz!* Documento que marca a culminância dessa transição entre a linha insurrecional para a linha da institucionalidade com a ação nos marcos da democracia burguesa, com o abandono da consigna de derrubada do governo Vargas, passando a considerar a aliança com os chamados “setores democráticos” do governo para o combate ao nazi-fascismo. Conclamando à “união entre governos e povo dos países democráticos para a defesa da democracia e da paz, para a resistência ativa contra o imperialismo fascista”, o PCB declarou que: “apoia sem reservas a atitude do Sr. Osvaldo Aranha”.³³

Pela análise dos pecebistas o momento político era de acirramento e exigia tomada de posição contra o fascismo. Mesmo reconhecendo o Estado Novo como fascista, acreditavam que o governo havia sido obrigado a recuos pela “resistência velada que se generalizou, a pressão externa dos países vinculados ao Brasil por grandes interesses econômicos”.³⁴

Ao tratar do perigo de golpe dos integralistas acreditavam que as ameaças permaneciam vivas, com o perigo iminente de novos golpes, pois teriam sido:

superficialmente desarticulado mas os focos de conspiração e atividades fascistas continuam impunes, existindo um ambiente favorável ao seu rápido desenvolvimento. Esse ambiente é produto da orientação anti-democrática e anti-popular impressa à política nacional com o golpe de estado de 10 de novembro e do

³³ União Nacional pela democracia e pela Paz! RJ, 28/03/1938, assinado pelo Bureau Político do PCB. Publicado em *A Classe Operária*, SP, nº 207, abril/1938.

³⁴ O Momento político nacional e os fracassos do governo de Getúlio. *A Classe Operária*, n. 207, Abril de 1938.

apoio da ala reacionária do governo de Getúlio, da complacência inadmissível e ajuda criminosa desses elementos ao integralismo nazista.³⁵

Simultaneamente a esse posicionamento que indicava a presença de uma ala reacionária no governo que cumpria o papel de contribuir com o golpe integralista, consideravam a existência de uma ala democrática, que era capitaneada pelo ministro das relações exteriores, Osvaldo Aranha. Com base nessa análise de que o Governo Vargas estaria em disputa, o partido defendeu possíveis ações do governo pela democracia:

Diante da ameaça fascista que pesa sobre o mundo e particularmente sobre nosso país não é possível que as forças democráticas continuem divididas. O Partido Comunista do Brasil, apoiando a atitude do ministro Osvaldo Aranha, declara que apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar nosso país de uma agressão nazista. Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais inclusive o Sr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é de seu dever, a se opor à investida do fascismo.³⁶

No mês seguinte ao decreto, em maio de 1938 houve nova tentativa de golpe integralista, dos insatisfeitos com as medidas restritivas adotadas pelo governo. A iniciativa foi logo sufocada. Esse episódio acabou por contribuir com a consolidação do Estado Novo, com Vargas saindo prestigiado.

Comunistas presos na cadeia de Ilha Grande enviaram telegrama para Getúlio congratulando a nação na pessoa do mandatário pelo esmagamento da “intentona integralista”, e declararam que “nos colocamos ao lado do governo de V. Excia., na luta contra o integralismo e seus mandantes e adjutores estrangeiros, em defesa da integridade, da soberania e do progresso nacionais”.³⁷

Definitivamente o PCB havia feito a transição para a nova tática. Outros documentos do PCB vão ratificar tais posicionamentos com a defesa da união nacional entre povo e governo, pela formação de um governo de frente nacional. Não estabeleceram nenhum critério do ponto de vista partidário, ou de classe.³⁸

Anita Prestes levanta alguns questionamentos sobre a possível relação entre a adoção da nova linha pelo PCB e as linhas adotadas pela IC: se a Frente passou a ser defendida pela IC no VII Congresso em 1935, e mesmo após a experiência de frente com a ANL, como o PCB passou mais de dois anos para fazer a mudança tática para a União Nacional? “Seria

³⁵ União Nacional pela democracia e pela paz. A Classe Operária, n. 207, Abril de 1938.

³⁶ Idem.

³⁷ Carta a Getúlio Vargas, Ilha Grande, 12/05/1938, (GV 38.05.13), apud. PRESTES, 2001, p.41

³⁸ Resolução do Bureau Político ampliado do PCB, outubro de 1938. Processo 827, TSN. AN. Apud. PRESTES, 2001, p. 45

válido [...] explicar a política de “União Nacional” defendida pelo PCB como mera decorrência da linha geral do movimento comunista internacional”? (PRESTES, 2001, p. 50)

O questionamento é pertinente, pois a decisão do PCB de participar da Aliança Nacional Libertadora foi tomada quando seus dirigentes estavam em Moscou, no final de 1934, nesse momento já se processava no interior da IC as alterações da tática que se consolidaram no VII Congresso com o abandono da política de “Classe contra classe” e adoção da política de frente. Caso usássemos como explicação para as viradas nas posições do PCB apenas as mudanças na IC, como explicar que em meio aos debates do VII Congresso o partido adotou a defesa da tática insurrecional em 1935, e em 1938 adotou a “União Nacional” que incluía Getúlio Vargas? Portanto, apenas as posições da IC não explicam tais viradas. E é bom ressaltar que após 1935 os contatos entre os membros da direção do PCB com a IC ficaram mais difíceis pelo grau de repressão policial que o partido estava submetido.

Uma demonstração de que o posicionamento adotado pelo PCB não pode ser explicado apenas como reflexo da IC é observado na postura do PCB durante o pacto germano soviético. Em agosto de 1939 foi assinado o pacto de não agressão entre a Alemanha e a URSS, que durou até o ataque alemão em junho de 1941. Nesse intervalo a IC abriu mão da tática das frentes antifascistas, assumindo postura de neutralidade diante do conflito, para adotar a “luta contra a guerra imperialista”, retomando algumas posições sectárias anteriores ao VII Congresso da IC, e o imperialismo inglês passou a ser considerado o grande inimigo a se combater. Tais posicionamentos duraram até a agressão alemã, quando a IC retomou a política de *União Nacional*, mais ampla possível.

Com certa ambiguidade o PCB defendeu a assinatura do pacto e em vários documentos se manifestou apoiando a neutralidade do governo brasileiro diante da guerra, ao mesmo tempo, diferente da IC, não abandonou a política da “união nacional”, solidarizando-se com o governo “contra o fascismo internacional e também contra os imperialismos”, colocado agora no plural.

No cenário da Guerra, o governo Vargas inicialmente adotou postura de neutralidade, oscilando entre suas diferentes alas, popularmente designadas de americanófilos e germanófilos, mas ao mesmo tempo tentando tirar proveito dos EUA - que refirmava um discurso pan-americanista - com o financiamento de uma siderúrgica de grande porte. Na opinião pública cresceu a defesa da união nacional com Getúlio, no enfrentamento ao nazi-fascismo e ao integralismo, visto como quinta-coluna.

Anita Prestes, a partir das análises feitas por Hobsbawm, defende que no Brasil eclodiu um determinado tipo de “nacionalismo antifascista” que “emergiu no contexto de uma guerra civil-ideológica internacional, na qual uma parte das numerosas classes dominantes nacionais pareciam optar por um alinhamento político internacional das direitas, e por Estados identificados como ele” (HOBSBAWM, 1990, p. 174-175 Apud. PRESTES, 2001, p. 61-62).

Segundo tal raciocínio, nesse alinhamento os partidos de direita acabaram por abrir mão do discurso patriótico, o que facilitou as esquerdas assumirem a bandeira da defesa nacional. Manifestações populares ocorreram em várias cidades do Brasil impulsionadas pelo ataque a Pearl Harbor e pelo afundamento de navios brasileiros pela Alemanha. Em Salvador (BA) estudantes se organizaram em passeatas, com participação dos comunistas. E Vargas teria sido pressionado internamente pela população para se posicionar contra o eixo. Da mesma maneira, esse nacionalismo antifascista levou os comunistas a permanecerem vinculados a tática da união nacional durante o biênio da neutralidade da IC.

Se durante o intervalo da neutralidade, na vigência do pacto de não agressão a guerra era descrita como a disputa entre o imperialismo alemão contra o imperialismo franco-britânico, após a invasão da URSS pelos nazistas, o chamamento passou a ser pela formação de uma frente ampla contra o nazismo. O PCB apelava à união nacional “com todos segmentos da vida brasileira, para a defesa da pátria e combate ao inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo. A unidade do povo brasileiro levará, inevitavelmente, à derrota do Estado Novo” (FALCÃO, 1988, p. 138 apud. PRESTES, 2001, p. 66).

Em janeiro de 1942 dois dirigentes do PCB da Bahia, João Falcão e Diógenes Arruda mantiveram contato com o Bureau Sul-Americano da IC.

A própria linha política de união nacional, já adotada pelos comunistas brasileiros, necessitava de uma análise mais acurada, diante da resistência de setores antifascistas e opositoristas, inconformados com o apoio ao regime, ainda que em nome da defesa nacional. Essas facções acreditavam ser aquele o momento oportuno para se unirem todas as forças democráticas e antifascistas em defesa de nossa pátria, ameaçada pelo nazi-fascismo e, simultaneamente, para a derrubada de Getúlio. [...] Depois de muitos dias e noites de trabalho, foi mantida a linha política já adotada no Brasil: A União Nacional para a defesa da pátria, ao lado do governo. (FALCÃO, 1988, p. 59 apud. PRESTES, 2001 pp. 70-71)

Para Anita Prestes, o relato da reunião feito por João Falcão é esclarecedor a respeito das resistências e de como a linha da união nacional adotada pelo PCB foi desvinculada das posições da IC, que durante o pacto de não agressão adotara posição diferente. Anita Prestes defende ainda que a palavra de ordem da união nacional provocou intensa mobilização entre as massas populares e setores da elite, resultando no chamado nacionalismo antifascista, mas

que não foi fruto de uma ação dirigida pelo PCB que naquele momento estava esfacelado por anos de repressão.

A política de 'União Nacional' não foi uma criação do PCB ou da IC; resultou da situação histórica concreta existente no país e no mundo nos anos de 1938-45. A 'União Nacional', no Brasil, refletiu a combinação específica de uma série de fatores nacionais e internacionais presentes naquele período, fatores que terminariam por levar as potências do Eixo à derrota. (PRESTES, 2001, p. 94)

Gradativamente o PCB foi acrescentando à palavra de ordem da *União Nacional* bandeiras relacionadas à redemocratização do país. Ainda em 1942, Luiz Carlos Prestes afirmaria que:

É necessário abrir as prisões onde se encontram os mais consequentes lutadores antifascistas, porque só assim, consolidada a União Nacional, será possível esmagar a quinta-coluna e desmascarar os agentes do inimigo que se escondem nas posições elevadas do aparelho estatal.³⁹

Prestes se manifestara favorável ao apoio a Vargas. Em março de 1944 escreveu que o “essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isso precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído”, mas ao mesmo tempo exigir do governo medidas democratizantes como a “revogação das leis “que impedem ou limitam as liberdades populares”, “anistia para todos os presos políticos” e “medidas práticas imediatas, eficientes contra a carestia de vida, contra a fome, a miséria, as doenças, etc”⁴⁰ Após o Brasil se posicionar ao lado dos aliados na Segunda Guerra, passaram a acreditar que seria possível após a guerra perdurar a União Nacional.

Para Anita Prestes, a interpretação limitada que os comunistas teriam das condições do país onde não enxergavam desenvolvimento capitalista, acreditando na existência de restos feudais, foi responsável pela definição da estratégia equivocada da revolução em duas etapas, que se desdobrou em táticas também equivocadas. Criou a dificuldade do partido formular uma orientação que pudesse combater o nazi-fascismo, lutar pela democracia no país e “o empenho necessário para a construção das forças sociais e políticas capazes de levarem adiante um projeto voltado para a emancipação econômica e social do país. Um projeto que apontasse para uma efetiva transformação socialista, conforme constava dos documentos programáticos do PCB” (PRESTES, 2001, p. 93).

³⁹ Telegrama de Luiz Carlos Prestes a La Razón (Montevideu), 21/08/1942, original manuscrito, in NA-IJ, cx. 1401 _ Pasta “Caso L. C. Prestes”. Apud. PRESTES, 2001, p.73

⁴⁰ Comentário a um documento aliancista, aparecido nos últimos meses de 1943, Rio de Janeiro, 14/03/1944, in: Prestes (s/d:45) apud. PRESTES, 2001, p.79

Seguindo essa perspectiva, Anita Prestes afirma que os problemas relacionados com a definição da estratégia tiveram “como consequência a transformação do PCB num partido sob influência das ideias nacionalistas presentes na sociedade brasileira. Um partido progressista, em que, entretanto, o conflito entre trabalho e capital ficaria relegado a segundo plano”. O PCB não teria atuado como um partido comunista, na medida em que sua estratégia teria criado um impasse, de atuar voltado para a revolução democrático-burguesa (PRESTES, 2001, p. 93). Levando o partido para “a política de conciliação de classe, de subestimação do trabalho junto à grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB” (PRESTES, 1980, p. 206). A análise da atuação dos comunistas nos meios operários a partir da anistia de 1945 não corrobora com esse posicionamento de subestimação do trabalho.

Existem algumas diferenças na historiografia no que se refere ao processo de transição entre a tática insurrecional e a união nacional. Para Anita Prestes a mudança de posição teve relação direta com o contexto nacional, sendo a questão central a posição em torno de Vargas. A união nacional não foi uma bandeira do PCB, e ele teria sido muito mais empurrado para ela. Para Carlos Zacarias o elemento definidor da nova política adotada pelo partido foi a orientação do movimento comunista internacional através da IC. Acredito que as posições da IC influenciavam os comunistas brasileiros, mas não foi o único elemento definidor nem dos levantes de 1935 e nem da virada tática, pois os pecebistas fizeram a sua própria leitura da realidade brasileira, da conjuntura e dos posicionamentos adotados pelo governo Vargas.

Ainda sobre a virada tática, para Anita Prestes a motivação seria a preocupação com o crescimento do nazi-fascismo e do integralismo. A autora nem se refere a mudança de perspectiva em torno das forças motrizes da revolução e das mudanças que passaram a incluir a burguesia nacional no elenco dessas forças ao lado do proletariado e da pequena burguesia.

Da mesma forma, no que tange as motivações dos conflitos internos que levaram à cisão que culminou na expulsão do grupo capitaneado por Hermínio Sacheta, para Anita Prestes a questão central da polêmica foi o posicionamento em torno dos possíveis candidatos à presidência da república, e estava ligada a aproximação a Vargas defendida pelos membros do SN. Pois para o SN a principal preocupação deveria ser o combate ao integralismo e o nazi-fascismo, e era em torno disso que estava o gradual afastamento da bandeira de derrubada de Getúlio. Enquanto para Carlos Zacarias (2009) e Deinis Karepovs (2003) a polêmica girava em torno do papel da burguesia como força motriz na revolução brasileira, e como força hegemônica no processo.

1.5. “Valhacouto de comunistas”: O Comitê da Bahia na reorganização do PCB

Buscando refúgio em virtude da repressão que se abateu após novembro de 1935, vários militantes e dirigentes comunistas, inclusive os membros do Secretariado Nacional, chegaram à Bahia. Alguns indícios apontam que o grau de repressão era menor que nos estados do sudeste ou em Recife, por exemplo, onde ocorreu sublevação. “De Alagoas, Lauro Araújo, de Pernambuco, João Rodrigues Sobral, do Rio Grande do Norte, Valdemar Ferreira, e o operário Praxedes, que tivera participação importante no levante de 1935 naquele estado; de São Paulo, Coripeu de Azevedo Marques” (FALCÃO, 1993, pp. 83-85). Do Rio Grande do Norte chegaram ainda Lauro Cortês Lago e o ex-cabo Giocondo Dias, um dos líderes da rebelião de 1935 em Natal, que se juntou ao movimento comunista baiano:

[...] que se fortalecera depois de 1935 graças ao trabalho de universitários, colegas de Carlos Marighela: o estudante de medicina Milton Caires de Brito, e os estudantes de direito Armênio Guedes e Rui Facó. O estudante de agronomia Diógenes de Arruda Câmara, [...] vindo de Pernambuco para a Bahia em 1936, ingressou no partido naquele ano, levado pela mão de Caires de Brito. (DULLES, 1985, p. 125)

Nas palavras de Carlos Lacerda, que estava na Bahia para fazer a campanha presidencial de José Américo, “Juracy tinha criado reputação de liberal e a Bahia se tinha convertido numa espécie de valhacouto de comunistas” (DULLES, 1985, p. 125). A postura de Juracy Magalhães pode ser atribuída a forte presença Integralista no estado, fazendo com que o governador voltasse sua atenção ao combate à AIB, dando certa liberdade aos comunistas. Outro fator importante é que entre os perseguidos de 1935 estava Eliezer Magalhães, irmão de Juracy. Além disso, o governador estava entre aqueles que defendiam a realização das eleições em 1938, tanto que não apoiou o golpe do Estado Novo em novembro de 1937 e foi deposto, sendo substituído por um interventor, coronel Antônio Fernando Dantas.

Essa relativa liberdade de atuação permitiu que o Comitê Regional da Bahia se rearticulasse, contribuísse para a reorganização em outros estados do nordeste e alguns de seus membros contribuíram na construção da Conferência da Mantiqueira, que ocorreu em agosto de 1943 como parte fundamental do processo de reconstrução do PCB.

A partir de dezembro de 1938 o Comitê baiano publicou a revista *Seiva*, com circulação nacional, de caráter legal, com tiragem de 1500 exemplares e tendo como diretores João da Costa Falcão, Virgildal Sena, Eduardo da Silva Guimarães e Emo Duarte. A revista não assumia a identidade comunista e aparecia como uma publicação antifascista, agregando

intelectuais de vários matizes políticos (FALCÃO, 2008, p. 4. Apud. SENA JÚNIOR, 2009, p. 81).

Segundo relatos de João Falcão, de quando compareceu a sua primeira reunião com o Comitê Regional da Bahia em final de 1939, estava assim constituído: João Severiano Torres (Simão / Jordão) operário da construção civil, secretário de organização; Manoel Batista de Souza (Bedegueba), artesão vimeiro, tesoureiro; Manoel Reinaldo Pinheiro (Marcelo), sapateiro, encarregado do trabalho sindical; Diógenes de Arruda Câmara, (Sidrônio) estudante de agronomia e funcionário do Ministério do Trabalho, era o secretário político; Armênio Guedes, recém formado em direito sem exercer a profissão, era o secretário de agitação e propaganda (agit-prop.); Luiz Araújo (Lauro ou Duas Massas), comerciário, “diziam que era uma espécie de delegado da direção nacional”; João Rodrigues Sobral (Lima), “agregado à direção sem função definida” (FALCÃO, 2000, pp. 65-66).

Apesar de desde março de 1938 o PCB admitir caminhar lado a lado com Vargas na luta antifascista, isso não pode ser interpretado como um simples apoio ou aliança. Até porque, do lado do governo, a perseguição aos comunistas continuou. E do lado dos comunistas, as críticas ao Estado Novo, caracterizado como fascista, continuaram junto às campanhas pela libertação dos presos políticos e por democracia.

Em abril de 1940, a polícia prendeu “quase todos os membros da direção nacional do Partido que havia sido recomposta em meado de 1938” (SENA JÚNIOR, 2009, p. 95). Após as prisões ocorridas entre 1939 e 1940, o único membro da direção nacional que estava livre era o operário Domingos Brás, e o CR-BA era um dos únicos que ainda se encontrava em funcionamento e conseguindo ampliar seu contingente.

Também ocorreram prisões entre os dirigentes baianos. Em 1940 foram presos Aristeu Nogueira e Diógenes Arruda Câmara, não atingindo a estrutura do Comitê Regional e o conjunto do trabalho que o partido vinha realizando. Segundo relato de João Falcão, o partido, após três anos de atividade, tinha naquele momento um consistente trabalho no meio estudantil, “uma revista de prestígio e circulação nacional, Seiva, (...) uma atuação permanente, patenteada pela luta aberta contra o inimigo principal, o Estado Novo, denunciado por meio de manifestos clandestinos, reuniões ilegais, movimentos de massa, presença nos sindicatos.” Entre os estudantes havia sete células em funcionamento, com mais de vinte ativistas e no meio operário cerca de treze células entre os portuários, estivadores, trabalhadores da Companhia Linha Circular (telefone, luz e força), panificadores, gráficos, sapateiros, barbeiros, ferroviários (trabalhadores da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, do

governo federal), tecelões, indústria de cigarros, navegação baiana (companhia estatal), comerciários, construção civil, e alfaiates (FALCÃO, 2000, p. 84).

O CR- BA tentou reestabelecer contato com o que restara do partido no sudeste do país e para tal tarefa foi designado o jovem dirigente João Falcão, que através da intermediação de Maxim Carone, que conhecera no movimento estudantil, marcou encontro com Domingos Brás, que após intensas conversas solicitou que Falcão assumisse a tarefa de reestabelecer os contatos com o Bureau Sul Americano da IC em Buenos Aires. Na ocasião se reuniu com Rodolfo Ghioldi, Victorio Codovilla, e mais um representante soviético da IC e outro da Internacional Juvenil Comunista, debateram sobre o quadro político internacional, a situação brasileira, e as tarefas de reorganização do partido no Brasil. A guerra foi caracterizada como conflito imperialista destinada a redivisão do mundo entre os vencedores, marcado pela disputa entre o imperialismo alemão e franco-britânico, sendo que esses, apoiados pelos americanos, objetivavam jogar a Alemanha contra a União Soviética. Para a América Latina, o imperialismo norte americano sempre tentaria impedir o desenvolvimento econômico e a industrialização, deveriam, portanto manter a neutralidade obtendo vantagens e lutando pela sua independência econômica.

Sobre o Brasil foi definida como tarefa para os comunistas a reconstrução partidária, sendo que caberia ao Comitê Regional da Bahia, único organismo credenciado junto à IC, “com o máximo de vigilância e obediência às regras conspirativas” (FALCÃO, 2000, p. 97), evitando contato com as organizações partidárias do Rio de Janeiro e São Paulo, que após as sucessivas prisões, se acreditava estarem infiltradas de agentes da repressão.

Novas prisões ocorreram em 1941, inclusive de Domingo Brás que estava morando em São Paulo. Com as novas prisões e o desbaratamento do Comitê Regional de São Paulo e do novo Comitê Central, pouco restava de organizações partidárias intactas e confiáveis.

Em nova visita de João Falcão a Buenos Aires, dessa vez acompanhado de Arruda Câmara e marcada pela nova conjuntura, após a invasão da União Soviética pelas tropas alemãs e a entrada dos EUA na guerra, após alguns encontros com Rodolfo Ghioldi e Victório Codovilla, da IC e mais os comunistas brasileiros Pedro Motta Lima e o militar Carlos Costa Leite que estavam exilados na Argentina, chegaram a uma posição:

união nacional contra o inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo, no plano internacional e, em decorrência dessa luta, a conquista paulatina, no plano interno, das posições dos fascistas enquistados no governo, denunciando-os e os desmascarando”. (FALCÃO, 2000, p. 147)

Depois da volta de Arruda ao Brasil e da chegada de Fernando de Lacerda, as reuniões foram retomadas e a conclusão foi que o principal objetivo seria o enfrentamento do nazifascismo, acrescentando a posição de Lacerda que era taxativo: “apoio é apoio e que não devíamos temer as palavras. O fundamental, dizia, é o esforço de guerra, é a ajuda que o povo brasileiro pode dar para derrotar o monstro nazista que ameaça a pátria do socialismo” (FALCÃO, 2000, p. 147). Nesse sentido nada poderia ser considerado como obstáculo para o cumprimento desse objetivo, nem mesmo o Estado Novo de Vargas.

João Falcão relata que a princípio ficou chocado, assim como os demais presentes, mas que havia uma autoridade incontestável no Lacerda, que havia morado por nove anos na União Soviética. Conjuntamente com os membros da IC a posição foi tomada e o jovem dirigente brasileiro foi incumbido de escrever um editorial para a revista *Seiva* com “a nova linha política do Partido”, onde a União Nacional seria com Vargas, em defesa da pátria. Foram publicados o editorial intitulado “União Nacional para a defesa da Pátria” e o artigo “Como a juventude deve lutar pela defesa da Pátria”, que o autor descreve como os primeiros documentos divulgados pelo Partido sobre a nova linha política de “União Nacional para a defesa da pátria e para a conquista da democracia” (FALCÃO, 2000, p. 160).

No início de 1943 na primeira reunião do CR-BA um dos pontos de pauta foi a Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (CNOP), que havia sido criada no Rio de Janeiro com a intenção de reorganizar o Partido. A notícia da existência da Comissão havia chegado à Bahia por intermédio de Jorge Amado, recém-libertado da prisão de Ilha Grande, e através do paraense João Amazonas, foragido de passagem pela Bahia, que manteve contato com Giocondo Dias, e marcara um segundo encontro com a presença de João Falcão, membro do Comitê Regional. Após o encontro se verificou que defendiam a linha da União Nacional, apoiando Getúlio, mas diferente da posição dos baianos, esse apoio era “incondicional, para a guerra e para a paz” (FALCÃO, 2000, p. 197).

Além de João Amazonas, a CNOP era formada por Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Pedro Pomar, Júlio Sérgio Machado, Ivan Ribeiro e Francisco Leivas Otero. O CR-BA pouco sabia a respeito, mas em virtude das orientações recebidas da IC, que desconfiava da infiltração de agentes da repressão no partido no Rio de Janeiro e em São Paulo, decidiram não manter relações com a CNOP e nem reconhecer a Comissão como a direção partidária.

Segundo as memórias de João Falcão, entre os pecebistas havia pelo menos quatro posições distintas com relação ao processo de reorganização partidária e sobre a União

Nacional, sendo que todas eram favoráveis. A posição do CNOP de União Nacional com Vargas na guerra e na paz; o CR-BA entendia o apoio a Vargas como esforço de guerra; havia a posição defendida por Fernando de Lacerda, de defesa da autodissolução do PCB, pois acreditava que a União Nacional deveria ser organizada pelo governo, na defesa da nação contra os quinta-colunas. Era na verdade uma transposição da posição adotada de autodissolução da IC ocorrida em 15 de maio de 1943, como forma de demonstrar boa vontade na construção da unidade contra o nazi fascismo. E por último a posição defendida pelo grupo paulista denominado “Comitê de Ação” formado no final de 1943 por Caio Prado Jr, Heitor Ferreira Lima, entre outros, de União Nacional e luta contra o nazi-fascismo, contra Getúlio e o Estado Novo.

Interessante notar que a historiografia trata da existência de três grupos, tendo em vista que as posições de Arruda e dos baianos que estavam atuando em São Paulo junto à CNOP são geralmente interpretadas como sendo as posições do CR-BA.⁴¹ O relato de Moisés Vinhas publicado inicialmente em 1982, como alguém que participou do processo, contribuiu para a difusão dessa versão.

A rigor, quem se organiza é o Comitê Estadual da Bahia, que dispõe de boa capacidade de articulação política; e o grupo do Rio de Janeiro, onde estruturou-se a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) [...] Os primeiros contatos entre os dois grupos serão feitos por Diógenes de Arruda Câmara, da Bahia. Juntos, vão dirigir o processo. (VINHAS, 1982, p.74)

Arruda, que estava morando em São Paulo com a missão de reconstruir o partido, manteve contato com os membros da CNOP que estavam imbuídos da mesma tarefa. Arruda se apresentou como primeiro-secretário do CR-SP e afirmava ter delegação do CR-BA. A partir desse grupo foi organizada a II Conferência Nacional do PCB, que ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira, ocorrida ainda na clandestinidade em agosto de 1943, que elegeu um novo Comitê Central e Luiz Carlos Prestes, que ainda se encontrava na prisão, como seu Secretário Geral, cargo que seria exercido provisoriamente por José Medina Azevedo. Nas resoluções reafirmou as posições da CNOP, de União Nacional com apoio ao governo Vargas.

Desde o início de 1945 eram claros os sinais de que a vitória sobre o nazi-fascismo se aproximava. As notícias que chegavam das frentes de batalha eram animadoras. Internamente a repressão havia afrouxado para os comunistas e concentrava seus esforços em torno dos

⁴¹ São exemplos dessa versão: VINHAS, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982. CARONE, Edgard. O P.C.B. 1922-1934. Vol. 2, São Paulo: Difel, 1982. SEGATTO, Breve História do PCB, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

integralistas, os “quinta-colunas”, e os suspeitos de colaboração com o eixo. Com isso o partido assistiu a um rápido crescimento, e no plano interno resolvia as suas divergências com a CNOP. Foi realizado em fevereiro um Pleno Ampliado com a presença de Arruda Câmara, membro do Comitê Nacional da CNOP, onde houve autocritica, inclusive sobre a participação de Arruda na Conferência da Mantiqueira representando o CR-BA sem autorização (FALCÃO, 2000, p. 236).

1.6. Anistia e união nacional em 1945

Empolgados com os novos ares de semilegalidade, a direção do partido na Bahia resolveu editar um jornal que circularia legalmente, não oficialmente como um jornal do PCB, mas que seguiria a sua orientação e que seria dirigido por um membro do Comitê Regional. Para tal tarefa foi designado o secretário de agitação e propaganda (agit-prop) João Falcão, ao lado de uma comissão nomeada pelo CR-BA formada por Alberto Passos Guimarães, Aristeu Nogueira e João Batista de Lima e Silva.

Para secretaria foi designado João Batista de Lima e Silva, na Chefia da redação Mario Alves, para atuar na redação Alberto Vita, Almir Mattos e Ariston Andrade, já com experiência em outros órgãos. Além de Darwin Brandão, Luiz Henrique Dias Tavares, Carlos Aníbal Correia, Nilo Pinto, Jafé Borges e outros. Aristeu Nogueira cuidava da parte administrativa e financeira e Abrahim Majdalani era gerente, substituído depois por Severino Araújo. João Falcão, membro da direção estadual do PCB era o diretor geral do jornal (FALCÃO, 2000, pp. 236-237).

O jornal se chamou *O Momento*, e foi lançado em abril de 1945, inicialmente com tiragem semanal. O jornal é uma fonte fundamental de informações da atuação dos comunistas nos diversos setores e da relação destes com a direção partidária. A primeira edição foi publicada em 9 de abril de 1945, e na matéria de capa um pedido pela anistia, que viria a ser decretada nove dias depois.

O editorial do primeiro número fez um apelo direcionado “ao povo, ao governo e às correntes políticas” com uma análise do momento e as tarefas colocadas. Acreditava na breve derrota do nazi-fascismo que estabeleceria a paz e que o Brasil estava a caminho da redemocratização. Atribuiu a derrota do nazi-fascismo à união dos povos, com a coligação de países com sistemas de governo capitalistas e socialistas, e que depois disso o mundo não

continuaría o mesmo. Surgiram em decorrência disso, “relações de novo tipo”, entre as nações e entre as classes “dentro de cada país”.

Essas relações de classe de “novo tipo” se apresentariam com “a ação do proletariado, dirigido por seus partidos, cooperando decididamente, com plena independência ideológica e política, com os setores progressistas e democráticos da burguesia”. Era a política da União Nacional que aparecia no periódico do PCB baiano defendendo a “unidade de todas as forças democráticas e progressistas da grande e da pequena indústria, da grande e da pequena propriedade agrária, do comércio e das finanças, das classes médias e do proletariado – para uma saída democrática, pacífica e segura para o Brasil.”⁴²

Para os comunistas baianos essa nova conjuntura foi criada a partir das relações internacionais estabelecidas com a guerra, produzindo consequências pelo mundo, e que no Brasil abriu a perspectiva “para a solução dos problemas nacionais dentro da política da União Nacional, já imposta pelas necessidades da guerra e agora mais do que nunca necessária para levar-se pacificamente a pleno desenvolvimento o ciclo mais importante da nossa história – o ciclo de nossa emancipação econômica, da verdadeira democracia, do bem-estar e da cultura”.

Ainda segundo o editorial, nesse novo momento as nações estariam livres da ação imperialista e dos choques das classes que seriam os obstáculos para tal desenvolvimento. Além disso, é otimista ao interpretar esse novo momento como parte de profundas transformações ocorridas entre a população brasileira, agora com nova mentalidade e com uma nova estrutura social e econômica. Teria ocorrido o desenvolvimento da burguesia nacional, do proletariado e das forças do campo, que desejariam se expressar politicamente e por isso haveria a necessidade de partidos sólidos e progressistas para a democratização por via pacífica. O novo momento “impõe a unidade de todas as forças democráticas e progressistas”, de todas as classes.

Ainda em abril, no dia 18, foi decretada a anistia “que embora limitada, pois os anistiados não conseguiram ser incorporados às suas antigas funções civis ou militares, libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio; sendo conquistada plena liberdade de organização partidária” (SEGATTO, 1989, p. 57). Mais de 600 presos foram libertados, antigos militantes do PCB e da ANL a exemplo de Agildo Barata, o Major Carlos Costa Leite, e Luiz Carlos Prestes. Em fevereiro Vargas publicou decreto fixando prazo de noventa dias para marcar as eleições.

⁴² Ao povo, ao governo e às correntes políticas. *O Momento*, 9 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Na Bahia houve ato público e um comício foi improvisado com bandeiras do Brasil, Inglaterra, EUA e URSS tremulando juntas. Para a maioria daqueles militantes e dirigentes, alguns recém-anistiados, era a primeira vez que poderiam se manifestar publicamente sobre suas convicções políticas. O ato teve a presença e discursos de comunistas e também de representantes de outras vertentes políticas como o jornalista e diretor do jornal *O imparcial* Wilson Lins. Nos discursos dos comunistas se falava na união do povo:

de todas as classes e correntes políticas, a união pela democracia, pelo progresso e pela emancipação da pátria, com o esquecimento de todas as divergências, ressentimentos e ódios. A missão do povo era garantir uma saída democrática e pacífica para a pátria. (FALCÃO, 2000, p. 240)

Naquele momento qual seria o significado daquelas palavras? Se durante o Estado Novo as frações partidárias tinham diferentes interpretações sobre os limites da “União Nacional”, entre o apoio ao ditador para a sua política externa, ou um apoio incondicional, agora com a anistia e com o Estado Novo chegando ao seu final, como tal formulação seria efetivada?

No comício realizado em 23 de maio de 1945 no Estádio de São Januário do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política, Prestes deixou explícita a linha política do partido, em discurso que depois foi publicado sob o título: *União Nacional Para a Democracia e o Progresso*, de onde retirei as próximas citações, em análise longa em virtude do tamanho do documento e pela sua importância.

O Cavaleiro da Esperança afirmou que a nova conjuntura em virtude da vitória na guerra e a paz conquistada foi obra das três grandes nações e construíram a possibilidade “para o período histórico que se inicia de desenvolvimento pacífico para os povos do mundo inteiro”. Essas novas condições históricas deveriam ser tomadas como modelo para o plano interno, e os comunistas não poupariam esforços para soluções “harmônicas e pacíficas de todas as divergências e contradições de classes que porventura nos possam separar e dividir”. Os comunistas estariam dispostos a atuar nos marcos da democracia burguesa, por proporcionar as condições para a aliança entre a classe operária com a pequena burguesia do campo e da cidade, e com o que chamou de “parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador.”⁴³

⁴³ PRESTES, Luiz Carlos. *União Nacional Para a Democracia e o Progresso*.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm> acesso: em 08/01/2020

O partido que havia pegado em armas em 1935 agora se colocava como o esteio máximo da ordem, e fazia a defesa da unificação nacional para a redemocratização do país pela via pacífica, através de eleições e de uma Assembleia Constituinte. A referência para o novo momento era Stalin: "Com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico". (Stálin).

Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar a minoria reacionária e fascista [...] Todos juntos porém, operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares, havemos de vencê-la, dirigir nossa Pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça.⁴⁴

O discurso de Prestes revelou ainda a crença na atuação nos marcos institucionais e na ação parlamentar, em que um parlamento eleito possibilitaria enfrentar problemas estruturais, como o latifúndio, por exemplo:

Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entregá-los ao Estado para que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, de que tanto necessita a nossa indústria.⁴⁵

Seria ainda nos embates do parlamento que se buscaria o progresso do país com a defesa da burguesia nacional contra o capital estrangeiro. Mas salientou que não se tratava de ser contra o capital estrangeiro, pois acreditavam que no novo contexto do pós guerra, após as “decisões históricas de Teerã e Criméia [...] os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira nos seus negócios internos, e assim sendo, o *imperialismo* está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos.”⁴⁶

No que se referia aos conflitos entre capital e trabalho, a crença era que o parlamento reestabeleceria a liberdade sindical, mas seria através de relações harmônicas entre patrões e operários que as reivindicações dos operários por melhores salários e condições de trabalho sendo atendidos “saberão ajudar os patrões, por uma eficiência maior no trabalho, a reduzir os custos de produção, tudo em benefício, afinal, da grande massa consumidora e do progresso

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Idem

nacional”. Caberia então ao proletariado atuar nos seus sindicatos a fim de transformá-lo em instrumento da união nacional, como esteio da ordem, ajudando o governo e os patrões a “encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia.” Exercendo vigilância contra os provocadores fascistas.

Por fim “através do Movimento Unificador dos Trabalhadores havemos de chegar ao organismo nacional da classe operária que assim unida será a grande força dirigente dos acontecimentos, em proveito naturalmente do progresso nacional, do bem estar do nosso povo.” Prestes propôs ainda a organização do povo, para além dos sindicatos, em “comitês populares democráticos” que seriam criados a partir dos locais de moradia e trabalho. Cabendo “todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional.”

Defendeu a realização de eleições e ponderou que haveria o risco dos fascistas e reacionários de tentarem um golpe de Estado e retroceder o processo de reabertura do país, e por isso defendiam que Vargas deveria conduzir tal processo, pois: “apesar de todas as divergências políticas que já nos separaram de S. Excia. contra cujo governo já lutamos de armas na mão, não temos o direito de duvidar do patriotismo do Chefe da Nação.”⁴⁷

Luiz Carlos Prestes, em novo discurso, dessa vez no estádio do Pacaembú em São Paulo, em 15 de Julho de 1945 e publicado posteriormente sob o título: *Organizar o Povo Para a Democracia*, manteve os principais pontos do discurso anteriormente proferido no Rio de Janeiro. Tratou da União Nacional como colaboração dos verdadeiros patriotas independente de classe, religião ou ideologia política, e argumentou como as tarefas colocadas eram de interesse da burguesia, pois se tratava de cumprir a etapa da revolução burguesa e desenvolver o capitalismo, ainda que também fossem de interesse do proletariado, e mais ainda da burguesia nacional que enfrentava a indústria estrangeira.

Sua solução interessa sem dúvida ao proletariado, que, em países como o nosso, sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento econômico capitalista, mas interessa, igualmente, e muito mais ainda, à burguesia nacional progressista, que luta contra a concorrência de uma indústria estrangeira poderosa e moderna, nas condições de um mercado interno miserável que impede o surto industrial ou mesmo comercial considerável.⁴⁸

Portanto, encontramos semelhanças entre o que foi publicado no jornal baiano e nos discursos de Prestes, onde a União Nacional seria a união de todos os progressistas e

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ PRESTES, Luiz Carlos. *Organizar o Povo Para a Democracia*. In: *Problemas Atuais da Democracia*, Editorial Vitória, 1947, pág: 95-119. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/15.htm> Acesso em: 10/01/2020

democratas, a fim de liquidar os últimos restos do fascismo, romper com todos os obstáculos que ainda impedem a livre e rápida expansão do capitalismo no país, e estabelecer novas relações entre as classes.

Com relação ao governo Vargas, o Partido reconhecia as mudanças que vinham ocorrendo com relação aos posicionamentos adotados desde o rompimento das relações com o Eixo em 1942, a declaração de guerra à Alemanha, e em 1943 a decisão de enviar tropas para combater na Guerra. Em agosto de 1945, por ocasião da realização do Pleno do Comitê Central, foram ressaltadas as “vitórias democráticas de 1945” quando:

Depois de quase dez anos de censura à imprensa, cedia o governo aos anseios populares, e o direito de livre manifestação do pensamento, o de reunião e associação, o próprio direito de greve eram rapidamente reconquistados. E o governo, malgrado sua composição em nada modificada, continua a ceder no caminho da democracia. Estabelece relações com os povos soviéticos, concede anistia aos presos políticos, convoca o povo para eleições e sanciona a lei eleitoral que assegura o sufrágio universal direto, secreto e obrigatório.⁴⁹

Nesse mesmo documento destacou que a democratização não poderia ser feita por Ato Adicional, e sim através de uma Assembleia Constituinte, pois qualquer eleição com a Constituição de 1937 em vigor apenas substituiria o homem que estivesse no poder “igualmente armado dos poderes vastos e arbitrários”. O partido entendia que seria necessário primeiro um processo constituinte, para depois haver o processo eleitoral. E que a maneira mais segura seria Vargas conduzir a redemocratização, pois temiam golpe dos setores mais reacionários que permaneciam no governo. Foi esse posicionamento do PCB que levou opositores a o acusarem de estar negociando cargos com Vargas e de ter aderido ao “queremismo”.

⁴⁹ PRESTES, Luiz Carlos. Os comunistas na Luta pela democracia. In: Problemas atuais da democracia. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/luta/cap01.htm#i11>
Acesso em: 10/01/2020

CAPÍTULO II

“O PROLETARIADO SERÁ UM BALUARTE DA ORDEM E DA PAZ”: A ATUAÇÃO JUNTO AOS SINDICATOS NA BAHIA EM 1945

O objetivo desse capítulo é tratar das atividades dos comunistas baianos junto aos sindicatos no contexto da anistia em 1945. Abordei desde a instalação do Comitê Estadual, a criação dos Comitês Democráticos Populares, a criação do MUT e a atuação dos militantes nos sindicatos durante a vigência da linha política de União Nacional e da orientação sindical de “apertar os cintos”.

2.1. A Instalação do Comitê Estadual: os comunistas em busca do povo.

Na primeira metade de 1945 os comunistas avaliavam que o país estava em processo de democratização, caracterizado pela participação na guerra contra o Eixo; pela liberdade de imprensa e fim da censura; reatamento das relações com a URSS; anistia; e perspectivas de eleições. O antigo quadro do PCB, Leôncio Basbaum, descreveu aquele momento explicando que “ainda não estamos gozando de condições de formas democráticas de governo”, mas que estavam em processo transição para a democracia. Salientou que a democratização não se encerraria com a realização de eleições, dividindo o processo em duas etapas. A primeira é a que levaria às eleições, e a segunda é a que começaria após as eleições.

Nessa primeira etapa da democratização as tarefas colocadas seriam: criar condições para a realização das eleições, desmascarar os golpistas e as tentativas de provocar saídas violentas, assim como o “pseudo esquerdista” que desejava “interromper o processo de democratização pacífica e servir aos interesses da quinta-coluna e do nazismo”; organizar o povo em comitês democráticos; que o futuro parlamento tenha o poder de constituinte; lutar pela União Nacional, através de um programa que atenda todas as classes.

Enquanto as tarefas para a segunda etapa seriam: combater a crise econômica e a inflação; atenuar consequência da crise; transformar o país de semicolonial em país independente econômica e politicamente, “visando sobretudo a destruição dos entraves feudais que impedem o nosso progresso”.⁵⁰

Encontramos no texto assinado por Leôncio Bausbaum dois aspectos da orientação defendida pelo PCB naquele momento. Um aspecto tático, que estava relacionado à redemocratização e a perspectiva da realização das eleições, e um segundo aspecto, o estratégico, que em longo prazo estava relacionado com a tese da revolução burguesa como etapa necessária para acabar com os restos feudais.

Foi em meio a essas formulações que atuou o PCB durante 1945. Mesmo antes da anistia decretada em abril de 1945, os comunistas já atuavam em semilegalidade. Em grande cerimônia ocorrida no dia 02 de julho, data simbólica da independência da Bahia, foi instalado oficialmente o Comitê Estadual do PCB na Bahia. A cerimônia aconteceu na sede da Associação dos Empregados no Comércio, e segundo o jornal pecebista *O Momento*, compareceram cerca de cinco mil pessoas, sendo que muitas pessoas não puderam entrar e permaneceram do lado de fora, acompanhando os discursos através de sistema de som instalado na sacada do prédio.

⁵⁰ BASBAUM, Leôncio. A luta pela democratização. *O Momento*, Salvador, 16 de julho 1945, p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Várias autoridades e figuras da política tradicional do estado estiveram presentes ou enviaram representante, como o Secretário de Segurança Pública, Secretário da Agricultura do Estado, Presidente do Tribunal de Apelação, Comandante do Corpo de Bombeiros; e ainda o Reverendo Alfredo Mignac, ministro da Igreja Protestante; os membros do antigo PSD extinto em 1937, o ex-deputado Manuel Novais, acompanhado de Rui Santos e Lafaiette Coutinho e o ex-interventor/governador Juracy Magalhães. Foi registrada a presença de representantes de vários sindicatos, associações, jornais, comitês populares, da capital e do interior do Estado. Membros dos Comitês municipais dos municípios de Ilhéus, Itabuna, Itapira, Alagoinhas, Poções, Nazaré, Feira de Santana, Cachoeira, Canavieiras, Santo Amaro, Itaparica, São Gonçalo dos Campos, o que demonstra como o partido estava crescendo pelo interior do estado.⁵¹

O Comitê instalado tinha como membros Giocondo Alves Dias, Secretário Geral; João Severiano Torres, Manuel Batista de Souza, João da Costa Falcão, Vale Cabral, Antônio Pascasio Bittencourt, Nelson Schaun, Aristeu Nogueira, João do Carmo e Demócrito Carvalho. Vale ressaltar que a antiga militante Antônia Miranda, que era operária tecelã e uma das líderes das greves de 1919 na Bahia, estava compondo a mesa de instalação, quando fez uso da palavra e emitiu uma saudação em nome das mulheres. No entanto, nenhuma mulher fez parte do comitê estadual.

No mesmo mês da instalação do Comitê Estadual, foram instalados os Comitês Municipais em Itabuna, Prado, Alagoinhas e Ilhéus. E em fase de organização, com previsão para o mês seguinte, em Feira de Santana, Nazaré, e Bomfim. A reunião preparatória ocorrida em Ilhéus em 18/07 contou com a presença de 116 militantes.⁵²

Em algumas situações a instalação dos comitês não ocorreu de maneira tranquila. Já que nos anos 1930 algumas regiões da Bahia tiveram fortes núcleos integralistas, que motivados pelo anticomunismo, voltaram a se rearticular. Na instalação do Comitê Municipal de Itabuna, com o apoio do prefeito, partidários do integralismo rasgaram cartazes e faixas e divulgaram pela cidade que não permitiriam a atividade dos comunistas, pois “estavam dispostos a dissolver a sessão à bala e bombas”.⁵³ Houve intervenção policial e assim a cerimônia e as atividades festivas ocorreram sem incidentes. Da mesma forma, quando foi

⁵¹ Nosso único compromisso é com o povo e com os interesses da Bahia. *O Momento*, Salvador, 09 de julho 1945, p. 1, BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵² Instalam-se no interior Comitês Municipais do PCB. *O Momento*, Salvador, 30 de julho 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵³ Cria raízes nos municípios o PCB. *O Momento*, Salvador, 06 de agosto 1945, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

instalado o Comitê em Ibicaraí, antigo distrito de Itabuna, durante o comício e a festa que estavam sendo realizadas em praça pública, os integralistas Justino Marques e Francisco Pinto tentaram dispersar o público com tiros de revólver. Depois arrancaram as faixas e tabuletas do PCB e atearam fogo.⁵⁴

No novo cenário de legalidade os comunistas buscaram criar novos instrumentos de participação popular. No discurso de Prestes, pronunciado em abril no Estádio de São Januário, um dos pontos abordados foi a proposta de criar os comitês populares:

O que convém ao nosso povo, aos homens sensatos e honestos de todas as classes, é que as próximas eleições constituam mais um fator, e considerável, de unificação nacional, de paz, de ordem e tranquilidade. E como conseguir isto? [...] De uma única maneira: pela organização do povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros; comitês populares democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidade, região e Estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional.⁵⁵

O discurso de Prestes repercutiu e o jornal dos comunistas baianos republicou trechos e produziu uma matéria específica sobre a criação dos comitês, inclusive com um passo-a-passo de como deveria ser o processo de organização.⁵⁶ Ainda em junho, quando foi anunciado o lançamento oficial do PCB na Bahia, nas entrevistas de Giocondo Dias e de Carlos Marighela, falaram de anistia, dos princípios de ordem, paz, tranquilidade, e salientaram a importância da instalação dos Comitês Democráticos Populares que estavam sendo criados também na Bahia.⁵⁷

Não tardou muito para os primeiros comitês democráticos e populares serem organizados na Bahia. Tendo em pauta a cobrança da resolução de problemas gerais dos bairros, como a criação de escolas, melhor iluminação, calçamento, criação de postos de saúde, saneamento, vigilância, além do combate ao integralismo, e a defesa de eleições livres e diretas. Segundo os comunistas os comitês não tinham caráter partidário, podendo fazer parte pessoas de orientações políticas distintas. Foi anunciada a criação de várias “Comissões Democráticas Populares” em bairros de Salvador: Estrada da Liberdade, Alto do Peru,

⁵⁴Integralistas fomentam desordens no Sul do Estado. *O Momento*, Salvador, 13 de agosto 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁵ PRESTES, Luiz Carlos. União Nacional Para a Democracia e o Progresso. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm> acesso: em 29/01/2020

⁵⁶ Tarefa de hoje e de amanhã: Façamos da campanha eleitoral uma campanha do povo. *O Momento*, Salvador, 06 de junho 1945, p. 3 BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁷ Lançamento na Bahia do Partido Comunista. *O Momento*, Salvador, 11 de junho 1945, p. 2; BPEB, Setor: Periódicos raros.

Itapagipe, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, e na Fonte Nova, localidade que a reunião de instalação se realizou na sede do Centro Espírita do Castro Neves.

Os comunistas buscavam intensificar sua relação com as massas e os comitês serviam para organizar e politizar também nos seus locais de moradia. Construindo espaços de participação por fora dos organismos formais, o partido tinha então um novo instrumento de ampliar as bases partidárias e sua intervenção na sociedade. A falta de moradia foi um elemento importante na construção de amplas mobilizações em que os comunistas estiveram envolvidos na construção de várias ocupações de terrenos em Salvador.

Também houve a formação de comitês nas cidades do interior do estado. Além de compreender os comitês como instrumento de organização e levantamento das reivindicações populares, apesar da afirmação de não haver cunho partidário, poderia servir para “liquidar com a velha política dos candidatos impostos e do ‘eleitorado de cabresto’, promovendo, eles mesmos, democraticamente, a escolha e a indicação dos candidatos da sua inteira confiança, capazes de defender na Câmara e no Senado o programa de reivindicações unitárias traçado pelos próprios comitês – o que significa, pelo povo organizado”.⁵⁸

Também foram criados comitês por categorias de trabalhadores ou locais de trabalho. Em junho de 1945 foi criada a Comissão democrática e popular dos trabalhadores da empresa Santa Rita no município de Catú. Em Juazeiro foi criada uma Comissão Trabalhista Democrática, que contou com a presença de trabalhadores de várias categorias, e em Salvador foi criada a Comissão Democrática dos Marítimos, Portuários e classes anexas.⁵⁹

O novo cenário, com a anistia, criou clima de relativa liberdade, ainda que continuassem o controle e o intervencionismo por parte do Ministério do Trabalho. Certo entusiasmo marcou os primeiros meses e várias categorias se manifestaram por reajuste salarial, assim como iniciativas de reorganização de sindicatos existentes ou a criação de novas agremiações, que às vezes não tinham o formato de sindicatos, e sim de associações.

Em junho de 1945 foram criadas duas dessas organizações em Ilhéus, cidade do interior do Estado, a Associação dos Profissionais em Artefatos de Couro, e a Associação dos Profissionais Alfaiates de Ilhéus. Novas associações estariam em fase de organização, como os trabalhadores em barbearias, remadores, ferreiros, e os trabalhadores na indústria de

⁵⁸ A política nos municípios. *O Momento*, Salvador, 02 de julho 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁹ Comissão democrática da empresa Santa Rita. *O Momento*, Salvador, 16 de julho 1945, p. 5; Atividades das Comissões Populares democráticas. *O Momento*, Salvador, 06 de agosto de 1945, p. 3; O Momento nos Municípios. *O Momento*, Salvador, 13 de agosto de 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

energia elétrica. Não ficou explícito na matéria se a organização de associações era uma tentativa de driblar o controle dos órgãos governamentais, e com isso estabelecer entidades paralelas aos sindicatos.⁶⁰

Para Vazquez, durante os primeiros meses de 1945, com dificuldades de participação junto aos sindicatos, os comitês ou a criação de associações foram alternativas quando os “trabalhadores buscavam uma estrutura de organização, em cujos planos estava o resgate dos seus sindicatos sem a interferência do Ministério [...] exemplo típico dessa situação foi a fundação da ‘Sociedade Beneficente 8 de maio’, criada pelos ferroviários na Bahia” (VAZQUEZ, 1986, p. 82).

Além das notícias relacionadas às lutas dos trabalhadores, o jornal *O Momento* executava um trabalho de denúncia das péssimas condições de vida, a falta de moradia, os problemas dos transportes, os aumentos das tarifas dos bondes, a inflação dos gêneros de primeira necessidade, e conclamava à organização nos sindicatos, nas associações de moradores, e nos comitês democráticos e populares. Também organizou o Clube de Educação Popular, que durante os meses de abril e maio realizou comícios nos bairros populares, visando “esclarecer o povo acerca dos problemas políticos do momento, sem qualquer orientação partidária [...] elevar a consciência política do povo”.⁶¹

Os comunistas também denunciavam casos de abusos, exploração, não cumprimento das leis trabalhistas, com reportagens ou com a divulgação de cartas recebidas, a exemplo da situação dos trabalhadores da Usina São Bento do Inhatá, onde a empresa estava descontando parte dos salários para higiene e moradia, sendo que não forneciam tais itens, pois a moradia era improvisada em cabanas construídas pelos próprios trabalhadores. Além disso, não recebiam horas extras, e as leis trabalhistas não eram respeitadas. Várias cartas chegavam de inúmeros municípios baianos com esse tipo de denuncia.⁶²

Para o PCB, entre o trabalho de massas, era destacado o sindical como o mais importante, que deveria ser encarado como tarefa essencial para assegurar a democracia. Nesse contexto, caberia ao proletariado o papel dirigente, e só sindicalmente seria possível organizar as grandes massas, garantindo o desenvolvimento da política nacional no sentido da democracia e liberdade. Aos trabalhadores caberia procurar seu sindicato e buscar transformá-

⁶⁰ Movimento sindical. *O Momento*, Salvador, 02 de julho 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁶¹ O povo da Bahia já não encontra onde morar. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros. Os preços aumentaram, no Brasil, 240%, de 1935 a 1944. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros. Fatos da semana – Comícios. *O Momento*, Salvador, 28 maio 1945, p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁶² Situação dos trabalhadores da Uzina S. Bento do Inhatá. *O Momento*, Salvador, 28 maio 1945, p. 3 BPEB, Setor: Periódicos raros.

lo em instrumento da união nacional e “garantia máxima da ordem interna”. Seria através dos sindicatos que a classe operária ajudaria “o governo e os patrões a encontrarem soluções práticas, rápidas e eficientes para os problemas econômicos [...]. E através do Movimento Unificador dos Trabalhadores havemos de chegar ao organismo nacional da classe operária que assim unido será a grande força dirigente dos acontecimentos em proveito naturalmente do progresso nacional, do bem-estar do nosso povo.”⁶³

2.2. O sindicalismo na Bahia em 1945

Em meados do século XX foi cunhada a expressão “enigma baiano”, para se referir ao suposto mistério da não industrialização da Bahia. Aparentemente criada pelo então candidato a governador Octávio Mangabeira e depois reafirmada por alguns intelectuais que se propuseram a analisar o assunto, a exemplo de Manoel Pinto de Aguiar que escreveu “Notas sobre o enigma baiano” (1958).

Francisco de Oliveira (1987) ao escrever sobre a formação das classes sociais na Bahia, parte da interpretação do chamado “enigma baiano” para constatar o quanto a Bahia herdou, ainda em meados do século XX, elementos da estrutura econômica e social do período colonial e escravocrata, que só seriam ultrapassados com a industrialização que foi impulsionada a partir da década de 1960 com a indústria petrolífera.

O atraso seria uma das marcas dos demais setores do operariado, e as ideologias regionalista e nacionalista teriam interferido no processo de formação da consciência de classe desses operários. Um “simbólico dissimulador” com a baianidade e a nordestinidade obscurecendo os conflitos de classe (OLIVEIRA, 1987, p. 107).

Na mesma perspectiva, Antônio Sergio Guimarães dividiu a história da formação das classes na Bahia tendo como referência 1960, pois teria sido a partir desse momento que o “proletariado deixou de ser a parcela quase insignificante que era no início dos anos cinquenta”. (GUIMARÃES, 1998, p.48) Assim como Francisco de Oliveira, considera que a partir da década de 1960:

o novo segmento operário, ligado às atividades petrolíferas, encontrou, ao longo dos anos, os limites de sua ação reivindicatória e de formação da sua identidade social

⁶³ PRESTES, Luiz Carlos. União Nacional Para a Democracia e o Progresso.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm> acesso: em 02/12/2021

numa ideologia desenvolvimentista percebida numa perspectiva regionalista. É, aliás, esta a especificidade do movimento sindical baiano vis-à-vis o movimento sindical brasileiro, ele também desenvolvimentista e populista. (GUIMARÃES, 1998, p. 51)

Para Guimarães, a repressão que se seguiu ao golpe de 1964, com inúmeras intervenções nos sindicatos, desorganizou o que havia entre “petroleiros, bancários, ferroviários e portuários, então a vanguarda da classe”. E com isso destruiu o maior feito da burguesia, que foi a “hegemonia política e cultural sobre os trabalhadores, expressada por meio do projeto desenvolvimentista” (GUIMARÃES, 1998 p. 56). Temos nesses dois autores a tese de que os trabalhadores baianos tinham dificuldades em se reconhecerem enquanto classe, pois o antagonismo seria escamoteado com a hegemonia burguesa pela força do desenvolvimentismo.

Sobre esses trabalhadores se constituírem ou não enquanto classe, José Raimundo Fontes compreende que a resposta depende do prisma teórico-conceitual: “Ao meu ver, ao longo do período histórico considerado, existem formas de manifestação e expressões sociais que são singulares aos trabalhadores e que conformam um movimento de classe” (FONTES, 1997, p. 31).

Nessa tese, nosso foco não é o grau de organização dos trabalhadores, e sim a relação entre os militantes comunistas e o movimento sindical existente na Bahia a partir de 1945. Os dados apresentados são no sentido demonstrar, ainda que de forma panorâmica o que seria o movimento sindical baiano, a existência de grande número de trabalhadores sindicalizados e de entidades no período.

De acordo com o Censo de 1940, a população da Bahia estava concentrada na zona rural com 2.980.541 habitantes, correspondendo a 76,07%, e apenas 937.571 correspondendo a 23,93% de habitantes na zona urbana. Com baixo nível de industrialização, quando comparado aos estados do sudeste, do total de 3.918.112 habitantes, 2.759.501 faziam parte da população economicamente ativa. Desse total, 92.870 trabalhavam em indústrias de transformação, incluindo nesses números a construção civil, a produção têxtil, os produtos alimentícios, as metalúrgicas e as indústrias mecânicas, entre outros. Havia ainda 50.659 pessoas que atuavam em atividades comerciais, incluindo armazenagem e serviços complementares, e com diferentes vínculos entre empregados e autônomos; E no setor de transporte e comunicação 26.960 pessoas (FONTES, 1997, p. 29).

Nessa visão panorâmica, fica evidenciado que a classe operária na Bahia está em processo de formação e expressa, no plano das relações sociais de produção, o estágio de desenvolvimento econômico do Estado, que nos anos 40, ainda

permanece numa fase de transição de uma estrutura agrária tradicional, então hegemônica, para formas urbano-mercantis de feições industriais, apenas em gestação. De qualquer modo, há uma parcela considerável da população que experimenta a condição operária, que vivencia a situação de assalariamento, em formas concretas distintas. (FONTES, 1997, p. 30)

Ainda no século XIX, durante a escravidão, artífices se organizaram em sociedades mutualista, tendo origem na Bahia em 1832 a Sociedade Montepio dos Artistas, e a Sociedade Protetora dos Desvalidos. Várias outras entidades de caráter mutualista foram fundadas na capital e no interior entre o século XIX e início do século XX, tendo surgido também sociedades com características assistencialistas, sindicais, e outras de caráter misto.

Através de amplo levantamento dos sindicatos existentes na Bahia, quando analisou as relações entre sindicato e Estado, estabelecendo como marco 1930, e tendo como parâmetro o ano da sua oficialização, José Raimundo Fontes (1997) apresentou dados interessantes.

Tabela 1- Sindicatos de empregados existentes na Bahia, segundo o ano de oficialização: 1931-1947

ANO	CAPITAL Nº Absoluto/Acumulado	INTERIOR Nº Absoluto/Acumulado	TOTAL/ ABSOLUTO	TOTAL/ ACUMULA DO
1931	01	-	--	01
1932	05	06	--	05
1933	23	29	02	25
1934	12	41	12	14
1935	02	43	06	20
1936	02	45	16	36
1937	02	47	04	40
1938	03	50	01	41
1939	04	54	05	46
1940	01	55	--	01
1941	01	56	--	01
1942	02	58	02	48
1943	01	59	04	52
1944	02	61	--	--
1945	02	63	06	58
1946	03	66	05	63
1947	04	--	01	05
TOTAL		70	64	134

(FONTES, 1997, 69)

Vale observar que em virtude do decreto 1402 de 1939, ocorreram mudanças na legislação em que algumas associações profissionais eram vistas como organizações sindicais, podendo ser reconhecidas como tal. Por isso essa tabela incluiu algumas dessas associações sem distinção (FONTES, 1997, p. 71).

Sem entrar nos debates sobre o processo de institucionalização e de reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, vale citar que 41 categorias já possuíam algum

tipo de organização antes de ingressarem nos sindicatos oficiais, e que para 70 entidades não foi possível identificar essa informação. O que aparentemente não determinava o comportamento no que se refere à combatividade. Pois o fato de ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho não significou simples atrelamento e subserviência, mas serve para identificar que algumas categorias já possuíam algum tipo de organização antes da intervenção estatal (FONTES, 1997 p. 78).

Tabela 2
Sindicatos de empregados existentes na Bahia segundo as categorias e a localização – 1931-1947

CATEGORIAS/PROFISSÃO/ATIVIDADES	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL	TOTAL ACUMULADO
Comércio	10	07	17	--
Construção Civil	03	10	13	30
Marítimos	06	03	09	39
Ofícios Vários	--	07	07	46
Profissões Liberais	05	--	05	51
Portuários	03	02	05	56
Curtidores de Couros e peles	01	04	05	61
Ferroviários	01	04	05	66
Alfaiates e Indústria de vestuários	01	03	04	70
Estivadores	01	03	04	74
Manufaturas de Fumo	01	03	04	78
Motoristas e Transportes Terrestres	02	02	04	82
Serviços Urbanos	04	--	04	86
Carregadores	01	02	03	89
Condutores de Bagagens	01	02	03	92
Marceneiros e Indústria de Móveis	01	02	03	95
Padeiros/Indústria de panificação	01	02	03	98
Sapateiros/ Indústria de calçados	01	02	03	101
Bancários e Empresas de Seguros	02	--	02	103
Carroceiros	01	01	02	105
Canavieiros/Indústria do Açúcar	--	02	02	107
Têxteis	01	01	02	109
Professores Secundários	01	--	01	110
Barbeiros e Cabelereiros	01	--	01	111
Beneficiadores de Piaçava	01	--	01	112
Jornalistas	01	--	01	113
Casas de Diversões	01	--	01	114
Distribuidores de Jornais	01	--	01	115
Eletricistas	01	--	01	116
Foguistas Terrestres	01	--	01	117
Gráficos	01	--	01	118
Hospitais e Casas de Saúde	01	--	01	119
Indústria de Cacau e Balas	--	01	01	120
Indústria de Ceras e Vegetais	01	--	01	121
Indústria de Cristais, Vidros e Espelhos	01	--	01	122
Indústria de Laticínios	01	--	01	123
Indústria de papel	01	--	01	124
Indústria de Trigos e Massas	01	--	01	125
Indústria de Sabão e Velas	01	--	01	126
Músicos	01	--	01	127

Indústria de Ladrilhos e Mármore	01	--	01	128
Metalúrgicos	01	--	01	129
Operadores Cinematográficos	01	--	01	130
Pescadores	01	--	01	131
Raspadores e Polidores de Soalhos	01	--	01	132
Trabalhadores em Pedreiras	--	01	01	--
Total	70	64	133	133

(FONTES, 1997, pp. 80,81)⁶⁴

Essas tabelas demonstram que mais da metade dos sindicatos estavam concentrados na capital. Entre as cidades do interior do estado a maior concentração de sindicatos estava em Ilhéus, Itabuna, Santo Amaro, Nazaré, Bomfim, Alagoinhas, Itapira, São Felix, Cachoeira, Caravelas, Feira de Santana, Jequié, Juazeiro, Muritiba e Valença. Podemos afirmar, tendo em vista a localização da maioria delas, que a concentração de entidades estava principalmente na região do Recôncavo Baiano, com trabalhadores da agroindústria do açúcar, das plantações e manufaturas do fumo, e na região cacauera, ao sul da Bahia, especialmente em Ilhéus e Itabuna, em razão do comércio, armazenamento e transporte de cacau, e ainda o caso de Valença com indústrias têxteis.

Para Petilda Vazquez (1986), após o Brasil declarar guerra ao eixo em 1942, ocorreram grandes mobilizações de rua impulsionadas pelos comunistas e que contavam com a participação de estudantes e profissionais liberais. A participação dos trabalhadores teria sido mais difícil, pois os sindicatos encontravam-se sob intervenção e a participação em eventos dessa natureza era proibida. Ainda assim a autora reconhece que nesse momento houve certa retomada da atividade sindical, que pode ser avaliado pelo número de sindicatos e associações profissionais registrados na Bahia entre julho de 1943 e agosto de 1944. A partir de levantamento feito na imprensa, ela cita 14 novos sindicatos e 03 associações, com destaque para a área portuária, em que havia a tradição da presença comunista com 05 novas organizações (VAZQUEZ, 1986, p. 58). Creio que tais dados não aparecem no levantamento realizado José Raimundo Fontes em razão do critério adotado da oficialização da entidade.

No que se refere ao perfil dos sindicatos na Bahia conforme as profissões e localização, o maior número de entidades era de trabalhadores das atividades comerciais que registram 17 entidades no período, sendo 10 na capital e 07 no interior do estado. Entre essas estão as entidades dos trabalhadores das farmácias, hotéis, açougues, armazenamento, combustíveis, e empregados no comércio. A segunda categoria mais numerosa é da construção civil, com os sindicatos de pedreiros, carpinteiros, pintores, etc. A terceira é a dos

⁶⁴ Na tabela apresentada por José Raimundo Fontes a soma apresentou pequeno equívoco, totalizando 134 entidades.

marítimos, incluindo os sindicatos de pequena cabotagem, Navegação Baiana, maquinistas da Marinha Mercante, contramestres marinheiros, taifeiros culinários e panificadores marítimos. A quarta reúne os sindicatos de ofícios vários, que se localizavam no interior do estado e abrigavam diversas profissões, como o próprio nome indica.

Do ponto de vista político, Fontes (1997, p. 155) assegura que os trabalhistas foram hegemônicos no movimento sindical baiano até 1945, sendo que já atuavam no estado, com participação efetiva no processo de oficialização dos sindicatos e na criação da Federação dos Trabalhadores Baianos em 1933 e na organização do I Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, ocorrido em abril de 1936. Na Bahia teriam se articulado a partir de grupos socialistas reformistas que atuavam ainda na década de 1890, e estavam presentes na tentativa de organização do Partido Operário e do Centro Operário.

Os elementos que a caracteriza são a defesa da valorização do trabalho, de conquistas de direitos sociais através do legislativo, a aceitação do Estado como instrumento para a melhoria da condição operária e a subordinação política aos setores das classes dominantes. (FONTES, 1997, 37)

A partir da década de 1930 atuaram no sentido de subordinar as organizações dos trabalhadores à legislação social e sindical, com uma relação íntima com a burocracia do Ministério do Trabalho, priorizando a ação nos marcos da produção e dos interesses restritos e corporativos da categoria, por vezes com discurso despolitizado, criticando o extremismo de direita e de esquerda (FONTES, 1997, p. 154). No entanto, não abriram mão de reivindicar melhoria da legislação, seu cumprimento, e a crítica à condição operária, e com isso se colocavam à frente de várias mobilizações, protestos e greves.

No novo contexto, após o fim do Estado Novo, houve certa alteração nas orientações sindicais dos trabalhistas com a aproximação aos comunistas e na participação conjunta no Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), nas suas iniciativas de organizações de congressos e na Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) em 1946. Entre sua fração sindical e partidária em vários momentos encontramos diversas disparidades, pois ainda que o PTB tenha sido criado tendo como um dos objetivos servir de obstáculo ao crescimento do PCB junto aos trabalhadores, e que em várias regiões da Bahia tenha sido formado ou dirigido por grupos oligárquicos, encontramos vários de seus militantes sindicais atuando aliados aos comunistas e criticando o Ministério do Trabalho.

Como não atuavam como grupo homogêneo, é um equívoco tratar todos os sindicalistas trabalhistas como ministerialistas, ou ainda, tratar aqueles que estavam como interventores nas direções sindicais de maneira generalizante como trabalhistas, pois em

vários momentos encontramos militantes trabalhistas contrários às intervenções e na defesa da autonomia e liberdade sindical. Apenas como forma de diferenciar a partir de tais posicionamentos, no decorrer dessa tese tratarei como ministerialistas os sindicalistas mais próximos do Ministério do Trabalho, e que geralmente se colocavam contrários às greves.

Segundo Fontes (1997, pp. 162-163), o jornalista Joel Presídio de Figueiredo, que quando estava morando no Rio de Janeiro chegou a ocupar cargo no DIP, retornou à Bahia a pedido de Vargas, com a função de organizar o PTB. Os sindicalistas Aristóteles Mendes Ferreira (Presidente do Sindicato dos Bancários), Oscar Péricles Noblat (transviário) e Edgard Brito (Comerciário), fizeram parte da direção provisória, em maio de 1945. E em setembro, na montagem do diretório estadual, vários sindicalistas participaram, entre eles: Herosilio Baraúna, bancário (Presidente); Dionísio Rodrigues de Menezes, tecelão (vice); Oscar Pericles Noblat, transviário (Sec. Geral); João Pacífico de Souza (1º Sec.). Esse último foi militante do PCB no final dos anos 1920.

2.3. O MUT e o II Congresso dos Trabalhadores Baianos

Segundo Vazquez, como parte “dos esforços empreendidos pelos democratas e em especial pelos comunistas, na construção do programa de união nacional” foi criada em março de 1945 a União Trabalhista Democrática na Bahia, quando apresentou-se um programa de reivindicações que incluíam “salário justo e digno; redução da jornada de trabalho para 6 horas; direito de greve e liberdade sindical” (VAZQUEZ, 1986, 86). Não há registros posteriores da atuação dessa organização, talvez em virtude da iniciativa de construção do MUT.

O PCB concentrou esforços na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) na Bahia a partir da reunião preparatória realizada no dia 23 de abril de 1945. Antes mesmo da instalação oficial na capital do estado, alguns núcleos foram lançados em cidades do interior. Em Vitória da Conquista, compareceu cerca de três mil pessoas, e em Uruçuca, pequeno município do sul do estado, cerca de 100 pessoas. Em Ilhéus, a instalação foi no dois de julho, em solenidade com mais de quinhentas pessoas presentes.⁶⁵

O MUT da Bahia realizou uma sessão pública para homenagear Carlos Marighela, que em seu discurso, citou Prestes para reafirmar que a unidade do proletariado e do povo era condição para unidade nacional, e que só a classe operária organizada sindicalmente poderia

⁶⁵ Instalação do MUT em Uruçuca. *O Momento*, 18 de junho de 1945; Instalação do MUT em Ilhéus. *O Momento*, 16 de julho de 1945. p. 7, BPEB, Setor: Periódicos raros.

mobilizar e acelerar a democratização. Os sindicatos então deveriam “transformar-se em instrumento de luta pela união nacional e garantia máxima da ordem”. Pois seria através dos seus sindicatos que a classe operária poderá “ajudar governos e patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos”. E através do MUT chegar a um organismo nacional da classe operária, “que assim unida será a grande força dirigente dos acontecimentos”. O discurso de Marighela refletiu a orientação partidária e a preocupação dos comunistas em se colocarem como esteio da ordem.

O MUT foi apresentado como sendo sindical e não partidário, por isso aberto a todos os trabalhadores, sem distinção de “sexo, raça, cor, ou credo filosófico”.⁶⁶ Foi uma tentativa de ultrapassar os limites da legislação sindical e atuar como organismo intersindical, para além das federações e confederações previstas na estrutura vertical corporativista da legislação brasileira. Pretendia a criação de organismos intersindicais locais ou estaduais do mesmo teor, para congregados formarem uma entidade nacional. Seria então provisório até a criação de uma Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

Na Bahia foram criados núcleos na capital e em vários municípios do interior. Apoiou diversas categorias nas suas mobilizações por aumento de salários, contra a carestia, assim como, pela autonomia sindical e pelo direito de greve. Tinha o objetivo de ser uma entidade de frente ampla, buscando construir a unidade sindical, defendida pelos comunistas. Talvez pela defesa da transição para a democracia com a manutenção de Vargas, o MUT contou com a adesão de várias lideranças do nascente PTB em diversas atividades, em órgãos de direção a exemplo do advogado Dorival Passos que era do PTB, chegando a ser candidato a deputado federal em 1945.

É fundamental para a nossa política de unidade, saber trabalhar com elementos de outras tendências. No trato com as diretorias, os comunistas devem provar, praticamente, que não desejam dar golpes e afastá-los dos seus postos mas que, ao contrário, estarão sempre dispostos a ajudar, a cooperar para que os dirigentes, assimilando a nossa orientação, se tornem verdadeiros e respeitados dirigentes do proletariado. (AMAZONAS, 1945, apud. VAZQUEZ, 1986, p. 88)

Nas páginas da primeira edição do jornal *O Momento*, de 09 de abril de 1945, ou seja, antes da anistia ser anunciada, foi publicada a primeira de uma série de entrevistas com líderes sindicais para tratar da realização do II congresso sindical dos trabalhadores baianos, organizado pelo MUT. Demonstrando que os comunistas e trabalhistas não esperaram a legalidade para iniciar o trabalho mais aberto de rearticulação das suas bases junto aos

⁶⁶ A democracia está em marcha. *O Momento*, 18 de junho de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

trabalhadores. O primeiro a ser entrevistado foi o portuário Juvenal Souto Júnior, antigo quadro do PCB e membro da comissão organizadora do congresso.

Juvenal Júnior afirmou que o objetivo do congresso era o fortalecimento das organizações sindicais da Bahia e o estabelecimento de um programa para resolução dos problemas dos trabalhadores. Os pontos a serem debatidos no congresso seriam:

[...] cumprimento das leis trabalhistas em vigor e sugestões ao governo para novas leis de assistência ao proletariado; problemas econômicos e previdência e assistência social; colaboração dos trabalhadores na resolução dos problemas econômicos da Bahia e do Brasil; sindicalização rural; cooperação sindical com o Estado, os empregadores e o povo; tarefas dos trabalhadores no momento da liquidação final do nazi-fascismo e na resolução dos problemas da paz democrática, compreendendo a democratização do Brasil e o fortalecimento da união nacional.⁶⁷

O líder portuário falou ainda do papel na vida política, social e econômica do país, e que os sindicatos deveriam atuar representando o conjunto dos associados e não como organização partidária. O congresso deveria então contribuir na construção da unidade e no fortalecimento dos sindicatos chamando os trabalhadores para suas entidades. Essa campanha de sindicalização teria sucesso, segundo o líder pecebista, se houvesse um trabalho mais ativo nos sindicatos no sentido de:

Ter sedes atrativas e amplas; organizar festas, iniciativas de caráter recreativo, esportivo e cultural; realizar conferências e fundar bibliotecas, transformando-se assim em verdadeiras ‘casas do operário’. Por outro lado – prosseguiu – os sindicatos precisam realizar mais assembleias gerais, afim de que os trabalhadores participem realmente da vida do sindicato e a diretoria não seja apenas um grupinho que dá ordens.⁶⁸

Apesar do tom de colaboração com os patrões, com o Estado, com o governo e com os trabalhistas, na mesma edição do jornal pecebista teve matéria conclamando pela liberdade sindical, onde denunciou a falta de democracia e os abusos do Ministério do Trabalho, que poderia, através de seus funcionários, “intervir nas discussões e deliberações”, e até nomear interventores para as direções dos sindicatos, tirando completamente a autonomia das entidades. Havia ainda, segundo a matéria, as limitações para quem poderia se candidatar às direções sindicais, não podendo concorrer aqueles que “professarem ideologias incompatíveis com as instituições”, ou “os que tiverem má conduta segundo os critérios da polícia”. Para a realização de assembleias era necessária autorização da polícia e era acompanhada por

⁶⁷ Os Trabalhadores da Bahia fortalecem a sua unidade sindical. *O Momento*, 9 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁶⁸ Idem

policiais. O que demonstra que os ares democratizantes ainda não haviam chegado às organizações dos trabalhadores.⁶⁹

A atuação nos sindicatos ainda precisava romper com o intervencionismo do Ministério do Trabalho, que apesar do relaxamento da repressão e das promessas de eleição e de redemocratização do país, ainda persistiam. Desde a impossibilidade de atuar politicamente, como se filiar às organizações sindicais internacionais, até a legislação que tornava a ação sindical como caso de polícia:

que castigam o empregado grevista com suspensão ou dispensa do emprego, perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiver, suspensão pelo prazo de dois a cinco anos do direito de exercer cargos dessa natureza, aplicando-se em dobro essas penas, quando for ele o cabeça do movimento, detenção, até um ano, e multa, até cinco mil cruzeiros, elevando-se aquela ao máximo de dois anos e esta ao de dez mil cruzeiros, se a paralização for de obra pública ou serviço de interesse coletivo!!!⁷⁰

Outra demonstração do alto grau de intervenção era a necessidade de aprovação das eleições sindicais pelo Ministério do Trabalho, sem a qual não seria permitida a posse da diretoria eleita. O que na prática significava a espera por dois anos ou mais, levando a perpetuação de interventores nomeados pelo Ministério.⁷¹

Os comunistas baianos estavam ainda se adaptando à nova realidade de quase legalidade, e dispondo de um periódico em que conseguiam intervir socialmente, transmitindo seus posicionamentos, e se deparando com situações em que suas teses passariam pela prova da realidade concreta. Os trabalhadores estavam passando por arrocho salarial, com aumento do custo de vida e com problemas de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, enquanto os comunistas pretendiam se inserir na estrutura sindical, aumentando sua influência junto ao proletariado, se colocando como a vanguarda, ganhando a confiança das categorias, encampando as reivindicações até então represadas, e ao mesmo tempo se pondo como esteio da ordem, na defesa da conciliação de classes, como elementos constitutivos da chamada união nacional.

Tentando conciliar tais questões, o partido declarava que ao proletariado não interessava um clima de “agitação e desordem”, já que havia a necessidade imediata de garantir a liberdade “recém-conquistada”. Os comunistas afirmavam que a grande aspiração dos trabalhadores naquele momento era o retorno à democracia, pois a partir do Estado Novo os trabalhadores perderam “as suas melhores armas: liberdade sindical, direito de greve, etc”

⁶⁹ Liberdade Sindical. *O Momento*, 9 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁷⁰ Revisão das leis trabalhistas. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 4, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁷¹ Eleições sindicais. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

E naquele momento em que os trabalhadores, se aproveitando da conjuntura política vão reconquistando, apesar das leis, o direito de greve:

impõe-se que só declarem greves com o objetivo de defesa de justas reivindicações econômicas e profissionais, assim mesmo depois de esgotadas todos os recursos pacíficos, inclusive o do suscitamento do dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. E nunca servindo de instrumento aos fins facciosos de certos grupos que procuram criar no território nacional um clima de agitação e desordem, para com ele justificar a supressão das liberdades ainda precárias bravamente conquistadas pelo povo brasileiro depois de oito anos de ditadura.⁷²

As diversas manifestações em torno da política de conciliação de classes e a busca em apresentar-se como “esteio da ordem”, estavam relacionadas à preocupação dos comunistas de que greves e agitações poderiam por em risco o processo de transição para a democracia. No entanto as motivações iam além, pois o partido demonstrou o interesse em se colocar como intermediador das relações entre patrões e empregados, como o partido do proletariado, mas que era contra as “agitações”. Portanto, seria o organismo imprescindível para a burguesia temerosa dos anseios mais radicais dos trabalhadores, por ser capaz de amortecer os conflitos.

Além disso, acreditavam que o mundo estava vivendo um novo momento, “marcha para a abolição total da tutela colonial, para a autodeterminação dos povos, para sua completa independência econômica e política”. “O fim do imperialismo”, pois com a guerra “operou-se uma revolução que prescinde de outras revoluções. Hoje os povos contam com possibilidades imensas de realizarem suas conquistas políticas, sociais, econômicas, culturais, etc., por meios pacíficos, por alguns decênios pelo menos, quando não para sempre.”⁷³ Prestes, na sua primeira entrevista após sua libertação foi questionado sobre as greves que estavam ocorrendo:

Não estou suficientemente informado. Creio que as causas podem ser muitas. Em alguns casos, sejam espontâneas e inevitáveis, causadas pela miséria. [...] A maneira como foi retomada a liberdade provocou agitações, excitando o proletariado. Com a falta de um partido legal comunista a massa ficou desorientada e sem imprensa que desse lealmente o nosso ponto de vista.⁷⁴

O Cavaleiro da Esperança, ao afirmar que a falta do partido comunista estaria desorientando as massas e por isso estavam ocorrendo greves, sinalizou que se dependesse dos comunistas tais greves não ocorreriam. Afirmou ainda que a desordem que poderia

⁷² Os trabalhadores e a democracia. *O Momento*, 16 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁷³ FACÓ, Rui. O Fim do imperialismo. *O Momento*, 14 de maio de 1945. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁷⁴ Que não se transforme em campanha de sangue esta campanha eleitoral agora iniciada. Entrevista concedida por Luiz Carlos Prestes. *O Momento*, 30 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

atrapalhar a redemocratização só interessaria aos “quintas-colunas”, e ao ser interrogado sobre a possibilidade da miséria ditar a revolta, respondeu que: “os comunistas em geral, os dirigentes sindicais mais responsáveis, estarão em condições de evitar essa situação.”⁷⁵

O presidente do Sindicato dos Estivadores José de Jesus Silva em entrevista ao *O Momento*, onde foi divulgado a realização do II Congresso dos trabalhadores baianos, comentou a orientação de cooperação entre as classes e as tentativas de evitar greves:

Ora, nenhum trabalhador pode ser contra a greve. Ela é uma das armas essenciais para a defesa do proletariado. É uma conquista que custou grandes sacrifícios aos trabalhadores de todo o mundo [...]. No Brasil, nós lutamos para garantir este direito. E porque lutamos para garantir esse direito é que somos desfavoráveis às greves provocadas em benefício de terceiros e não da classe operária. Somos ainda desfavoráveis a certos tipos de greve, neste momento, porque as mesmas poderão ser aproveitadas pelos nossos inimigos, para deter as conquistas do povo, entre as quais está o próprio direito de greve. Somos pela resolução pacífica de nossas questões, empregando a greve somente quando já estiverem esgotados todos os recursos para um entendimento entre patrões e trabalhadores.⁷⁶

Na mesma oportunidade Jaime de Sousa, liderança entre os estivadores anunciou que iria apresentar no Congresso uma proposta de criação de uma União Sindical, de base estadual que seria a base de um “organismo nacional dos trabalhadores para a defesa de seus interesses”. Numa clara perspectiva de ultrapassar os limites da estrutura sindical vigente.⁷⁷

O II Congresso dos Trabalhadores Baianos, iniciou na simbólica data de Primeiro de maio, “com a presença de várias centenas de trabalhadores” inclusive contando com a participação de autoridades como o delegado regional do trabalho Amilcar Cardoni, convidado para presidir a mesa de abertura.⁷⁸

A composição das comissões responsáveis pela preparação do evento demonstra a aliança entre trabalhistas e comunistas. Comissão Organizadora: Aristóteles Ferreira (Presidente), Luiz França Araújo (Secretário Geral), João Pacífico de Sousa (1º Secretário), Raimundo Ferreira Gomes (2º Secretário), Juvenal Souto Júnior (Tesoureiro); Comissão de Propaganda: Abrahim Majdalani, Dante Buffone, José de Jesus Silva, Manuel Batista de Sousa, Olímpio Barreto, Oscar Borges.

Nas comissões podem ser identificados os comunistas Luiz Araújo, Juvenal Júnior, Manuel Batista de Sousa, Abrahim Majdalani, Olímpio Barreto, e os trabalhistas João

⁷⁵ Idem

⁷⁶ “Os operários não têm candidatos”. *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁷⁷ Idem, ibidem

⁷⁸ Alcança pleno êxito o II Congresso dos Trabalhadores bahianos. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 4, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Pacífico e Aristóteles Ferreira, sendo esse último, presidente do Sindicato dos Bancários e estreitamente vinculado ao delegado regional do Ministério do Trabalho (FONTES, 1997, p. 391; SOUZA, 2015, pp. 277-279; *O Momento*).

No discurso de abertura, o antigo líder operário Manuel Batista, da primeira geração dos comunistas baianos, e da direção do Sindicato dos Marceneiros, sistematizou os pontos constantes no programa do evento e as principais reivindicações, e a “orientação geral dos trabalhadores diante dos problemas econômicos, políticos e sociais do nosso país e da nossa classe e apontar o caminho mais justo a seguir.” E passou a enumerar tais orientações: 1) a atuação dentro da ordem, tranquilidade e pacificamente “a classe operária será um baluarte da ordem e da paz”; 2) cooperação entre as classes como parte das “relações de novo tipo” criadas pela guerra. Mas salienta que “para haver esse entendimento é necessário que sejam respeitados os direitos elementares da classe operária a uma vida digna, sem miséria, com trabalho certo, bem remunerado e em completa liberdade”, e que a garantia desses direitos necessita de um governo de sua livre escolha; 3) só a unidade tornará a classe operária forte e capaz de desempenhar um papel preponderante na democracia; 4) fortalecimento das organizações dos trabalhadores e a participação de todos.⁷⁹

Para os militantes comunistas, as orientações de atuação como “baluartes da ordem e da paz”, na perspectiva de cooperação de classe, não era incompatível com as reivindicações dos trabalhadores por melhoria salarial, melhores condições de trabalho, e ainda contra os entraves da legislação trabalhista na defesa da autonomia e liberdade sindical, e pelo direito de greve. Tanto que entre as resoluções do II Congresso, estavam:

[...] medidas para intensificar a sindicalização; autonomia sindical; maior rapidez no reconhecimento dos sindicatos; maior autonomia na direção econômica e financeira dos sindicatos; intercâmbio sindical; debates e gestões dos sindicatos em relação aos problemas sociais, econômicos e políticos de interesses operários; medidas para facilitar a organização das federações e Confederação Nacional do Trabalho; cumprimento do dispositivo legal que impõe salário igual para igual trabalho; melhoria progressiva dos salários, proporcional ao custo da vida; salário profissional; [...] Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; elevação no nível das aposentadorias; [...]; Aumento do auxílio devido pelo empregador ao empregado, para tratamento de saúde, de 15 para 30 dias, com salário integral; [...] Instalação imediata das escolas profissionais para os filhos dos trabalhadores; Cooperação dos sindicatos com o governo; Processo de cooperação entre as classes;⁸⁰

⁷⁹ O proletariado será um baluarte da ordem e da paz. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 4 e 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁸⁰ Os trabalhadores fortalecem sua unidade. *O Momento*, Salvador, 21 maio 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Outras resoluções foram voltadas para o combate ao nazi-fascismo-integralismo, apoio aos combatentes da FEB, sindicalização rural, e outras medidas de cunho assistencial e previdenciário. As deliberações do II Congresso tiveram repercussão durante semanas, servindo como instrumento de divulgação da pauta pecebista de atuação entre os sindicatos.

Entre as principais deliberações do Congresso, que foram insistentemente repetidas na imprensa comunista, estavam a defesa pela autonomia e liberdade sindical, e pelo reestabelecimento do “direito das assembleias gerais votarem e elegerem os dirigentes das associações trabalhistas, através das chapas organizadas dentro dos próprios sindicatos e não fora deles.” A luta era para que as decisões não dependessem da autorização do Ministério do Trabalho e que as diretorias não continuassem sob intervenção.

E numa demonstração de que acreditavam na democratização e na boa vontade dos órgãos governamentais, afirmaram que para o reestabelecimento dos vínculos entre os sindicatos e os trabalhadores era necessário que os dirigentes sindicais reestabelecessem as assembleias, e que isso seria possível sem grandes dificuldades, ou conflitos mesmo diante de manutenção dos dispositivos legais de controle.

Desde que um presidente de Sindicato seja honesto e procure agir de acordo com as assembleias gerais [...] terá em suas mãos a possibilidade de ir fortalecendo e consolidando a autonomia de sua gestão, de ir se ligando à massa, de ter força para tomar atitudes justas e independentes.⁸¹

A Assembleia ocorrida no Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador é um bom exemplo de como os comunistas estavam avaliando essas relações. Pois afirmaram ter sido um exemplo “concreto do justo entendimento e da cooperação democrática entre as assembleias sindicais e as autoridades trabalhistas”. A assembleia foi dirigida pelo delegado regional do trabalho, o Sr. Amilcar Cardoni, e tinha na pauta a análise das reivindicações da categoria e a administração do sindicato. Ao tratar das reivindicações salariais dos açougueiros, foi deliberada a realização de uma reunião conjunta entre representantes dos mesmos e dos abatedores “afim de ser encontrada uma solução pacífica e unitária para a questão”. Sobre a melhoria salarial do conjunto da categoria, foi deliberada a realização de uma nova reunião para redigir um memorial para ser enviado aos empregadores.

Sobre a administração do sindicato que estava sob intervenção, a assembleia se manifestou pela realização de eleições, mas o representante do Ministério do Trabalho explicou que deveriam ser proteladas, pois estava em andamento o processo de destituição da

⁸¹ Todo poder às assembleias dos sindicatos. *O Momento*, Salvador, 11 de junho de 1945, p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

diretoria anterior. Nesse sentido se definiu pela constituição de uma nova junta diretora, e o delegado pediu para assembleia fazer indicações, e os nomes de Álvaro Almeida, antigo presidente do Grêmio Lútero-estudantil dos comerciários foi aclamado, junto ao nome de Alberto Machado Baraúna. No entanto, por indicação do Sr. Amílcar Cardoni, foi incluído o nome de José Soares e esse foi indicado para ser o presidente da Junta Governativa que ficou responsável de gerir o sindicato.

Ainda foram escolhidos os comerciários José Farias, Albérico Navarro e Giocondo Alves Dias, para compor a Comissão Fiscal. Esse último, da direção estadual do PCB na Bahia, se manifestou ao fim da assembleia se congratulando com o que chamou de “espetáculo de verdadeira democracia sindical, onde se estabelecia uma efetiva e concreta cooperação entre os trabalhadores e os poderes públicos”.⁸² Fato ocorrido em uma assembleia coordenada pelo delegado do trabalho, na qual a assembleia sugeriu um nome para gerir o sindicato e o delegado nomeou outro.

2.4. “Ordeiramento os trabalhadores conquistam suas reivindicações”: Greves com “ordem e tranquilidade”

Conforme citado anteriormente, para Anita Prestes a definição da estratégia da revolução democrático burguesa criou o impasse que teria levado o partido para “a política de conciliação de classe, de subestimação do trabalho junto à grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB” (PRESTES, 1980, p. 206). Weffort (1973-1978), na sua caracterização da atuação pecebista no meio sindical no período 1945-1964, destacou a formação de entidades de cúpula com distanciamento das bases. Para o autor, na aliança entre Vargas e os comunistas, os sindicatos teriam apenas funções políticas, especialmente no movimento pela constituinte. “No âmbito dessa aliança não caberia aos sindicatos representar os trabalhadores em suas reivindicações econômicas. Pelo contrário, o que lhes cabia seria antes controlar a emergência de tais reivindicações” (WEFFORT, 1973, p. 86).

Várias pesquisas posteriores já superaram tais posicionamentos, demonstraram que a atuação dos comunistas nesse período não pode ser caracterizada como de afastamento das bases, pois foram criados inúmeros organismos por local de trabalho, a exemplo das comissões de reivindicação, que atuaram por vezes reforçando, às vezes pressionando, e até mesmo ultrapassando as direções sindicais (COSTA, 1995). Também demonstram a atuação

⁸² Assembleia Unitária no sindicato dos comerciários. *O Momento*, Salvador, 18 de junho de 1945, p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

em diversos setores da economia, inclusive nas grandes empresas da indústria automobilística (NEGRO, 2004), ou na indústria química (FONTES, 1997).

Como os militantes comunistas baianos se colocaram diante de situações concretas de reivindicações e mobilizações? Ainda que em algumas situações os comunistas não estivessem na liderança dos sindicatos ou das paralisações, a narrativa apresentada pelo jornal *O Momento* nos serve para demonstrar o posicionamento dos pecebistas.

Em abril de 1945, no clima da expectativa em torno da anistia, houve mobilização entre os trabalhadores da Companhia Linha Circular dos Carris da Bahia, empresa concessionária dos serviços de telefonia, energia elétrica e de transportes públicos, incluindo bondes, ônibus, plano inclinado e o Elevador Lacerda. Estava circulando na cidade a notícia de que os trabalhadores estavam organizando uma greve, mas o jornal dos comunistas tratou de amenizar a situação, informando que na verdade estavam organizando um movimento através do sindicato da categoria, para conseguirem aumento de salários e melhoria das condições de trabalho. “Fazemos nossa sua causa, porque este jornal se bate pelos interesses gerais do povo, e especialmente, pelos mais caros anseios da classe trabalhadora”.

Segundo *O Momento* seria então um movimento pacífico, conduzido por “intermédio das vias normais, não tendo sido até agora, encarada a greve como medida necessária à solução do caso”. Os trabalhadores estavam reivindicando 50% de aumento salarial, e resolveram em assembleia apresentar orçamentos para demonstrar que os salários não são suficientes para o sustento das suas famílias. Entre as condições de trabalho, estavam reivindicando fardamentos e afirmavam que havia “um índice de 70 por cento de tuberculosos entre os trabalhadores aposentados da Companhia [...]”. Também queriam acabar com os altos índices de punição, com suspensão, e outras penalidades.

Os trabalhadores, impulsionados pelos comunistas, formaram uma comissão para redigir um memorial e apresentar à direção da empresa, no qual destacaram que o sindicato “vai empregar todos os recursos legais para a resolução pacífica do assunto. Se a Companhia não atender, será suscitado o dissídio coletivo e entregue o caso à Justiça do Trabalho”. Ou seja, segundo os comunistas os trabalhadores deveriam esgotar todas as possibilidades de negociação e uso dos mecanismos existentes, inclusive na Justiça do Trabalho.⁸³

Duas semanas depois o periódico pecebista comemorou que os trabalhadores da companhia conseguiram reajuste de salários e criticou o aumento das tarifas pagas pela

⁸³ Querem uma justa melhoria de salários os empregados da Linha Circular. *O Momento*, 16 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

população.⁸⁴ Elogiou a atuação do Sindicato dos Profissionais em Tranway, Telefone, Luz e Força, com a “direção operosa do Sr Arcelino Borges da Fonseca e a colaboração honesta e amiga do advogado Dorival Passos [...]”, que desempenharam importante papel nas últimas reivindicações dos trabalhadores por aumento salarial. Destacou que:

o sindicato esteve sempre alerta contra a ameaça de greve, que iria produzir uma situação de caos na cidade. E nessa luta tiveram que se haver com elementos estranhos, que se infiltraram nas reuniões, gritando greve, para depois fazerem explorações políticas. Alguns desses elementos foram reconhecidos como declarados integralistas.⁸⁵

Destaca-se a postura claramente contra a greve e junto a isso essa caracterização de “integralista” para quem gritou pela greve na assembleia, ao que me parece uma tentativa de descaracterizar politicamente aqueles que defendiam a paralisação. Vale também salientar que as lideranças elogiadas eram ligadas ao trabalhismo, sendo que o advogado Dorival Passos fazia parte do grupo que construía o MUT ao lado dos comunistas.

A nova conjuntura que se abriu em 1945 com a crise que levou ao fim do Estado Novo, proporcionou a possibilidade de ação aos trabalhadores que desencadearam inúmeras lutas reivindicatórias. Na Bahia, entre 1945 e 1947, Fontes (1997) encontrou registros da ocorrência de 17 greves, sendo 08 em 1945, 07 em 1946 e 02 em 1947, envolvendo 11 categorias de trabalhadores. Canavieiros e Tecelões tiveram 03 paralisações no período, enquanto carpinteiros, marceneiros e ferroviários registraram 02 em cada categoria. E com uma paralisação: os guardas noturnos do comércio, os gráficos, os bancários, os operários de fábrica de bebidas, os portuários, os telefônicos e os transviários.

Ainda nesse período é possível identificar outras formas de mobilização e protestos dos trabalhadores, através de campanhas salariais, envio de memoriais, denúncias na imprensa, e recorrendo aos instrumentos institucionais como a Justiça do Trabalho. Durante 1945 cerca de 26 categorias apresentaram reivindicações salariais ou por melhores condições de trabalho, que resultaram em 6 dissídios coletivos deliberados através da Justiça do Trabalho. No ano seguinte foram 34 categorias de trabalhadores em campanha, resultando em 17 dissídios coletivos acordados na justiça. E em 1947 os trabalhadores de 22 categorias se mobilizaram, com 9 requerimentos na justiça (FONTES, 1997 p. 162).

⁸⁴ O Sr. Kilowatt não conhece deveres. *O Momento*, 30 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁸⁵ Pequena história dos sindicatos: O sindicato dos profissionais em Tranway, Telefone, Luz e Força. *O Momento*, Salvador, 05 de junho de 1945, p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Para Fontes temos aqui um aparente paradoxo entre a capacidade de mobilização e o número proporcionalmente pequeno de paralisações, que ele atribui a dois fatores: primeiro a preocupação dos comunistas e petebistas em não radicalização do movimento, atuando dentro da lei e da ordem, depositando todas as fichas nas negociações, e na intermediação dos poderes públicos; e como um segundo fator seria exatamente essa crença nos poderes instituídos, principalmente na Justiça do Trabalho, que atuaria favoravelmente aos trabalhadores, “reforçando a imagem de que o Estado era o árbitro e o defensor das necessidades de classe” (FONTES, 1997 p. 163).

Pela interpretação de Fontes, o grande número de ações na justiça, combinados com a capacidade de mobilização demonstrada, são sinais do grau de mobilização dos trabalhadores, enquanto a pequena quantidade de greves seria um sinal da capacidade das forças políticas, especialmente comunistas e trabalhistas, de frear as paredes, ainda que estivessem ao lado dos trabalhadores nas mobilizações.

Analisando as greves do mesmo período, Edinaldo Souza (2015, p. 109) concorda com Fontes de que uma das principais características dessas greves era que em alguns casos a liderança foi exercida por comissões de trabalhadores, sem o apoio das direções sindicais. “Evidenciando, assim, as ambiguidades na relação da direção com as bases sindicais. Igualmente que não havia uma relação simétrica entre os comportamentos dos trabalhadores e os discursos dos seus principais interlocutores políticos, o PCB e o getulismo/trabalhismo.” A partir dessa elaboração de assimetria, Souza conclui que:

No cotidiano da ação sindical, as demandas dos trabalhadores por aumento de salários, abono de natal, melhores condições de trabalho, fim do despotismo fabril e pelos direitos trabalhistas soavam mais alto do que os discursos e a retórica do PCB (e também dos trabalhistas/getulistas) que apelavam para que apertassem o cinto, protelassem suas reivindicações. Aliadas a essas demandas, reivindicavam liberdade e participação política. (SOUZA, 2015, p. 109)

Portanto, ao contrário de Fontes, Souza conclui que as mobilizações e as greves ocorreram pela demanda dos trabalhadores e pela incapacidade dos comunistas e trabalhistas de exercerem o controle conforme suas orientações políticas. Souza elaborou um quadro com as greves ocorridas em 1945/46, onde a partir do levantamento feito por José Raimundo Fontes, e da pesquisa em outras fontes jornalísticas, encontrou mais dois episódios além das 08 (oito) greves já relatadas, totalizando, portanto dez paralisações.

Tabela 3 - Greves na Bahia em 1945⁸⁶

Período	Categoria	Causas/Reivindicações	Resultado	Liderança durante o movimento
10 a 11/05	Ferrovários da estrada de Ferro Ilhéus/Conquista	Aumento de salários	Acordo com êxito parcial nas reivindicações	Direção do sindicato. Liderado por trabalhistas
Final de Junho	Tecelões da Companhia Valença Industrial	Redução da jornada de trabalho de 10 para 08 horas e extinção de uma taxa de assistência médica e farmacêutica	Um acordo prévio evitou a deflagração da greve	Direção do sindicato. Liderado por trabalhistas
20 a 25/07	Tecelões de várias fábricas têxteis em Salvador	Convenção coletiva e aumento de salários	Acordo, com êxito parcial	Comissões de trabalhadores que não aceitaram o primeiro acordo firmado pela direção sindical
26/07	Empregados da fábrica de bebidas Fratelli Vita em Salvador	Aumento de salários	Acordo, com êxito parcial	Comissão de Trabalhadores
3/8	Tecelões da Companhia Empório Industrial do Norte em Salvador	Solidariedade aos contramestres que pleiteavam gratificação sobre os lucros líquidos da empresa	Não foi localizado	
7/8	Telefônicos em Salvador	Aumento de salários	Acordo, com êxito parcial	
15/09	Jornaleiros em Salvador	Aumento de salários	Não foi localizado	
18 a 20/10	Empregados nas usinas de açúcar da S. A. Magalhães em Santo Amaro	Solidariedade ao presidente do sindicato, suspenso do trabalho pelo gerente da usina	Vitória	Direção do sindicato. Liderado por trabalhistas
21/11	Guardas noturnos do comércio em Salvador	Aumento de salários	Não foi localizado	
30/12	Transviários da Cia. Linha Circular em Salvador	Abono de natal	Vitória	Comissão de Trabalhadores

A partir desse quadro das dez greves relatadas, busquei informações sobre quem exerceu a liderança do processo. As notícias informam que três delas foram lideradas pelas direções sindicais; três foram lideradas por comissões criadas pelos trabalhadores sem a intermediação da direção sindical; em uma das greves, dos Tecelões de várias fábricas de Salvador, a campanha salarial e as negociações foram iniciadas pela direção sindical, que fechou um acordo com percentual que não foi aceito pelos trabalhadores que deflagraram a greve, e a partir desse momento as comissões exerceram a liderança da mobilização atropelando a direção sindical.

⁸⁶ Quadro elaborado por SOUZA, 2015, p. 97. Acrescentei a quinta coluna com as informações sobre a liderança do movimento e vinculação política.

As greves lideradas pelas direções sindicais foram dos Ferroviários da Estrada de Ferro Ilhéus/Conquista, que tinha o trabalhista João Batista de Souza como presidente; dos tecelões da Companhia Valença Industrial, na cidade de Valença, localizada no Baixo Sul do Estado, que tinha o trabalhista Oldack Nascimento como presidente do sindicato; Trabalhadores das Usinas de Açúcar de Santo Amaro, que teve como motivo a solidariedade ao presidente do sindicato, o trabalhista Octávio Nunes da Silva, que foi suspenso do serviço. Interessante observar que no caso dessas três greves os dirigentes sindicais eram trabalhistas que atuavam no MUT ao lado dos comunistas, possuíam relações orgânicas com o PTB, a exemplo de Oldack Nascimento, que foi candidato a deputado nas eleições de dezembro de 1945.

Entre as paralisações lideradas pelas comissões, nos transviários da Companhia Linha Circular (CLC) a comissão foi formada pelos fiscais Oscar Souza Mendonça, Agrivaldo Fernandes Souza, e pelo motoneiro José Barbosa, os dois últimos eram militantes do PCB. O nome de José Barbosa aparece nos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) como “agitador comunista”, enquanto Agrivaldo Fernandes Souto foi citado pelo *O Momento*, exemplificando como os comunistas se comportaram diante das greves.⁸⁷ Após o término do movimento os três tiveram seus nomes no inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Política e Social. Além da comissão, o advogado do sindicato Dorival Passos, trabalhista que foi candidato a deputado pelo PTB em dezembro de 1945 e vice-presidente do MUT na Bahia, participou do processo de negociação junto às autoridades.

Também na greve dos tecelões houve a presença de militantes comunistas na comissão. Portanto, nos casos das greves lideradas pelas direções sindicais e em duas lideradas por comissões em que foi possível identificar, temos a presença de comunistas e trabalhistas, do setor do trabalhismo baiano que estava envolvido na construção do MUT. O que serve para indicar outro elemento na análise das greves ocorridas no período, para além das pesquisas aqui citadas que se preocuparam em medir a força dos comunistas/trabalhistas, avaliando se as greves ocorreram pela sua capacidade de organização ou pela incapacidade de barrar o movimento dos trabalhadores, convém observar o posicionamento dos militantes comunistas e trabalhistas que atuaram diretamente nos episódios, e nesses casos pudemos constatar que, na maioria das situações, atuaram no sentido da construção das mobilizações e das greves, e não na tentativa de que não ocorressem. Além disso, o mesmo pode ser

⁸⁷Aperj, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, s.d., fls. 357/63. Apud. SOUZA, 2015, p.108.; A concessão do abono foi uma vitória dos trabalhadores da Circular. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

verificado nos posicionamentos adotados pela imprensa comunista ao noticiar as greves e mobilizações dos trabalhadores. No único episódio de mobilização dos trabalhadores que os comunistas tentaram evitar a greve foi entre os traviários em abril de 1945, conforme já relatado.

Liderados pelo trabalhista Oldack Nascimento que estava à frente do sindicato, os operários da Companhia Valença Industrial estavam em mobilização por um “programa de reivindicações” que tinha como foco a redução da jornada de trabalho de dez para oito horas, e pelo fim de um desconto referente ao custeio de assistência médica e farmacêutica. Segundo a narrativa dos comunistas, a empresa protelou as negociações durante meses, e os trabalhadores “como é evidente, tiveram de aguardar, então, os resultados dos demais recursos pacíficos que lhes faculta a legislação social em vigor”. Aconteceu que no final de junho os operários tomaram conhecimento que a empresa concedeu gratificação sem nenhuma justificativa a apenas um trabalhador, que de forma ostensiva “agitava a sua gratificação como acinte aos demais trabalhadores, que não obtiveram nenhuma gratificação extra”. A revolta criada levou o conjunto dos operários à mobilização e cobrando solução imediata das pautas apresentadas, com a ameaça de iniciar imediatamente a greve. A negociação foi iniciada e os trabalhadores conseguiram um acordo vitorioso nos dois pontos exigidos. Como a greve foi evitada e compreendida como o último recurso a ser utilizado, segundo a narrativa apresentada, todas as movimentações e seus resultados foram elogiados.⁸⁸

Outros exemplos foram as greves na fábrica de refrigerantes Fratelli Vita e entre os tecelões. Os comunistas trataram como inevitáveis diante do aumento do custo de vida e que os trabalhadores, antes da deflagração da greve, esgotaram todas as possibilidades de negociação, procurando resolver em cooperação com a Delegacia do Trabalho e com os patrões. “Esse exemplo de disciplina e de coesão, demonstrado pelos trabalhadores bahianos, tem merecido o elogio de todos os patriotas honestos, dos patrões progressistas e das próprias autoridades do trabalho”.⁸⁹ Os tecelões estavam reivindicando aumento de 50% nos salários, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem na Bahia fechou um acordo de 30% para os tarefeiros e 20% para os diaristas e mensalistas a revelia da categoria que não aceitou e continuou a mobilização, iniciando a paralisação a partir das comissões de trabalhadores com a liderança dos comunistas.

⁸⁸ Uma vitória dos operários da Companhia Valença Industrial. *O Momento*, Salvador, 16 de julho 1945, p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁸⁹ Ordeiramente conquistam os trabalhadores suas reivindicações. *O Momento*, Salvador, 30 de julho 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Mesmo à frente do movimento, os comunistas afirmavam que a greve era um recurso que poderia e deveria ser evitado e, nesse caso, a responsabilidade pela deflagração da paralisação foi atribuída a direção do sindicato, que pela inércia não cumpriu seu papel de intermediar as negociações.

é de esperar-se que, atendendo às novas condições políticas, surgidas com a derrota militar do fascismo, empregados e empregadores encontrem uma base para um completo entendimento em que fiquem asseguradas as justas reivindicações pretendidas pelos operários, sem necessidade de medidas que possam servir para a exploração dos inimigos da ordem e da tranquilidade.⁹⁰

Após a intermediação do Delegado do Trabalho, Amilcar Cardoni, novos percentuais foram propostos e os trabalhadores da maioria das fábricas aceitaram. Contudo o acordo não foi aceito pelos dirigentes da Companhia União Fabril dos Fiais e seus operários permaneceram em greve mais alguns dias, até a celebração de um acordo de 30% em geral, além da instalação de armazém para o fornecimento de gêneros de primeira necessidade aos operários por preços mais acessíveis, sem fins lucrativos e a instalação de um refeitório.⁹¹ Apesar da greve ter sido liderada pela comissão de reivindicação, no acordo assinado o armazém seria dirigido pelo sindicato. Pois mesmo atropelando as direções sindicais as comissões não tinham a pretensão de substituir as entidades.

Inúmeras categorias já haviam se mobilizado por aumento de salários e melhores condições de trabalho: gráficos, comerciários, doqueiros, panificadores, motoristas, portuários, e bancários. Esses últimos com mobilização em várias partes do país, e que no caso da Bahia, sem avanços nas negociações, acionaram a Justiça do Trabalho na qual tentaram dissídio coletivo. O presidente do sindicato então afirmou que os rumores de greve não passavam de boatos, pois “tudo tem feito e fará o sindicato para que o caso não chegue a esse extremo. Além do que confiamos na Justiça do Trabalho por uma solução rápida e equitativa”.⁹²

Os comunistas se colocavam ao lado dos trabalhadores e ao mesmo tempo faziam o chamamento à conciliação. Nesse sentido tentavam demonstrar a necessidade de reajuste nos salários em razão do aumento no custo de vida, argumentavam que o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores afetava também aos “industriais e em geral toda a classe patronal”, pois

⁹⁰ Melhorado parcialmente os salários dos operários em tecidos. *O Momento*, Salvador, 23 de julho 1945, p. 1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁹¹ Ordeiramente conquistam os trabalhadores suas reivindicações. *O Momento*, Salvador, 30 de julho 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁹² Também querem aumento. *O Momento*, Salvador, 18 de junho de 1945, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

reduz o consumo, “menos negócios, menos lucro”, além de reduzir sua capacidade de trabalho. Nessa perspectiva conclui-se que a luta por melhores salários deve ser uma aspiração geral “encaminhando-se dentro do espírito da cooperação de classes”.⁹³

A mesma matéria fez chamamentos para que os sindicatos se colocassem à frente das reivindicações, pois somente assim poderiam fortalecer-se. Levantassem em suas assembleias os problemas salariais das categorias, retomando o seu papel de “órgãos de defesa dos interesses de sua classe”. Ressaltando que isso deveria ser feito “com o apoio da lei, com o amparo das autoridades especializadas que, certamente, não se negarão a proteger as justas pretensões dos sindicatos”. Afirmou ainda que também não se pode admitir “patrões que se neguem a cooperar com seus operários e empregados [...] protelando remunerações mais justas [...]”.⁹⁴

A partir dos exemplos citados, compreendemos que a aplicação da linha sindical do PCB era da defesa dos interesses dos trabalhadores numa perspectiva de conciliação de classes. Os sindicatos definidos como órgãos de organização e luta por suas reivindicações, mas também de “colaboração com o governo e com os patrões progressistas para ajudar a resolver problemas de caráter particular da classe, como os de âmbito nacional”.⁹⁵ Quando os comunistas e trabalhistas priorizavam os dissídios na Justiça do Trabalho, ou quando cobravam a intermediação da Delegacia do Trabalho, reforçavam a crença no papel do Estado como árbitro e tutor dos conflitos e classe.

Diante dos episódios concretos de paralisação era nítida a preocupação em se colocar como o “esteio máximo da ordem”, os trabalhadores deveriam esgotar todas as possibilidades de negociação, envio de correspondências, memoriais, realização de reuniões com empresas, solicitação de resolução por parte da delegacia do trabalho, instauração de dissídios individuais ou coletivos na Justiça do Trabalho, sendo a greve o último recurso, com a preocupação de uma possível utilização política que pudesse inviabilizar a redemocratização.

Parte da historiografia reforça que nesse período a principal característica da atuação sindical do PCB foi no sentido de conter as paralisações.

A prioridade do partido é a conquista dos sindicatos, organização dos congressos sindicais e intensificação das campanhas de sindicalização. [...]

Outra característica dessa fase é a adesão do PCB à campanha queremista [...] e a condenação aos movimentos grevistas, encarados como um estopim perigoso a ser

⁹³ A luta por melhores salários. *O Momento*, Salvador, 25 de junho de 1945, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ Confiar firmemente nas liberdades conquistadas. *O Momento*, Salvador, 25 de junho de 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

usado pelos setores reacionários à democratização que se processava no país. Mas era um momento decisivo para o MUT se credenciar junto à classe trabalhadora, por isso quando as greves ocorreram os comunistas não deixaram de exercer uma posição destacada, especialmente nas negociações, sobrepondo em alguns casos, a iniciativa dos sindicatos as respectivas categorias em greve [...]. (COSTA, 1995, p.70, 71)

Portanto, os comunistas atuando apenas caso a greve fosse inevitável, quando estariam dispostos a impulsionar e até liderar se fosse possível. As greves então teriam ocorrido de maneira espontânea fruto das necessidades imediatas dos trabalhadores. Nos episódios descritos nesse capítulo, encontramos os comunistas tentando evitar greves, como no caso dos trabalhadores dos carris, em abril de 1945, e em algumas outras ocasiões, a exemplo dos tecelões, as comissões organizadas pelos comunistas passando por cima das direções sindicais e organizando paralisações. As greves recebiam apoio da imprensa partidária e ao fim eram elogiadas como demonstrações de conquistas dos trabalhadores que atuaram dentro da ordem.

Também lutavam por liberdade, autonomia sindical e pelo direito de greve; contra o intervencionismo nos sindicatos, que se manifestava na necessidade de autorização para a realização das assembleias, na nomeação de interventores para diretorias, na necessidade de atestado ideológico para concorrer às direções (quando ocorriam), no julgamento da validade das eleições sindicais pelo Ministério, e na criminalização da atividade sindical, com possibilidade de suspensão e até prisão.

2.5. A democracia racionada: a luta por liberdade e autonomia sindical

Os comunistas mantiveram-se acreditando na boa vontade dos órgãos governamentais por algum tempo, inclusive, em agosto de 1945, uma delegação da direção nacional do MUT esteve com autoridades do Ministério do Trabalho, que asseguraram estar próxima a revogação de toda legislação que restringia a atividade sindical, restituindo a autonomia dos sindicatos. “Será mais um ato realmente democrático que consolida as liberdades civis, que conduz o nosso povo para a maior consciência de sua força e de sua liberdade dentro da tranquilidade e da ordem. Será uma conquista da União Nacional [...]”.⁹⁶

⁹⁶ O MUT luta pela liberdade sindical. *O Momento*, Salvador, 20 de agosto de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Também em agosto, como reação aos “elementos provocadores” que “procuravam levar setores operários a greve”, o MUT publicou uma declaração em que reafirmavam a defesa do direito de greve, como sagrado à classe operária. E repetiu “que essa arma só deve ser usada como último recurso, depois de esgotados todos os meios pacíficos e quando os patrões se colocarem intransigentemente contra as reivindicações mínimas dos trabalhadores”. Justificavam essa postura com o argumento que os “provocadores trotskistas” procuravam, com as greves, criar clima de desordem e insegurança, facilitando o desenvolvimento da reação e “sobrevivência do fascismo no Brasil.”⁹⁷ Tal declaração demonstra que a orientação pecebista não havia sofrido alteração até então.

A falta de liberdade sindical se manteve durante 1945, inclusive com a continuidade das intervenções em vários sindicatos, com a presença de policiais ou de prepostos da Delegacia do Trabalho em assembleias que precisavam ser autorizadas previamente. Contudo, até setembro de 1945 não localizei notícias de impedimento de realização de reuniões, ou comunistas expulsos de assembleias. Talvez porque, até então, a atuação dos comunistas ocorria tentando construir a unidade com os trabalhistas e ministerialistas. Levanto essa hipótese, pois foi quando os comunistas tentaram construir uma oposição sindical entre os trabalhadores dos Carris Urbanos (bondes), empregados da Companhia Linha Circular (CLC), que isso aconteceu.

Durante o mês de setembro, um grupo de trabalhadores dos Carris Urbanos foi impedido pela polícia de realizar reuniões por duas vezes. A primeira em seu próprio sindicato e a segunda na sede da Associação Tipográfica Bahiana. Um grupo que contava com a participação de comunistas se organizou para atuar como oposição sindical. Esse grupo de 76 filiados solicitou uma assembleia conforme previsto nos estatutos, e o presidente da entidade, depois de algumas manobras, marcando, depois adiando e enfim cancelando. Nas duas ocasiões o Delegado do Trabalho Amilcar Cardoni, solicitou a intervenção da Delegacia de Ordem Política e Social que reprimiu as reuniões. A partir de então acabou a lua de mel com os prepostos do Ministério do Trabalho. O MUT enviou telegramas ao Presidente da República e os comunistas denunciaram insistentemente o ocorrido.⁹⁸

O MUT da Bahia enviou telegrama ao secretário de Polícia do Distrito Federal João Alberto, noticiando o fato e solicitando providências. Em comício realizado no dia 07 de

⁹⁷ O direito de greve, a ordem e a democracia. *O Momento*, Salvador, 27 de agosto de 1945, pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁹⁸ Contra a fiscalização policial nos sindicatos. *O Momento*, Salvador, 17 de setembro 1945, pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros. O delegado do Trabalho é contra os trabalhadores. *O Momento*, Salvador, 24 de setembro de 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

setembro o secretário geral do MUT da Bahia e membro da direção estadual do PCB, Manuel Batista de Souza, denunciou a falta de liberdade sindical na Bahia, defendeu a necessidade de uma nova constituição como o caminho para obtenção da liberdade sindical e comparou com o Rio de Janeiro, onde o chefe de polícia João Alberto baixou portaria acabando com a fiscalização policial, onde:

as organizações sindicais tem liberdade e autonomia para convidar líderes do povo, como Prestes, para com eles, em amplas assembleias debater os problemas sindicais e políticos da classe trabalhadora, nós aqui na Bahia não podemos realizar assembleias amplas, nem debates, nem ver respeitada a soberania dessas assembleias.⁹⁹

Percebemos a partir desse episódio uma variação na forma que os comunistas se referiam aos acordos intermediados pelo Delegado do Trabalho. Tratando da campanha salarial dos comerciários, os trabalhadores pleiteavam por aumento salarial de 70% e depois de vários apelos foram para o dissídio coletivo, tendo a “Delegacia do Trabalho desta capital concedido o aumento de 40% a 10%, conforme os salários aos atacadistas, e 35% a 15% aos lojistas, na proporção também de seus salários”. Nesse caso, a imprensa comunista tratou o reajuste salarial como insuficiente, pois não correspondia aos aumentos do custo de vida e entrevistou vários comerciários, que demonstraram insatisfação com os percentuais estabelecidos, uma postura diferente da que vinha sendo adotada até então. Os comerciários vieram a público, no mês seguinte, para cobrar que vários empregadores não estavam pagando os reajustes, e solicitando fiscalização da Delegacia do Trabalho, o que colocava em cheque a crença no pleno funcionamento dos órgãos governamentais.¹⁰⁰

Após esse episódio de proibição das reuniões, as manifestações pela liberdade sindical, que já ocorriam, se intensificaram com pronunciamento de lideranças de várias entidades nas páginas de *O Momento*. A primeira entrevista foi a do presidente estadual do MUT, José Francisco, na qual afirmou que foi a partir da ascensão do fascismo no mundo e no Brasil que os sindicatos foram brutalmente cerceados. Com o esmagamento do nazifascismo, que contou com a colaboração do governo brasileiro, que “soube marchar no sentido da democracia, tomando uma série de medidas que correspondiam às reivindicações populares. Por isso é que os trabalhadores brasileiros, através do MUT, órgão de caráter nacional, apoia decididamente o governo na sua marcha para a democracia.” Afirmou acreditar que o governo tem correspondido a esse apoio, por exemplo, quando compareceu ao

⁹⁹ Pela Liberdade sindical. *O Momento*, Salvador, 24 de setembro de 1945, pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰⁰ Descontentes os comerciários. *O Momento*, Salvador, 24 de setembro de 1945, p. 3; Protestam os comerciários. *O Momento*, Salvador, 15 de outubro de 1945, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

desfile realizado pelo MUT, no Estádio do Vasco da Gama, que foi assistido pelo presidente. O que, para José Francisco, demonstrava uma contradição, na medida em que um de seus prepostos, o representante do Ministério do Trabalho na Bahia, tentava impedir que os trabalhadores se reunissem nos seus sindicatos. “Está claro que esse preposto o que quer é marchar em sentido oposto, marchar contra a democracia e contra o povo.”¹⁰¹

Na semana seguinte foi a vez do ex-presidente interino do MUT, presidente do Sindicato dos Moageiros, o comunista Olímpio Barreto, que em entrevista ao *Momento*, afirmou que: “Não pode haver um completo êxito nas campanhas e nas lutas pelo fortalecimento dos sindicatos enquanto permanecerem as restrições impostas pela Delegacia do Trabalho”. Criticou o controle exercido pelo Ministério do Trabalho, que proibia as assembleias livres, impondo a presença da polícia nas atividades sindicais e exigia a necessidade de reconhecimento das diretorias eleitas. Como exemplo citou o próprio caso, quando eleito ainda em 1942 e só empossado em 1945. Por fim, salientou a importância do MUT na orientação democrática dos sindicatos e na luta pela liberdade sindical.¹⁰²

Várias entrevistas se sucederam sempre na mesma linha de denúncia da falta de liberdade das atividades sindicais e ainda conclamando os trabalhadores para aderirem ao MUT, e lutarem pela instalação da Assembleia Constituinte, como passos importantes em direção à conquista da liberdade sindical.

Para os comunistas era importante manter o discurso em torno da unidade sindical, pois tinham o objetivo de construir uma central sindical e acreditavam que a atuação junto a todas as vertentes era necessária. O grupo de trabalhadores dos Carris articulados pelos comunistas afirmou então que, inicialmente, não se colocavam como oposição no sindicato, que atuavam pela unidade “sem distinção de posições ou compromissos partidários”. Mas para que essa unidade fosse possível, as diretorias deveriam se manter em contato com as categorias, com assembleias, e “sujeitando-se, em seguida, as deliberações da maioria”. Por outro lado, a diretoria da entidade publicou nota na imprensa da capital, insinuando que esse grupo estava “desenvolvendo atitudes político-partidárias”.¹⁰³

Ao que tudo indica os comunistas estiveram mais empenhados na política de “apertar os cintos” nos primeiros meses do ano. Conforme já citado, quando em abril foi evitada a

¹⁰¹ Lutam os trabalhadores pela liberdade sindical. *O Momento*, Salvador, 1 de outubro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰² Dentro do MUT alcançaremos a liberdade sindical. *O Momento*, Salvador, 8 de outubro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰³ Contrária à unidade dos trabalhadores a falta de democracia dos sindicatos. *O Momento*, Salvador, 8 de outubro de 1945, pp. 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

greve dos Carris, os comunistas se referiram ao Sindicato destacando a “direção operosa do Sr. Arcelino Borges da Fonseca e a colaboração honesta e amiga do Advogado Dorival Passos (...)”.¹⁰⁴ Enquanto os comunistas atuavam na tentativa de conter as greves, a relação com os sindicalistas mais ligados ao Ministério do Trabalho caminhou sem problemas, como no exemplo da greve contida entre os trabalhadores da CLC ou na organização do II Congresso Sindical Baiano. No decorrer do ano, a ocorrência de greves com a participação de lideranças comunistas ou o grau de repressão em que passou a atuar o Delegado Regional do Trabalho da Bahia, abalou essa relação.

2.6. A defesa da constituinte e o golpe de 29 de outubro

Na reunião do Comitê Nacional ocorrida no início de agosto de 1945, foram reafirmadas as posições já expressas até então, inclusive nos discursos de Prestes em São Januário e no Pacaembu e apresentado um grande informe em nome da Comissão Executiva. O documento fez a avaliação sobre as resoluções da Conferência da Mantiqueira e da linha política dotada até então, e tinha um tom de autocrítica:

Acertando no fundamental, não soube no entanto a Conferência assinalar que a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país, e, adotando, de maneira um tanto esquemática a política de apoio ao Governo, não soube mostrar ao Partido e ao próprio Governo o quanto seria este reforçado e o quanto seria mais sólida a União Nacional, à medida que fossem dados passos no sentido da democracia, especialmente com a libertação dos presos políticos e a suspensão da censura à imprensa e restrições às liberdades civis.¹⁰⁵

Ao tratar das eleições, afirmou que “o melhor caminho para a efetiva democratização do país não é certamente o estabelecido pelo Ato Adicional. Reclamamos a convocação de uma Assembleia Constituinte, em que os verdadeiros representantes do povo possam livremente discutir, votar e promulgar a Carta Constitucional que pede a Nação.”¹⁰⁶

Para os pecebistas, uma eleição que definisse os próximos governantes sem uma nova Constituição, e que mantivesse a carta de 1937, seria apenas a “substituição de um governo de fato por outro governo de fato”, e permaneceriam os poderes arbitrários sem nenhuma mudança. A eleição com base nessa constituição serviria inclusive para legitimar, “nas urnas,

¹⁰⁴ Pequena história dos sindicatos: O sindicato dos profissionais em Tranway, Telefone, Luz e Força. *O Momento*, Salvador, 05 de junho de 1945, p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰⁵ PRESTES, Luiz Carlos. Os Comunistas na Luta Pela Democracia. In: Problemas atuais da democracia. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/luta/cap01.htm#i11>
Acesso em: 10/01/2020

¹⁰⁶ Idem

um ditador, seja ele quem for.”¹⁰⁷ Portanto, a Assembleia Constituinte deveria preceder a realização das eleições, e nesse caso implicaria na permanência de Vargas na presidência durante a constituinte, conduzindo o processo.

A partir de agosto o partido iniciou uma forte campanha pela Constituinte, que incluiu a realização de reuniões, envio de abaixo-assinados, correspondências enviadas ao presidente, a inclusão do tema nas assembleias sindicais, nas atividades partidárias e dos Comitês Democráticos Populares, e vários comícios feitos a partir dos comitês ou de células do partido, que entre os oradores sempre tinha membros do PCB, influenciando na orientação política. A essa altura já haviam sido organizados vários deles por local de moradia, em vários bairros de Salvador, como o Comitê do Alto do Peru, de Brotas, do Rio Vermelho, do Mirante do Campo Santo, de São Pedro, de Nazaré, dos Barris, e vários outros. Também em vários municípios do interior e por local de trabalho.

A defesa da Constituinte passou a ser uma das principais bandeiras de luta empunhada pelos comunistas a partir de então. Grandes comícios foram realizados por todo o país, demonstrando o quanto estava na ordem do dia para os comunistas, e como também a atuação nos sindicatos estava subordinada a essa perspectiva. O então secretário sindical do PCB João Amazonas, afirmou que:

[...] o povo e principalmente o proletariado, tudo devem subordinar à sua conquista. Ou, como disse Prestes, que apertem mais o cinto na barriga e tudo façam para que seja obtida a Constituinte, reafirmando nossa posição de defensores da ordem e da tranquilidade e impedindo que as reivindicações econômicas pacíficas, de que lança mão o proletariado para levantar o seu nível de vida, sirvam de obstáculo à obtenção da constituinte.¹⁰⁸

Acreditavam que as condições em que se desenvolviam a política nacional empurravam o governo ao encontro das aspirações populares, mas que “forças políticas ponderáveis combatiam abertamente e violentamente esse governo.” Acreditavam que enquanto a tática dos comunistas caminhava no sentido de consolidar as conquistas democráticas e em aprofundar o sentido da democratização do Brasil, “os reacionários e alguns poucos democratas deformados pelo personalismo político tem apenas pressa em afastar o Sr. Getúlio Vargas do poder, como se a democracia dependesse disso [...]”¹⁰⁹

¹⁰⁷ FALCÃO, João. Por uma Assembleia Constituinte. *O Momento*, Salvador, 20 de agosto de 1945, pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰⁸ A constituinte será uma vitória de todo o povo. *O Momento*, Salvador, 15 de outubro de 1945, pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁰⁹ O melhor caminho. *O Momento*, Salvador, 15 de outubro de 1945, pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Defendendo a constituinte com Getúlio, os comunistas foram acusados de “virar a camisa” e de “queremismo”, termos usados de maneira pejorativa que eles rebatiam, explicando suas justificativas para a defesa da constituinte, precedendo as eleições.

Após grande comício ocorrido no dia 03 de outubro no Rio de Janeiro, chamado de dia “V” de vitória, manifestantes se dirigiram ao Palácio da Guanabara para cobrar do Presidente a convocação da Assembleia Constituinte, Vargas fez um pronunciamento em que afirmou:

Mas, para atender a esses reclamos, manifestados na forma direta e espontânea dos verdadeiros pronunciamentos populares, o Governo teria de modificar a lei constitucional n. 9, e não poderia fazê-lo sem a autorização favorável dos órgãos autorizados de opinião – os partidos, as entidades de classe, as forças organizadas. O meu dever é cumprir a lei. Farei tudo que de mim depender para que o povo escolha livremente os seus candidatos.

Apesar das minhas atitudes públicas sempre claras, insistem em criar um ambiente de suspeitas e desconfianças, propalando que pretendo dar um golpe para continuar no poder.¹¹⁰

Reafirmou que não era candidato e que pretendia apenas organizar as eleições e entregar o governo ao eleito. E que se para a realização da constituinte, for necessário o seu afastamento, que não hesitaria em fazer isso espontaneamente. Mas que “há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas a convocação de uma Constituinte. Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo.”¹¹¹ Tal pronunciamento reforçou a crença das oposições de que Vargas preparava a sua manutenção no poder. Em comício em Belo Horizonte, Prestes defendeu a convocação da Assembleia Constituinte e sugeriu que Dutra e Eduardo Gomes renunciassem às suas candidaturas. “Embora sem comprovações, os rumores de que Vargas e Prestes teriam pactuado um acordo mostravam-se cada vez mais convincente para os oposicionistas” (FERREIRA, 2003, p. 38).

Vargas passou a convocar os trabalhadores a aderirem ao PTB e “os trabalhadores deviam ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações”. Para Jorge Ferreira (2003, p. 39), nesse momento um “conjunto de ideias, crenças e atitudes coletivas – o trabalhismo como projeto político, o getulismo como sua personificação e o queremismo como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis - estava se institucionalizando no PTB.” Ao fazer esse tipo de convocação deixou explícito que teria como um dos objetivos da criação do PTB, “ser uma alternativa aos

¹¹⁰ A Constituinte é um direito do povo. Importante discurso do Presidente Vargas. *O Momento*, Salvador, 08 de outubro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹¹¹ Idem.

extremismos de esquerda”, nesse caso o alvo era o PCB, que crescia sua influência junto aos trabalhadores.

Vargas foi deposto por meio de um golpe militar em 29 de outubro, e o poder foi assumido pelo ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não houve resistência nem por parte do ex-presidente nem por seus apoiadores. “Ao que se sabe, a única tentativa de greve em favor de Vargas teria ocorrido na Light do Rio de Janeiro, tentativa feita porém por Segadas Viana, então funcionário do Ministério do Trabalho, e frustrada precisamente pela oposição dos comunistas” (WEFFORT, 1973, p. 87). Weffort, em suas análises do sindicalismo populista, deu ênfase na aliança dos comunistas com Vargas, e considerou a posição dos comunistas de não reação ao golpe como surpreendente. Este estudo concorda com Marco Aurélio Santana ao afirmar que “Mais do que preocupados com os destinos de Vargas, os comunistas estavam interessados nos desdobramentos do processo político, com a sobrevivência do partido e a continuidade do movimento dos trabalhadores” (SANTANA, 2001, p. 44).

Os comunistas sofreram perseguições com ataques às suas sedes e à imprensa, inclusive com a interdição do jornal *Tribuna Popular*. Foram proibidas assembleias e até reuniões de diretorias sindicais. O PCB defendeu a postura de “expectativa” que, segundo Prestes, era “característica, do elevado grau de amadurecimento político a que chegou, mostra como o povo reconhece a justa linha política do partido”. Na avaliação de Prestes o país correu o risco de uma guerra civil caso houvesse reação, e um dos culpados foi o próprio Vargas que não se apoiou no povo e manteve em seu governo os elementos reacionários, e não enfrentou os “elementos de desordem”. Diante do novo governo, a posição do PCB foi que: “O novo governo é um governo de fato, como o anterior, com a diferença que suas contradições internas são ainda maiores, donde a ameaça ainda maior de golpes e perturbações [...]”. Afirmou ainda que o partido não faz política em torno de homens, e que “apoiou os atos democráticos de Vargas e apoiará os atos democráticos do atual governo”.¹¹²

A expressão “governo de fato” já havia sido usada anteriormente pelo Cavaleiro da Esperança no informe apresentado na reunião do Comitê Nacional, em 07 de agosto, para se referir ao governo Vargas. Na ocasião ele afirmava que a simples realização de eleições sem alterar a constituição seria a mudança de homens no poder, a “substituição de um governo de

¹¹² Fala Prestes: ao povo e ao proletariado não interessam golpes. *O Momento*, Salvador, 05 de novembro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

fato, por outro governo de fato, igualmente armado de poderes vastos e arbitrários”.¹¹³ Prestes reafirmou que o partido continuava na luta pela democracia, que só poderia ser obtida com a convocação de uma Assembleia Constituinte e que também continuava disposto a marchar com todas as correntes políticas democráticas para se chegar à União Nacional, único meio capaz de acabar com os remanescentes fascistas no país¹¹⁴. Dias depois o PCB publicou um manifesto em que defendia a necessidade de “consolidar o novo governo de fato para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem”. A preocupação maior era em não parar o processo de democratização e garantir a realização das eleições.¹¹⁵

2.7. As eleições de 1945 na Bahia

Ainda em abril de 1945, na capa do primeiro número de *O momento*, a manchete foi para a “Anistia ampla e irrestrita”, e as fotos de Luiz Carlos Prestes, do Ex-candidato à presidência Armando Sales e do baiano Octávio Mangabeira, que estava exilado nos EUA. Conclamou para uma anistia “recíproca”, entre os membros da oposição e do governo, sem ressentimentos. As fotos de membros da oposição à Vargas sinalizam para as perspectivas do PCB no estado com relação a um possível arco de aliança.

Os comunistas tentaram traçar um panorama, avaliando as forças políticas da Bahia no momento da reabertura. Os grupos políticos antes de 1937 seriam o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo interventor e depois governador do Estado, Juracy Magalhães; a Concentração Autonomista, com vários líderes de oposição ao então governador Juracy Magalhães; As esquerdas, colocada assim de maneira genérica; e os Integralistas. Nessa análise, demonstram o prestígio que os integralistas tiveram no estado, mas que perderam durante a guerra, levando ao fortalecimento dos grupos que lutaram contra o nazi fascismo, o PSD, os Autonomistas e as esquerdas, e cita os nomes de “Octávio Mangabeira, Juracy Magalhães, João Mangabeira, Nestor Duarte, Orlando Gomes, Jorge Amado, Edgard Mata, Manoel Novais, Vale Cabral, Luiz Rogério, etc”. Os comunistas consideravam que nenhuma dessas forças isoladamente ganharia as eleições e conclamaram à unidade para derrotar o fascismo no estado e “resolver os problemas econômicos e administrativos da

¹¹³ PRESTES, Luiz Carlos. Os comunistas na Luta pela democracia. In: Problemas atuais da democracia. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/luta/cap01.htm#i11>
Acesso em: 10/01/2020

¹¹⁴ Fala Prestes: ao povo e ao proletariado não interessam golpes. *O Momento*, Salvador, 05 de novembro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹¹⁵ Manifesto do Partido comunista ao povo. *O Momento*, Salvador, 12 de novembro de 1945, pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Bahia. Tudo isso significa que só um governo de coalisão estadual será capaz de atender aos reclamos da democracia, progresso e bem estar de todas as classes sociais da Bahia”. Era a versão local da “União Nacional”.¹¹⁶

Juracy Magalhães foi antigo aliado de Vargas, que o nomeou interventor do Estado a partir de setembro de 1931, até a eleição indireta, ocorrida em abril de 1935, quando obteve do legislativo estadual o mandato de governador constitucional, permanecendo no cargo até novembro de 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, já que se posicionou pela realização das eleições presidenciais previstas para 1938.¹¹⁷ Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira figuravam como lideranças de oposição ao Estado Novo.

A Revolução de 1930 obteve pouco apoio dos grupos políticos baianos. Os grupos aliados do poder se organizaram na Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia e no Partido Republicano Democrata da Bahia. A oposição se fundiu e em 1935 constituíram um novo partido denominado Concentração Autonomista da Bahia, fazendo referência ao interventor ser um militar e cearense. Além da oposição à Juracy Magalhães, em âmbito federal, faziam oposição ao governo Vargas.

Quando, a 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição e instituído o Estado Novo, o governador da Bahia, Juraci Magalhães, deixou o cargo, sendo substituído pelo interventor coronel Antônio Fernandes Dantas. As lideranças da Concentração Autonomista tiveram destino diverso. Otávio Mangabeira foi preso e, em 1938, exilado. J. J. Seabra apoiou o novo governo estadual, enviando ao jornal *A Tarde* um telegrama em que definia sua posição e aconselhava seus correligionários a prestigiar “com seu apoio e aplauso os atos de alta moralidade político-social que está praticando o ilustre e honrado interventor da Bahia.”¹¹⁸

As forças que estavam em lados opostos nos anos 1930, estavam agora unidas na UDN em 1945, com parte dos ex-Varguistas ligados ao ex-governador Juracy Magalhães e os opositores, antes autonomistas. Talvez a perspectiva de aglutinar todos os setores antifascistas levou os comunistas a nutrirem algumas expectativas relacionadas aos posicionamentos adotados por figuras da União Democrática Nacional (UDN), a exemplo do antigo líder da oposição baiana, Otávio Mangabeira, que ao lado de Prestes e de Armando Sales, estamparam a capa da primeira edição do jornal dos comunistas baianos, ainda na campanha pró-anistia.¹¹⁹

¹¹⁶ Forças políticas da Bahia. *O Momento*, 9 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹¹⁷ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes. Acesso em 29/01/2020.

¹¹⁸ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/concentracao-autonomista-da-bahia> Acesso em 29/01/2020

¹¹⁹ Anistia ampla e irrestrita. *O Momento*, 9 de abril de 1945. Pp. 1 BPEB, Setor: Periódicos raros.

No mês seguinte, por ocasião da anistia e do retorno de Octávio Mangabeira ao Brasil, o periódico dos comunistas baianos exaltou as grandes manifestações e homenagens ocorridas ao “ilustre antifascista”, com a presença do candidato à presidência o Major-brigadeiro Eduardo Gomes, e José Américo, e de várias lideranças da União Democrática Nacional (UDN), representantes de União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Metropolitana de Estudantes (UMES), e do Partido Comunista.¹²⁰

Na tentativa de demonstrar as afinidades, os comunistas publicaram uma declaração do Brigadeiro Eduardo Gomes, quando teria afirmado da necessidade urgente de se melhorar a vida dos brasileiros, especialmente dos trabalhadores rurais, pois era a maioria da população e viviam na penúria:

É preciso dar-lhe terra, sejam as do Estado próximas aos centros de consumo, seja por desapropriação das que jazem sem aproveitamento, ainda que isso custe o justo preço das indenizações aos atuais proprietários. Em uma palavra: - é preciso colonizar o Brasil com os brasileiros.¹²¹

Segundo o jornal pecebista o pensamento do militar coincidia com o pensamento das “esquerdas brasileiras”, e lembrou que Luiz Carlos Prestes já havia se pronunciado sobre o tema, apontando soluções idênticas às formuladas pelo Major-brigadeiro Eduardo Gomes, propondo “modernização dos métodos de exploração agrária pelos grandes proprietários ou, então, divisão das terras não aproveitadas ou mal exploradas entre os camponeses sem terras”. A conclusão da matéria é que a prova do acerto de Prestes está nas declarações do Brigadeiro, “candidato à presidência da República por amplos setores da burguesia nacional”.¹²²

Na mesma coluna, com o subtítulo “Democracia”, rasgou elogios ao antigo líder autonomista baiano Octávio Mangabeira, quando esse afirmou que no cenário do pós-guerra:

[...] não se pode admitir, mais, democracias da direita ou mesmo do centro. A democracia de hoje, para atender às necessidades dos povos, deve ser uma democracia da esquerda. Isto é, um regime que coloque em primeiro plano os problemas sociais e econômicos procurando resolvê-los em favor dos interesses populares e que garanta, ao mesmo tempo, as liberdades fundamentais.¹²³

Segundo os argumentos dos comunistas esse posicionamento servia para demonstrar como um membro da “corrente esclarecida do pensamento liberal”, ao apoiar as correntes renovadoras, contribui para a unificação do povo contra o “nazi-integralismo”, o que demonstra a crença na possibilidade de unificação com tais setores.

¹²⁰ Grandes Manifestações à Otavio Mangabeira. *O Momento*, 14 de maio de 1945. pp.1 BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹²¹ Vida Política – Problema agrário. *O Momento*, 28 de maio de 1945. pp.3 BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹²² Idem

¹²³ Vida Política – Democracia. *O Momento*, 28 de maio de 1945. pp.3 BPEB, Setor: Periódicos raros.

Os comunistas continuaram exaltando alguns posicionamentos de Octávio Mangabeira, por exemplo, quando afirmou ser a favor de uma democracia popular, sustentada por amplos movimentos da população, criticando a democracia existente antes de 1937 como elitista, e também quando se posicionou contrário à reorganização dos integralistas. Mas a expectativa de poder atuar lado a lado com os antifascistas da burguesia baiana logo foi abalada quando receberam críticas que os colocava ao lado dos nazistas:

Constatamos que o Sr. Otavio Mangabeira, nessa altura dos acontecimentos, não compreendeu o significado do pacto germano-soviético e tem sobre o mesmo opiniões que se parecem ao dos elementos reacionários que tanto ele combate. E a sua incompreensão da linha política do Partido Comunista é outro fato negativo em sua entrevista que, embora assinale progressos sensíveis na campanha das oposições não contribuiu, como se podia esperar, para uma efetiva solução popular e pacífica da crise política, social e econômica que atravessamos.¹²⁴

Apesar do esforço do PCB de divulgar a tese da União Nacional e propor a conciliação, continuava sendo alvo da desconfiança da burguesia. O Jornal *A Tarde*, porta voz dos antigos autonomistas e agora dos setores que se articularam em torno da UDN, em matéria que denunciava a tentativa de Vargas de permanecer no poder, criticou “as esquerdas de realizarem um conchavo com o governo, em troca de uma pasta ministerial”. Segundo eles, a União Nacional seria apenas uma forma do PCB de se aproximar de Vargas.

Ao se defenderem de tais acusação através do seu periódico, os comunistas baianos afirmaram que a União Nacional, inicialmente, se tratava do esforço de guerra e que a reivindicação fundamental era “a participação ativa de nosso país na guerra antifascista, [...] hoje a reivindicação fundamental para a União Nacional é a democratização do país, através de eleições livres e honestas num clima de efetivas garantias para o exercício das liberdades democráticas”.¹²⁵

De fato, os comunistas estavam preocupados com a legalidade, e no intuito de demonstrar boa vontade e disposição de atuar nos marcos da democracia burguesa estavam, a todo instante, reafirmando a política da união nacional. Ainda em abril de 1945 o periódico comunista divulgou que o General Eurico Gaspar Dutra afirmou ser favorável à existência legal do PCB, “enquanto os comunistas mantiverem entre nós a linha de conduta que hoje assumem, de renúncia aos processos violentos e o acatamento às autoridades constituídas.” Da mesma forma, divulgou um pronunciamento do general Manuel Rabelo, em que afirmava que o Brigadeiro Eduardo Gomes, então candidato á presidência da república pela União

¹²⁴ Vida Política. *O Momento*, 04 de junho de 1945. p.3 BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹²⁵ União Nacional - Bandeira de luta do proletariado e de todas as forças progressistas mundiais, para a derrota radical do fascismo. *O Momento*, 23 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Democrática Nacional (UDN) também era favorável à existência legal do Partido Comunista.¹²⁶

O posicionamento do PCB de defender a realização da Constituinte antes das eleições presidenciais o colocou de uma vez por todas no lado oposto aos demais setores oposicionistas. Faltando poucos dias para as eleições presidenciais, ao se referir a chapa da UDN na Bahia, tratou como alas, uma ligada ao ex-governador Juracy Magalhães e outra ligada a Octávio Mangabeira. Referiu-se à ala de Juracy como de maior expressão eleitoral, e a de Octávio Mangabeira como “Liberal Conservadora”, que “teima em desconhecer as conquistas sociais dos últimos tempos, assumindo posição francamente reacionária.” A ala juracisista também estaria sem prestígio popular em virtude do apoio dado ao Brigadeiro Eduardo Gomes, pelas suas declarações ultra reacionárias.¹²⁷

Poucos dias antes da derrubada de Vargas, em reunião plenária do Comitê Estadual ocorrida no início de outubro de 1945, foi avaliada como correta a linha política adotada até então pelo PCB, que tinha como princípio a União Nacional e a luta pela Constituinte como a tarefa imediata pela democratização. Acreditavam que a luta pela constituinte serviu para delimitar os campos políticos, entre os democratas e os “pseudo-democratas que fazem o jogo do capital estrangeiro colonizador”.

O Comitê Estadual avaliou como debilidade o que chamou de “espírito defensivo de que ainda se ressentem todo o trabalho do partido no Estado, bem como o desligamento dos problemas fundamentais da Bahia”. No informe de organização foi constatado o rápido crescimento do Partido na capital e no interior do Estado durante o breve período de legalidade, entretanto apontou que esse crescimento “não se processou inteiramente de acordo com a linha orgânica do partido”. Também foi levantada a necessidade de concentrar o trabalho de organização nos setores fundamentais do proletariado e nos municípios mais importantes do Estado.

O informe demonstra ainda a perspectiva otimista com relação ao trabalho eleitoral, tendo em vista as eleições que se aproximavam. Acreditando que o partido poderia ultrapassar suas dificuldades com uma “virada” no trabalho que se faria sentir com o crescimento e com seu êxito eleitoral.¹²⁸ Nesse sentido o partido intensificou o alistamento eleitoral que já vinha

¹²⁶ Favorável à existência legal do partido Comunista. *O Momento*, 23 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹²⁷ Otávio Mangabeira, homem do passado. *O Momento*, 24 de novembro de 1945. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹²⁸ Reunião plenária do Comitê Estadual do PCB. *O Momento*, 15 de outubro de 1945. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

fazendo, com a abertura de novos postos, e estabeleceu como meta chegar a dez mil filiados na Bahia. Organizou então quatro caravanas para percorrer o interior do Estado, cada uma delas coordenada por pelo menos dois dirigentes estaduais.¹²⁹

Com as eleições previstas para acontecer no dia 02 de dezembro, o PCB da Bahia, em solenidade realizada em 23 de outubro, no Cine Jandaia, apresentou os “candidatos indicados pelo Partido de Prestes” à Assembleia Constituinte: Giocondo Alves Dias, Diogenes de Arruda Câmara, Joaquim Seixas do Vale Cabral, Manuel Batista de Souza, Armenio Guedes, João da Costa Falcão, Carlos Marighela, Juvenal Luiz de Souto Júnior, Nelson Schaun, Eusínio Lavigne e Edgard Mata.¹³⁰ Esses dois últimos geralmente apresentados como “amigos do partido”.

Durante a campanha apareceram novos nomes, Luiz Carlos Prestes e Eusínio Lavigne para senadores federais, e para deputados federais, Eusínio Lavigne, que também era candidato ao senado, e mais: Jacinta Passos Amado, Demócrito Gomes de Carvalho, Vicente Paula de Jesus, Ariston Andrade, Mecenas da Silveira Mascarenhas, Aurélio Rocha, Estanislau Santana, João do Carmo, Alfredo Moreira Freitas, Aristeu Nogueira, Waldir de Oliveira e Souza, Aydano Pedreira do Couto Ferraz. E ainda o nome do Engenheiro Yedo Fiuza para presidente da República, faltando apenas quinze dias para as eleições.¹³¹

Era a primeira vez desde a sua fundação que o PCB estava concorrendo abertamente com seus candidatos, inscritos na sua própria chapa, e podendo atuar legalmente. Revestia-se de importância ainda maior depois que o governo interventor Linhares, através de decreto, transformou o futuro parlamento a ser eleito em Assembleia Constituinte.

No dia 24 de novembro ocorreu, em Salvador, um grande comício com a presença de Prestes e do candidato à presidência Yedo Fiuza. O comício ocorreu na Praça da Sé e segundo o periódico comunista estiveram presentes cerca de setenta mil pessoas. O partido se mobilizou com caravanas de várias cidades do interior do estado: Santo Amaro, Itambé, Alagoinhas, Ilhéus, Juazeiro, Jequié, Irará, Ipirá, Bomfim, Catú, Cachoeira, entre outras. Na ocasião foram vendidos selos, escudos e retratos autografados, e também foram montados postos de filiação.¹³²

¹²⁹ Caravanas do PCB percorrerão o interior. *O Momento*, 12 de novembro de 1945. p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹³⁰ A Chapa do PCB na Bahia. *O Momento*, 29 de outubro de 1945. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹³¹ Chapa do Partido Comunista. *O Momento*, 19 de novembro de 1945. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹³² 70 mil pessoas aclamam Prestes e Yeddo Fiuza. *O Momento*, 27 de novembro de 1945. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

O resultado das eleições na Bahia teve peculiaridades. Talvez pela UDN aglutinar as duas principais correntes políticas da década de 1930, varguistas e sua oposição autonomista, fez com que na Bahia tivessem mais votos que o PSD nas eleições parlamentares. Dos 24 deputados federais eleitos pela Bahia 12 eram da UDN, 09 do PSD, e os outros três pelo PTB, PCB e PPS (Partido Popular Sindicalista). O PCB obteve 18.628 votos, elegendo Marighela à Câmara dos Deputados (SIZILIO, 2015).

CAPÍTULO III

“ORDEM E TRANQUILIDADE NÃO SIGNIFICA PASSIVIDADE”

Após as eleições de dezembro de 1945, ocorreram alterações na orientação e na atuação dos militantes comunistas na nova conjuntura que se iniciou. Formalmente não ocorreu alteração na linha política do PCB ou da sua orientação sindical. Segundo a narrativa produzida pela direção partidária a linha estava correta, o problema estava na interpretação errônea e conseqüentemente na sua execução, por isso recomendaram nova postura de seus militantes. O foco desse capítulo é perceber a alteração da postura dos militantes comunistas e da narrativa apresentada pelo seu periódico diante dessas mobilizações e paralisações. Também tratou da mudança na conjuntura após a posse do presidente Dutra e o aumento da repressão, e a posição dos comunistas diante da cassação do registro do PCB.

3.1. Ajuste na linha sindical dos comunistas (1946-1947)

Em vários momentos do ano de 1945 os comunistas reforçaram as suas preocupações com a interrupção do processo de redemocratização, acreditando que um novo golpe poderia ocorrer. Em alguns escritos a tática é definida até a realização da eleição, e outro momento após as eleições. Os comunistas estavam preocupados que as greves pudessem ser utilizadas como pretexto dos golpistas para o fechamento do regime e não realização das eleições.

Após as eleições os comunistas passaram a demonstrar preocupação com o respeito ao resultado e a posse dos eleitos. Marighela afirmou que o momento era de vigilância, pois os “generais reacionários e fascistas que pretenderam derramar o sangue do nosso povo na madrugada de 30 de outubro procuram novos pretextos para derrubar a ordem”. Segundo ele, esses generais insistiam em afirmar que os comunistas estavam preparando uma greve geral, mas que o PCB embora reconhecesse o direito de greve como elementar aos trabalhadores “não acha oportuno desencadear qualquer movimento grevista na hora atual. [...] Seja qual for o resultado das eleições, o povo deve permanecer intransigentemente organizado dentro da ordem e da tranquilidade.”¹³³

Também comentando o momento pós-eleitoral, Armênio Guedes, dirigente do PCB, afirmou que o resultado da eleição deveria ser respeitado e empossado os eleitos. “Mas nós comunistas não temos ilusões. [...] É preciso, pois, que o povo se organize e esteja vigilante,

¹³³ O povo organizado garantirá a posse dos legítimos eleitos. *O Momento*, 03 de dezembro de 1945. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

afim de garantir a posse.”¹³⁴ Prestes, ao ser questionado sobre a política do PCB diante da perspectiva do governo do General Dutra, declarou:

Lutamos, antes de tudo, por ordem e tranquilidade. [...] no momento histórico que atravessamos, de desenvolvimento pacífico, só aos fascistas e quinta-colunistas interessa a desordem. [...] Frente ao governo do general Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos dos Srs. Vargas e Linhares: apoio a todas as medidas democráticas, contra os agitadores, demagogos e salvadores que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo democrático, com novos golpes armados.¹³⁵

Na mesma entrevista Prestes falou sobre a União Nacional, com um apelo à ordem e tranquilidade, como único caminho possível de resolver os problemas sociais e econômicos e conclamou a todos “os patriotas se congreguem, independentemente de suas crenças políticas, e ideológicas, religiosas, filosóficas, em torno de um governo realmente de união nacional, capaz de enfrentar e solucionar esses problemas.”¹³⁶

Demonstrando boa vontade com o novo presidente eleito, o slogan “*Por um governo de confiança nacional*”, nos termos colocados por Prestes, passou a ser conclamado na imprensa partidária. Segundo os comunistas, os pronunciamentos de líderes de várias correntes de opinião se manifestavam no mesmo sentido e, além disso:

as forças políticas necessariamente não podem permanecer nos quadros rígidos em que se alinharam às vésperas das eleições, ser-lhe-á fácil buscar o apoio daquelas correntes, como é a dos comunistas, que provaram a sua base de massas com os excepcionais sufrágios alcançados nas grandes cidades.¹³⁷

Havia chegado um dos momentos cruciais para a democratização, e as manifestações de Marighela e demais dirigentes demonstram que os comunistas continuavam preocupados com a possibilidade das greves servirem de pretexto para novo golpe. Ao mesmo tempo, é notável o crescimento das mobilizações dos trabalhadores com o início de várias campanhas salariais e a mudança no posicionamento dos comunistas diante de tais mobilizações na virada de 1945 para 1946. Na interpretação de Weffort, os comunistas brasileiros chegavam a 1946 mantendo a orientação de “ordem e tranquilidade”:

Continua também a política de “ordem e tranquilidade” que ainda depois das eleições de 2 de dezembro deveria fornecer argumentos para que o PC tentasse conter as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Se até a queda de Vargas os

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Prestes faz novo apelo para a União Nacional e para a defesa da ordem. *O Momento*, 17 de dezembro de 1945. p. 1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ É necessário um governo de confiança nacional. *O Momento*, 17 de dezembro de 1945. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

comunistas insistiam em que os operários deviam “apertar os cintos” em nome da Constituinte, insistirão depois em que o fizessem em nome das eleições e depois que estas se realizarem usarão a ideia da CGTB e, depois ainda, a campanha pela abolição da Carta de 37. Se os operários foram chamados antes a “apertar os cintos” para que viesse a democracia, deveriam apertá-lo ainda mais para consolidá-la. (WEFFORT, 1973, p. 88)

Na perspectiva de Weffort, o que mudou após as eleições foi a eficácia do controle dos comunistas sob a movimentação dos trabalhadores que não foram convencidos por esses novos argumentos. Após a greve por abono de natal do setor de energia do Rio de Janeiro, iniciou-se um momento de ascensão do movimento operário em todo o país, com várias paralisações nos primeiros meses de 1946. Os comunistas então passaram de uma posição contrária às greves para uma posição ambígua de tolerância. Foi a partir da pressão da classe operária que os comunistas mudaram de posição e, dias antes da greve dos bancários, declararam que “greve não é desordem”. “Se até então as greves eram vistas pelos comunistas como ‘provocação’, agora passarão a ser vistas como direito dos trabalhadores” (WEFFORT, 1973, p. 92).

Para Hélio da Costa (1995) um novo momento da relação do PCB com as greves se iniciou a partir de 1946, sob a euforia da posse de Dutra combinada com a explosão grevista.

Os sindicatos sob a direção dos comunistas continuaram se manifestando reservadamente sobre as greves, mas menos enfaticamente, pois o PCB tinha como princípio a defesa do direito de greve, que procurou defender na Constituinte. [...] Passaram a classificar as greves em *justas* e de *agitação*. Havia o desafio de provar a viabilidade de constituir-se como um partido da ordem, livre do estigma comunista-revolucionário, uma vez que era visto como se estivesse sempre na iminência de tomar de assalto o poder e quebrar as regras do jogo democrático, como propagandeavam seus adversários e inimigos. Esse quadro traduzia as frequentes situações de embaraço dos dirigentes sindicais comunistas à frente de greves, pois tinham por princípio a orientação de evitá-las ou somente em último caso poder apoiá-las. (COSTA, 1995, p.71)

Reconhecendo as mudanças ocorridas na atuação dos comunistas, Marco Aurélio Santana aponta que “segundo a linha de ‘ordem e tranquilidade’, o PCB vai, ao longo dos anos 1945-1946, deslizar de uma posição contrária às greves para uma posição de aceitação delas e mesmo de uma participação de forma variada nos movimentos (SANTANA, 2001, p. 57). Salienta ainda que a chegada de 1946 vai fazer o partido procurar dar conta do ascenso do movimento operário que vai “provocar uma mudança na lógica de ação dos comunistas. Estes continuarão a tentar evitar as greves; mas não conseguindo, passarão a apoiá-las e mesmo dirigi-las” (2001, p. 46).

Essas três análises reconhecem que houve mudança na postura dos comunistas em 1946, ocasionada pela pressão das greves ocorridas no início de 1946. Teriam sido

empurrados para atender ao novo momento de crescimento das lutas. Ainda assim a manutenção da política de “ordem e tranquilidade” teria feito com que os comunistas continuassem tentando evitar as greves e apenas nos casos da sua inevitabilidade atuavam dando apoio. Costa (1995) e Santana (2001) quando tratam da permanência da orientação de conter as greves, diferente de Weffort (1973), salientam que na atuação dos comunistas é possível encontrar grande variedade de posturas, e que frequentemente estiveram a frente de mobilizações com greves em diversas categorias.

Assim, podemos perceber que o partido, não entendido de forma monolítica, apresenta uma variedade de posições acerca da implementação de sua linha política. Mais do que meros pronunciamentos e orientações gerais, um partido é também o momento da efetivação deles. Nesse particular, podemos indicar a prática comunista como sendo outra, distinta da defendida oficialmente [...]. (SANTANA, 2001, p.58)

Cabe colocar os episódios nos seus devidos tempos. A greve do abono de natal da Light do Rio de Janeiro ocorreu no final de dezembro de 1945 junto à mobilização de algumas categorias de empresas concessionárias do serviço público, mas só é possível caracterizar o que estava acontecendo como uma “onda de greves” nas semanas seguintes quando várias outras categorias paralisaram em várias partes do país. Documentos partidários apontam para uma nova orientação sindical a partir da reunião da direção nacional de 04 de janeiro de 1946, anterior às paralisações. Portanto os comunistas alteraram a sua orientação sindical e não foram simplesmente empurrados para novas posturas em função das greves.

Maurício Grabois, da direção nacional, no início de janeiro de 1946 reafirmou a posição do partido como “esteio máximo da ordem”, que não se deixou levar a reboque dos que tentaram criar um ambiente de confusão propício aos golpes. Contudo, afirmou que essa postura não poderia significar passividade e que os camaradas das empresas “devem lutar por seus direitos, apelando para a solidariedade da massa trabalhadora, recorrendo às próprias leis trabalhistas, à intervenção do Ministério do Trabalho, ao dissídio coletivo, levando este até o fim, sem temor de que assim agindo estejam perturbando a ordem e a tranquilidade”.¹³⁸

Grabois argumentou ainda, que a linha política do partido vinha sendo incompreendida na medida em que estava levando à passividade e citou como exemplo a greve dos operários da Light, quando os “camaradas da empresa, ao invés de tomarem uma atitude ofensiva, [...] assumiram uma atitude de conformismo, limitando-se a constatar a traição e mostrar passivamente que a derrota não era motivo de abandonar a luta”. O PCB para garantir a

¹³⁸ GRABOIS, Mauricio. Ordem e tranquilidade. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

democracia tem “apelado para os trabalhadores para que tudo façam, mesmo sacrificando alguns dos interesses imediatos, a fim de impedir qualquer motivo de agitações. Mas desde que a não satisfação das reivindicações vitais das amplas massas é motivo e causa para agitações (ilegível) aos interesses do povo e dos trabalhadores, é indispensável que os comunistas se coloquem audazmente à frente do proletariado, a fim de orientá-lo no justo caminho da solução dos seus problemas.”¹³⁹

Com uma linha de argumentação muito parecida, João Batista de Lima e Silva, dirigente estadual do PCB afirmou: “Não podemos fazer a grande massa compreender a nossa linha política, apresentando-a teoricamente [...] se nos dotamos da capacidade de interpretar as reivindicações mais sentidas no bairro ou na empresa, temos então, a possibilidade de fazer a massa compreender, na prática”. João Batista cita o artigo de Maurício Grabois e repetiu a crítica em torno da passividade diante dos atentados aos interesses do proletariado, e conclamou a militância a se ligar às massas.

colocando-se à frente dos trabalhadores, em cada empresa, e da massa popular, e cada bairro, na luta por reivindicações diárias e imediatas, como aumento de salários, melhores condições de higiene e de trabalho, é que os comunistas tem a possibilidade de orientar o movimento de massa de maneira pacífica, porém enérgica, demonstrando a justeza da linha política do Partido.¹⁴⁰

Tais posicionamentos refletem o balanço das atividades partidárias apresentado durante a reunião do Comitê Nacional, ocorrido em 04 de janeiro de 1946. No Informe elaborado pela Comissão Executiva, na mesma linha dos artigos dos dirigentes, afirmava que:

[...] uma má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para os golpes militares, levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Este desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se foi até poucas semanas atrás de menor importância, já agora precisa ser corrigido com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica de dirigentes do proletariado e de todo o nosso povo em sua marcha para o progresso e a democracia.¹⁴¹

No balanço organizativo, o partido constatou grande crescimento do número de filiados, aumento do número de células principalmente nos bairros, mas que havia deficiência

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ LIMA E SILVA, João Batista. Devemos colocar o Partido à frente da massa. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁴¹ PRESTES, Luiz Carlos. O PCB na Luta Pela Paz e Pela Democracia. Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, apresentado na solenidade de instalação do Pleno Ampliado do Comitê Nacional em 4 de Janeiro de 1946.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portuques/prestes/1946/01/04.htm>

Acesso em: 19/02/2020

do trabalho nas empresas, por locais de trabalho, o que dificultava o trabalho sindical. Pela avaliação, as poucas células existentes por local de trabalho não realizavam trabalho sindical, que era feito pelos dirigentes de cúpula. A orientação foi a intensificação das atividades de base, levando para as células “o centro de gravidade de todas as atividades do Partido”.¹⁴²

Pedro Pomar, no *Informe sobre o trabalho de massas*, afirmou que houve subestimação do trabalho nas células das empresas e que isso aconteceu em virtude de que o “Partido via mais o êxito de certas campanhas políticas. Estava empenhado muito mais a fundo na agitação da Constituinte e da luta contra os golpes reacionários do que na conquista das melhorias econômicas para a classe operária e para o povo.” Ao abordar o trabalho sindical afirmou que houve avanços, como o aumento do número de sindicatos, federações, a vitória dos comunistas em várias eleições sindicais, e “a polícia e o Ministério não assistem mais as assembleias sindicais, sendo que as diretorias, desde que não haja recursos, são empossadas sem homologação”.¹⁴³ Interessante perceber que as avaliações em torno das atividades sindicais e partidárias tinham como parâmetro o que estava acontecendo no sudeste do país, especialmente no Rio de Janeiro, onde se encontrava a maioria da direção nacional. Pois tais práticas ainda não estavam acontecendo na Bahia, onde o controle e a repressão se mantinham.

O *informe* manteve a linha de colaboração de classes e as greves continuavam a ser tratadas como último recurso, mas segundo o documento isso não poderia significar ser contra as greves. Pois a luta por melhoria das condições de vida dos trabalhadores era urgente. E no que se referia a atuação dos militantes, defendeu maior ligação com as bases com a criação de comissões para a defesa dos interesses dos trabalhadores nos locais de trabalho. As comissões pró-direitos dos trabalhadores devem ser apoiados pelos sindicatos, portanto, não são pensados como entidades que disputam ou que só existiriam onde os comunistas não estivessem nas diretorias sindicais.

Por fim defendeu o abandono da oposição sistemática às diretorias sindicais. Pois, o momento: “exige a formação de chapas unitárias [...] quando verificamos a existência de fato de condições para essas chapas únicas, não fazendo a unidade na chapa a qualquer preço. Exige que as frações sindicais sejam abandonadas em proveito da unidade sindical e do reforçamento da democracia nos sindicatos.”¹⁴⁴

¹⁴² Resoluções do Pleno Ampliado do PCB. *O Momento*, 28 de janeiro de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁴³ POMAR, Pedro. Informe sobre o trabalho de massas. *O Momento*, 11 de fevereiro de 1946. p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁴⁴ Idem.

Os documentos e manifestações citadas tem em comum a avaliação que o equívoco não estaria na formulação partidária, e sim na sua má compreensão por parte da militância a respeito da “ordem e tranquilidade” e isso teria levado à passividade. Essa foi a narrativa construída pela direção partidária para se isentar do diagnóstico elaborado. No entanto, é perceptível a partir do final de dezembro de 1945, a mudança de postura dos comunistas junto aos trabalhadores assim como na abordagem manifestada no periódico dos comunistas baianos. Como à frente do jornal estavam dirigentes partidários não compreendo a posição do jornal como sendo de militantes de base, basta ver seus posicionamento durante todo 1945, assim como em outras diversas manifestações de membros da direção sobre o tema que não ficam dúvidas sobre a recomendação de “apertar os cintos”, e que agora estava sendo substituído pela nova orientação: “ordem e tranquilidade não significa passividade”.

Com a nova orientação *O Momento* criou a coluna “Sabatina”, que na primeira semana teve como questão: “são aconselháveis e oportunas, no momento atual, as greves?”,¹⁴⁵ e na semana seguinte: “como reforçar os sindicatos?”¹⁴⁶. A fórmula era a mesma já anunciada no informe do Comitê Nacional, falando em greves como direito, mas que devem ser oportunas, e na necessidade do trabalho de base, do levantamento das reivindicações imediatas, e da luta pela liberdade e autonomia.

Depois da reunião do Comitê Nacional ocorrida em 04 de janeiro, o Comitê Estadual se reuniu em 27 de janeiro, tendo na pauta a realização de um balanço de todo o trabalho do partido, e de sua linha, a partir dos informes de Prestes e Pedro Pomar e demais documentos da direção nacional, inclusive com os repasses feitos por Jaime Maciel e Juvenal Souto Júnior que estiveram no Pleno Ampliado da Direção Nacional.

Na autocrítica apresentada pelo Secretário-político, Giocondo Dias, na mesma perspectiva da análise da direção nacional, destacou a deficiência no trabalho das células, “que não vinha sendo justamente compreendido pelo Partido, na Bahia”; o problema das relações entre as direções e as bases do partido; a necessidade de elevação do nível político do partido e do trabalho de massas “assinalando todos os seus defeitos, principalmente no terreno sindical”. Houve recomposição da direção estadual, com algumas alterações de posições entre suplentes e membros efetivos, mas a matéria não expôs os nomes.¹⁴⁷

A partir do Pleno Nacional, do *Informe de Massas* de Pedro Pomar, do Pleno Estadual, e dos primeiros sinais das mudanças na atuação dos militantes de base e na abordagem

¹⁴⁵ Sabatina. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁴⁶ Sabatina. *O Momento*, 14 de janeiro de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁴⁷ Reunida, em Pleno, a Direção Estadual do Partido Comunista. *O Momento*, 04 de fevereiro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

apresentada pelo jornal dos comunistas baianos, é possível afirmar que o partido sofreu, a partir de um processo de autocrítica, um ajuste na execução da linha de união nacional no que tange ao trabalho sindical e de massas, onde passou a ser considerado fundamental o trabalho das células, o levantamento das reivindicações imediatas, e uma maior ligação com as massas, com criação de comitês por empresas, e finalmente, uma mudança na postura diante das mobilizações e paralisações com crítica à passividade.

3.2. Os trabalhadores se mobilizam: a onda de greves de 1946

O aumento ou diminuição das greves e mobilizações não podem ser interpretados como reflexo apenas das alterações na orientação partidária ainda que ela se constitua em fator importante. Inúmeros outros elementos contribuíram para a realização da grande quantidade de greves no primeiro semestre de 1946, inclusive a realização das eleições, a expectativa em torno do novo governo, e as demandas econômicas dos trabalhadores, como a carestia dos preços e o achatamento salarial.

No fim de 1945, várias categorias se mobilizaram e iniciaram forte campanha pelo pagamento do abono de natal. O governo do Estado anunciou que pagaria o abono aos funcionários públicos, mas excluiu do pagamento os diaristas e “extranumerários”, que eram trabalhadores com vínculos temporários. Os comunistas iniciaram uma campanha para que todos tivessem direito, e argumentavam que esses eram os mais necessitados, pois não gozavam de estabilidade e dos mesmos vencimentos dos efetivos.

Também no final de 1945 os comerciários iniciaram uma campanha pela adoção da “semana inglesa”, jornada de quarenta e quatro horas semanais com folga aos sábados à tarde. Nesse caso a campanha não foi direcionada aos comerciantes, mas ao poder público municipal, para através de legislação municipal adotar tal jornada de trabalho. O prefeito afirmou que estava ouvindo os representantes das entidades patronais. O jornal comunista sugeriu que os comerciários “procurem entrar em entendimento com outras entidades de classe, buscando uma fórmula que solucione o caso, facilitando o trabalho da prefeitura”.¹⁴⁸

Em dezembro de 1945 foi anunciada a realização do III Congresso Sindical da Bahia, organizado pelo MUT, e que teria como um dos objetivos a fundação da União Geral dos

¹⁴⁸ Estuda a prefeitura o problema da semana inglesa. *O Momento*, 17 de dezembro de 1945. pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Trabalhadores da Bahia, para ao lado de outras entidades de outros estados criar uma entidade nacional, a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros. Além disso, teria como objetivo unificar os trabalhadores urbanos e rurais, havendo preocupação específica para esses que sobrevivem desamparados de legislação trabalhista. Segundo José Francisco dos Santos, presidente do MUT da Bahia “em consequência da guerra muitas reivindicações da classe operária foram relegadas a um plano secundário. Agora, porém, estas reivindicações voltam a um plano superior e serão defendidas pelos próprios trabalhadores, por intermédio de seus legítimos representantes na Assembleia Constituinte”.¹⁴⁹

Giocondo Dias afirmou que o partido na Bahia:

dedica, neste momento, toda a sua atenção ao trabalho de massas e sindical, no sentido de organizar os trabalhadores dentro da fábrica e dentro dos seus sindicatos e as populações dos bairros nos Comitês Populares Democráticos e associações pró-reivindicações específicas de cada bairro ou cada empresa”. [...] Nossa atenção está especialmente dirigida para a organização e unificação da classe operária [...] apoiamos com firmeza a realização do Congresso Sindical.¹⁵⁰

Os trabalhadores da Companhia Linha Circular e de Energia Elétrica da Bahia (CLC) iniciaram desde novembro de 1945 uma negociação com a empresa em torno do abono de natal. Enviaram memoriais, e abriram negociação sem muito sucesso. Reuniram-se em dezembro as diretorias do Sindicato dos Trabalhadores dos Carris Urbanos; dos Trabalhadores das empresas telefônicas, e a Associação Profissional dos Trabalhadores nas indústrias Hidro e Termo Elétrica da Bahia, todos trabalhavam para a Companhia Linha Circular e de Energia Elétrica da Bahia, empresa privada que era concessionária desses serviços no Estado da Bahia.

Em dezembro o presidente em exercício José Linhares decretou que as empresas elétricas, concessionárias de serviços públicos de todo o país pagassem um mês de salário como abono aos trabalhadores. Aconteceu que quarenta e oito horas depois, o presidente revogou o próprio decreto. Foi aí que os trabalhadores da CLC fizeram paralisação de um dia em 30 de dezembro de 1945. Essa paralisação foi citada no capítulo anterior, mas por crer que ela representa bem essa virada de posicionamento volto a me referir a ela de forma mais detalhada.

Nenhum bonde circulou, e também não funcionaram o Elevador Lacerda, e o Plano Inclinado, que ligavam a cidade alta à cidade baixa. Houve expectativa de interrupção do

¹⁴⁹ Prepara-se o III Congresso Sindical. *O Momento*, 24 de dezembro de 1945. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁵⁰ É necessário pôr termo aos abusos contra os operários. *O Momento*, 31 de dezembro de 1945. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

fornecimento de energia elétrica, que não se confirmou. Segundo os comunistas, “dando magnífico exemplo patriótico, defendendo a todo custo, a ordem e a tranquilidade, os operários se mantinham serenamente diante das várias instalações da CLC [...] nenhum incidente se registrou”. Encontramos a nova orientação na abordagem feita pelo *O Momento*, ao afirmar que “ordem e tranquilidade não significa passividade, não significa deixar que os patrões reacionários, sobretudo os patrões do capital financeiro colonizador, façam o que bem entenderem, afundando o proletariado numa miséria cada vez maior.” Isso sem deixar de pontuar que a greve foi um recurso extremo.

Nesse episódio a decisão da greve partiu dos trabalhadores indignados com a revogação do abono, se organizaram em uma comissão de reivindicação que ficou a frente do movimento e das negociações, formada por Oscar Souza Mendonça e pelos comunistas José Barbosa e Agribaldo Fernandes Souza. Passaram por cima da direção do Sindicato dos Transviários, que após se reunir com a direção da empresa não informou a categoria o andamento das negociações. Com isso os trabalhadores passaram a não confiar na intermediação do presidente da entidade o Sr. Arcelino Borges.¹⁵¹ A comissão não tinha a pretensão de substituir o sindicato permanentemente, mas foi a única forma de atuação possível, diante das relações já conturbadas entre os comunistas e a direção do sindicato, principalmente a partir da repressão ao grupo de trabalhadores organizados pelos comunistas na oposição sindical em setembro de 1945, conforme narrado no capítulo anterior.

Foi divulgado um comunicado em nome do sindicato, através do seu consultor jurídico, Dorival Passos, que era da direção do MUT da Bahia, sobre a reunião entre o Delegado do Trabalho e os trabalhadores da Cia Linha Circular, em que concordaram em voltar ao trabalho caso o governo se comprometesse a conceder o abono, “a exemplo do que acaba de fazer para os trabalhadores da Light, no Rio”. O Sr. Muniz Falcão, novo delegado do Trabalho na Bahia nomeado após a derrubada de Vargas, enviou telegrama ao Ministro do Trabalho, comunicando a paralisação, os termos exigidos pelos trabalhadores, inclusive citou o exemplo da concessão aos trabalhadores da Light, e a exigência da empresa de que o governo cobrisse os custos do abono.

Os grevistas solicitaram a intermediação do interventor federal no Estado, que na tarde do mesmo dia se reuniu com o Delegado do Trabalho, o Secretário de Segurança Pública do Estado, o advogado do Sindicato, Dorival Passos e o comando de greve. Foi resolvido enviar novo telegrama através do interventor Bulcão Viana. O Ministro do Trabalho

¹⁵¹ Greve pacífica para a concessão do abono. *O Momento*, 31 de dezembro de 1945. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

respondeu que só examinaria o caso após o fim da paralisação. Confiando na disposição do Ministro em conceder o abono a paralisação acabou.

Greves similares ocorreram em São Paulo, Belo Horizonte, Maceió, levando o governo a reconsiderar sua posição e conceder o abono com valor fixo de Cr\$ 400,00 a ser pago indistintamente a todos os empregados, independente do valor do salário de cada categoria.¹⁵² Em contrapartida, os líderes da greve foram submetidos a inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS).¹⁵³ Vários trabalhadores foram chamados para depor. Os comunistas solicitaram ao interventor federal no Estado da Bahia, Bulcão Viana, e ainda em fevereiro de 1946 o inquérito foi arquivado.¹⁵⁴

O Momento noticiou a greve com a manchete “Greve pacífica para a concessão do abono”, e tratou como último recurso, pois antes a categoria tentou outras possibilidades de negociação. Demonstrou ainda a preocupação dos trabalhadores em evitar transtornos para a população ao paralisar em dia de domingo, são sinais da permanência da linha política até então adotada.

Contudo, temos nesse caso algumas diferenças, já que esses mesmos trabalhadores da CLC fizeram mobilização em abril de 1945, e o jornal dos comunistas elogiou a postura da direção sindical que teria evitado a greve resistindo aos “provocadores”. Enquanto na paralisação de dezembro de 1945 ficou evidente a liderança de comunistas. Ao fim da greve entrevistaram trabalhadores que agradeceram às autoridades pela colaboração na resolução, entre eles o comunista José Barbosa Lima, que culpou a direção do sindicato que deveria ter se colocado à frente das reivindicações da categoria, e que pela inoperância não buscou os meios legais, forçando assim a paralisação espontânea. Por fim, Pedro Ferreira Pena, um dos trabalhadores entrevistados conclui:

Com a aprovação do delegado do Trabalho, Sr. Muniz Falcão, deverá ser realizada, brevemente, uma assembleia geral no Sindicato dos Empregados em Carris Urbanos. Vamos decidir então sobre a substituição do presidente Arcelino e de outros elementos, que não inspiram confiança à classe. Elegeremos então, os dirigentes leais aos transviários, os seus verdadeiros líderes.¹⁵⁵

¹⁵² A concessão do abono foi uma vitória dos trabalhadores da Circular. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁵³ “Prossegue o Inquérito”. *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946, pp. 1, 8.

¹⁵⁴ Arquivado o inquérito contra os empregados da CLC. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946. pp.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁵⁵ A concessão do abono foi uma vitória dos trabalhadores da Circular. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Nessa e em outras ocasiões os comunistas apontavam como principais causas das greves a pobreza, a intransigência dos “patrões reacionários” e a falta de ação de alguns dirigentes sindicais.¹⁵⁶ E como, apesar do discurso de ordem e tranquilidade, os comunistas eram acusados de fomentar as paralisações, se defendiam afirmando que “Precisamente sob a inspiração do PCB, é que as massas trabalhadoras tem aprendido a se valer energicamente de todos os recursos legais, até ao dissídio coletivo, garantindo, ao mesmo tempo, intransigentemente, a ordem e a tranquilidade, indispensáveis ao desenvolvimento do processo democrático em nosso país.”¹⁵⁷

Considero que a greve da CLC foi o primeiro episódio nesse momento de transição nos posicionamentos da militância comunista no meio sindical e de alguma maneira já demonstra as alterações ocorridas nas análises e autocríticas realizadas pelo partido. Na segunda semana de janeiro de 1946, foram os portuários e tecelões que se mobilizaram pelo pagamento do abono. Os portuários reivindicavam desde novembro de 1945 junto à empresa concessionária das Docas, mas não obtiveram avanços, e apelaram para o Ministério do Trabalho, comunicando que se não houvesse resposta entrariam em greve.

Na primeira quinzena de janeiro, em assembleia ocorrida, presidida pelo delegado do Trabalho e que teve um jornalista de *O Momento* convidado pela direção do sindicato para compor a mesa, discutiram sobre a entrada ou não em greve. Várias posições foram manifestadas durante a assembleia. O portuário Américo Alves do Amaral afirmou que “o principal no momento era manter a ordem, não recuando os operários da posição tomada. Porém a greve deveria ser declarada só em último caso, após serem esgotados todos os recursos.” Ouve também manifestação defendendo a entrada imediata em greve. Anísio Varjão, que foi membro do Comitê Municipal do PCB de Salvador, fez algumas ponderações: “Todos os portuários são pela greve? Todos os armazéns irão ficar fechados? Há uma bandeira para greve, ou duas? [...] A greve só é a arma do trabalhador quando bem organizada e em condições seguras para ser vitoriosa”. Após o discurso de Anísio Varjão a assembleia foi informada que o Ministério do Trabalho respondeu que a reivindicação deveria ser tratada com o ministro da Viação, por isso os trabalhadores adiaram a deliberação a respeito da paralisação.

Decidiram pelo envio de novos telegramas para o Ministro da Viação, Ministro do Trabalho, interventor federal da Bahia e ao Comandante da Base Naval, e aguardariam as

¹⁵⁶ A miséria é a causa das greves. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946. pp.8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁵⁷ A reação é responsável pelas greves. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. pp.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

decisões do governo. Anísio Varjão propôs o envio de telegrama para o também comunista e portuário Juvenal Souto Júnior, que se encontrava no Rio de Janeiro e poderia se interessar pelo assunto. E afirmou que a greve só deve ser declarada em última instância: “Nós saberemos lutar, aguardando o que nos dirão as autoridades”. Para os comunistas “isso demonstra o espírito ordeiro daquela grande massa trabalhadora, que, organizada no seu Sindicato, sabe apelar para todos os recursos dentro da ordem e da tranquilidade, mas com energia, pela solução dos seus problemas.” Enquanto no caso da CLC afirmaram que os trabalhadores entraram em greve pela inoperância do sindicato que não utilizou de todas as possibilidades. A reportagem chamou atenção também que as deliberações foram tomadas consultando a categoria em assembleia presidida pelo presidente do sindicato, o trabalhista João Rego Filho.¹⁵⁸

Após várias rodadas de negociação, foi acertado, entre a direção do sindicato e a diretoria da Companhia das Docas da Bahia, o pagamento de abono de no mínimo 300 cruzeiros e ainda cinquenta por cento de aumento salarial. Aconteceu que o pagamento não foi executado, e o sindicato resolveu enviar novas correspondências ao ministro da Viação e ao diretor do departamento dos portos, cobrando o pagamento.

O então diretor presidente da Companhia, Saboia de Medeiros, enviou telegrama ao sindicato, que acabou sendo o estopim para deflagração da greve. O conteúdo do telegrama foi considerado “profundamente ofensivo” [...] “afronta aos trabalhadores e ao direito de greve”, e ao lado da não efetivação do pagamento, levou os portuários à paralisação no dia 30 de janeiro. No dia seguinte, foi publicada portaria ministerial que garantiu o pagamento do abono aos trabalhadores das empresas concessionárias, e a garantia do cumprimento do acordo de reajuste de salário a greve se findou.¹⁵⁹

No dia 11 de janeiro entraram em greve os tecelões da Companhia Fabril dos Fiais, e “uma grande parte da Fábrica de tecidos da Boa Viagem”. Em seguida a greve se espalhou por outras fábricas da cidade. Uma comissão de grevistas visitou a redação de *O Momento* e informou que a Companhia dos Fiais havia prometido, desde o início de 1945, que pagaria uma gratificação a todos os trabalhadores. Em janeiro de 1946 a empresa comunicou que só pagaria aos “melhores operários”, de acordo com critérios de produção e assiduidade. Nesse caso teriam direito apenas os trabalhadores com menos de cinco faltas no ano. Segundo os operários: “como, porém, é possível preencher o critério de assiduidade, se ao operário

¹⁵⁸ Dentro do seu sindicato, os portuários aguardam a decisão do governo. *O Momento*, 14 de janeiro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁵⁹ Vitoriosos os portuários. *O Momento*, 04 de fevereiro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

sempre sobram doenças e outras complicações?”. Para *O Momento* “Tão próxima da miséria é a situação desses operários, que facilmente foram levados à greve por uma reivindicação de caráter transitório, como o abono. O abono, entretanto, para eles representa muita coisa!”

As reuniões para tentar solucionar o impasse estavam acontecendo sob a coordenação da Delegacia do Trabalho. A decisão de ir à greve antes da conclusão das negociações teria sido tomada em virtude da postura do presidente da junta governativa do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem, Joaquim Fernando Ribeiro, que “abandonou inteiramente a sua classe, entregando-se a conchavos com a direção da empresa”. Quando os trabalhadores se sentiram desamparados pelo sindicato, entraram em greve, e “obtida a licença da Delegacia do Trabalho, se reunirá em assembleia geral, a fim de confiar a direção do seu sindicato aos verdadeiros líderes da classe”.¹⁶⁰

Durante a negociação, a Fiais se recusava a pagar o abono para todos os operários, indistintamente dos critérios de “assiduidade”, a direção da Fábrica Boa Viagem se comprometeu a estudar o assunto, enquanto as Fábricas Paraguassú e Fonte Nova alegaram que já pagavam o abono na proporção do equivalente a uma semana de trabalho. O Delegado do Trabalho sugeriu um apelo ao governo do Estado, que mantinha contrato de compra com a Companhia Fiais, para tentar intermediar um acordo, mas assim como o Ministério do Trabalho, o interventor Bulcão Viana adotou a postura de não negociar com grevistas, condicionando participar das negociações após o retorno ao trabalho.¹⁶¹

Com isso os tecelões retornaram ao trabalho e continuaram a negociação dessa vez alterando a pauta para aumento de salários. O sindicato então enviou novo memorial aos empregadores, reivindicando reajuste de cinquenta por cento nos salários e estipulou um prazo de quarenta e oito horas para que os empregadores se pronunciassem. Diante da falta de respostas, decidiram recorrer ao dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.¹⁶²

A reivindicação resultou de convenção coletiva com ganhos para os operários, contudo algumas fábricas demitiram aqueles que exerceram liderança durante o processo de mobilização, com as chamadas “listas negras”. Segundo reportagem de *O Momento* a fábrica estava também evitando que alguns trabalhadores completassem dez anos de serviços, e assim conquistariam estabilidade. Segundo relato da operária Dejanira dos Santos, os diretores da fábrica pediram que os operários assinassem uma “convenção, segundo a qual ficaríamos

¹⁶⁰ Em greve os trabalhadores dos Fiais e da Boa Viagem. *O Momento*, 14 de janeiro de 1946. pp. 1,8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁶¹ Idem

¹⁶² Os tecelões recorrerão ao dissídio. *O Momento*, 11 de fevereiro de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

obrigados a trabalhar todos os dias até às 18 horas. [...] Se assinássemos nós perderíamos o direito aos extraordinários. [...] Todos os que não assinaram formaram na 1ª leva de despedidos [...]. A operária afirmou ainda que “desde a greve pelo aumento de salário, que aqueles gananciosos não atenderam, que eu estou marcada”.¹⁶³

Assim como na greve da CLC, os trabalhadores organizados em comissão passaram por cima da direção sindical, nesse caso ocupada por junta governativa, e tentam substituí-la em assembleia a ser realizada com autorização da Delegacia do Trabalho. Nesse caso, as reportagens não citam nenhuma liderança especificamente, porém, pode ter sido para evitar a criminalização, como ocorreu na greve da CLC em que inquérito policial foi aberto contra os membros da comissão. Mas pelo papel exercido pelo *Momento* não ficam dúvidas do envolvimento dos comunistas.

Outras categorias também se mobilizaram por todo o país, no que a imprensa denominou de “onda de greves”. O governo Linhares reagiu e através de decreto, ainda em janeiro, alterou a CLT no que tange a organização sindical. Criou a Comissão Nacional de Sindicalização, órgão que iria coordenar a atividade e que os sindicatos estariam submetidos. Entre outras coisas, o decreto prorrogou todos os mandatos em vigor por até um ano, mesmo nos sindicatos que estavam sendo geridos por juntas governativas, sob intervenção do Ministério.¹⁶⁴

Os comunistas classificaram a nova lei sindical como reacionária, pois reforçava o intervencionismo na atividade sindical. Foi criada em um momento que várias greves estavam acontecendo e em um dos artigos a lei possibilita a pluralidade sindical, que para os comunistas tinha o objetivo de dividir os trabalhadores e enfraquecer as mobilizações. Além disso, criticaram a lei por ter prorrogado os mandatos das diretorias sindicais por um ano, em ataque às liberdades sindicais, evitando que os trabalhadores escolhessem os seus representantes.¹⁶⁵

Em fevereiro de 1946 várias outras categorias estavam reivindicando aumento salarial, através de envio de memorial às empresas ou recorrendo à Justiça do Trabalho, como os ferroviários da Estrada de Ferro Ilhéus/Conquista, os trabalhadores das Usinas de Açúcar, os estivadores. Os bancários entraram em greve ainda em janeiro, e paralisaram suas atividades

¹⁶³ Despedidas em massa na fábrica dos Fiais. *O Momento*, 16 de abril de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁶⁴ Decreto-Lei N° 8.740, de 19 de janeiro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del8740.htm Acesso em: 19/02/2020

¹⁶⁵ Reacionária a nova lei sindical. *O Momento*, 28 de janeiro de 1946. pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

em vários estados do país, inclusive na Bahia, reivindicando piso salarial nacional, plano de cargos e aumento salarial. O Presidente do sindicato na Bahia, Aristóteles Ferreira foi da direção do PTB baiano em 1945, e no plano sindical foi presidente da comissão executiva do II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (1945). Desde o início das mobilizações se mostrou contrário a greve, e nem convocou assembleia para tratar do assunto, e os comunistas providenciaram a vinda do delegado sindical Armando Bastos, do Rio de Janeiro, para discutir com a categoria em grande assembleia.¹⁶⁶

Foi deflagrada a greve na Bahia em 29 de janeiro, quando a categoria em assembleia depôs a diretoria do sindicato e criou uma junta governativa provisória, servindo como mais um fator de acirramento na relação dos comunistas e trabalhistas. A greve contou com manifestações de apoio de diretores do MUT, de vários sindicatos de outras categorias, dos comunistas que empenhavam esforços nas campanhas de arrecadação do fundo de greve, e da Comissão Organizadora do III Congresso dos Trabalhadores Bahianos.

Em âmbito nacional a greve se manteve por quase três semanas, com a assinatura do acordo em 12 de fevereiro. Foi decidido que o acordo, fruto de mobilização anterior, assinado em setembro de 1945 passaria a ter validade nacional; também foi acertado reajuste de CR\$ 300 (trezentos cruzeiros) retroativo a primeiro de janeiro; foi criada uma comissão, com representantes de ambas as partes, para discutir o projeto do plano de cargos e salários e demais reivindicações; a incorporação de abonos aos salários, além do pagamento dos dias parados e a não punição dos grevistas. No entanto, o acordo não foi cumprido por alguns bancos que não pagaram os dias paralisados, e em alguns casos ocorreram punições e até demissões aos grevistas levando a várias denúncias ao Ministério do Trabalho e ao Senador Luiz Carlos Prestes.¹⁶⁷

A greve teve repercussão nacional, com paralisação em vários Estados, forçou várias lideranças políticas a tomarem posição diante das reivindicações, e isso tinha importância especial diante da bancada constituinte. Os comunistas aproveitaram para delimitar posições com seu maior adversário no meio sindical, os trabalhistas:

Comprovaram, então, os bancários e todos os demais trabalhadores a fidelidade da bancada comunista ao seu programa, sendo a primeira bancada, através da palavra de Carlos Marighela, a defender os grevistas. [...] Desmascarados ficaram, entretanto, vários líderes do chamado Partido Trabalhista, que preferiram, fiéis a sua

¹⁶⁶ Os bancários não foram ouvidos pelo presidente do sindicato. *O Momento*, 28 de janeiro de 1946. pp. 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁶⁷ Banqueiros reacionários desrespeitam o acordo que pôs fim a greve. *O Momento*, 18 de fevereiro de 1946. pp. 3,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

origem reacionária, defender a política do ministro do Trabalho, favorável aos banqueiros.¹⁶⁸

O *Correio Trabalhista*, jornal do PTB baiano que circulou a partir de janeiro de 1946, respondeu a provocação afirmando que a greve foi o último recurso dos bancários e que se sentiam vitoriosos, pois apoiaram a greve, colocaram o jornal a serviço do movimento e dirigiram telegrama à bancada do partido para solucionar o movimento. “Assim continuaremos a proceder todas as vezes que o direito do trabalhador esteja ameaçado pela gula capitalista. Estamos certos que nossos representantes estarão para defender o direito do oprimido e não para exibições pomposas”.¹⁶⁹

Desde 1944 os canavieiros da S.A Lavoura e Indústria Reunidas (LIR), empresa do grupo S.A Magalhães, importante grupo do ramo açucareiro, estavam lutando contra descontos que chegavam a até 24% dos salários relativos a habitação e higiene dos trabalhadores. Tal desconto era efetuado com base no vencimento bruto e não sobre o valor do salário mínimo, conforme previa a legislação (FONTES, 1999, p. 193).

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro, no interior do Estado, ainda em agosto de 1945, conquistou aumento de salários através de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.¹⁷⁰ O sindicato então entrou com pedido de novo dissídio coletivo na Justiça do Trabalho em setembro de 1945, tratando dos descontos, e iniciou uma campanha de mobilização. Em meio a essa campanha, o Otávio Nunes da Silva, presidente do sindicato, foi suspenso, levando a uma greve em solidariedade, que só se encerrou com a intermediação do Delegado do Trabalho junto aos empresários. Essa greve já foi citada no capítulo anterior.

Os trabalhadores ameaçavam não iniciar a moagem da cana que começaria em setembro de 1945, e para sanar o conflito a empresa se dispôs a assinar um acordo, onde se comprometia a “respeitar e cumprir religiosamente a decisão que a justiça do trabalho proferir no pleito”. Contudo, nos termos do acordo, constava que “independente da execução vencida, reembolsar na primeira folha de pagamento, após a decisão definitiva, a diferença do desconto entre a forma hoje feita e a que deva incidir sobre o salário mínimo a partir da segunda quinzena de agosto”.¹⁷¹

¹⁶⁸ Banqueiros reacionários desrespeitam o acordo que pôs fim a greve. *O Momento*, 18 de fevereiro de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁶⁹ Também foi nossa a vitória dos bancários. *Correio Trabalhista*. 19 de fevereiro de 1946. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷⁰ Os trabalhadores na indústria de açúcar ao povo. *O Momento*, 04 de março de 1946. pp. 4, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷¹ *A Tarde*, 23 de Fevereiro de 1946. Apud. FONTES, 1999, p. 195

O julgamento do dissídio ocorreu em 11 de fevereiro de 1946 e os trabalhadores obtiveram vitória na justiça, contudo os patrões, utilizando o argumento que a expressão “decisão definitiva” contida no acordo era de sentido vago, resolveram recorrer para o Tribunal Superior do Trabalho, o que levou a categoria à paralisação das atividades no dia 14 de fevereiro.¹⁷²

Cerca de dez mil trabalhadores reivindicaram o fim dos descontos abusivos feitos pelas usinas, e após muitos impasses nas negociações, ocorreram reuniões nos dias 6 e 7 de março, intermediadas pelo Delegado do Trabalho, Muniz Falcão, com representantes das empresas, o presidente do sindicato Otávio Nunes da Silva, uma comissão com mais doze grevistas com representantes de várias usinas, uma delegação do III Congresso Sindical, e um representante do jornal *O Momento* estiveram presentes em todas as reuniões.

Os representantes patronais não admitiam a possibilidade de pagamento dos dias parados, com o argumento de que “tinha de salvaguardar o direito à hierarquia e à disciplina”, e que era uma “questão moral”. Havia um total de 24 meses de descontos indevidos, depois de dois dias de debates foi apresentada pela delegação dos trabalhadores a proposta de pagamento de 18 meses; depósito dos seis meses restantes em uma conta bancária para aguardar os recursos judiciais; que a partir daquela data o desconto fosse com base no salário mínimo; que fosse pago os dias parados; que com o acordo não houvesse coação moral ou material.

Os patrões reafirmaram que o pagamento dos dias parados era o motivo do impasse e que todos os outros itens seriam acatados. Houve proposta de pagamento de 50% dos dias parados e por fim, diante da intransigência dos patrões, os grevistas resolveram abrir mão dos dias parados se as empresas pagassem, ao invés dos dezoito, os vinte e quatro meses dos descontos indevidos efetuados. Retirada a “questão moral” o acordo foi assinado levando ao fim da paralisação.¹⁷³

Nesse episódio ocorreu ação conjunta de militantes comunistas com a direção do sindicato que tinha a frente Otávio Nunes, um trabalhista filiado ao PTB. A postura do sindicato de enfrentamento aos patrões, intransigente defesa dos interesses dos trabalhadores, e que não cedeu facilmente aos apelos do Delegado do Trabalho, facilitou a convivência com os comunistas que teceram elogios a diretoria da entidade.

¹⁷² Movimentam-se os trabalhadores das usinas de açúcar contra a fome. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946. pp. 6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷³ Vitoriosos os trabalhadores de Santo Amaro. *O Momento*, 11 de março de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Alguns dias após a greve, esteve na capital do Estado o presidente do sindicato Otávio Nunes da Silva para uma reunião com diretores da S.A Lavoura e Indústria Reunidas, quando também esteve um repórter de *O Momento*, para tratar de casos de retaliação cometidos pela empresa com vários trabalhadores que participaram da greve, com suspensão, rebaixamento de função com redução de salários e inclusive corte de salário do presidente do sindicato. Os casos foram denunciados pela imprensa comunista e após reunião a empresa se comprometeu a resolver.¹⁷⁴

Na primeira semana de março foi a vez do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus anunciar que a categoria deliberou pela greve. Depois de pleitear dissídio coletivo na Justiça do Trabalho por aumento de salários, os patrões resolveram, através de ação preliminar, alegar que a Justiça do Trabalho era incompetente para julgar a questão, e com isso conseguiram protelar a audiência de conciliação.¹⁷⁵ Os trabalhadores em assembleia, sem a presença do presidente do sindicato que estava em Salvador para acompanhar a audiência, decidiram pela paralisação como forma de pressionar pelo rápido julgamento do dissídio. A greve durou dez dias e com o julgamento do dissídio coletivo, obtiveram aumento nos salários, variando entre 25% a 40%.¹⁷⁶

O presidente do sindicato dos ferroviários era o trabalhista João Batista de Souza, que foi candidato a deputado estadual em 1947. Ele esteve na sede de *O Momento* acompanhado do comunista Ascendino Bina, e o jornal deu ampla cobertura para a paralisação. A greve teve apoio do III Congresso de Trabalhadores Bahianos, e ao fim o sindicato enviou carta de agradecimento ao congresso e também para *O Momento*, que divulgou a carta e elogiou a postura do sindicato, o que aparentemente demonstraria boas relações entre trabalhistas e comunistas na categoria e nesse episódio de greve.¹⁷⁷

João Batista de Souza, também enviou carta ao jornal petebista *Correio Trabalhista*, em que teceu elogios à Muniz Falcão, “dedicado Delegado Regional do Trabalho, felicitando os trabalhadores da Bahia que podem confiar na ação serena e reta deste alto funcionário que

¹⁷⁴ Novas irregularidades nas usinas de Santo Amaro. *O Momento*, 18 de março de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷⁵ Entram em greve os ferroviários de Ilhéus. *O Momento*, 11 de março de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷⁶ Venceram os ferroviários de Ilhéus. *O Momento*, 25 de março de 1946. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷⁷ Idem.

honra o cargo que ocupa.” Também elogiou o Conselho Regional do Trabalho, e agradeceu aos componentes do III Congresso Sindical e aos membros do diretório estadual do PTB.¹⁷⁸

Parecia tudo bem entre comunistas e trabalhistas da estrada de ferro, contudo na semana seguinte o presidente do Sindicato dos ferroviários de Ilhéus enviou telegrama ao *Correio Trabalhista* afirmando que causou indignação aos ferroviários e ao Conselho Regional do Trabalho uma nota publicada pelo *O Momento*, contra insultos dirigidos à alguns ferroviários.¹⁷⁹ Ao buscar todas as publicações de *O Momento* que trataram da greve dos ferroviários de Ilhéus, a única que citava nomes de ferroviários foi publicada na edição de 18 de março e tecia elogios a greve e ao sindicato. O que teria motivado o desagravo foi *O Momento* ter afirmado que Pedro Ribeiro e Deolindo Neves eram provocadores integralistas tentando se infiltrar no movimento dos trabalhadores de Ilhéus com o intuito de “deturpar o caráter do mesmo que é de restrito respeito à ordem e à tranquilidade publica”.

Sobre o Conselho Regional do Trabalho, *O Momento* apenas publicou uma nota enviada pelo III Congresso Sindical onde afirmou que:

De nada valeu a ação do Egrégio Conselho Regional do Trabalho, tentando uma solução conciliatória, [...] o Sr. Bento Berilo, diretor daquela estrada, não reconhece validade no esforço do Conselho Regional, para dar, propositadamente, outro rumo ao encaminhamento do processo. Este Congresso não se convence de que só aos trabalhadores cabe acatar as decisões do Colendo Conselho regional do Trabalho, como também, não pode admitir que certas empresas concessionárias de serviços públicos, prevaleçam-se da situação vexatória em que trazem os seus servidores, para conseguir do Governo, através de artimanhas já desmascaradas, o famigerado aumento de tarifas para maior sangria à economia popular.¹⁸⁰

Essa tensão entre comunistas e trabalhistas foi uma das características de algumas greves do início de 1946. Não ocorriam animosidades em todas as categorias, mas principalmente onde havia maior aproximação dos dirigentes trabalhistas com o Delegado Regional do Trabalho. Refletem, em parte, as polêmicas em torno do governo Dutra, defendido pelo PTB, e as divergências na Assembleia Constituinte.

Vários ataques foram desferidos de ambas as partes, e os periódicos foram fartamente utilizados para tal finalidade. Com o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, os

¹⁷⁸ O *Correio Trabalhista* ouve o Sr. João Batista de Souza. *Correio Trabalhista*, 19 de março de 1946. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁷⁹ Protesto dos ferroviários de Ilhéus contra uma nota insultuosa do *O Momento*. *Correio Trabalhista*, 26 de março de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸⁰ Os ferroviários de Ilhéus lutam por um salário humano. *O Momento*, 18 de março de 1946. pp.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

deputados pecebistas propuseram a revogação da Constituição de 1937, e o jornal petebista se manifestou em defesa da Carta, afirmando que:

Bem dita (sic) carta de 1937 que dera ao Brasil os mais surtos de prosperidade [...]. Bendito estatuto que abrisse as portas dos cárceres, que anistiara e que esquecera das humilhações, dos ataques e da felonias. [...] a carta que dera ao operário, ao pobre, a velhice e ao desamparado, o pão, o pão, o agasalho e a proteção do amanhã.¹⁸¹

Os comunistas organizaram comícios, abaixo-assinados, e várias outras atividades pela revogação da Constituição de 1937, e alegavam entre outras coisas a forma arbitrária que ela foi outorgada. Nesse sentido criticaram o editorial do *Correio Trabalhista* ao ignorar que a “Carta de 37 negou ao proletariado o direito de greve e asfixiou os sindicatos, inaugurando no país uma era de opressão e terrorismo para a classe operária.” Argumentaram ainda que era compreensível que elementos integralistas e reacionários do PSD a defendam, e com isso “tem os trabalhadores, agora, a oportunidade de verificar que tanto o partido como o jornal nada tem de ‘trabalhistas’, que são dirigidos por elementos estranhos à classe operária e obedecem a uma orientação que visa conduzir a classe operária a reboque das classes dominantes.”¹⁸²

Os trabalhistas se colocavam como organização política nacional, numa clara comparação aos comunistas que frequentemente eram acusados de defenderem ideologias importadas, ou de ser uma organização a serviço da URSS:

Nada temos com o russismo, como nada quizesmos (sic) com o nazi-fascismo.[...] A orientação dada ao nosso vitorioso partido pelo ínclito estadista do Dr. Getúlio Dorneles Vargas [...] que [...] tudo fizéssemos em benefício do trabalhador, [...] sem nos deixarmos levar pelos excessos dos extremismos da esquerda ou da direita, ambos igualmente prejudiciais à causa que defendemos.¹⁸³

Além dessa postura de se colocar contra os “extremismos”, também se manifestavam contra a luta de classes, e por mais que os comunistas levantassem a bandeira da união nacional, eram apontados como extremistas insufladores dos conflitos. “Estendemos a nossa proteção ao trabalhador, mas não desejamos o desaparecimento do capital. Queremos a justa compreensão entre ambos, ocupando cada qual seu lugar na comunidade brasileira, porém de

¹⁸¹ A Carta de trinta e sete. *Correio Trabalhista*. 26 de fevereiro de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸² Desmascaram-se os defensores de 37. *O Momento*, 04 de março de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸³ A Cia Circular promete melhores dias aos seus empregados. *Correio Trabalhista*. 26 de fevereiro de 1946. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

mãos dadas, unidos e amigos, como amigos e unidos devem viver sempre o empregado e o empregador.”¹⁸⁴

Havia para os comunistas a necessidade de ser reconhecido como o partido da classe operária, e nesse sentido buscavam descaracterizar os trabalhistas: “[...] não há interesse que os fracione [...]. Daí ser incompatível com os superiores interesses dos trabalhadores a existência de mais um partido seu, porque isto gera a divisão e o enfraquecimento, quando a unidade é a grande e poderosa arma do proletariado.”¹⁸⁵

Para os comunistas o PTB se apresentava como “defensor”, ou “amigo dos trabalhadores”, mas isso não passava de uma estratégia das classes dominantes, já que “sua atuação na Assembleia Constituinte é francamente contra os trabalhadores, negando-lhes o direito de greve, reafirmando como ‘santa’ a Constituição nazi-fascista de 1937, agindo como um apêndice inexpressivo da bancada na sua quase totalidade reacionária do PSD [...]”¹⁸⁶

Esse momento de mobilização dos trabalhadores foi bruscamente interrompido com as medidas repressoras adotadas pelo recém empossado governo Dutra. Após tais medidas ocorreram apenas outras duas paralisações, uma entre os canavieiros de Santo Amaro em julho, e outra entre os gráficos em dezembro, quando lutavam pelo dissídio coletivo e para isso precisavam do reconhecimento da sua associação de classe.

3.3. Governo Dutra: repressão aos trabalhadores

Com a vitória nas eleições de dezembro de 1945, o presidente Dutra tomou posse em 31 de janeiro de 1946. Na Bahia, o interventor federal João Vicente Bulcão Viana, nomeado após a posse de Linhares, foi substituído por Guilherme Carneiro da Rocha Marback. Alguns dias após a posse, o governo Dutra reagiu às mobilizações dos trabalhadores e publicou o decreto-lei nº 9030, de 15 de março de 1946, que segundo o governo era para regulamentar o direito de greve, mas na prática tentava inviabilizar as greves, pois impossibilitava as paralisações nas chamadas “atividades fundamentais”, que segundo o decreto:

Art. 3º São consideradas fundamentais, para os fins desta lei, as atividades profissionais desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida das populações;

¹⁸⁴ A Cia Circular promete melhores dias aos seus empregados. *Correio Trabalhista*. 26 de fevereiro de 1946. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸⁵ A Classe Operária e o Partido Trabalhista. *O Momento*, 11 de março de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸⁶ Idem

nos matadouros; na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários; nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional.¹⁸⁷

Os comunistas reagiram, classificando o ato do Presidente Dutra como fascista. E que “o decreto declara fora da lei o direito de greve”, como forma de acabar com as paralisações, sem atacar a miséria e o alto custo de vida que seriam as causas efetivas das greves que estavam acontecendo. Contribuindo para aumentar a intranquilidade e a desconfiança do povo ao governo, atendendo apenas aos interesses dos empresários “tubarões do capital colonizador.”¹⁸⁸ Vale ressaltar que outras medidas repressoras já haviam sido adotadas anteriormente, com episódios de perseguição ao MUT, proibição de comícios, prorrogação de um ano dos mandatos das diretorias sindicais, vigilância policial nas assembleias, proibição de reuniões, manutenção das intervenções em vários sindicatos, entre outras.

Sobre o decreto-lei nº 9030, o *Correio Trabalhista* noticiou como uma medida de “defesa da vida e aos interesses da nação”. Entre os argumentos destacaram que existiam leis que poderiam resolver dissídios e por isso não haveria motivos para as greves antes de esgotados esses os meios previstos na legislação, e que tais paralisações teriam motivações ideológicas: “As leis em vigor dão sobejamente ao homem que trabalha o necessário amparo e proteção”.

O texto defendeu relações harmoniosas entre as classes e apontou que não se poderia condenar o capital pois: “teremos em consequência, a paralisação da lavoura, das indústrias, do comércio e todas as atividades, e, assim, a nossa própria morte”. E exalando anticomunismo: “As ideias dissolventes, importadas umas e camufladas outras, só podem trazer à vida de nossa nacionalidade o fermento da discórdia e da dissolução.” E conclama os trabalhadores a ajudar a obra iniciada por Vargas, “hoje seguida e melhorada por esse espírito de clarividência, justiça e amor, que é a encarnação da honra e do patriotismo – General Eurico Gaspar Dutra. Abandona e condena as tentações de doutrinas exóticas.”¹⁸⁹

Percebemos então que mesmo com o discurso de União Nacional, de “apertar os cintos”, e greves apenas como último recurso, ainda assim os pecebistas eram vistos como insufladores e responsáveis pelas paralisações. Em vários momentos os comunistas foram acusados de apenas fingir seus posicionamentos.

¹⁸⁷Decreto-Lei Nº 9.070, de 15 de março de 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De19070impresao.htm Acesso em 21/02/2020

¹⁸⁸ A lei contra a greve é um ato fascista. *O Momento*, 25 de março de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁸⁹ Repressão às greves. *Correio Trabalhista*. 26 de fevereiro de 1946. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

A propalada unidade nacional e colaboração com os poderes constituídos e a defesa do povo, que o chefe vermelho tanto proclama, não passa de uma tapeação do mesmo, para atrair incautos e envolve-los no seu diabólico partido. [...] As Forças Armadas e as forças Políticas da Nação, fortalecerão por certo a ação do Governo na concretização das medidas necessárias a salvaguarda das instituições democráticas e da ordem pública.¹⁹⁰

Tal manifestação ocorreu após a lei de repressão às greves e demonstra como foi fartamente utilizado o discurso anticomunista. Cabe destacar que nesse caso o apoio à repressão com o uso das Forças Armadas foi feito por um petebista militante do movimento sindical. Ignácio Souza era funcionário público municipal e atuou no MUT, na organização do Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, e em setembro de 1946 por ocasião do congresso de fundação da CTB participaria da sua direção. Ou seja, na ação sindical atuava ao lado dos comunistas, mas isso não impedia de atacá-los.

Em meio a essa nova onda repressora, em 31 de março o periódico *O Momento*, dos comunistas baianos, se tornou um diário, abrindo mais espaços para manifestações do público, com envio de cartas, ou reportagens descrevendo a situação de miséria da população. O jornal passou a fazer sabatinas nos bairros, sempre contando com a presença de dirigentes do PCB baiano e repórteres do jornal, que dirigiam os trabalhos de dar o microfone para a população se manifestar sobre os problemas geralmente relacionados à carestia, a falta de infraestrutura dos bairros populares e a falta de moradia.

Também passaram a dar mais espaço às atividades dos comitês populares criados nos bairros de Salvador, e das demais iniciativas dos comunistas baianos de criar organizações de base, seguindo a autocritica iniciada em janeiro de 1946. Foi instalado o Comitê Popular de Santa Luzia dos Fiais, em que a maioria dos integrantes era de operários da fábrica de tecidos; o Comitê rural de Cafelândia, Barbosa e adjacências, com a participação de garimpeiros, roceiros, pequenos proprietários, na zona rural do município de Jacobina; E ainda a União Democrática Feminina, em abril de 1946, e vários outros comitês de bairros. Foi organizada a Associação dos pescadores de Santo Amaro, e a Associação dos Trabalhadores em Fibras Vegetais, que estavam empenhados em se transformar em sindicato.¹⁹¹

No primeiro de maio, houve repressão no Rio de Janeiro, com a proibição de comício e utilização de forte aparato policial.¹⁹² Em Recife houve tentativa de barrar a realização do

¹⁹⁰ SOUZA, Ignácio Dias de. O Comunismo força da destruição. *Correio Trabalhista*. 26 de março de 1946. p.4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹¹ Movimento sindical. *O Momento*, 03 de maio de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹² Anti-democrático ato do presidente da República. *O Momento*, 03 de maio de 1946. pp. 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

comício com a presença de Luiz Carlos Prestes. O Secretário de Segurança Pública de Pernambuco recebeu, através de rádio, uma mensagem da polícia carioca para suspender o comício. As emissoras de rádio pernambucanas passaram a divulgar que o comício estava cancelado, contudo, como a mensagem chegou poucos instantes antes da realização do comício, o povo já estava concentrado na praça, que segundo o partido, havia cerca de duzentas mil pessoas, com caravanas dos bairros e de cidades do interior do Estado. Por isso o Secretário de Segurança de Pernambuco autorizou a realização, afirmando que: “Julgo que nem o Partido Comunista seria capaz, nesta altura, de impedir a realização do comício”.

Em seu discurso, Prestes afirmou que o governo Dutra estava infiltrado de reacionários, e isso impedia a aproximação do governo das massas populares, e que “os trabalhadores estão dispostos a defender o governo Dutra desde que ele venha se colocar ao lado do povo”.¹⁹³

3.4. O III Congresso dos Trabalhadores Baianos

Como etapa para a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) o MUT da Bahia organizou o III Congresso sindical da Bahia, que tinha entre seus objetivos a criação de uma União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB). Foram realizadas várias reuniões plenárias e vários sindicatos foram credenciados. Ainda em fevereiro, setenta sindicatos já estavam credenciados, sendo quarenta da capital e trinta do interior. O que demonstra boa inserção do MUT junto ao movimento sindical baiano.¹⁹⁴

Os comunistas queriam a unidade de ação junto aos trabalhistas dos diferentes matizes para tal objetivo. Ainda assim, com o acirramento dos ânimos, não poupavam críticas a legislação trabalhista varguista que “jamais passou de engodo, afinal não trabalhista mas contra os trabalhadores”, à falta de liberdade sindical do período do Estado Novo, e de autonomia pois “a classe operária [...] aprendeu [...] que não tem que confiar a não ser em

¹⁹³ Vitória do povo pernambucano. *O Momento*, 03 de maio de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹⁴ 70 sindicatos já se acham credenciados. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

suas próprias forças. Que não tem que decidir a não ser por si mesma. Que ao invés de tutores, de protetores, de ‘pai de pobres’ o que precisa é de liberdade sindical.”¹⁹⁵

O Presidente do Sindicato dos Bancários, o petebista Aristóteles Ferreira, que havia sido destituído em assembleia que deflagrou a greve no final de janeiro, se recusou a participar do evento ao lado dos comunistas. Enviou ofício respondendo a convocação para participar da reunião preparatória, informando que não tomara conhecimento do Congresso e que não houvera designação de delegados. Aristóteles se mantinha no cargo por força do decreto presidencial que prorrogou por um ano os mandatos dos dirigentes sindicais.

Os comunistas reconheciam a legitimidade da diretoria empossada na assembleia da greve, e atacaram os trabalhistas:

Essa a grande revelação da sessão de ontem do III Congresso sindical dos trabalhadores baianos, que agora devem ficar cada vez mais vigilantes contra o falso ‘pai dos pobres’ e sobretudo contra os trabalhistas da marca de Segadas Viana, que para satisfazer as ambições do seu protegido Aristóteles Ferreira arranja um decreto que tão profundamente vem prejudicando os trabalhadores baianos.¹⁹⁶

Apesar das relações com os trabalhistas não serem das melhores, a Comissão Executiva com os comunistas Luiz Araújo (Presidente); Juvenal Souto Júnior (vice); e Cosme Ferreira (2º Tes.); E os petebistas Luiz Cerqueira (Sec. Geral); João Pacífico (1º Sec.); João Rego Filho (2º Sec.); E ainda Sabino Egas Muniz Barreto (1º Tes.) que não foi possível identificar vinculação partidária; demonstra que tais correntes atuaram juntos na realização do evento.¹⁹⁷

A lista dos temas a serem discutidos no III Congresso não difere muito do Congresso realizado um ano antes: Fortalecimento das organizações sindicais; problemas econômicos dos trabalhadores; problemas políticos dos trabalhadores; previdência e assistência social; colaboração dos trabalhadores baianos nos problemas econômicos da Bahia e do Brasil; sindicalização rural; legislação trabalhista e Justiça do Trabalho.

Poucos dias após o decreto de Dutra que tentava por fim às greves, e em meio a uma nova onda repressora, foi realizado na Bahia o III Congresso Sindical, que teve abertura no dia 1º de maio. A solenidade de abertura contou com a presença do Interventor Federal no Estado, do deputado Federal Carlos Marighela, e do representante do Secretário de Segurança Pública, além das lideranças sindicais. No discurso de abertura o dirigente comunista Juvenal

¹⁹⁵ O III Congresso Sindical e a posição da Classe Operária. *O Momento*, 24 de abril de 1946. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹⁶ Os bancários repelem o fura greve Aristóteles. *O Momento*, 05 de abril de 1946. p. 1, 6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹⁷ FONTES, 1999, p.391; SOUZA, 2015, p.277-279; *O Momento* (Edições diversas)

do Souto Júnior, do Sindicato dos Portuários, afirmou que “Não é possível paz, progresso e democracia sem o movimento operário ou contra o movimento operário”.

No discurso do deputado Carlos Marighela, este se referiu ao congresso como vitória dos trabalhadores e uma lição para as autoridades que, com decretos, tentam amordaçar os trabalhadores. Citou o caso da greve que estava acontecendo entre estivadores de Santos que se recusavam a descarregar navios espanhóis “do assassino Franco”, e outras greves em Santos e Jundiaí, pois “a fome não respeita decretos”.¹⁹⁸ Os discursos foram bem diferentes do congresso do ano anterior, deixaram de lado as falas sobre colaboração com patrões, estado e governo.

Entre as resoluções que trataram dos “Problemas Econômicos dos Trabalhadores” foi debatido o imposto sindical. A resolução ponderou que:

Considerando que o imposto sindical é um recurso poderoso para a vida econômica dos sindicatos, de vez que a maioria dos indivíduos de cada profissão ainda não compreenderam o dever de se sindicalizar e contribuindo em dia com suas cotas, acha esse congresso que apenas o salário dos sindicalizados fiquem isentos, propondo para ressarcir a diminuição consequente dessa isenção, a arrecadação total do imposto [...].¹⁹⁹

Importante salientar que nesse período não foi proposto o fim do imposto sindical de forma generalizada, a proposta era desonerar aqueles que já pagavam a contribuição sindical voluntária.

No tema “Fortalecimento das Organizações Sindicais” tratando da maior ligação entre os sindicatos e as bases, deliberaram pela criação de delegados de base nos locais de trabalho, e a necessidade de realização de assembleias. Aprovaram a criação de delegacias e nomeação de delegados sindicais nos locais de trabalho e “ligação dos sindicatos com as massas operárias [...] através da realização de assembleias gerais, [...] onde sejam discutidos democraticamente os problemas sindicais e as reivindicação dos trabalhadores [...]; propaganda sindical através da criação de jornais murais; realização de festivais. Foi aprovada a defesa intransigente da liberdade de associação, liberdade e autonomia sindicais, direito de greve sem restrição, inclusive com a revogação dos itens da CLT relativos à organização sindical para que a nova Constituição pudesse aprovar uma nova legislação garantindo que não houvesse intervenção do Estado nem do ponto de vista político e nem organizativo. Foi

¹⁹⁸ Não é possível democracia contra o proletariado. *O Momento*, 03 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

¹⁹⁹ Problemas Econômicos dos Trabalhadores. O 2º Capítulo das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 31 de agosto de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

aprovado ainda o direito à organização de Federações e da Central Sindical, com direito a filiação junto à organismos internacionais.²⁰⁰

Ao se referir às greves, o tom foi menos defensivo que no congresso do ano anterior, refletindo as mudanças na orientação sindical e os enfrentamentos que estavam ocorrendo com o governo. O Congresso deliberou pela mais ampla solidariedade aos trabalhadores que tiverem recorrido à greve “para solucionar suas reivindicações ou assegurar suas liberdades democráticas.”²⁰¹

Na sessão de encerramento do evento, o público foi informado que a Delegacia de Ordem Política e Social intimou a comissão executiva para ouvir “instruções” de que o congresso não instalasse a Federação dos Trabalhadores Baianos. Vários líderes discursaram protestando contra a intromissão. Por fim a deliberação foi confusa. Decidiram criar a Federação com a ressalva de não haver a imediata instalação. Foi deliberada a permanência da Comissão Executiva do III Congresso até que a Federação fosse instalada ou até a realização do IV Congresso.²⁰²

Em alguns pronunciamentos os comunistas poupavam os chefes dos governos federal e estadual e indicavam a responsabilidade em agentes que agiram sem a anuência dos líderes.

Não acreditamos que o interventor Guilherme Marback tenha conhecimento de atitudes dessa natureza, que só podem partir dos esbirros policiais como Sr. Laurindo Regis, interessados em separar o governo do povo e criar um ambiente de inquietação e desordem, clima que favorece as manobras dos elementos reacionários que desejam instaurar no Brasil uma ditadura sanguenta.²⁰³

Segundo os comunistas, a resposta da classe operária ocorreu de forma “alta e vigorosa”, através de telegramas, abaixo-assinados às autoridades e à Assembleia Constituinte enviados por delegações de trabalhadores, sindicatos, comitês populares. “O povo compreende que o protesto pacífico, mas enérgico, congregando massas cada vez mais consideráveis, é a condição da vitória sobre a camarilha de remanescentes do fascismo vendidos ao capital financeiro colonizador.”²⁰⁴

²⁰⁰ Fortalecimento das organizações sindicais. O 2º Capítulo das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 01 de setembro de 1946. pp. 3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Protesto unanime do III Congresso sindical contra a tentativa de intromissão da policia. *O Momento*, 17 de maio de 1946. p. 1.; Solução para os problemas nacionais. Conclusão das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 03 de setembro de 1946. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰³ Manobras fascistas visando separar o governo do povo. *O Momento*, 17 de maio de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰⁴ Protesto em massa contra os atentados policiais. *O Momento*, 18 de maio de 1946. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Em abril de 1946, o juiz da Vara de Registros Públicos, Serpa Pinto, negou a concessão do registro legal ao MUT, alegando que se tratava de “entidade revolucionária” que “contrariava a organização sindical brasileira”.²⁰⁵ No dia 03 de maio, sedes do MUT foram fechadas em várias regiões do país e lideranças detidas e investigadas pela polícia. Na Bahia foram intimados à Delegacia de Ordem Política e Social, João Cardoso Alberto Holtz e Alfredo Moreira, e segundo eles as perguntas giravam em torno da tentativa de estabelecer relações entre o MUT e o PCB, sendo liberados após os depoimentos. Enquanto no Rio de Janeiro, as perguntas giraram em torno das possíveis relações internacionais do MUT.²⁰⁶

O momento era de aumento da repressão e, ainda em março de 1946 foi desencadeada uma forte campanha contra o PCB. Questionado sobre qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à União Soviética, Prestes respondeu:

Faríamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Petain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa Pátria, contra um Governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum Governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.²⁰⁷

Aproveitando-se dessa entrevista, os jornais afirmavam que, em caso de guerra, os comunistas lutariam contra o Brasil e uma forte campanha anticomunista foi desencadeada. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorreu, no início de maio, o julgamento das denúncias apresentadas contra o PCB por Himalaia Virgulino, Procurador Federal, antigo acusador dos comunistas no Tribunal de Segurança Nacional (TSN) durante o Estado Novo, e Barreto Pinto, deputado federal pelo PTB. A acusação era que o PCB mantinha-se admirador do regime soviético. Alegando caráter ditatorial e internacionalista do partido, solicitaram sua cassação. Em julgamento preliminar o TSE decidiu que o Tribunal Regional efetivasse diligência para investigar as acusações.

²⁰⁵ Mais um ato fascista contra os trabalhadores. *O Momento*, 14 de abril de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰⁶ O fechamento do MUT atinge a democracia. *O Momento*, 04 de maio de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Contra a Guerra e o Imperialismo. Anais da Assembleia Constituinte, vol. 5, 26-03-1946. Discurso pronunciado pelo Senador da República Luiz Carlos Prestes na Assembleia Constituinte, no dia 26 de Março de 1946. Neste discurso Prestes trata das declarações que havia dado acerca do posicionamento do PCB em uma hipotética guerra contra a Rússia. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/03/26.htm>
Acesso em: 27/02/2020

Comentando a decisão do TSE de realizar diligências, o dirigente nacional do PCB, Pedro Pomar, afirmou que já esperava isso “em virtude do clima de violência e intranquilidade, criado pelos restos do fascismo”. E que os comunistas estariam dispostos a responder se submetendo as investigações sobre a vida do Partido, seus dirigentes e militantes, entretanto “por ocasião do golpe militar dirigido contra o Partido em 29 de outubro do ano passado os nossos arquivos foram levados para o Ministério da Guerra e para a polícia e até hoje não nos foram devolvidos.” Sobre a legalidade do PCB, Pomar afirmou que se tratou de “uma conquista e não um favor”, que “nosso povo não será derrotado. E se acaso sofresse qualquer derrota, esta seria passageira”.²⁰⁸

Algumas lideranças de outras agremiações foram ouvidas pela imprensa comunista, com depoimentos contra as atitudes do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Pereira Lira, que colocou tropas nas ruas para impedir o 1º de maio, e contra o fechamento do PCB, a exemplo dos deputados Aureliano Leite, Flores da Cunha, José Augusto e Gilberto Freire, todos da UDN. Este último afirmou que “não sou dos que possuem a crença de que se esteja cogitando essa medida, sou, porém, como democrata, terminantemente contrário à mesma”.²⁰⁹

O clima descrito revivia nos comunistas os piores momentos da perseguição típica do Estado Novo. Ademar de Barros, na época presidente do Partido Republicano Progressista, também se manifestou contra o fechamento do PCB. “Mostrou o perigo que representava essa tal medida de caráter fascista para a democracia em geral, pois que seria apenas o primeiro passo para o fechamento dos demais partidos democráticos e a consequente instalação de uma ditadura.”²¹⁰

Em várias manifestações de dirigentes partidários ficou exposto que, para os comunistas, o plano era de fechamento do partido e interrupção do processo de redemocratização do país. Refletiam a “impotência da classe dominante em face dos graves problemas econômicos e políticos”. “Pressionando até com força armada a Justiça Eleitoral [...] esperam fechar o Partido Comunista e, dessa forma, levar o país à desordem, à guerra civil [...]”.

Acreditavam que não seria apenas o fechamento do partido, mas um fechamento do regime. “Ficariamos assim sujeitos [...] à voracidade dos grandes ‘trusts’ e banqueiros

²⁰⁸ As medidas visando o PCB destinam-se a liquidar a democracia no Brasil. Entrevista com os dirigentes Pedro Pomar e João Amazonas. *O Momento*, 05 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁰⁹ A campanha contra o PCB constitui uma ameaça à democracia. *O Momento*, 07 de maio de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹⁰ O fechamento do PCB seria uma punhalada na democracia. *O Momento*, 09 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

interacionais e ao terror de seus agentes, cujo ódio aos trabalhadores e à democracia se exacerbava vendo correr o sangue do povo nas torturas e fuzilamentos que sonham infligir aos militantes da causa democrática.” Ao tempo que denunciavam o plano de uma nova ditadura, deixavam explícito que não aceitariam tais provocações, não revidariam com violência, mas que lutariam pela vida legal do partido.²¹¹

Em algumas situações ficou muito evidente a fragilidade da redemocratização. Nas greves ocorridas em diferentes partes do país, entre dezembro de 1945 e fevereiro de 1946, vários militantes, e até mesmo deputados e dirigentes partidários foram detidos pela polícia. O receio, por parte dos comunistas, era de novamente serem vistos como o partido que desejava pegar em armas e que isso fosse usado como pretexto para repressão era constante. Portanto, continuavam a repetir o discurso da ordem, paz e tranquilidade, e a se referir às greves como último recurso, mas agora entendendo como necessárias, pelo aumento do custo de vida e pela situação de miséria dos trabalhadores.

Reafirmando a linha de união nacional, ao tratar do cenário de crise e carestia, os dirigentes do PCB baiano Giocondo Dias e Mario Alves, diziam que permaneciam dispostos a colaborar: “Se quer procurar uma solução para esses problemas [...] o governo do estado contará com a nossa cooperação. Não é de hoje que garantimos o apoio dos comunistas a toda autoridade interessada em resolver os problemas do povo”. Além disso, reafirmaram o compromisso do PCB com a democracia e com a busca por uma saída pacífica para os problemas nacionais. E por isso, se contrapõe as medidas do governo contra os sindicatos e os comunistas.

O que não é democracia [...] é jogar-se ‘polícia especial’ e tropas motorizadas na rua para impedir um desfile pacífico de trabalhadores no 1º de maio; não é democracia cassar o direito de greve e tentar controlar os sindicatos; não é democracia fechar o MUT e ameaçar os Congressos Sindicais; não é democracia falar em ‘campanha ideológica’ contra o comunismo, quando o povo exige é uma campanha contra a fome e a miséria. Isso é o que o Governo, todos os patriotas e democratas de outras correntes políticas precisam ver, para conseguirmos uma solução pacífica da crise atual. Outro caminho será o da guerra civil, o do derramamento de sangue, que os reacionários e imperialistas preferem.²¹²

Na mesma perspectiva, a Comissão Executiva Nacional do PCB publicou uma nota em que tratou das perseguições recentes ao partido, ao movimento sindical, e em especial ao MUT. Para a direção, a responsabilidade pelo que estava acontecendo era de “setores do

²¹¹ POMAR, Pedro. O Nosso partido é invencível. *O Momento*, 10 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹² Nós, comunistas, somos pela solução pacífica. Entrevista com Mario Alves e Giocondo Dias. *O Momento*, 07 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

governo”, “Trata-se de um pequeno grupo de militares fascistas como Alcio Souto, Filinto Miller, Imbassá [...] a esses militares juntam-se os políticos reacionários e policiais de profissão, como J.C. de Macedo Soares, Negrão de Lima, Pereira Lira, Oliveira Sobrinho e poucos mais, [...] capazes, graças aos postos que ocupam, de arrastar o governo em aventuras reacionárias e ditatoriais, visando a volta do fascismo, da censura, da violência contra o povo e do terror policial.”²¹³

Ou seja, assim como durante o Estado Novo, o PCB continuava enxergando o governo dividido em alas, e com algum malabarismo poupava o presidente Dutra pela repressão que ganhava novas proporções. Ao mesmo tempo considerou os riscos do governo, incapaz de enfrentar a crise econômico-financeira, continuar atacando o povo e suas organizações, e com isso o país marchar rumo à uma guerra civil, o que serviria para justificar a fascistização do país.

Mas o partido continuava afirmando a possibilidade de solução pacífica para os problemas brasileiros. Conclamou todas as forças políticas não fascistas “para que se unam em defesa da democracia ameaçada. [...] Os comunistas estendem sincera e fraternalmente a mão a todos – homens e Partidos políticos – que queiram de fato lutar pela democracia, pela liquidação definitiva dos restos do fascismo o Brasil.”

E por fim estende a mão ao próprio governo, como o mesmo tipo de retórica usada durante o governo Vargas:

O PCB dirige-se ainda aos homens do governo não comprometidos com o fascismo e que desejem sinceramente a solução pacífica dos problemas nacionais. O PCB [...] está pronto a apoiar o governo, a colaborar mesmo com ele, desde que queira realmente resolver de maneira prática os problemas da miséria e da fome do povo, garantir a democracia e liquidar de fato os restos do fascismo em nossa Pátria. Os comunistas [...] nem fazem cambalachos, mas estão prontos a fazer quaisquer acordos seja com quem for desde que realmente favoráveis ao povo e à democracia. Nas eleições que se avizinham procuraremos acordos eleitorais para chapas de unidade, desde que sejam na base de um programa popular e da escolha judiciosa de candidatos que possam merecer a confiança do proletariado e do povo. Serão esses candidatos, comunistas ou não, que merecerão o apoio do PCB.²¹⁴

Propunha que em cada região os membros do partido apresentassem soluções. Que necessitariam que o povo estivesse organizado e cobrando do governo e das classes dominantes, e nesse sentido o partido precisaria melhorar a sua ligação com as massas, não aceitar as provocações, mas sem com isso cair na passividade: “O acatamento às decisões do

²¹³ Comissão Executiva do PCB. O Partido Comunista alerta a nação. *O Momento*, 10 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹⁴ Idem.

governo não deve significar submissão passiva às ordens arbitrárias da polícia, contra as quais devemos protestar por todos os meios legais, de forma a esgotar todos os recursos antes de aceitá-las e contra elas fazendo uso de formas de luta cada vez mais altas e vigorosas.”²¹⁵

A nota não explicou o que seriam essas formas mais altas e vigorosas, mas reforçou os documentos anteriores sobre a centralidade da atuação nos organismos de base. O PCB demonstrou com essa nota e com a campanha que iniciou pela manutenção da sua existência legal, que percebeu os riscos reais de ser colocado novamente na clandestinidade. Mas o que estariam pensando os membros da direção ao falarem em riscos de guerra civil, e em formas mais altas e vigorosas? Estariam blefando? Ou de fato acreditavam na disposição das massas de lutar em defesa do PCB?

Em uma das poucas explicações encontradas do que seriam essas “formas mais altas e vigorosas”, Pedro Pomar afirmou que para liquidar os agentes fascistas, seria necessário “protestar de maneira mais enérgica e mais decidida”, pois somente o protesto “crescente, poderoso e firme das grandes massas será respeitado”.²¹⁶

Durante o mês de maio ocorreu a “quinzena da legalidade”, comemorando um ano da volta da legalidade do PCB, com atividades na capital e em várias cidades do interior. Em Ilhéus estavam previstos cinco comícios, sendo que quatro ocorreram, e no último o partido recebeu comunicado da polícia impedindo a sua realização.²¹⁷

Em 25 de maio, o alfaiate Tibúrcio Borges, secretário político do Comitê Distrital da Liberdade, bairro de Salvador, foi preso, e no interrogatório lhe foi questionado se havia afirmado que o interventor federal no estado, Guilherme Marback “recebia 10 mil cruzeiros por mês do monopólio Magalhães.” O militante comunista negou tais afirmações, e ainda assim ficou detido, só sendo libertado após a intervenção do Comitê Estadual do partido através do seu advogado.²¹⁸

Na mesma data, em Feira de Santana, membros da polícia civil e militar invadiram a casa de um militante onde se realizava a reunião de uma célula, dispersando a reunião e ameaçando prendê-los caso permanecessem no local. Em Itabuna, foram impedidos de

²¹⁵ Comissão Executiva do PCB. O Partido Comunista alerta a nação. *O Momento*, 10 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹⁶ POMAR, Pedro. Protestos mais altos e vigorosos. *O Momento*, 11 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹⁷ Violências policiais contra o PCB em Ilhéus. *O Momento*, 19 de maio de 1946. pp.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²¹⁸ A polícia tenta implantar o terror fascista na Bahia. *O Momento*, 29 de maio de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

colocar jornais murais nas ruas. Em Prado, Jaime Moura, da direção municipal, foi intimado quatro vezes, tendo a polícia solicitado o fornecimento da lista de militantes.²¹⁹

A direção estadual esteve com o interventor federal interino, Altino Teixeira, que após ouvir as denúncias afirmou que não tinha conhecimento dos fatos citados, que não haviam sido autorizados por nenhuma instância superior, e que o governo continuará a respeitar os direitos do PCB, “na qualidade de partido político legal”.²²⁰

Tal reunião, contudo, não impediu que os desmandos policiais continuassem. A Secretaria de Segurança Pública solicitou que as delegacias providenciassem junto aos diretórios municipais do PCB o fichário ou listas de filiados, e comunicou que estavam proibidos comícios, e as reuniões do Comitê deveriam ser comunicadas com antecedência de pelo menos três dias. Tal ordem foi seguida em Cachoeira, Serrinha, Prado, Iará, e vários outros, sendo que a orientação do partido foi para que não entregassem, pois compreendia que se tratava de uma ordem ilegal.²²¹

Tal tipo de repressão não era exclusividade da Bahia, pelo contrário, no Rio de Janeiro ocorreu em grau muito maior, quando haveria também o último comício previsto na “Quinzena da Legalidade”. Após a polícia divulgar nota na imprensa informando que o comício havia sido proibido, os comunistas procuraram as autoridades tentando reverter a situação, mas não obtiveram êxito. Quando estavam no Largo da Carioca comunicando às pessoas que não haveria mais o comício, a polícia chegou e sem nenhum aviso prévio iniciou o ataque. O saldo foi de quatrocentos presos, trinta feridos e um morto. O episódio ficou conhecido como “Chacina do Largo da Carioca.”²²²

Os comunistas acusavam o chefe de polícia do Distrito Federal, José Pereira Lira, de comandar a perseguição no intuito de criar clima de insegurança, tentando influir nos trabalhos da constituinte. Lira era subordinado ao Ministro da Justiça, Carlos Luz, que em uma circular solicitou que fossem “afastados das funções, todos os chefes de repartições e cargos de confiança no serviço público que hajam revelado simpatias pela doutrina comunista.”²²³

²¹⁹ A polícia tenta implantar o terror fascista na Bahia. *O Momento*, 29 de maio de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²⁰ Protesta o PCB contra violências ilegais de autoridades da polícia. *O Momento*, 01 de junho de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²¹ Ordem ilegal e pró-fascista da Secretaria de Segurança. *O Momento*, 18 de junho de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²² Pereira Lira mandou metralhar o povo. *O Momento*, 25 de maio de 1946. pp.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²³ GUIMARÃES. Vladimir. Periga a democracia. *O Momento*, 23 de maio de 1946. pp.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Essa onda repressora, que já havia atacado o MUT, se voltou também contra as diretorias sindicais com algumas novas intervenções. Nas vésperas de tomar posse a nova diretoria eleita do Sindicato dos Panificadores de Salvador, a Delegacia do Trabalho noticiou a intervenção. A Junta Governativa que estava provisoriamente à frente do Sindicato dos Panificadores emitiu uma nota pública denunciando a intervenção, que teria como objetivo entregar à direção do sindicato ao integralista Alcides Evangelista Santana, já que havia sido realizada eleição, e não haveria motivos para não ser homologado o resultado.²²⁴

Na mesma semana, alegando que estariam sendo investigadas irregularidades nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem, a Delegacia do trabalho anunciou, através da imprensa, a intervenção com a substituição da junta governativa que estava à frente da entidade, nesse caso sem assembleia, ou consulta à categoria.²²⁵

Os comunistas denunciaram que Mendez, funcionário da Delegacia do Trabalho, que já havia sido denunciado em outras ocasiões, buscava intervir nos sindicatos para obtenção de vantagens, vendendo assinaturas de revistas, e indicando a contratação de determinada empresa de contabilidade. Dias depois da denúncia, no caso dos panificadores, o que seria intervenção foi transformada em uma sindicância para investigar o processo eleitoral, que depois de alguns dias concluiu que não havia irregularidades.²²⁶

Na primeira semana de junho quatro trabalhadores dos bondes da Cia Linha Circular, foram intimados à DOPS, para tratar de um memorial que estava sendo preparado para pleitear aumento salarial, e o delegado Adelino de Carvalho, “preocupado”, preferiu “conversar” com os trabalhadores e “aconselhar”, para que não fossem longe com aqueles protestos pois “não é possível pensar nestas coisas de aumento de salário, pelo menos agora.”²²⁷

Tal grau de repressão não impediu que ocorressem greves no país. Trabalhadores da Light, ferroviários da Leopoldina e de Sorocaba, portuários de Santos, na histórica greve em que os trabalhadores se recusaram a carregar navios da Espanha franquista. Em todas essas greves ocorreram prisões de lideranças. E no Rio de Janeiro, não estando em greve, o

²²⁴ O fascista Mendes tenta a intervenção no Sindicato dos Panificadores. *O Momento*, 23 de maio de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²⁵ O falangista tenta novo golpe contra os tecelões. *O Momento*, 24 de maio de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²⁶ Fracassou a provocação de Mendes contra os panificadores. *O Momento*, 23 de maio de 1946. p.6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²⁷ Segundo a polícia, os operários devem morrer de fome e não protestar. *O Momento*, 07 de junho de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Sindicato dos Bancários foi fechado e colocado sob intervenção, e seu presidente Luciano Bacelar Couto foi preso.²²⁸

Os metalúrgicos da Usina Santa Luzia, no Rio de Janeiro, e os trabalhadores da Fundação Indígena paralisaram os trabalhos por um turno, contra a carestia de vida e em ato de solidariedade aos portuários de Santos, aos trabalhadores da Leopoldina e “a todos os operários presos e perseguidos.” No dia seguinte, foi a vez dos trabalhadores da Companhia Nacional de máquinas comerciais, parando ao meio dia, e só retornando ao trabalho no dia seguinte, “em sinal de protesto contra a carestia de vida, a intervenção no sindicato dos bancários e a perseguição aos estivadores santistas. A esse tipo de protestos os comunistas denominaram de “formas mais altas e enérgicas”.²²⁹

Na Bahia, em 15 de junho, organizados pelos comunistas, os estivadores paralisaram por uma hora o carregamento de fumo do navio espanhol “Monte Nafarrate”, em solidariedade aos trabalhadores de Santos. Ato que os comunistas denominaram de “vigoroso protesto”. Segundo relato dos comunistas, o estopim foi os tripulantes gritarem “depressa macacos”. As lideranças foram intimadas a comparecer na DOPS, e foram questionados sobre o caráter do movimento, se teria sido uma greve. Sendo respondido que o que houve foi um protesto, em face das afrontas dos tripulantes, e para que o presidente da República rompa relações diplomáticas e comerciais com Franco.²³⁰

Diminuiu drasticamente a quantidade de paralisações após o decreto presidencial que não permitia greves nos setores essenciais, e que praticamente acabou com o direito de greve. Essas paralisações de poucas horas ou de turnos de trabalho podem ter sido uma forma de protestar e não ficar caracterizado como greve, para evitar as sanções previstas em lei.

O mesmo delegado Adelino de Carvalho não permitiu que o MUT participasse do popular desfile do dois de julho, data da independência da Bahia, alegando que se tratava de uma entidade ilegal. Sendo que o desfile não se trata de uma atividade formal, mas sim de uma festa popular.²³¹

A repressão se voltou também contra o jornal dos comunistas baianos. Tendo *O Momento* marcado uma sabatina entre os portuários e estivadores, o diretor do jornal e

²²⁸ Lança-se contra os bancários a fúria do Sr. Negrão de Lima. *O Momento*, 22 de maio de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²²⁹ Formas mais altas de protesto. *O Momento*, 02 de junho de 1946. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³⁰ Vigoroso protesto do proletariado baiano contra o banditismo de Franco. *O Momento*, 16 de junho de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³¹ Protesta o MUT contra uma atitude arbitrária da Polícia. *O Momento*, 04 de julho de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

membro da direção estadual do PCB, João Falcão, foi procurado na sua residência por um indivíduo que declarou que falava em nome do delegado de ordem política e social, para avisar que as sabatinas não deveriam ocorrer. Não tendo apresentado nenhum documento oficial e apenas tendo exibido uma carteira da Secretaria de Segurança, o dirigente ficou na dúvida sobre sua autenticidade, estranhou a forma de comunicação da polícia em “enviar recado” e para checar a veracidade enviou ofício ao delegado, que não respondeu.

Marcado para as 16h do dia 17 de julho, desde o meio dia as emissoras de rádio da capital faziam advertência para que os trabalhadores não comparecessem à atividade. No horário marcado havia a cavalaria da polícia, caminhão da polícia especial e dezenas de policiais chefiados pelo comissário Laurindo Regis. A equipe do jornal se dirigiu aos trabalhadores denunciando o ataque à liberdade de imprensa, mas dispostos a “não fornecer à reação policial os elementos que ela queria para a sua sangrenta provocação”. Pois para os comunistas, a polícia queria apenas um pretexto para uma nova chacina como a que acontecera dias antes no Rio de Janeiro, no Largo da Carioca.²³²

No início de agosto houve nova intervenção, dessa vez no Sindicato dos Marceneiros, que era presidido por Manuel Batista, da direção estadual do PCB. Em comunicado à imprensa, o Delegado Regional do Trabalho, Muniz Falcão comunicou a intervenção sem manifestar os motivos. Manuel Batista tomou conhecimento através de ex-presidentes que foram convidados para ocuparem cargos na junta governativa que seria nomeada, que a intervenção apontaria irregularidades na eleição da diretoria, sendo que a eleição havia sido acompanhada por membros da Delegacia do Trabalho.²³³

Como havia assembleia marcada para o dia seguinte, 05 de agosto, a direção destituída resolveu comparecer para tratar do assunto diante dos associados e tentar evitar a posse dos interventores. A assembleia foi presidida pelo Delegado Regional do Trabalho acompanhado do assistente sindical Álvaro Mendez de Oliveira. O presidente Manuel Batista pediu a palavra, que inicialmente foi negada e só autorizada após protestos da categoria. Prestou informações sobre sua gestão e sobre a intervenção, afirmou que: “acatamos as decisões da Delegacia, mas protestamos, energicamente, pelo modo como foram feitas porque são arbitrárias, antidemocráticas e contra a vontade dos trabalhadores.” E finalizou com um apelo

²³² A polícia bahiana transformou as docas do porto numa praça de guerra. *O Momento*, 18 de julho de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³³ Absurda intervenção no Sindicato dos Marceneiros. *O Momento*, 04 de agosto de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

aos associados no sentido de apoiar o sindicato e a Junta Governativa na luta pelo aumento de salários e pelo fortalecimento do seu quadro social.²³⁴

3.5. O Congresso Nacional Sindical, a criação da CTB e a nova Constituição.

Durante o mês de maio de 1946, em meio a onda de perseguições, saiu a convocatória do Congresso Nacional dos Trabalhadores, que foi articulada, mas não foi assinada pelo MUT, que estava sob ataque, e sim, pela “Comissão Organizadora Nacional”, e apresentou como objetivos: estreitar o intercâmbio e a solidariedade sindical; discutir e deliberar sobre o aperfeiçoamento das leis trabalhistas; estudar e resolver sobre a necessidade e oportunidade de ser fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil; Discutir e apresentar sugestões ao governo sobre os problemas nacionais de interesse da classe trabalhadora.²³⁵

O Congresso foi marcado para o dia 20 de agosto, e a frente da organização estavam os comunistas e parte dos sindicalistas petebistas que já atuavam em conjunto no MUT. Como preparação já haviam sido realizados vários congressos estaduais, e os membros da Comissão Permanente do III Congresso percorriam as diversas assembleias sindicais para divulgar o Congresso Nacional e impulsionar a escolha de delegados, quando o Delegado Regional do Trabalho proibiu os membros da referida comissão de participar de reuniões e assembleias sindicais, sendo que tal medida foi alvo de protestos em algumas assembleias.²³⁶

Já estavam em andamento os preparativos quando foi anunciado um outro Congresso Sindical organizado pelas Federações sediadas no Distrito Federal, que estavam sob controle de sindicalistas ministerialistas, e com o apoio do Ministro do Trabalho, Negrão de Lima. Segundo Jover Telles, preocupados que a realização de dois congressos iria “desfazer a obra de unificação e organização” procuraram os dirigentes ministerialistas para discutir a realização de um só congresso, do qual participassem “elementos representativos de todos os matizes sindicais, tantos ministerialistas como trabalhadores livres” (TELLES, 2001, p. 247).

²³⁴ Protestam os marceneiros. *O Momento*, 06 de agosto de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³⁵ Convocado o Congresso Nacional dos Trabalhadores. *O Momento*, 05 de maio de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³⁶ Elementos anti-democráticos tentam impedir a unidade dos trabalhadores. *O Momento*, 06 de agosto de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Durante os meses de julho e agosto, representantes dos sindicalistas dos dois grupos mantiveram encontros, decidindo promover em conjunto um único congresso, que aconteceu em setembro e contou com cerca de 2400 delegados. Questionado sobre a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores, o Ministro Negrão de Lima afirmou que:

O Congresso vai discutir o importante assunto. Várias teses ao que estou informado, já foram apresentadas. Aguardamos os debates, que deverão ser interessantes e as conclusões que o plenário, num ambiente de liberdade aprovar. Só depois de fazerem sentir os justos anseios dos trabalhadores é que se poderá dizer em que bases será organizada.²³⁷

No acordo firmado entre os dois grupos foi decidido que cada sindicato enviaria dois delegados, sendo um indicado pela diretoria e o outro eleito em assembleias; que o governo custearia as despesas de passagens e hospedagem; e foi definida a pauta com vinte temas na programação, incluindo: Liberdade e autonomia sindicais; Unidade Sindical; Delegado sindical e suas garantias; Atividade político partidária no seio do sindicato; Direito de greve; Participação nos lucros; Instituto de Aposentadoria e pensões; Manutenção da Justiça do Trabalho em base paritária; Confederação Nacional do Trabalho; entre outros (TELLES, 1981, p. 251).

Após o acordo os comunistas baianos comemoraram, pois houve trégua na repressão que vinha ocorrendo por parte da Delegacia do Trabalho ao processo de escolha dos delegados. A partir de então, trabalhistas, comunistas, ministerialistas, passaram a mobilizar suas respectivas bases para o evento, inclusive com reuniões do Delegado Regional Muniz Falcão com todos os sindicatos e associações para tratar da escolha de delegados. Segundo as estimativas, foram enviados cento e cinquenta delegados baianos, representando cento e quatro entidades de classe entre a capital e o interior do estado.²³⁸

A abertura do evento foi no dia nove de setembro no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com discurso do Presidente Dutra que foi lido pelo Ministro do Trabalho, e contou com a presença de alguns ministros e inúmeras autoridades civis e militares.²³⁹

Na sequência do evento, após os debates dos temas, as votações estavam ocorrendo em sessões plenárias no Estádio de São Januário, entretanto, no segundo dia das sessões,

²³⁷ O Congresso nacional sindical será soberano para estruturar a CNT. *O Momento*, 07 de setembro de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³⁸ Congresso Nacional Sindical é uma vitória da democracia. *O Momento*, 14 de agosto de 1946. p.3.; No Congresso Nacional Sindical os trabalhadores irão forjar sua unidade. *O Momento*, 25 de agosto de 1946. p. 1.; Seguem as primeiras delegações ao Congresso Nacional Sindical. *O Momento*, 30 de agosto de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²³⁹ O General Dutra presidiu a instalação do Congresso dos Trabalhadores do Brasil. *O Momento*, 12 de setembro de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

quando estavam votando as teses sobre unidade e autonomia sindical, em que as decisões foram tomadas por “esmagadora maioria”, e por isso, percebendo que seriam derrotados em todas as suas propostas, os sindicalistas ministerialistas se retiraram do Congresso alegando que os comunistas estavam influenciando os delegados. Procuraram o Ministro Negrão de Lima para solicitar o encerramento do evento que foi formalmente efetivado.

A principal polêmica que levou os ministerialistas a se retirarem do evento foi a proposta de criação da central sindical. O grupo dissidente defendia a criação de um órgão paritário formado por patrões e empregados.

Os ministerialistas mantiveram contatos com membros do governo para a criação de três confederações nacionais de trabalhadores, a da indústria, a do comércio e a dos transportes terrestres. Segundo a versão da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC):

O requerimento, datado de 13 de setembro de 1946, pedia autorização ao Presidente da República, com fundamento no artigo 536 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para a criação da entidade confederativa, deixando claro que os representantes dos empregados no comércio não aceitavam a ideia de uma entidade “geral de trabalhadores”.

E assim, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a CNTC, em 11 de novembro de 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.²⁴⁰

De um total de cerca de 2400 delegados, 400 se retiraram, enquanto os comunistas, a esquerda democrática e parte dos sindicalistas ligados ao PTB prosseguiram o evento na sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurantes, para concluir o Congresso no dia 23 de setembro, quando aprovaram a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Antes disso ainda tentaram um apelo ao presidente Dutra, para que esse se dirigisse ao Ministro do Trabalho para que não intervisse, mas foi em vão (TELLES, 1981, p. 255).

As resoluções do congresso defendiam a liberdade e autonomia sindical; direito de greve; participação nos lucros; segurança no trabalho; entre outros. Ao tratar da autonomia sindical a resolução defendia que os sindicatos poderiam elaborar livremente seus estatutos, e que o Estado só poderia exercer fiscalização no que se referia ao imposto sindical. Portanto houve alguma contestação da estrutura sindical vigente, que se manifestava na negação do estatuto modelo, imposto pelo Ministério do Trabalho, assim como na defesa do direito de

²⁴⁰ História. Disponível em: <https://www.cntc.org.br/a-cntc/historia/>
Acesso em 10/03/2020

sindicalização dos funcionários públicos, trabalhadores rurais, contra as intervenções e na defesa da autonomia (MATOS, 2009, pp. 80 - 81).

Segundo Koval (1982, p. 379) o PCB contava com cerca de 400 delegados, mas apesar disso conseguiu aprovar suas principais teses, derrotando os sindicalistas ministerialistas, graças ao apoio conquistado junto aos trabalhistas, “militantes e simpatizantes do PTB, identificados com a figura de Vargas e que mantinham certa independência, nesse momento, em relação às injunções ministerialistas” (FONTES, 1999, p. 414).

Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Salvador, Aureo Contreiras, “pouco mais de uma dezena de congressistas formou ao lado dos sabotadores”. E salientou a atuação dos líderes José Afonso e Inácio Dias, “que foram elementos de destaque em todos os debates, vencendo, vantajosamente os argumentos ministerialistas”.²⁴¹ A atuação do petebista Inácio Dias garantiu que ele fosse escolhido membro da Comissão Executiva Provisória da CTB.

Apesar do trabalhista Inácio Dias ter sido importante aliado dos comunistas durante o Congresso Sindical Nacional, em situações anteriores ele já havia manifestado seu anticomunismo. Quando estava defendendo as medidas repressoras e o decreto-lei nº 9030, de 15 de março de 1946, que praticamente proibia a realização de greves, em texto publicado no *Correio Trabalhista*, ele afirmou que: “bolchevismo e nazismo são os inimigos mais perigosos da civilização”. Que os métodos dos comunistas eram da violência e do crime, “subversivo e destruidor, visando por todos os meios, implantar a desordem, social-econômica, para formar assim condições favoráveis, e oportunidade que lhe permita assaltar o poder e exercê-lo criminalmente em proveito de seus patrões no estrangeiro”. Afirmou ainda que era necessário livrar a mocidade e os trabalhadores desse “germe destruidor” e para esse fim defendeu a atuação das Forças Armadas e das forças políticas para fortalecer a ação do governo na “concretização de medidas necessárias a salvaguarda das instituições democráticas e da ordem pública”.²⁴²

Dia 31 de agosto, um sábado, entre a expectativa de realização do Congresso Sindical e a promulgação da Constituição, após protestos de populares e estudantes contra o custo de vida e aumento de preços, as sedes do PCB no Rio de Janeiro foram invadidas pela polícia. Vários comunistas foram presos, inclusive jornalistas e redatores da imprensa partidária como Maria da Graça, Osvaldo Peralva, Morais Rego, Ailton Quintiliano, Ricardo Ramos, e o

²⁴¹ A participação do sindicato dos jornalistas no Congresso Nacional Sindical. *O Momento*, 05 de outubro de 1946. pp. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁴² SOUZA. Ignácio Dias de. O Comunismo força da destruição. *Correio Trabalhista*. 26 de março de 1946. p.4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

escritor Álvaro Moreira, Eugenia Moreira, Eduardo Sucupira, Amarílio Vasconcelos, que era suplente do deputado Trifino Correia, entre tantos outros.

Compreendiam os comunistas que a violência da polícia, e o intervencionismo nos sindicatos seriam provocações para que os comunistas reagissem e fosse criado clima de insegurança para justificar alguma reação que barrasse o processo de redemocratização. Não reagir, não enfrentar a polícia, demonstrar que só agiria na ordem era, portanto, a melhor forma de não ceder às provocações. Nesse episódio, acreditaram que os protestos de estudantes faziam parte de um plano para fechar o Congresso Nacional, impedir a promulgação da nova constituição, fechar o PCB e iniciar uma nova ditadura. Uma comissão parlamentar esteve com o presidente Dutra que mandou acabar as ocupações das sedes, e os militantes presos foram colocados em liberdade.²⁴³

Em meio ao Congresso Sindical a nova Constituição foi promulgada. Gerando grande expectativa pelos comunistas, que a entendiam como uma etapa fundamental no processo de democratização do país, e que garantiria a liberdade de atuação partidária e sindical, incluindo o direito de greve.

Acreditando que a nova Constituição iniciaria um novo momento, os comunistas afirmavam que após o Congresso Sindical atuariam com mais força e coragem:

[...] agora, que já temos uma constituição que nos garante a liberdade sindical, dentro da qual instalaremos a Confederação dos Trabalhadores do Brasil [...] Os trabalhadores bahianos esperam ainda que o Sr. Negrão de Lima não rompa de todo com os compromissos que assumiu e que não leve adiante seu intento de impedir a unificação do proletariado baiano.²⁴⁴

Os comunistas iniciaram uma campanha pela realização de eleições em todos os sindicatos que ainda estivesse sob intervenção. As eleições estavam prorrogadas por força dos decretos 8740 de fevereiro e 5204 de julho e com a nova Constituição de 18 de setembro de 1946 os comunistas acreditavam que tais decretos deixariam de vigorar, pois foram publicados com base na Constituição de 1937. Como a nova Constituição estabelecia autonomia e liberdade sindical, caso os interventores não convocassem eleições, os comunistas estavam dispostos a recorrer à via judicial.²⁴⁵

²⁴³ Os acontecimentos do Rio marcaram mais uma derrota da reação. *O Momento*, 03 de setembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁴⁴ Vitorioso o Congresso Sindical. *O Momento*, 24 de setembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁴⁵ Todos os sindicatos devem eleger suas novas diretorias. *O Momento*, 10 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Da mesma forma, com relação às assembleias sindicais, dirigentes paulistas estiveram no Departamento Estadual do Trabalho para tratar dos procedimentos a serem tomados diante da nova constituição, e questionaram o Diretor, Silvio Alambert, se um sindicato realizar uma assembleia, sem pedir autorização prévia, se estaria sujeito à intervenção, e foi respondido que “O Departamento não pode mais intervir nos sindicatos”, e que vários itens da CLT deveriam ser revistos pelo Congresso Nacional após a Nova Constituição.²⁴⁶ Mesmo tal reunião tendo ocorrido em São Paulo, foi divulgado para servir de parâmetro a ser seguido, e demonstrou o quanto os comunistas acreditaram nas mudanças após a nova carta magna.

Em 03 de outubro a Comissão Executiva do PCB divulgou uma nota tratando como vitória os últimos acontecimentos políticos, se referindo ao Congresso Sindical com a criação da CTB e a nova Constituição: “A nova Constituição significa efetivamente um duro golpe nos restos fascistas e cria condições para o aceleração do processo de União Nacional [...]”. Para a Executiva estava aberto o caminho para mobilizações “em defesa das prerrogativas econômicas, políticas e sociais nela contidas”, e defender o cumprimento dos dispositivos constitucionais. Esse ponto reflete a disposição em ampliar as mobilizações, e ao mesmo tempo a preocupação de que a nova Constituição fosse de fato implementada.²⁴⁷

A nova Constituição e o Congresso Sindical renovaram os ânimos e disposição à mobilização. Essa posição da executiva foi propagada pelos órgãos da imprensa pecebista e também por vários dirigentes e lideranças partidárias, e pode ser notada no comportamento dos ativistas sindicais comunistas e trabalhistas.

Os comunistas baianos propagandearam esse novo momento como sendo a efetivação de profundas mudanças, com a conquista da liberdade e autonomia sindical. Tomaram iniciativas para divulgar a nova constituição com destaque aos pontos cruciais para a organização dos trabalhadores. *O Momento* passou a publicar a Constituição, em cada edição do jornal alguns capítulos, e criou uma coluna para tirar dúvidas e explicar pontos que julgava cruciais. A coluna foi intitulada “Constituição”, e o primeiro tema tratado foi o direito de greve, que estaria garantido pela nova carta. Foram realizados comícios para comemorar e divulgar a nova Constituição.²⁴⁸

²⁴⁶ Livre, as assembleias sindicais. *O Momento*, 16 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁴⁷ PCB - Comissão Executiva. É imperiosa a união de todos os patriotas para a defesa da Democracia e da Paz. *O Momento*, 6 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁴⁸ A Constituição: Direito de greve. *O Momento*, 11 de outubro de 1946. pp. 3.; Será uma grande vitória do povo baiano o comício-monstro, hoje às 20hs no Largo da Sé. *O Momento*, 04 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Os comunistas e trabalhistas, ao retornarem do Congresso Sindical Nacional, fizeram ampla divulgação das deliberações do evento e explicaram as motivações do racha dos ministerialistas. Houve um indicativo que assembleias fossem realizadas para deliberar o apoio às decisões do Congresso e pela criação da CTB. Enquanto houve maior afastamento dos comunistas com os sindicalistas ministerialistas, percebe-se maior aproximação com os setores do trabalhismo que marcharam juntos pela criação da CTB. Muito emblemático nesse sentido foi uma entrevista realizada pelo periódico comunista da Bahia para tratar desse novo momento do após o Congresso que “marcou um novo sentido na marcha do movimento operário em nossa terra, abrindo ao mesmo vastas perspectivas a uma união ampla de todos os trabalhadores em torno de seus problemas mais imediatos e sentidos”.²⁴⁹ O entrevistado foi Inácio Dias, sindicalista e dirigente estadual do PTB, que meses antes havia apoiado as medidas anti-greves de Dutra com argumentos anticomunistas e agora declarava:

Só acho possível a intervenção do ministério nos Sindicatos, quando se trata da aplicação do imposto sindical. [...] A continuidade da intervenção do ministério nos sindicatos é um crime, frisa. Tudo que diz respeito ao sindicato ele é livre para discutir no interesse dos seus associados. Eleger suas diretorias é um direito assegurado na Constituição, independente de qualquer tutela [...].²⁵⁰

Foi criada entre os sindicalistas uma comissão para organizar a instalação da União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB), e essa procurou o Delegado Regional do Trabalho, Muniz Falcão, para comunicar os encaminhamentos que estavam sendo tomados e pedir apoio. O delegado afirmou que haveria a necessidade de “revisão da legislação ordinária para a criação das uniões sindicais, e que aguardaria essa regulamentação para dar apoio oficial”. Entretanto, afirmou que daria apoio pessoal e que não criaria nenhuma dificuldade, pelo “ponto de vista da delegacia que dirige em não intervir nos sindicatos, de acordo com a nova Carta Magna que estatue liberdade e autonomia para os organismos de classe”.²⁵¹

Em 17 de outubro ocorreu uma plenária de entidades aderentes à CTB para tratar de medidas que seriam adotadas no sentido de criação da União Sindical de Trabalhadores

²⁴⁹ É um crime a intervenção do Ministério do Trabalho nos Sindicatos. *O Momento*, 13 de outubro de 1946. pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ A União sindical é um grande passo para a unidade dos trabalhadores. *O Momento*, 17 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Baianos (USTB), e deliberaram pela criação de uma seção estadual da CTB que daquela data em diante seria responsável pelos preparativos da USTB.²⁵²

Por ocasião da realização do III Congresso dos Trabalhadores Baianos, em maio de 1946, a Delegacia do Trabalho impediu a criação da USTB. Após o Congresso Nacional dos Trabalhadores, e após a nova Constituição, acreditando que não haveriam impeditivos, no dia 30 de outubro de 1946 se reuniram na sede do Sindicato dos Trabalhadores nos Carris Urbanos, representantes de cerca de trinta sindicatos, com a presença de cerca de 150 trabalhadores, para fundar a União Sindical dos Trabalhadores Bahianos (USTB). Na sua direção provisória estavam lado a lado trabalhistas e comunistas: Presidente - Alexandre José dos Santos (Sind. Alfaiates); Vice – Laurindo José de Santana (Sind. dos Panificadores); Sec. Geral - Demócrito Gomes de Carvalho (Sind. dos Gráficos); 1º Sec.- Raimundo Magaldi (Sind. Securitários); 2º Sec.- Jaime Sousa Lima (Sind. dos Estivadores; 1º Tes. – Benedito Manoel do Nascimento (Sind. da Construção Civil); 2º Tes. João Ribeiro dos Passos (Sind. de Carris Urbanos); Bibliotecário - Idelfíades Santos Silva (Sind. dos Marceneiros); Diretor de Propaganda – Lourival Sales Nascimento (Sind. dos Eletricitários); Suplentes – João Chagas, Rubem Chagas, Dejanira Matos, Mário Alves, Tomé de Almeida, Antônio Bernardo, Inácio Dias e Jaime Maciel, sendo esses dois últimos como representantes da CTB na Bahia.²⁵³

A nova Constituição suscitou também novas reivindicações, que foram levantadas e incentivadas pelos comunistas. A USTB indicou que todas as categorias deveriam solicitar o descanso semanal remunerado, que passou a ser pleiteado por várias organizações dos trabalhadores.²⁵⁴ Pela recomendação deveria solicitar desde 18 de setembro, data da promulgação da Constituição. Ainda no final de outubro, os fumageiros da Cia Souza Cruz, os marceneiros, portuários, estivadores, alfaiates, moageiros, e várias outras categorias solicitaram tal direito.²⁵⁵

Alardeavam aos quatro cantos que “os sindicatos agora estão livres de qualquer intervenção externa”.²⁵⁶ Em manifesto aos trabalhadores e ao povo a USTB indicou aos sindicatos as diretivas: apoio à USTB e à CTB decidido em assembleia, com ajuda financeira

²⁵² Será fundada, dentro em breve, a União Sindical dos Trabalhadores Bahianos. 18 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵³ Fundada, ontem, a União Sindical. *O Momento*, 31 de outubro de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Alguns dados sobre a diretoria provisória foram encontrados em FONTES, 1999, 418.

²⁵⁴ Devem os trabalhadores lutar pelo descanso remunerado. *O Momento*, 09 de novembro de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵⁵ Os fumageiros pleiteiam o descanso remunerado. *O Momento*, 29 de outubro de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵⁶ Os sindicatos agora estão livres de qualquer intervenção externa. *O Momento*, 18 de outubro de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

e escolha de delegados sindicais; o requerimento do repouso remunerado; elaboração de memoriais, abaixo-assinados, telegramas, em assembleia e nas bases das categorias e enviá-los à Câmara Federal solicitando revisão da CLT e aprovação das resoluções do Congresso Sindical; Lançamento de reivindicação de aumento de salário com apresentação das tabelas do salário profissional e as sugestões sobre o salário mínimo familiar; recrutamento sindical em massa.²⁵⁷

Vários sindicatos buscaram aumento salarial, e recorreram a memoriais e dissídio coletivo na justiça do trabalho. Tecelões reivindicaram 100% de aumento salarial, os piassaveiros, marceneiros, ferroviários de Nazaré, panificadores, trabalhadores dos bondes da CLC, estivadores e portuários, comerciários, gráficos entre outros, também reivindicaram aumento salarial.²⁵⁸

Mas a realidade não tardou aparecer. Em 12 de novembro ocorreu uma conturbada assembleia dos portuários, que contou com a presença do delegado do trabalho. Os conflitos haviam começado na assembleia anterior quando o presidente do sindicato Manoel Bonfim do Carmo afirmou que “no seio do sindicato havia elementos agitadores”, se referindo aos associados que solicitaram que fosse incluído na pauta o descanso remunerado; abono de natal; aumento de salários; e o apoio à União Sindical dos Trabalhadores Baianos.

Durante acalorados debates em que foi cogitada a renúncia do presidente, o Delegado do Trabalho pediu um “voto de confiança”, que foi negado pela assembleia. Os ânimos só se acalmaram após o presidente se comprometer a elaborar “ordens do dia”, que constem os assuntos de interesse da categoria e incluiu os itens solicitados pelos “agitadores” para a próxima assembleia. Ainda tentou argumentar para excluir o ponto de pauta relativo à União Sindical, mas foi rechaçado pela assembleia que o obrigou a manter.²⁵⁹

Mas o ocorrido não ficou apenas nisso. Todos os “agitadores”, Jaime Marciel, Juvenal Souto Júnior, Vitório Caetano dos Santos, Manuel Bernardo dos Santos e José Marcelino Ferreira foram intimados a comparecerem na Delegacia de Ordem Política e Social, para depor. Não foram presos, mas sem dúvida foi uma tentativa de intimidação das lideranças

²⁵⁷ USTB; Ao proletariado e ao povo baiano. *O Momento*, 13 de novembro de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵⁸ Os tecelões reivindicam aumento de cem por cento nos seus salários. *O Momento*, 23 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁵⁹ Vitoriosa a unidade dos Portuários bahianos. *O Momento*, 13 de novembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

comunistas. A intimação ocorrida foi alvo de protestos na Assembleia ocorrida posteriormente, quando os trabalhadores consideraram o ato um “atentado à Constituição”.²⁶⁰

Dia 20 de novembro ocorreu nova assembleia com a pauta que gerou a discórdia e todos os pontos apresentados pelos comunistas foram aprovados, inclusive o apoio à União Sindical, ponto que o presidente do sindicato se esforçou para tentar dissuadir a categoria, sem sucesso, o que demonstrou que comunistas possuíam boas relações no seio da categoria.²⁶¹

A batalha prosseguiu e no dia seguinte a Delegacia do Trabalho divulgou uma nota à imprensa “avisando” que as autorizações para convocação de assembleias deveriam ser requeridas com antecedência mínima de oito dias, constando a matéria a ser discutida, ficando proibido “ventilar questões estranhas às que hajam figurado no requerimento”.²⁶² Os comunistas fizeram a denúncia, chamando a atenção que a nova Constituição garantiria a liberdade e autonomia, e que esta não estaria sendo cumprida pelo Delegado.

A USTB publicou nota de protesto contra a Delegacia do Trabalho por tentar se colocar como porta voz dos trabalhadores, limitando as “ordens do dia” das assembleias, como se ainda estivesse em vigor a Constituição de 1937. Acusaram a delegacia de não cumprir o papel de fiscalizar a exploração do trabalho de mulheres e crianças; a jornada de 8 horas, e inúmeras outras irregularidades.²⁶³

No final de novembro de 1946 os trabalhadores da Cia Circular se movimentaram em torno do descanso remunerado e das eleições sindicais. Os delegados de base marcaram uma reunião aberta a todos os filiados, na sede do sindicato, num domingo, dia 17 de novembro. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Carris Urbanos de Salvador, Pedro Francisco Bahia, emitiu nota pública afirmando que a reunião não seria realizada, pois não teria motivos e nem caráter legal. No horário previsto a sede do sindicato estava fechada e cercada de policiais. Os presentes se dirigiram à sede da USTB para a realização da reunião.

Como a sede da USTB era no mesmo imóvel que funcionava o Sindicato dos Panificadores, no dia seguinte, Júlio Pereira, presidente do sindicato, foi “convidado” a comparecer à Delegacia do Trabalho, onde o assistente sindical Rubem Rocha pediu

²⁶⁰ Protestam os estivadores contra o atentado policial à classe operária. *O Momento*, 15 de novembro de 1946. pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶¹ Vitoriosa assembleia, ontem, dos Portuários bahianos. *O Momento*, 21 de novembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶² A Delegacia do Trabalho desrespeita a Constituição. *O Momento*, 22 de novembro de 1946. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶³ A USTB protesta contra a atitude da Delegacia do Trabalho. *O Momento*, 31 de dezembro de 1946. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

explicações sobre a reunião dos trabalhadores da Cia Circular e a esses se referiu como “uns poucos trabalhadores desordeiros”. Ao responder que não haviam desordeiros, e citar dispositivos constitucionais que garantiam o direito de reunião, o sindicalista foi ameaçado de prisão e agredido a socos, até que foi socorrido por outros funcionários que evitaram maiores agressões.²⁶⁴

Na semana seguinte, um dos trabalhadores que compareceu a reunião, João dos Passos, anunciado como candidato à Assembleia Legislativa pelo PCB, com 21 anos de trabalho na Cia Linha Circular, foi demitido. Apenas quando compareceu no departamento jurídico da empresa acompanhado do advogado do sindicato, e do consultor jurídico da União Sindical, tomou conhecimento que foi motivada pela participação em um comício em que declarou que “a Cia lesava os interesses do povo”.²⁶⁵

Observamos que o avanço da repressão ocorreu simultaneamente numa “frente” de diferentes órgãos federais e estaduais, como a Delegacia do Trabalho, os prepostos da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS); que contavam com apoio da imprensa a respeito dessas medidas.

No final do ano, em 08 de dezembro de 1946 houve reunião do Pleno do Comitê Nacional do PCB. Apesar de todas as dificuldades vivenciadas durante o ano, no informe apresentado pela Comissão Executiva a avaliação foi positiva, pois apesar dos ataques, não conseguiram colocar o partido na ilegalidade e as principais tarefas definidas na III Conferência Nacional foram concretizadas. Foi promulgada a nova Constituição, que na avaliação dos comunistas havia acabado com o arbítrio dos decretos-leis característicos da Constituição de 1937, e que estava garantida a liberdade. A segunda vitória apontada no documento foi a realização do Congresso sindical que criou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

Segundo o informe da Comissão Executiva houve melhor compreensão da linha do partido e com isso estavam vencendo a passividade. Os ataques sofridos contribuíram para “popularizar o verdadeiro sentido de nossa luta por ordem e tranquilidade”. Ou seja, episódios como a invasão e fechamento do jornal *Tribuna Popular* e a chacina do Largo da Carioca se enquadram no que o partido chamou de “provocações”, esperando que o partido reagisse e fornecesse munição para justificar possíveis golpes. Nessa análise, o desvio de esquerda, que seria cair nas provocações, já havia sido superado nas fileiras do partido e restava ainda

²⁶⁴ Agredido o presidente do sindicato dos panificadores. *O Momento*, 19 de novembro de 1946. p. 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶⁵ Toda a fúria da Circular contra o líder João dos Passos. *O Momento*, 23 de novembro de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

superar a passividade que se manifestava no pouco vigor do protesto “legal” contra as arbitrariedades da reação. Para superar essa passividade necessitaria de maior ligação com as massas, possibilitando maior mobilização.

Nesse sentido, apesar de crescer a influência do partido, o *informe* avaliou como fraco o movimento popular no país, considerada débil a organização das massas. Assim como em análises anteriores, tratou da necessidade dos sindicatos se ligarem ao local de trabalho, através de “organismos como comitês, comissões sindicais ou de fábricas”. E sinalizou a importância do diagnóstico e das soluções indicadas no *Informe sobre o trabalho de massas* apresentado por Pedro Pomar na reunião do CN de janeiro de 1946, que indicou o trabalho de base, as comissões por local de trabalho e o levantamento das necessidades imediatas.

Tratou da importância do partido se tornar um grande partido de massas, “partido de novo tipo”. Salientou que para as massas se aproximarem seria necessário “passar de uma propaganda geral e vaga para a verdadeira e eficiente ação política”. Deixar de ser um “velho partido de agitadores e propagandistas”, [...] “da repetição enfadonha de coisas gerais, numa linguagem em geral inacessível [...] cabe procurar saber quais são as necessidades do povo e fazer esforços através da ação diária organizada para satisfazê-las”.

E por fim tratou da palavra de ordem de “paz e tranquilidade”, que não se tratava de algo apenas conjuntural, tático, mas sim da manifestação da crença de que o mundo do pós guerra gerou novas possibilidades e caminhos ao socialismo pelas vias pacíficas.

Democracia Progressista

É, lutando assim, pacificamente, e pelos meios estritamente legais que poderemos chegar à democracia progressista capaz de assegurar a solução progressiva dos mais sérios problemas de nosso povo. Na Polônia, na Bulgária, na Iugoslávia, prosperam as democracias populares e progressistas que vão, pouco a pouco, liquidando com os trustes e monopólios, nacionalizando os Bancos, as minas e a indústria pesada, eliminando de fato os últimos vestígios do fascismo, com a liquidação de sua base econômica e o castigo aos traidores. “A vantagem dessa democracia popular”, diz Dimitrov: “é que a passagem ao socialismo torna-se possível sem ditadura do proletariado. Cada país passará ao socialismo pelo seu próprio caminho”.

E aos que não compreenderam ainda que vivemos em novos dias, em condições históricas completamente diferentes daquelas anteriores à guerra contra o nazismo e que, em nome do marxismo, tomado como dogma morto e frio, protestam contra essa possibilidade de passagem pacífica para o socialismo, respondem os fatos e Thorez, quando mostra a diferença entre os que do marxismo guardam as cinzas, e nós que o alçamos em nossas mãos, e mantemos sempre viva e crepitante, a chama luminosa do verdadeiro marxismo-leninismo-stalinismo.²⁶⁶

²⁶⁶ PRESTES. Luiz Carlos. Em Marcha Para um Grande Partido Comunista de Massa. Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de Dezembro de 1946.

Ainda em dezembro de 1946 se reuniu o Pleno do Comitê Estadual do PCB da Bahia, que repetiu as análises da direção nacional e acrescentou questões referentes ao âmbito estadual. No que tange ao trabalho sindical, a deliberação foi de consolidação da União Sindical dos Trabalhadores Baianos, “através da luta pelas reivindicações dos trabalhadores e da criação de Uniões Sindicais municipais.” O pleno resolveu designar militantes para o trabalho de organização das massas camponesas, setor que o partido já vinha afirmando ser de central importância, mas com dificuldade de ações efetivas, assim como o setor de juventude e de mulheres.²⁶⁷

Nos meses seguintes a repressão piorou. Na primeira semana de janeiro de 1947 a Delegacia do Trabalho publicou nota pública nos jornais da capital proibindo os sindicatos de se filiarem a CTB e a USTB, pois seriam entidades ilegais por não estarem de acordo com a legislação trabalhista. Segundo a polícia se tratava de “organização composta de elementos estranhos à classe operária.” Além disso, desqualificou os dirigentes como sendo “indivíduos sem profissão que vivem à tripa forra”. Os sindicalistas se defenderam publicando a carteira de trabalho de alguns dirigentes, a exemplo do alfaiate Alexandre José dos Santos, presidente da USTB.²⁶⁸

Várias categorias reagiram, com abaixo assinado; envio de telegramas às autoridades como deputados, presidente do congresso, ministros; e algumas deliberações de assembleias, como dos padeiros que continuariam a dar apoio à União Sindical inclusive a cessão da sua sede para as reuniões da central sindical resistindo à pressão do Delegado do Trabalho.²⁶⁹ Os protestos foram publicados em *O Momento*, que também realizou várias entrevistas com sindicalistas, lideranças e membros de várias categorias, comunistas e trabalhistas, que manifestaram o sentimento de revolta contra o delegado do trabalho.

Contudo, o mesmo não ocorreu no Sindicato dos Portuários. Apesar da assembleia da categoria aprovar o apoio à CTB e à USTB, mesmo após a nota emitida pela Delegacia do

Publicado posteriormente em: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947. Pp. 475-515. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/12/08.htm>

Acesso em: 14/05/2020

²⁶⁷ Por 41 mil votos para o PCB na Bahia em defesa da democracia e de melhores dias para o povo. Resolução do Pleno do Comitê Estadual, reunido em 24/12/1946. *O Momento*, 28 de dezembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶⁸ Desespero contra o proletariado. *O Momento*, 04 de janeiro de 1947. P. 5.; O Delegado do Trabalho quer romper a Constituição. *O Momento*, 08 de janeiro de 1947. P. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁶⁹ Repúdio unanime dos panificadores à circular da delegacia do Trabalho. *O Momento*, 08 de janeiro de 1947. pp. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Trabalho em total desrespeito às decisões da categoria, o presidente da junta governativa do sindicato, Manoel Bonfim do Carmo, encaminhou ofício retirando o apoio à USTB.²⁷⁰

Tais episódios demonstram que, diferente da expectativa criada pelos comunistas, a nova Constituição não garantiu a liberdade e autonomia sindical esperada.

3.6. A Chapa Popular: Eleições de janeiro de 1947

Com a promulgação da nova Constituição, foram marcadas as eleições estaduais para dia 19 janeiro de 1947. Na Bahia, estavam previstas as eleições de sessenta deputados para a constituinte estadual, o governador, um terceiro senador, e um deputado federal.

Otávio Mangabeira se lançou candidato a governador da Bahia em 1947 pela Coligação Democrática Autonomista, que contava com um leque amplo de apoio desde a UDN, PSD, PR, Esquerda Democrática, até os comunistas do PCB e os integralistas do PRP. Otávio Mangabeira estava na política baiana desde a década de 1910, quando era aliado do então governador J.J. Seabra (1912-1916), foi eleito vereador, deputado federal por duas vezes antes de ser nomeado ministro do Exterior no governo de Washington Luís (1926-1930). Após 1930 se consolidou como um nome da oposição aos interventores na Bahia e ao presidente Vargas, e no período do Estado Novo chegou a ser preso e exilado.

A outra candidatura foi de Antônio Medeiros Neto, que contava apenas com o PTB e com o apoio de Vargas nessa disputa. Nos anos 1920 era ligado ao grupo político do governador Severino Vieira, e após 1930 esteve vinculado ao interventor e depois governador Juracy Magalhães até o golpe do Estado Novo, pois Medeiros Neto apoiou o Estado Novo, período que ocupou cargos no governo federal. Durante a campanha defendeu o legado varguista, especialmente a legislação trabalhista (TAVARES, 2001, pp. 454-455).

Durante o mês de dezembro, enquanto as forças políticas se movimentavam construindo as alianças para o processo eleitoral, os comunistas haviam lançado a “Chapa Popular” com candidatos à constituinte estadual, mas ainda não haviam tomado posição com relação ao candidato ao executivo. Naquele momento rechaçavam as duas candidaturas. Criticavam a chapa de Otávio Mangabeira pelo apoio dos integralistas, pois “não pode ser

²⁷⁰ Os portuários baianos, sob a bandeirada USTB, defendem a Constituição. *O Momento*, 02 de fevereiro de 1947. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

democrática uma candidatura apoiada pelos integralistas”²⁷¹ Houve acusação parecida para a chapa do PTB, pois segundo os partidários de Prestes, ocorreu um acordo entre os integralistas e os petebistas do sul do Estado em torno da candidatura de Landulfo Alves para o senado, se constituindo em tentativa dos verdes se infiltrarem nas fileiras do PTB e da UDN, obtendo acordos junto as duas chapas.²⁷²

Aterrorizados com as perseguições e o fantasma da ilegalidade, os comunistas buscavam firmar acordos e apoiar candidatos que se comprometessem com a “defesa da Constituição, da ordem democrática e do livre funcionamento de todos os partidos”.²⁷³ O PCB já havia anunciado apoio ao Ademar de Barros para governador de São Paulo. Na Bahia o Secretário Político, Giocondo Dias, encaminhou carta ao candidato Otávio Mangabeira:

Finalmente, considerando que a candidatura de V.S. é apoiada por forças declaradamente democráticas, considerando também que o PCB constitui, nesta unidade da Federação uma força eleitoral ponderável senão decisiva no computo final, propomos a V.S. o nosso apoio, desde que V.S. concorde em declarar que orientará a política do seu governo em função das considerações que desenvolvemos acima e que resumiremos nos três itens abaixo:

- I- Defesa da Constituição e da legalidade de todos os partidos políticos, inclusive o PCB.
- II- Luta pela solidariedade e união de todas as forças políticas e nacionais em defesa da democracia e contra quaisquer tentativas de golpes armados.
- III- Luta persistente, efetiva, prática, contra a carestia e a miséria e pela solução das necessidades mais prementes do povo e dos trabalhadores.²⁷⁴

A declaração do apoio pecebista foi feito em grande comício ocorrido em 05 de janeiro, que contou com a presença de Luís Carlos Prestes, que em discurso afirmou que Otávio Mangabeira “Trata-se de um homem de tradições democráticas, que durante muitos anos lutou contra a ditadura”. Prestes relatou que o PCB solicitou a Mangabeira o compromisso de defender a democracia, a constituição e contrário a qualquer golpe armado. Otávio Mangabeira enviou carta em resposta à direção estadual do PCB que tratou dar maior publicidade possível:

Sou pela manutenção da ordem legal – e o que chamo ordem legal é a ordem legal democrática – contra quaisquer tentativas, armadas ou desarmadas, que visem a destruí-la ou a enfraquecê-la.

Sou pelo livre funcionamento de todos os partidos, inclusive, já se vê, o Comunista, uma vez que desenvolvam as suas atividades, com a lei e dentro da lei.

²⁷¹ Não pode ser democrática uma candidatura apoiada pelos integralistas. *O Momento*, 21 de dezembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁷² Também no PTB infiltram-se os traidores integralistas. *O Momento*, 21 de dezembro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁷³ O apoio do PCB ao Sr. Otávio Mangabeira. *O Momento*, 07 de janeiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁷⁴ O pedido dos comunistas e a resposta do grande líder. *A Tarde*, 08 de janeiro de 1947. BPEB, Setor: Periódicos, Acervo: Jornal *A Tarde*. Apud. SENA JÚNIOR, 2009, p.329.

O primeiro dever dos governos é ir ao encontro, efetivamente, das necessidades do povo, tanto mais quanto mais prementes as dificuldades que o angustiem, e menos protegidas ou amparadas as classes que as padecem.²⁷⁵

Para a constituinte estadual o PCB lançou pela “Chapa Popular”, além de profissionais liberais e dirigentes partidários, vários sindicalistas e lideranças entre os trabalhadores: Jaime Maciel (estivador); Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira (portuários); Antônio Marques (trapiche); Antônio Rosa de Oliveira (Padeiro); José Ferreira de Souza Filho e Vítório Pita (ferroviários); Dermeval Araújo da Silva (tecelão); Rubem Chagas e Bernadete Santos (fumageiros); Florêncio Moreira e Demócrito de Carvalho (gráficos); João Ribeiro dos Passos (Transviário); João Cardoso de Souza (marítimo); Lourival Nascimento (Eletricitário); Rufino José da Costa (Líder camponês em Cachoeira); Nelson Schaun (Professor e líder entre os trabalhadores de Ilhéus); Emidio Vilasboas Vilela (alfaiate e dirigente da Sociedade Montepio dos Artistas e Operários de Itabuna).²⁷⁶

Entre os petebistas também foram candidatos vários sindicalistas e ativistas.

Entre os sindicalistas, constavam: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador, José Nerval; o ex-presidente do Sindicato dos Portuários de Salvador, João da Silva Rego Filho; o presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, João Batista de Souza; o diretor do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares, Luiz Azevedo Cerqueira; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Cidade de Valença, Oldack Nascimento e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico, José Eugênio de Oliveira. (SOUSA, 1999, 152)

E ainda os advogados Carlos Aníbal Correia e Dorival Guimarães Passos, esse último era advogado do Sindicato dos Transviários e compôs a primeira diretoria do MUT na Bahia; o funcionário público Inácio Dias de Souza que teve atuação importante no Congresso Nacional Sindical e era da direção da CTB e da USTB.

Entre os comunistas, durante a campanha dos deputados estaduais, vários candidatos trabalhadores e sindicalistas assumiram postura de denúncia com relação às empresas onde trabalhavam. A propaganda eleitoral de João Passos e Lourival Nascimento era: “Vote contra a Circular! Votando nos candidatos que lutarão pela encampação do ‘polvo americano’ por

²⁷⁵ MANGABEIRA, Otávio. O primeiro dever dos governos é ir ao encontro das necessidades do povo. Carta de Otávio Mangabeira à direção do PCB. 05 de janeiro de 1947. Publicada em: *O Momento*, 09 de janeiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁷⁶ Os Novos Candidatos da Chapa Popular. *O Momento*, 19 de novembro de 1946. p.1. A Chapa Popular. *O Momento*, 19 de janeiro de 1947. p.2

melhores transporte e por energia barata.” Se referindo à concessionária dos serviços de bondes, telefonia e eletricidade da capital.²⁷⁷

Otávio Mangabeira foi eleito com 211.121 votos, enquanto Medeiros Neto obteve 92.629 votos. Contudo, na capital do Estado, Medeiros Neto obteve 28.823 e Mangabeira 21.596. Para a constituinte baiana a UDN elegeu 27 deputados; o PSD 20; o PTB 07 deputados, entre eles o sindicalista da direção da CTB, Inácio Dias de Sousa; PR 03; PCB 02 (Giocondo Dias e Jaime Maciel); e o PRP elegeu um deputado.

Antes da conclusão das apurações, mas com alguns resultados já divulgados, a Comissão Executiva do PCB publicou uma nota onde exaltou o sucesso da orientação política com alianças ou apoios de candidaturas “capazes de nos inspirar confiança ou cuja vitória impediria a eleição de reconhecidos reacionários ou fascistas.” Apontou a eleição de Ademar de Barros e dos candidatos apoiados como a derrota da reação, do anticomunismo, “que até as vésperas do pleito ameaçavam a democracia com a ilegalidade do Partido Comunista do Brasil”. A nota comemorou o resultado no Distrito Federal onde o partido passou a ser majoritário no legislativo. E acreditavam que com essa vitória “criaram-se novas condições para a ampliação da União Nacional e para a colaboração direta dos comunistas com os governos democráticos que forem sendo organizados nos estados”.

Reafirmou sua posição de cobrar medidas do governo federal de combate a carestia e a inflação, de afastar do governo os restos do fascismo, organizar um governo de confiança nacional e que o PCB estaria pronto para colaborar “em benefício da consolidação da democracia, da solução dos problemas que afligem ao povo”. Chamou a atenção de todos os organismos do partido no sentido de romper com o sectarismo e abrir as portas do partido para as grandes massas, com o objetivo de transformar o PCB em um grande partido de massas, com educação política da população, sua organização, e alistamento eleitoral cada vez maior dos trabalhadores, pois “A solução pacífica dos problemas da revolução democrática-burguesa é possível, porque as atuais condições do mundo facilitam o avanço democrático e a chegada ao poder, através do voto, dos verdadeiros representantes do povo”.²⁷⁸

3.7. “Maior calma, sereno acatamento à decisão da justiça”: A Cassação do registro do PCB

²⁷⁷ *O Momento*, 10 de janeiro de 1947, p2;

²⁷⁸ Comissão Executiva do PCB. Foram derrotados os provocadores do anti-comunismo sistemático. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1947. Publicado em *O Momento*, 30 de janeiro de 1947. p.1,4

Ao mesmo tempo em que manifestava a crença na institucionalidade e na união nacional, os dirigentes do partido de Prestes sabiam que a democracia estava ainda em estágio inicial, com determinadas fragilidades, e que inclusive, a existência legal do partido estava ameaçada. Algumas interpretações afirmam que a notícia da cassação pegou a todos de surpresa, todavia durante 1946 encontramos várias demonstrações que contrariam essa afirmação. Textos em defesa da legalidade, a reafirmação da atuação por dentro da ordem, a busca de apoio de autoridades e membros de outros partidos para a legalidade, a política de alianças para as eleições de 19 de janeiro de 1947 quando priorizou aqueles que defendiam a legalidade do PCB.

Durante a campanha eleitoral na Bahia, por exemplo, foi publicada repetidas vezes a carta de Otávio Mangabeira, com o seu compromisso de defesa da legalidade. E essas manifestações continuaram a ser publicadas após as eleições. Vale registrar a do deputado federal, e ex-governador Juracy Magalhães: “se uma parcela do povo deseja arregimentar-se nesse partido, que mal há nisso? Desde que seja uma atividade legal, não vejo inconveniente. Vamos colocar as coisas nos devidos termos: sou contra o fechamento do Partido Comunista”.²⁷⁹ E ainda uma carta do general Dutra, escrita antes das eleições presidenciais, em que afirmou reconhecer o direito à existência legal do PCB.²⁸⁰

A ameaça real de cassação começou em março de 1946 e tomou corpo paralelamente a campanha anticomunista feita pela imprensa contra o PCB e a Prestes, sua principal liderança, após entrevista em que foi questionada a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à União Soviética, em que Prestes respondeu que “lutáramos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional”.²⁸¹ Seus adversários afirmavam que os comunistas lutariam contra o Brasil.

Himalaia Virgulino havia sido procurador do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) em 1935 e ficou conhecido pelas denúncias contra os comunistas. Em 1946 encaminhou ao TSE um pedido de cancelamento do registro do PCB, utilizando como fundamentação as declarações de Prestes. Pouco depois o Deputado petebista Barreto Pinto encaminhou nova denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o PCB, com alegações parecidas, como

²⁷⁹ Sou contra o fechamento do Partido Comunista. *O Momento*, 30 de janeiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁸⁰ O Fechamento do PCB seria um atentado à democracia e à Constituição. *O Momento*, 01 de fevereiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁸¹ PRESTES, Luiz Carlos. Contra a Guerra e o Imperialismo. Anais da Assembleia Constituinte, vol.5, 26-03-1946. Discurso pronunciado pelo Senador Luiz Carlos Prestes na Assembleia Constituinte, no dia 26 de Março de 1946.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/03/26.htm>

Acesso em: 27/02/2020

o suposto caráter internacionalista e subordinação à URSS, e acrescentou que o partido era insuflador da luta de classe, provocador de greves.²⁸²

Em abril o Procurador da República Temístocles Cavalcanti emitiu parecer pelo arquivamento das denúncias, no entanto, em decisão do plenário do TSE por três votos contra dois, o processo não foi arquivado. Temístocles Cavalcanti declarou ao TSE o seu impedimento de continuar no processo e em novembro foi nomeado o procurador Alceu Barbedo para tratar do caso.²⁸³

Tal comportamento do TSE deixou os comunistas apreensivos, pois já era um indício da disposição em levar adiante as denúncias. Talvez isso tenha interferido na definição da tática eleitoral do PCB para as eleições de janeiro de 1947, quando priorizou alianças com candidatos que se manifestassem favoráveis à legalidade do partido.

Em 13 de fevereiro de 1947, em meio à euforia da divulgação dos resultados das eleições de 19 de janeiro, foi divulgado o parecer do procurador Alceu Barbedo favorável à cassação do registro do PCB, considerado extremista, e que teria dois estatutos, um deles seria diferente do registrado no TSE e que continha irregularidades pelo caráter internacionalista. Tal documento teve ampla divulgação pela imprensa e serviu como argumento do anticomunismo.²⁸⁴

O Pleno da Executiva Nacional do PCB se reuniu e divulgou um manifesto que, entre outras coisas, tratou do relatório do procurador Barbedo. Como em análises anteriores, não responsabilizaram o governo Dutra, nem seu partido, nem mesmo os setores da sociedade que apoiados pela imprensa, desencadearam violenta campanha anticomunista. Pelo contrário, o manifesto “alerta o governo da necessidade de afastar imediatamente de seu seio os elementos fascistas que o comprometem e se apoiar no povo para realizar uma política em benefício das massas e da democracia (...)” A reação proposta pelo documento é que todos, individualmente ou organizados, dirijam-se através de telegramas, memoriais e abaixo-assinados ao presidente da República, e demais representantes do povo, e convoca todos os partidos, sindicatos e organizações populares para a organização de uma frente única para a defesa do regime democrático.²⁸⁵

²⁸² Verbete: Partido Comunista Brasileiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb> Acesso em: 19/03/2021

²⁸³ O Processo de cancelamento do PCB. *O Momento*. 12 de novembro de 1946. p. 1

²⁸⁴ As provocações contra o PCB. *O Momento*, 14 de fevereiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁸⁵ Comitê Nacional do PCB. Em defesa da Constituição e contra as ameaças de uma nova ditadura. *O Momento*, 05 de março de 1947. pp. 1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Ainda em março o partido de Prestes lançou o Manifesto de convocação do seu IV Congresso que deveria acontecer em 28 de maio. Após 18 anos da realização do III Congresso, ocorrido em 1929, seria uma oportunidade de oxigenação, pois estava prevista a realização de eleições desde as células até os órgãos de direção.

Em 07 de maio, em votação no Plenário do TSE, decidiu-se por três votos a dois pelo cancelamento do registro do PCB. No mesmo dia foi publicado o decreto 23.046, assinado pelo presidente da República e pelo Ministro do Trabalho, suspendendo a CTB e as Uniões Sindicais por seis meses, e a intervenção nos sindicatos que se filiaram ou contribuíram para a CTB e as Uniões Sindicais nos estados. No decreto constou entre as considerações para justificar tal ato, não serem órgãos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho; não estarem previstos na estrutura sindical vigente; por realizarem atuação política, que a lei veda; e que desenvolvia atividades “além de ilegais, contrária à harmonia e paz sociais”.²⁸⁶

Dois dias depois o Ministério da Justiça mandou lacrar as sedes do partido. A partir dessa data a repressão se intensificou: “Skidmore afirma que em 1947 houve intervenção em 143 sindicatos, de um total de 944 em todo o país. Schmitter afirma que no último ano do governo Dutra ainda havia 234 sindicatos sob intervenção, enquanto Basbaum estima que houve cerca de 400 intervenções ao longo do período”. (MARANHÃO, 1979, pp. 88-89)

Na Bahia a USTB teve as atividades suspensas, e vários sindicatos tiveram suas sedes ocupadas por policiais e funcionários da Delegacia do Trabalho, como o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, dos Oficiais Marceneiros, Gráficos, Trabalhadores da Indústria de Couros e Peles, dos Trabalhadores da Indústria de Trigo e Massas Alimentícias, Tecelões. “É provável que cerca da metade das entidades de Salvador tenham tido suas diretorias depostas, chegando a mais de 30, por volta de julho, em todo o Estado, se levarmos em conta as interdições do interior, infelizmente pouco divulgadas” (FONTES, 1999, p. 431).

Cabe registrar que vários desses sindicatos eram dirigidos por petebistas, a exemplo do Sindicato dos tecelões de Salvador, Tecelões de Valença, o sindicato dos trabalhadores das Usinas de Açúcar de Santo Amaro, entre outros.

A USTB divulgou um manifesto contra o que chamou de desrespeito à Constituição, pois teria direito à existência legal. Informou que iria recorrer ao poder judiciário, e que ao interromper “temporariamente” suas atividades, conclama os trabalhadores “unidos e

²⁸⁶ DECRETO FEDERAL 23046. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23046-7-maio-1947-401927-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24/03/2021

organizados lutando pela defesa da Constituição, da Ordem e da Democracia, aguardem a palavra da Justiça”.²⁸⁷ Ou seja, condenou o ato, mas terminou conclamando a esperar.

Essa postura não era exclusividade da USTB. Em discurso na Câmara Federal, na véspera da decisão do TSE, o deputado Jorge Amado afirmou que “aqueles que desejam jogar o Partido Comunista na ilegalidade, pensam fazê-lo para que ele tome o caminho do desespero, se envolva em golpes e conspiratas e fomite desordens, pois daríamos assim a esses senhores da reação os pretextos para nova arrancada contra a democracia”. Acrescentou ainda que não acreditava que o TSE fosse decidir pela cassação, mas que se considerasse essa hipótese, poderia afirmar que “o PCB não cairá no desespero e não modificará uma polegada sequer (sic) da sua linha política, mas continuará lutando pela ordem, pela tranquilidade, e pela defesa da Constituição.”²⁸⁸

Após a decisão do TSE a direção nacional enviou telegrama aos comitês estaduais, em que salientou que não significava o fechamento enquanto sociedade civil legalmente registrada, mas “somente” a impossibilidade de participar das eleições, e que estaria aguardando a publicação da sentença para enviar novas instruções. Também adiou a realização do IV Congresso que estava previsto para começar em 28 de maio. Por fim aconselhou “maior calma, sereno acatamento decisão justiça, mas firme defesa legalidade de nosso Partido.”²⁸⁹

O jornal dos comunistas na Bahia divulgou inúmeros protestos, abaixo-assinados, telegramas, entrevistas de lideranças das categorias que os comunistas e trabalhistas tinham presença marcante, especialmente panificadores, estivadores, portuários, marceneiros, moageiros, transviários, gráficos. Houve várias manifestações de autoridades políticas, deputados comunistas e de outros partidos. O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o udenista Jaime Junqueira Aires; o líder do PSD, Antônio Balbino; Nelson Sampaio (UDN), Oswaldo Deway e Humberto Alencar, líderes das bancadas do PTB e PR, respectivamente.²⁹⁰

De maneira bem ampla, genérica, a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou por unanimidade uma nota onde sinalizou o reconhecimento das inquietações do momento

²⁸⁷ A USTB dirige-se aos trabalhadores. *O Momento*, 09 de maio de 1947. pp. 4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁸⁸ O PCB não cairá no desespero. *O Momento*, 08 de maio de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁸⁹ Calma, serenidade e firmeza. *O Momento*, 09 de maio de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros

²⁹⁰ Manifestam-se o PR e o PTB. *O Momento*, 09 de maio de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

político, decorrentes do fechamento do Partido Comunista, e demonstrou preocupações com o destino das instituições livres. E com todo o cuidado afirmou que:

[...] o respeito que os merece uma decisão judiciária não se quebra com o exercício ao direito de livre crítica, que nos leva a lamentar as sérias consequências que poderão advir à prática do regime democrático [...]. Convencidos de que a característica engrandecedora da democracia é o reconhecimento das liberdades públicas – de imprensa, tribuna, reunião e associação pacíficas – asseguradas principalmente, pela multiplicidade de partidos dos mais diversos credos compreendemos que ela não pode ferir esses princípios, nem negar-se a si própria e adquirir a natureza e os métodos dos regimes absolutistas.²⁹¹

No dia 10 de maio as sedes do Comitê Estadual e Municipal foram fechadas, após a circular do Ministro da Justiça, Costa Neto, com tal determinação. Para os comunistas tal ato constituiu arbitrariedade, pois compreendiam que a decisão do TSE retiraria do PCB os direitos eleitorais, mas não impediria seu funcionamento enquanto sociedade civil legalmente registrada. Em razão do fechamento, o dirigente e deputado Giocondo Dias esteve com o governador Otávio Mangabeira, a notícia não dá maiores detalhes, mas certamente cobrou um posicionamento do governador que o partido ajudou a eleger e que se comprometeu a ser contra o fechamento.²⁹²

O partido cobrou por uma manifestação do governador Otávio Mangabeira, principalmente depois que o então governador de Minas Gerais, Milton Campos, também da UDN, se posicionou contra o fechamento. E cobrou também o governador para que não permitisse que a polícia baiana cumprisse a ordem de fechamento que considerava ilegal.

Que o Dr. Otavio Mangabeira, democrata provado em que todo o povo confia, não vacile num momento decisivo com o que vivemos e saia fazer com que se confirmem na prática suas palavras profundamente verdadeiras, pronunciadas no dia eu o Tribunal Eleitoral resolveu cassar o registro eleitoral do PCB: “A Bahia é a terra do respeito ao direito e às liberdades dos cidadãos.”²⁹³

Ainda sob o impacto da cassação e do fechamento das suas sedes, a CTB orientou seus militantes a continuarem atuando nas entidades sindicais, avaliando que a intenção do ministro do Trabalho era exatamente impedir que os trabalhadores lutassem pelas suas reivindicações econômicas e saíssem dos sindicatos. Por isso conclamou para “agora mais do que nunca reforçemos nossos organismos sindicais cuja verdadeira unidade reside na massa de associados e nunca nas direções impostas pelos inimigos do povo e do proletariado,

²⁹¹ Protesto unanime. *O Momento*, 14 de maio de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁹² Ato ilegal, o fechamento das sedes do PCB. *O Momento*, 11 de maio de 1947. pp. 1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁹³ Ilegal e arbitrária a ocupação pela polícia, das sedes do PCB. *O Momento*, 14 de maio de 1947. pp. 1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

negando-nos assim a servir aos propósitos da intervenção que é o de afastar o trabalhador de seus organismos de classe.”²⁹⁴

A partir desse momento o partido foi paulatinamente alterando suas posições com relação ao governo, iniciando um processo de autocrítica, e modificando a orientação de sua atuação no meio sindical. Se até então os atos de repressão eram caracterizados como sendo obra de um pequeno grupo remanescente do Estado Novo, ou “restos do fascismo”, que estariam encrustados no governo, tentando levar o governo na “direção errada”, a nota do Comitê Nacional, de 16 de maio, afirmou que a nação encontrava-se entregue ao arbítrio fascista, tendo à frente Dutra, e que nessa nova fase caberia a luta pelo reestabelecimento da ordem, da lei, da Constituição, e pediram a renúncia do presidente. Palavra de ordem que passou a ser fartamente utilizada a partir de então.

Avaliaram que a cassação foi consequência de não terem conseguido a organização dos camponeses e do proletariado em seus órgãos de classe e nos locais de trabalho, e que essa é a tarefa imediata que pode fazer retroceder o fascismo. Conclamou pela criação de comissões de luta pela Constituição e contra a ditadura, e que sejam empregadas “formas de luta cada vez mais altas e vigorosas, desde pequenas manifestações e protestos aos grandes comícios.” Dutra passou a ser chamado de traidor e ditador fascista.²⁹⁵

A repressão avançou, e na noite de 22 de maio uma guarnição do exército invadiu a sede do jornal *O Momento*, as portas foram arrombadas com golpes de machado, os redatores foram imobilizados, as oficinas depredadas, e todo o material destruído: máquinas de escrever, móveis, armários, telefone, impressoras e as máquinas usadas na composição do jornal. Nos dias seguintes o jornal saiu às ruas com apenas uma página e lançando uma campanha pela sua reconstrução.²⁹⁶

O partido na Bahia endureceu as críticas ao governo Dutra, na linha do manifesto da Direção Nacional, e cobrou com mais veemência um posicionamento do governador da Bahia, Otávio Mangabeira. Até que rompeu de vez com o governador quando Mangabeira, em visita ao presidente Dutra, rasgou elogios o chamando de “guardião da legalidade democrática.”²⁹⁷

²⁹⁴ CTB: Manifesto da CTB aos trabalhadores. *O Momento*, 15 de maio de 1947. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁹⁵ Comitê Nacional do PCB. Renúncia de Dutra. Rio, 16 de maio de 1947. Publicado em *O Momento*, 18 de maio de 1947. pp. 1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁹⁶ Não é possível calar a voz do povo! *O Momento*, 23 de maio de 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros.

²⁹⁷ O Sr. Mangabeira se excede em elogios absurdos ao ditador Dutra. *O Momento*, 20 de junho de 1947. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

O governador passou a ser considerado, pelos comunistas, um aliado dos fascistas, e ao mesmo tempo era considerado amigo dos comunistas pelos órgãos da repressão. Em documento do DOPS do Rio de Janeiro, elaborado a partir de algum informante em atuação na Bahia, descreve que os comunistas atuavam com tranquilidade na Bahia devido à falta de atuação do governador, que teme ser criticado. Com isso o jornal comunista *O Momento* influencia o meio operariado lançando “o fermento da agitação”, e reforça que não existia um serviço de repressão ao comunismo no estado. O documento relata ainda a presença de vários “comunistas” ocupando cargos no governo do Estado, e cita Anísio Teixeira, Secretário de Educação, Milton Tavares, Diretor do Departamento de Educação, Nestor Duarte, Secretário de Agricultura e ex-deputado Federal, Vidigal Sena, Auxiliar do Gabinete do Governador.²⁹⁸ Na verdade essas pessoas não tinham relação com o PCB. Ao lado dos comunistas Emo Duarte e João Falcão, Virgidal Sena foi da direção da *Revista Seiva*, publicação de caráter antifascista, de circulação nacional, lançada em 1938. Nestor Duarte, no final de novembro de 1947, se manifestou contrário à cassação dos mandatos do PCB. Talvez por tais episódios fossem considerados comunistas pela polícia.²⁹⁹

Na sua primeira tentativa de manifestação de massa após a cassação, o partido organizou um comício a ser realizado na Praça da Sé, no centro da capital baiana, “Em defesa da liberdade de imprensa”, e pela reconstrução de *O Momento*. No entanto o ato foi proibido pela polícia, alegando que haveria no dia seguinte as comemorações da independência da Bahia, na histórica data 02 de julho. Novamente o governador foi atacado por permitir tais arbítrios policiais.³⁰⁰ Outros comícios foram realizados pela liberdade de imprensa, em defesa dos mandatos comunistas, contra a lei de segurança. E mesmo quando a atividade transcorreu normalmente, posteriormente chegaram notícias de ações arbitrárias da polícia, como a retirada de faixas e cartazes, ou como no comício de 30 de julho quando ocorreu a prisão de três militantes que estavam realizando “pinturas de rua”, ou seja, pichação, convidando o povo para participar da atividade.³⁰¹

Em 02 de agosto de 1947 foi promulgada a Constituição Estadual, e os deputados do PCB, Giocondo Dias e Jaime Maciel, apontaram como avanços o imposto progressivo sobre terras abandonadas, justiça gratuita para lavradores pobres, descanso semanal remunerado

²⁹⁸ SETOR TRABALHISTA: Informação. 12 de abril de 1948. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.21

²⁹⁹ Contra a cassação o Secretário da Agricultura. *O Momento*, 27 de novembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁰⁰ Violência contra o povo. *O Momento*, 02 de julho de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁰¹ Age a polícia como se estivesse em vigor a lei tarada. *O Momento*, 31 de julho de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

para servidores estaduais, aposentadoria com 30 anos de serviço, e a extinção da polícia política, que pelo visto não aconteceu a prática.³⁰²

3.8. Os comunistas entre a ordem e os “vigorosos protestos

No final de 1946 a nova Constituição e a garantia que ela seria implementada era um dos objetivos centrais da conjuntura ao lado da realização do Congresso Nacional Sindical que culminou na criação da CTB, que foi considerado pelos comunistas o ponto mais alto do processo de organização dos trabalhadores. A partir de então a prática dos militantes comunistas, no meio sindical, foi no sentido de garantir os avanços da constituição, incluindo o pagamento do repouso semanal remunerado. Criando a perspectiva que a legislação anterior seria abandonada, dando origem a uma nova realidade com liberdade e autonomia sindical.

Avaliando a linha adotada pelos comunistas, Fontes (1999) acredita que um novo cenário se desenhou a partir de meados de 1946, que culminou com a criação da CTB em setembro-outubro, onde as lideranças comunistas demonstraram que não acreditavam que o governo levaria o confronto às últimas consequências, em virtude do programa defendido de união nacional com cooperação entre as classes, na defesa da ordem democrática e contenção da radicalidade das lutas da classe trabalhadora.

Após a nova Constituição o PCB e os setores aliados do PTB tentaram uma atuação sindical mais livre do controle estatal, com a criação da CTB, e o governo tratou de intensificar a repressão e garantir o controle. No entanto, os comunistas ao contestarem a repressão, mantinham a crítica nos limites da relação com o Ministério do Trabalho, elegendo como inimigos o Delegado Regional e o Ministro do Trabalho, e com isso não realizavam uma crítica ao conjunto do Estado “e dos mecanismos operantes da dinâmica da estrutura sócio-política global.” Em decorrência dessa postura:

[...] não havia uma estratégia, um curso capaz de traduzir as lutas efetivas, as potencialidades latentes, os sentimentos e os desejos expressos pelas bases operárias, num conduto dirigido para uma confrontação aberta contra os dispositivos do sindicalismo corporativista, mantidos pelo Estado. Isso implicaria o abandono da linha política concertada pela cúpula do PCB, e transmitida para o movimento sindical [...]. (FONTES, 1999, p. 437)

Em meio a essa dubiedade o governo atuou tentando eliminar a capacidade de resistência da classe trabalhadora, atacando a única iniciativa que colocava em cheque o

³⁰² Uma vitória do povo a Constituição. *O Momento*, 02 de agosto de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

controle dos sindicatos e a estrutura sindical, que foi a criação do MUT e posteriormente a CTB, e tal iniciativa “não se fez acompanhar de um ativismo generalizado e eficaz do proletariado, para barrar a supressão, pelo Governo, dos mais elementares mecanismos de funcionamento da “ordem democrática”, tão celebrada pela vanguarda sindical” (FONTES, 1999, p. 438). Na mesma perspectiva, para Ricardo Maranhão, a tática pecebista de se colocar como esteio da ordem, demonstrar que estava disposto a “atuar na institucionalidade, para desmoralizar as acusações impedia o partido de agir” no sentido de construir mobilizações de massa contrárias à cassação (MARANHÃO, 1989, pp. 87-89).

Exemplo dessa postura pode ser observado no editorial da revista *Problemas* de setembro de 1947, quando Prestes avaliou que a luta pela renúncia de Dutra “mobilizou tão amplas massas” que fizeram o governo ceder frente a decisão do STF na questão da cassação dos mandatos. Segundo o Cavaleiro da Esperança, houve uma tentativa do grupo reacionário de alarmar a nação, ao acusar os comunistas de “desejarem a desordem” com objetivo de conseguir o rompimento da “ampla frente nacional de luta pela democracia e a Constituição, em crescimento e ampliação”. Isso fez com que o PCB colocasse em segundo plano a luta pela renúncia de Dutra.³⁰³

Prestes reconheceu um recuo, ao colocar em segundo plano o pedido de renúncia, fruto da preocupação de ser acusado de provocar desordem. O partido encontrava-se em uma encruzilhada, pois ao mesmo tempo em que recuava do pedido de renúncia, reforçava que para derrotar Dutra seria necessário incrementar o movimento de massas.

[...] pressupõe o incremento dos movimentos de massas, a liquidação da passividade dos comunistas, principalmente porque o governo que aí está não tem nenhuma base social. (...) Os comunistas devem estar em condições de organizar e dirigir os grandes movimentos de massas, ganhar as ruas, levantar bem alto a bandeira da democracia, que é incompatível com a supressão das liberdades públicas e da liberdade do Partido Comunista.³⁰⁴

Marighela nos dá pistas para compreender que a ambiguidade era reforçada pela percepção da necessidade de maior organização das massas, e que obter esse apoio deveria levantar “as reivindicações mais elementares das massas, porque o povo só virá para a luta pela legalidade se soubermos lutar por essas reivindicações”, mas também havia uma crença na possibilidade de reverter a cassação pelas vias jurídicas.

³⁰³ PRESTES, Luiz Carlos. Participemos Ativamente das Eleições Municipais. *Problemas*, nº 2, setembro de 1947.

³⁰⁴ MARIGHELA, Carlos. Nossa Política. *Problemas*, nº 3, outubro de 1947.

[...] na luta pela legalidade do PCB temos muito que fazer. A legalidade pode ser conquistada, o Supremo Tribunal Federal pode rever a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, mas o imperialismo não há de querer ceder tão facilmente. Será então preciso compreender que a solução pacífica só se dará onde houver forças de massas para resistir ao imperialismo. O essencial é que os comunistas saibam colocar-se à frente das massas, dirigir suas lutas, pois qualquer delas pode ser útil para a conquista da legalidade.³⁰⁵

Acreditava, portanto na possibilidade de reverter a cassação do Partido e evitar a cassação dos mandatos, mas para isso reconhecia a necessidade de amplas mobilizações. Apesar de terem ocorrido inúmeros comícios, atos, e protestos de diferentes formas, os comunistas não conseguiram mobilização suficiente para reverter o avanço das medidas restritivas do governo.

CAPÍTULO IV

“DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES JÁ EXISTENTES, OU, NO CASO DE SER ISSO IMPOSSÍVEL, POR MEIO DE NOVAS ORGANIZAÇÕES” (1947-1949)

Sob o impacto da cassação do partido, das intervenções nos sindicatos e do aumento da repressão, os comunistas foram fazendo alterações nas suas formulações e nas práticas junto aos trabalhadores. Expulsos dos sindicatos, as comissões por local de trabalho ganharam centralidade na prática dos comunistas. É nessa conjuntura que, após a cassação dos mandatos em janeiro 1948, o PCB deixou de lado a linha de União Nacional e adotou uma nova orientação, geralmente denominada de “linha esquerdista”, se fundamentou no documento “*Manifesto de Janeiro*”. Esse capítulo trata da atuação dos comunistas a partir da cassação em 1947 até o *Manifesto de Agosto de 1950* quando essa nova orientação teve seu ápice.

4.1. Nova postura nos sindicatos – as comissões

Em maio de 1947, como já citado no capítulo anterior, o Comitê Central do PCB publicou um manifesto que alterou a retórica até então utilizada. Segundo a nova caracterização da conjuntura, o país estaria vivendo uma nova ditadura sob o arbítrio fascista,

³⁰⁵ MARIGHELA, Carlos. Nossa Política. Problemas, nº 4, novembro de 1947.

estando à frente o traidor e ditador Dutra. Nas manifestações anteriores a direção tratava dos episódios de repressão não como obra do governo, mas como sendo ação de um pequeno grupo remanescente do Estado Novo, ou “restos do fascismo”, que estariam no governo, tentando conduzir o governo Dutra na “direção errada”. O Ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo, ou o chefe de polícia do Distrito Federal, Pereira Lira, eram sempre apontados como elementos da reação que estariam desvirtuando o governo.

O partido avaliou que a cassação foi pela falta de organização dos camponeses e do proletariado em seus órgãos de classe e nos locais de trabalho, e que a realização dessas medidas poderia fazer retroceder o fascismo. A luta deveria ser pelo reestabelecimento da ordem, da lei, da Constituição, e a principal palavra de ordem passou a ser a renúncia do presidente. Os meios empregados seriam “formas de luta cada vez mais altas e vigorosas, desde pequenas manifestações e protestos aos grandes comícios.”³⁰⁶

Em meio a turbulenta conjuntura, em julho de 1947 a orientação do PCB para seus militantes no movimento sindical foi passada pelo dirigente Roberto Morena, em que reafirmou a necessidade de continuar nos sindicatos com severa vigilância sobre as juntas governativas e os funcionários do Ministério do Trabalho; aumentar as organizações nos locais de trabalho com o levantamento das reivindicações imediatas dos trabalhadores; exigir a realização de assembleias; organizar comissões nos locais de trabalho que podem ser “de defesa do sindicato, de reivindicações, de luta por melhores salários, ou qualquer outro nome”; lutar pelo aumento de 100% nos salários de acordo com o projeto do deputado Diógenes Arruda.³⁰⁷

No final de julho os comunistas baianos criaram a Comissão Pró-Fortalecimento dos Sindicatos, que no seu manifesto de lançamento defendeu a necessidade dos trabalhadores fortalecerem seus sindicatos e associações, para lutarem pelos direitos conquistados na Constituição de 1946, a saber: salário mínimo familiar, participação nos lucros, repouso remunerado, liberdade sindical, direito de greve, e aumento de 100% no salário mínimo. E defendeu a permanência nos sindicatos para vigiar as juntas governativas e diretorias; a criação de comissões nos locais de trabalho; protestos contra as medidas ministerialistas arbitrarias por meio de comissões, telegramas e abaixo-assinados, todos enviados às Câmaras

³⁰⁶ Comitê Nacional do PCB. Renúncia de Dutra. Rio, 16 de maio de 1947. Publicado em *O Momento*, 18 de maio de 1947. pp. 1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁰⁷ Recuperemos os sindicatos. *O Momento*, 08 de julho de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

estadual, federal e com recursos à justiça do Trabalho; lutar por eleições livres nos sindicatos.³⁰⁸

Ainda que a organização de comissões por local de trabalho já viesse sendo utilizada pelos militantes do PCB desde 1945, e tiveram papel importante em várias mobilizações e greves ocorridas na Bahia no período 1945-1947, nesse novo contexto elas refletem uma mudança que colocou no centro da ação as reivindicações das bases operárias, através de organismos nos locais de trabalho visando a ruptura do cenário de proibições criado com as intervenções. Comparando o papel que tais comissões desempenharam antes e depois de maio de 1947, Fontes (1997) avaliou que foram concebidas em 1945 como um meio de animação do movimento sindical e de participação dos trabalhadores nos espaços instituídos. “Não pretendiam ser, pois, um contraponto às organizações formais e sim um elo de ligação entre a coletividade de cada categoria e de cada local de trabalho e as direções oficiais [...]”. Ainda que em várias circunstâncias tenham feito oposição aos dirigentes sindicais ministerialistas, mas ainda assim “dentro de certas tolerâncias e cumplicidades em relação às direções no poder e à estrutura organizacional corporativista” (FONTES, 1997, p. 439).

As novas comissões foram bem mais críticas com relação aos espaços da estrutura corporativista, buscando se constituir enquanto um núcleo de direção alternativa, independente e autônoma. No contexto de 1947 os comunistas defenderam a permanência na estrutura sindical, e reconheciam a validade e utilidade das ações nesses espaços, por isso, naquele momento “não chegam a ser paralelas”, (FONTES, 1999) não trataram tais instâncias como únicas referências para a luta dos trabalhadores, e buscavam intervir nas entidades controladas pelos ministerialistas.

Depois de criar comissões no seio de diversas categorias, em outubro de 1947 foi anunciado o plano de trabalho de uma “Comissão Central de Fortalecimento Sindical”, e na programação constava a realização de palestras sobre liberdade sindical nos locais de trabalho, campanha de finanças, realização de comícios e a criação de uma “grande Comissão Intersindical para orientar e lutar pelas reivindicações dos trabalhadores”. A data escolhida para o lançamento foi 30 de outubro, em homenagem ao aniversário de criação da USTB, numa clara referência que o novo espaço de atuação intersindical pretendia cumprir o papel de órgão centralizador e dirigente das lutas sindicais no vácuo deixado pela ilegalidade da União

³⁰⁸ Permanecer dentro dos sindicatos para continuar na luta. *O Momento*, 27 de julho de 1947. p.3,5,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Sindical.³⁰⁹ O comício de lançamento reuniria trabalhadores de todas as comissões existentes e levaria ao público as reivindicações das categorias que estavam privadas de lutarem através dos seus órgãos de classe. Seria um ato de luta pelo pagamento do repouso semanal remunerado, por melhores salários, melhores condições de vida, por liberdade e autonomia sindical.³¹⁰

A Comissão Central era formada por: Genésio Sampaio, Manoel do Espírito Santo (estivadores); Antônio Gomes de Oliveira, Cosme Ferreira (portuários); Jeronimo Carneiro (moageiro); Florêncio Moreira, Antônio Almeida Anjo (gráfico); Manoel Anatálio Bomfim (condutor de bagagem); Antônio Pascásio, Júlio Felipe Elias (sapateiro); Leonel Espírito Santo (alfaiate); Antônio Marques da Luz (armazenador); Laurindo Santana (panificador); Evaristo da Invenção (marceneiro); Jeminiano Cerqueira (metalúrgico); Florisvaldo Viana (transviário); Alberto Holtz (ferroviário); Francisco Assis (carpinteiro). E constando como presidente da Comissão o estivador e deputado estadual Jaime Maciel.³¹¹

Depois de alterar o nome para Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical, lançou um manifesto em 08 de novembro de 1947 com a análise dos seis meses após a intervenção nos sindicatos, em que considerou que a vida dos trabalhadores piorou, na impossibilidade de lutar pelos seus direitos, inclusive daqueles conquistados na Constituição e que não foram efetivados. Concluiu indicando que deveriam entrar e fortalecer os sindicatos; exigir a realização de assembleias e prestação de contas das juntas governativas; lutar pelo respeito à Constituição; pela liberdade sindical; pela maior unidade da classe operária; pelo direito de ter uma União Sindical; por eleições sindicais.³¹²

Com as intervenções poucas categorias realizaram assembleias e as possibilidades de atuação das comissões criadas pelos comunistas ficaram limitadas durante 1947. Entre os trabalhadores da Cia Linha Circular, os comunistas criaram uma Comissão de Trabalhadores, com a proposta de lutar pelo descanso semanal remunerado, por melhores salários, pela liberdade sindical, e chegou a realizar um comício na Praça da Sé. A frente da Comissão, conhecidos nomes de militantes comunistas como João dos Passos, José Barbosa, Agrinaldo

³⁰⁹ Plano de Trabalho da Comissão de Fortalecimento Sindical. *O Momento*, 17 de outubro de 1947. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁰ Grande comício de defesa da autonomia e liberdade sindicais. *O Momento*, 21 de outubro de 1947. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹¹ Grande comício proletário no dia 30. *O Momento*, 22 de outubro de 1947. p.1.; Comício Sindical. *O Momento*, 29 de outubro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹² Liberdade sindical e repouso remunerado. *O Momento*, 12 de novembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Souto, entre outros.³¹³ A comissão dos estivadores organizou um memorial com um abaixo-assinado contendo 210 assinaturas, no qual cobrava da junta governativa a realização de assembleia para que a gestão que sofreu intervenção pudesse apresentar a sua prestação de conta. Pela quantidade de assinaturas fica demonstrado o prestígio que a diretoria que sofreu intervenção manteve junto à categoria.³¹⁴

Após o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados obter vitória no julgamento de um dissídio coletivo, os patrões resolveram recorrer e o processo estava paralisado nas instâncias superiores. Em assembleia, foi escolhido um representante da categoria para acompanhar o processo. A comissão de defesa sindical arrecadou recursos para custear as despesas do representante que iria ao Rio de Janeiro cumprir a missão designada. O episódio foi noticiado pelo *O Momento* como exemplo de atuação, pois “levando a junta governativa a desenvolver algum trabalho em benefício da questão e lutando dentro da sua Comissão de Defesa Sindical que os trabalhadores na indústria de calçados vêm empenhando seu esforço para não serem derrotados [...]”³¹⁵

Durante 1947 o partido se mobilizou contra a cassação dos mandatos parlamentares, principalmente após o projeto apresentado pelo deputado Ivo D’Aquino. *O Momento* publicou entrevistas com autoridades de diversos partidos se manifestando contra a cassação do PCB e dos mandatos. A partir da atuação das comissões diversas categorias deliberaram em assembleias por envio de memoriais, abaixo assinados ou telegramas em “vigorosos protestos”, tendo ocorrido alguns comícios, principalmente a partir de novembro quando estava na eminência do projeto ser colocado em votação.

Em novembro foram realizados vários comícios nos bairros de Salvador, como preparativos para um grande comício contra a cassação dos mandatos, que seria realizado em 25 de novembro na Praça da Sé, que contaria com a presença dos parlamentares pecebistas. Dias antes o governador publicou uma portaria proibindo comícios na referida praça e instituindo que tais atividades deveriam ser realizadas na Praça do Cruzeiro de São Francisco, local menos central, que não cabia a mesma quantidade de pessoas. Discursaram o presidente do PTN, Ormeu Caldas, partido que cedeu espaço para as candidaturas comunistas para as

³¹³ Fundada na Fábrica São Braz a Comissão de Defesa dos Tecelões. *O Momento*, 28 de agosto de 1947. p.2.; Comício de Protesto dos trabalhadores da CLC. *O Momento*, 24 de agosto de 1947. p.1.; O Comício do dia 05. Convite da comissão promotora. *O Momento*, 27 de agosto de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁴ Os estivadores pedem a convocação de uma assembleia. *O Momento*, 28 de agosto de 1947. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁵ Aumento de salários é a grande reivindicação dos trabalhadores. *O Momento*, 15 de novembro de 1947. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

eleições do final daquele ano, que também fizeram uso da palavra, assim como o deputado Giocondo Dias que entre outras coisas afirmou que as lutas do povo devem ser cada vez mais vigorosas contra a cassação dos mandatos, usando todos os meios, de maneira pacífica, serena, energicamente, resistindo sempre.³¹⁶

Os marceneiros da fábrica Porvir paralisaram suas atividades durante uma hora no dia 01 de dezembro de 1947 em protesto contra a cassação dos mandatos comunistas. Tal parada não teve nenhuma participação do sindicato da categoria, foi organizada pela “Comissão de Trabalhadores” com presença de comunistas, pois na categoria estavam Manoel Batista e Ildelfiades.³¹⁷ Essa foi a única notícia encontrada de paralisação com esse caráter.

Além dessa paralisação, os marceneiros da fábrica de móveis Porvir realizaram em dezembro uma greve por abono de natal. Através da comissão liderada pelos comunistas iniciaram a negociação com a direção da empresa. A empresa pagou o equivalente a um dia de trabalho, quantia que foi recusada pelos trabalhadores que devolveram o dinheiro e iniciaram uma greve no dia 26 de dezembro. No primeiro dia de greve fizeram plantão na sede do sindicato, que estava sob intervenção e pressionado pela categoria a cumprir papel de mediador das negociações. O secretário da entidade, Jurandir Guerreiro, foi com a comissão até a sede da empresa para as negociações. A comissão pleiteou abono no valor de Cr\$ 200,00 para os solteiros e Cr\$ 300,00 para os casados. A empresa ofereceu Cr\$ 50,00 para os operários. Levada para a categoria a proposta foi rejeitada e a greve continuou.³¹⁸

No dia seguinte a greve se espalhou para as fábricas “Vencedora”, “Brasileiras” e “Grossman”, sendo criada uma Comissão Central com representantes de várias fábricas encarregada dos entendimentos com os patrões.³¹⁹ O Delegado do Trabalho, Hugo Farias, encaminhou correspondência solicitando que o sindicato não permitisse a realização de atividades pelos grevistas na sede da entidade. Depois de prolongada negociação ficou acertado que seria pago o abono, após o balanço anual, “de acordo com possibilidades dos

³¹⁶ O Povo clamou contra a cassação dos mandatos. *O Momento*, 26 de novembro de 1947. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁷ Paralisaram o trabalho em sinal de protesto contra a cassação. *O Momento*, 02 de dezembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁸ Os trabalhadores da Fábrica Porvir esperam a concessão do abono. *O Momento*, 20 de dezembro de 1947. p.2; Em greve os trabalhadores da fábrica Porvir. *O Momento*, 27 de dezembro de 1947. p.1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³¹⁹ Alastra-se a greve pelo abono. *O Momento*, 28 de dezembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

empregadores”. O acordo foi noticiado como vitória dos trabalhadores, e dias depois o abono foi pago.³²⁰

Comissões de várias categorias como sapateiros, portuários, tecelões de várias fábricas, atuaram no sentido de obter o abono de natal. A Comissão Intersindical de Defesa Sindical marcou uma concentração com todas as categorias para o dia 30 de dezembro na frente do Palácio do Governo, para solicitar ao governador intervenção junto aos empregadores.³²¹

A Comissão de Fortalecimento Sindical dos Transviários (Carris Urbanos da CLC) publicou convite para “assembleia” que se realizaria na sede do sindicato. Na verdade se tratava de uma forma de pressionar a direção do sindicato a convocar assembleia. Na pauta a prestação de contas da junta governativa e o abono de natal. No horário marcado o sindicato estava fechado, a junta não compareceu e ainda enviou a polícia. Os trabalhadores se reuniram do lado de fora e, segundo *O Momento*, havia cerca de 100 trabalhadores que deliberaram um encontro com o governador para tratar do abono, por se tratar de empresa concessionária. A Comissão liderada pelos comunistas Florisvaldo Viana, João dos Passos e Hilário Assis, foi recebida pelo governador Otávio Mangabeira que prometeu que tomaria providências junto à polícia e à Delegacia do Trabalho, que tais episódios de repressão não se repetissem e sugeriu que os operários requeressem mandado de segurança para garantir o abono.³²² O governador adotou a postura de receber todos que marcavam audiência. Demagógicamente demonstrava simpatia a todas as causas apresentadas, no entanto pouco intervinha para resolver, e em alguns episódios, posteriormente ainda acionava à polícia para reprimir os trabalhadores quando reivindicavam direitos.

Nos dias seguintes os transviários, organizados na Comissão, continuaram pressionando pela realização de uma assembleia, que foi marcada, apesar dos entraves criados pela Delegacia do Trabalho. A utilização do slogan “o Sindicato é dos trabalhadores e não do Ministério”, demonstra o quanto a Comissão lutava para fazer a entidade funcionar na defesa

³²⁰ Os trabalhadores em greve não se deixam intimidar pelas ameaças da Delegacia do Trabalho. *O Momento*, 31 de dezembro de 1947. p.4.; Voltam vitoriosos, ao trabalho. *O Momento*, 01 de janeiro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³²¹ Grande concentração operária pelo abono de natal. *O Momento*, 28 de dezembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³²² Os operários da Circular realizaram assembleia no meio da rua. *O Momento*, 31 de dezembro de 1947. p.4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

dos interesses da categoria, no entanto pouca coisa foi efetivamente encaminhada e a categoria não conseguiu o abono de natal naquele ano.³²³

Entre os portuários, categoria que os comunistas tinham participação na diretoria do sindicato antes da intervenção, a comissão de reivindicação pressionou e conseguiu a realização de assembleia. Os prepostos da Delegacia do Trabalho não permitiram colocar o abono de natal entre os pontos a serem debatidos. Apesar da presença do presidente da junta governativa João Benigno, e da mesa da assembleia ter sido coordenada pelo representante da Delegacia do Trabalho, os portuários abordaram e deliberaram encaminhamentos a respeito do abono de natal e da regulamentação do trabalho. Cobraram que o sindicato “tem que abrir suas portas aos trabalhadores que tem reivindicações a defender, que tem o seu sindicato e precisam dele”. Fato inusitado nessa assembleia ocorreu com a chegada do repórter do *Momento*, os trabalhadores insistiram até que o preposto do Ministério o convidasse para compor a mesa, o que sem dúvida comprova o prestígio dos comunistas junto à categoria.³²⁴

Após o impacto da cassação e das intervenções, durante 1947 o discurso presente nos documentos e na imprensa partidária foi de permanência nos sindicatos e os comunistas atuaram no sentido de mobilizar os trabalhadores e tentar intervir pressionando as entidades para a defesa das categorias.

4.2. Eleições de dezembro de 1947 e a cassação dos mandatos

Com o PCB na ilegalidade foram marcadas eleições municipais para 21 de dezembro de 1947. Impossibilitados de lançar candidatos pelo PCB, os comunistas se candidataram através de diversos partidos, e construíram diferentes leques de alianças nos municípios. Em alguns municípios foi divulgado um “programa mínimo municipal”. Para disputar as cadeiras da Câmara de Vereadores de Salvador os “candidatos de Prestes” utilizaram a legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN): Almir Matos, advogado; João Cardoso, estivador; Aloisio Aguiar, serventuário da justiça; Florisvaldo Viana, trabalhador da CLC; Vale Cabral, agrônomo; Dermeval Araújo, tecelão; Demócrito de Carvalho, gráfico; João Martins Luz, advogado com atuação no movimento sindical; Jaime Maciel, estivador e deputado

³²³ Lutam os trabalhadores da CLC pela convocação da Assembleia. *O Momento*, 03 de janeiro de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³²⁴ Os portuários realizaram a sua assembleia geral. *O Momento*, 13 de janeiro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

estadual.³²⁵ A candidatura do deputado pôde ser entendida como forma de aglutinar votos através de uma liderança já consolidada ou demonstra que os comunistas já estavam se antevendo a possibilidade dele ter o mandato cassado.³²⁶

No interior do Estado da Bahia o PCB elegeu: o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição para vereador de Alagoinhas; em Nazaré elegeu o também ferroviário Misael Peixoto; Oscar Pereira Sobrinho em Catu; em Iará elegeu a vereadora Floripes Almeida; em Prado elegeu Angelo Polon e Lourival Soares. Em Bomfim os comunistas elegeram dois vereadores, mas os jornais não informaram seus nomes. Em Salvador, de uma Câmara formada por 18 vereadores, os comunistas elegeram dois, o diretor de *O Momento*, Almir Matos e o estivador e deputado Jaime Maciel, que foram os mais votados da cidade, com 1002 e 1000 votos, respectivamente.³²⁷

Em janeiro de 1948 ocorreram enormes derrotas para o PCB. O TSE anulou o diploma do prefeito de Santo André, em São Paulo, e de cento e noventa e seis vereadores eleitos naquele estado sob a legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Na Bahia a UDN entrou com recurso junto ao TRE visando impugnar os votos obtidos pelos candidatos comunistas através da legenda do PTN. Depois de forte campanha anticomunista o projeto do deputado federal Ivo d'Aquino, de cassação dos mandatos comunistas, foi colocado em votação no dia 07 de janeiro de 1948, tendo sido aprovado com 181 votos e obtendo 74 votos contrários.³²⁸

Apenas uma semana depois, em 14 de janeiro, a Assembleia Legislativa da Bahia decidiu pela cassação dos mandatos de Jaime Maciel e Giocondo Dias. Em meio a uma sessão tumultuada com inúmeras interrupções, gritaria nas galerias e ameaça de expulsão dos ouvintes, *o Momento* descreveu uma manifestação de racismo do deputado Pinto de Carvalho que se dirigiu ao estivador e deputado Jaime Maciel e afirmou que: “Não estou aqui para

³²⁵ Candidatos do povo às eleições municipais. *O Momento*, 17 de outubro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³²⁶ Jaime Maciel candidato de Prestes à Câmara Municipal. *O Momento*, 05 de dezembro de 1947. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³²⁷ A UDN não quer respeitar a vontade do povo feirense. *O Momento*, 30 de dezembro de 1947. p.1.; Eleita uma vereadora comunista em Iará. *O Momento*, 07 de janeiro de 1948. p.2.; O Povo de Prado soube escolher seus representantes. *O Momento*, 07 de janeiro de 1948. p.1,4.; Empossados os vereadores de Bomfim. *O Momento*, 27 de janeiro de 1948. p.2.; Não serão anulados os votos do povo baiano. *O Momento*, 03 de janeiro de 1948. p.4.

³²⁸ Golpe na soberania do voto popular. *O Momento*, 08 de janeiro de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros. O povo repele o odioso recurso da UDN. *O Momento*, 06 de janeiro de 1948. p.4. BPEB, Setor: Periódicos raros. Crime contra a democracia. *O Momento*, 08 de janeiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

ouvir um negro cínico de sua marca”. E foi repellido pelo deputado Giocondo Dias: “Respeite o deputado Jaime Maciel, seu branco sujo”.³²⁹

Na mesma semana os jornais *Hoje*, situado em São Paulo, *Tribuna Popular* e *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, foram atacados pela polícia, que invadiu as sedes alegando que estavam sob ordens do Ministro da Justiça, que teria publicado portaria suspendendo os jornais por 15 dias. As oficinas foram depredadas, metralhadas e jogaram gás lacrimogêneo para expulsar os trabalhadores. Foram presas 35 pessoas ligadas ao jornal *Hoje*, e 23 trabalhadores do *Tribuna Popular*, incluindo jornalistas, gráficos, redatores.³³⁰

Apenas em fevereiro, após a cassação dos mandatos dos deputados comunistas, o TSE decidiu pela manutenção dos mandatos dos vereadores eleitos em Salvador pelo PTN. Os comunistas de Salvador marcaram um grande comício para 23 de fevereiro na Praça da Sé, em comemoração à vitória dos dois vereadores eleitos e pelo centenário do Manifesto Comunista de Karl Marx. Em novembro de 1947 o governo do Estado publicou uma portaria proibindo comícios na Praça da Sé, que foi revogada no dia 18 de dezembro do mesmo ano. Segundo a versão apresentada no jornal dos comunistas, os organizadores encaminharam comunicado para a polícia com a antecedência prevista, e faltando apenas algumas horas foram informados que não poderiam realizar o comício por causa da portaria de novembro.³³¹

A atividade aconteceria às 20h, mas ainda durante a tarde, enquanto o palanque estava sendo armado, iniciaram as prisões de quem estivesse no local. O estudante Gilson Oliveira, o engenheiro Luiz Contreiras, o operário da CLC João dos Passos, o suplente de vereador Aloísio Aguiar. A comissão organizadora que tinha o deputado Jaime Maciel procurou o governador e explicou que deveriam ao menos dar uma satisfação e o governador respondeu que a praça estaria livre e que iria abrir inquérito para verificar o que havia ocorrido. Na saída do Palácio do Governo, que ficava próximo à Praça da sé, os membros da comissão foram presos e espancados. A noite houve grande concentração popular e a polícia iniciou um quebra-quebra para dispersar os ouvintes, iniciando uma confusão generalizada.

Ao chegar o Presidente do PTN, Ormeu Castelo Branco, o vereador Almir Matos e o deputado Giocondo Dias, esse último se dirigiu à população, protestando contra a ação da

³²⁹ Além de vendido à Circular, é racista. *O Momento*, 15 de janeiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³⁰ Novos crimes da ditadura contra a imprensa. *O Momento*, 09 de janeiro de 1948. p.4.; Aumentam os protestos à prisão dos 35 bravos. *O Momento*, 30 de janeiro de 1948. p.3.; Pela libertação dos 23 heróis que defenderam o Tribuna Popular. *O Momento*, 31 de janeiro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³¹ Todos à Praça da Sé para o grande comício de manhã. *O Momento*, 22 de fevereiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

polícia e pedindo para a população dispersar. Ao fim da sua fala a polícia começou a atirar e avançou com cassetetes contra os presentes. Giocondo Dias e Almir Matos receberam pancadas e saíram desmaiados. Várias pessoas foram feridas, atingidas por balas e cassetetes e o bancário Edson Garcia faleceu. Mais de trinta pessoas foram presas, incluindo o presidente do PTN, os jornalistas de *O Momento* Luís Henrique Dias Tavares, José Maria Rodrigues e Henrique Lima Santos, o pastor Protestante e suplente de deputado Ebenezer Cavalcanti, o funcionário público Gilberto Giacomotti.³³²

Em entrevista, o governador Otávio Mangabeira afirmou que o chefe de polícia Barachisio Lisboa teria alertado aos comunistas que o comício não poderia ocorrer em função da portaria de novembro que impedia atividades na Praça da Sé. Disse ainda que era democrático: “Daqui mesmo e do Rio tenho recebido queixas pela demasiada condescendência com que tenho agido”.³³³ De fato o governador recebia tais queixas. Como relatado no capítulo anterior, em documento de informante do DOPS do serviço federal de repressão, de abril de 1948, afirmou que na Bahia os comunistas continuavam a agir com tranquilidade, pois não havia no estado um serviço de repressão ao comunismo, em razão do governador temer represálias.³³⁴ Em outra correspondência de informações do DOPS, ao descrever episódio de violência ocorrida na cidade de Jacobina que culminou em tiroteio, vários feridos e um morto, o informante concluiu que “essas balas que ele deveria gastar com os comunistas, gasta com pessoas que apoiam o presidente da República.”³³⁵

Na primeira versão apresentada pela polícia, a confusão teria acontecido depois que o comunista José Maria Rodrigues começou a atirar. Depois foi apresentada outra versão acusando Giocondo Dias de disparar e acertar uma criança de 12 anos que estava presente. Essa versão foi contestada pela mãe da criança em carta enviada à imprensa. O relatório do inquérito policial concluiu que Giocondo Dias disparou e alvejou o Delegado Auxiliar e responsabilizou além dele, Almir Matos, Ormeu Castelo Branco, Américo Carvalho, José Maria Rodrigues e Gilberto Giacomote pela chacina, pedindo a prisão preventiva dos quatro primeiros. José Maria Rodrigues e Gilberto Giacomote ficaram presos durante seis meses, não pelo processo, pois ainda não havia sido concluído, mas pelo crime de desacato a autoridade. Sendo libertados através da concessão de *habeas corpus*, depois de campanha de libertação

³³² Monstruosa chacina. *O Momento*, 24 de fevereiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³³ Mangabeira confessa-se autor do massacre nazista. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³⁴ SETOR TRABALHISTA: Informação. 12 de abril de 1948. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.21

³³⁵ SETOR TRABALHISTA: Informações. Atividades comunistas na Bahia. S.d.. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.29

feita pela imprensa comunista, que contou com o apoio de Inácio Dias, deputado estadual petebista.³³⁶

Em abril de 1948 o vereador Jaime Maciel se licenciou por seis meses, Aloisio Aguiar renunciou e Florisvaldo Viana, trabalhador dos Carris Urbanos da Cia Linha Circular tomou posse. Dessa forma, durante seis meses a bancada comunista na câmara de vereadores de Salvador foi formada por Almir Matos e Florisvaldo Viana. Após os seis meses, Almir Matos em discurso no plenário anunciou o retorno do vereador Jaime Maciel, mas que o mesmo não falava mais em nome dos “candidatos de Prestes”, anunciando assim a saída de Maciel dos quadros do PCB.³³⁷

4.3. “Manifesto de Prestes”: a nova orientação política

Prestes, em nome do Comitê Central, publicou um documento em 28 de janeiro de 1948, que era chamado na imprensa comunista de “*Manifesto de Prestes*”, em que explicitou uma nova análise de conjuntura, a alteração na linha política e as tarefas imediatas. Na revista *Problemas* de abril de 1948 foi publicado “*Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista*” também assinado por Prestes, em nome do Comitê Central. Posteriormente, em coletânea de textos sobre o PCB organizado por Edgard Carone (1982), o documento *Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista* foi publicado com o título *Manifesto de Janeiro*, apesar da referência correta com o título original ter sido colocado ao final do texto, assim como a informação da publicação em abril na *Revista Problemas*. Curiosamente o documento publicado em abril ficou amplamente conhecido como *Manifesto de Janeiro de 1948*, como se fossem apenas um, quando na verdade se tratavam de dois documentos.

Nesses dois documentos e em algumas declarações à imprensa os dirigentes comunistas avaliaram que a cassação do partido serviu de alerta para as novas condições que criaram a necessidade de uma “viragem” na análise e no “trabalho, para o encontro do

³³⁶ O Massacre foi premeditado. *O Momento*, 26 de fevereiro de 1948. pp.1,4; Desmentido da mãe adotiva de Miramar. 26 de fevereiro de 1948. pp.1,4.; Um achincalhe ao judiciário o relatório da polícia. *O Momento*, 26 de fevereiro de 1948. pp.1,4; Libertados José Maria e Gilberto Giacomotti. *O Momento*, 24 de agosto de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³⁷ Empossado o vereador Florisvaldo Viana. *O Momento*, 20 de abril de 1948. p.2; Jaime Maciel traiu o proletariado. *O Momento*, 16 de outubro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

caminho próprio (...) à vitória da revolução democrático burguesa para nossa pátria”.³³⁸ Pela nova análise pecebista o mundo havia mudado desde o fim da II Guerra, quando após o acordo de paz entre os “três grandes” se desenhava a possibilidade de convivência harmoniosa entre as nações, para um novo cenário caracterizado pelo choque entre “as forças da paz e da democracia (...), contra as forças do imperialismo e da reação”. O imperialismo norte americano em crise estaria buscando uma saída guerreira para controlar a economia mundial e atacar o mundo socialista. Ao buscar consolidar sua dominação na América Latina, impulsionou o avanço da reação no Brasil, que tem no governo Dutra seu fiel aliado, que tratou de atacar o PCB pela sua oposição à reação e ao imperialismo.

O governo foi caracterizado como de “fome e terror policial, antidemocrático e de traição nacional”, que a serviço do imperialismo americano promove a fome do povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a nação à exploração dos trustes e monopólios norte-americanos. O principal inimigo a ser combatido seria o imperialismo norte americano e o seu principal agente interno, o governo Dutra. Para o PCB, essa nova situação teria criado as condições para uma ampla unidade de forças, pois estariam claras as intenções ditatoriais, e ao lado de Dutra estavam os aliados do imperialismo. Aos comunistas caberia a tarefa de unificar as forças patrióticas e progressistas na base de um programa comum e democrático, numa “frente única nacional” que reunisse as mais vastas camadas do povo brasileiro, e “todas as correntes e partidos políticos que queiram lutar contra a ditadura e a traição nacional do governo Dutra”.³³⁹

Prestes fez o chamamento:

Operários e camponeses
Organizai-vos nos vossos locais de trabalho, nas usinas, nas fazendas, e lutai pela liberdade, pelo progresso, pela independência do Brasil, lutando contra a carestia da vida, contra a miséria e a fome, por melhores salários, recorrendo quando necessário à greve, que é um direito sagrado dos trabalhadores!
Reconquistai a praça pública para levantar o vosso protesto contra a ditadura!³⁴⁰

O objetivo primordial seria atacar as bases econômicas da reação, o imperialismo e o latifúndio, entregar as terras aos camponeses, por fim à exploração do povo pelos banqueiros e monopólios norte americanos, “conquistar a liberdade e a democracia, substituir a ditadura

³³⁸ POMAR, Uma viragem necessária. *O Momento*, 25 de janeiro de 1948. p.3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³³⁹ PRESTES, Luiz Carlos. Comitê Nacional do PCB. Como enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista. *Problemas*, abril de 1948, n.8, p.18-42. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm> Acesso em: 04/06/2021

³⁴⁰ PRESTES, Luís Carlos. Comitê Nacional do PCB. Prestes dirige-se a toda nação. 28 de janeiro de 1948. Publicado em *O Momento*, 01 de fevereiro de 1948. p.1.

dos senhores feudais e lacaios do imperialismo por um governo realmente popular, democrático e progressista!”³⁴¹ O elemento conjuntural, o combate a Dutra, foi relacionado ao combate ao imperialismo e ao latifúndio, parte da etapa democrático-burguesa na estratégia pecebista de revolução. Comentando o *Manifesto de Prestes*, Marighela argumentou que sem derrotar o latifúndio

a nossa democracia não passará de uma coisa formal, como tem sido até agora, sem isso nenhuma conquista democrática poderá ser assegurada, nenhuma constituição democrática respeitada. Sem isso o Executivo continuará a constituir um super-poder, representante dos piores setores latifundiários, agente número um do imperialismo ianque.³⁴²

No documento *Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista* publicado em abril, além das análises já citadas, o partido fez uma dura autocrítica, deixando de lado o ar triunfalista para tratar de suas debilidades organizativas. Reconheceu o desaparecimento dos comitês democráticos e populares criados em 1945, a inexistência de organização “ponderável” de trabalhadores rurais, a falta de organizações de massas, sindical, de organizações específicas de juventude e de mulheres.

Tudo indica que as nossas grandes vitórias de 1945 e, especialmente, as grandes vitórias eleitorais obtidas pelo nosso Partido nos pleitos de 2 de dezembro e 19 de janeiro, e a vitória alcançada na memorável campanha pró-imprensa popular, fizeram com que nos subissem à cabeça os êxitos e perdêssemos em grande parte o sentido da realidade e a capacidade crítica e autocrítica (...)
E foi isto, sem dúvida, que em grande parte, ao lado de perigosas tendências oportunistas, ao espontaneísmo e ao reformismo que adiante examinaremos, foi, sem dúvida, a falta de um espírito crítico mais agudo, a incapacidade de levar mais a fundo, sem pretensão nem vaidade, o estudo da realidade, que não nos permitiu sentir e assinalar as grandes modificações havidas na situação interna e na situação mundial desde o início de 1946.³⁴³

Ainda segundo essa autocrítica, o partido manteve a mesma linha que levou aos bons resultados eleitorais nas eleições de 02 de dezembro de 1945, insistindo no discurso de ordem e tranquilidade, de mão estendida ao governo, não assinalando as modificações na situação nacional. E diante de fortes ameaças da reação, o partido silenciou “cada vez mais a respeito de nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro

³⁴¹ Idem.

³⁴² MARIGHELA, Carlos. Nossa Política. *Problemas*, nº 7, Fevereiro de 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marighella/1948/02/politica_07.htm Acesso em 04/06/2021.

³⁴³ PRESTES, Luiz Carlos. Comitê Nacional do PCB. Como enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista. *Problemas*, abril de 1948, n.8, p.18-42. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm> Acesso em: 04/06/2021

estritamente legal e de pequenas manobras.” A linha de união nacional passou a ser denominada como “tendência direitista” caracterizada pela:

contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança da ‘burguesia-progressista’, assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, o que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado.³⁴⁴

Reconheceu que a preocupação com a “ordem e tranquilidade”, e as ilusões reformistas em conquistas parlamentares levaram o partido a se privar do uso das “armas do proletariado”, em especial da greve, e priorizou o uso de “conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas, etc”, mesmo quando o governo “usava com insistência cada vez maior as armas do arbítrio e da violência policial”.

Pela nova orientação as ações do partido deveriam a partir de então se concentrar nas lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador.

É evidente que o nosso principal terreno de luta é o das lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador na fábrica e daí a necessidade de consagrar a maior atenção e o máximo de nossas forças a esse terreno que poderemos chamar de lutas sindicais, porque através delas deve ser organizado o movimento sindical dentro das organizações já existentes, ou, no caso de ser isso impossível, por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho.³⁴⁵

O PCB manteve a interpretação que o Brasil mantinha relações semifeudais, que ao lado do imperialismo eram entraves para o desenvolvimento do capitalismo, e daí decorria a tese da revolução democrático-burguesa como uma etapa necessária e preparatória para a revolução proletária. O partido reconheceu que errou quando priorizou a ação parlamentar e institucional, e pela nova orientação fez chamamentos para a organização dos trabalhadores na estrutura sindical existente ou em organizações de base por local de trabalho ou de moradia, sendo que “a grande arma nas condições atuais deve e precisa ser a greve de massas”.³⁴⁶

4.4. Crítica à estrutura sindical e o estreitamento das possibilidades de atuação

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Contra as provocações do inimigo, a luta de massas organizada. O *Momento*, 11 de maio de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Após a cassação dos mandatos, em 1948, o grau de perseguição aos comunistas foi aumentando gradativamente. Com as dificuldades impostas pelo grau de repressão, os canais de comunicação entre os comunistas e os trabalhadores foram sendo fechados. As comissões não conseguiam nem a marcação de assembleias, nem mesmo nas categorias que os comunistas tinham presença marcante como os transviários da CLC, tecelões ou entre os estivadores. A Delegacia do Trabalho determinou que a “ordem do dia” que iria ser discutida nas assembleias sindicais teria que ter seus pontos aprovados previamente, e proibiu que outros pontos fossem discutidos. Em assembleia dos trabalhadores da Cia Linha Circular, os pontos discutidos foram o aumento das mensalidades e a aprovação do orçamento. Quando os comunistas Florisvaldo Viana e João dos Passos se manifestaram, protestando contra a presença da polícia, o funcionário da Delegacia do Trabalho afirmou que estava fora da ordem do dia.³⁴⁷

Essa dificuldade de atuação foi fator importante para a alteração da orientação sindical pecebista, pois as brechas do sindicalismo corporativista foram se fechando e levando os comunistas a não vislumbrar possibilidade de atuação. Não conseguiam a realização de assembleias, nem encaminhar reivindicações.

O líder ferroviário e membro do Comitê Central do PCB, Agostinho Dias de Oliveira considerou que os dissídios coletivos se “constituíram a forma mais fácil de os patrões protelarem e até mesmo barrarem a obtenção de melhores salários”. Afirmou que o Ministério do Trabalho e as “Juntas de conciliação” eram “patronais” pela própria composição. E se em algum momento da história essas juntas tomaram decisões favoráveis aos trabalhadores, foi pelo grau de organização das categorias e por haver interesse da classe dominante em criar na “classe operária uma mentalidade reformista baseada no espírito da ‘harmonia social’ e na ideia de que, com o Ministério do Trabalho, a questão social estava resolvida no Brasil.” Concluiu que se o Ministério e a Justiça do Trabalho defendiam os interesses patronais, as únicas defesas que contam os trabalhadores é a sua unidade e organização. “Na hora atual é preciso que a classe operária compreenda que, quando a Constituição, que é a lei magna do país, é rompida, todas as demais leis só tem valor se são para perseguir e reprimir as massas trabalhadoras e populares.” Argumentou ainda que nenhuma ilusão seria mais prejudicial à massa operária do que a de ver atendida suas reivindicações através da cooperação com tais órgãos do Estado. E que os trabalhadores só poderiam confiar no seu sindicato, comitê de empresa ou comissão de salário ou qualquer organização de classe, e que esse organismo se

³⁴⁷ Os trabalhadores da Circular realizaram sua assembleia. *O Momento*, 20 de janeiro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

entendam “diretamente com os patrões e resolvam seus dissídios sem a interferência da Justiça do Trabalho.”³⁴⁸

Na mesma direção Giocondo Dias defendeu que os trabalhadores precisavam reforçar seus sindicatos, organizações existentes ou criar novas, para acumular forças e poder negociar diretamente com os patrões sem interferência da Justiça ou do Ministério do Trabalho, que apenas legalizam as injustiças, protelando decisões, a exemplo dos trabalhadores da indústria do açúcar, que tinham descontados dos seus salários as “utilidades” em valores excessivos e que só após uma greve de 22 dias conseguiram fazer a Justiça do Trabalho resolver a questão. Giocondo Dias chamou a atenção que várias categorias se encontravam com seus sindicatos sob intervenção e com juntas governativas que obedeciam à Delegacia do Trabalho, e à Polícia, impedindo inclusive a realização de assembleias. Por isso afirmou que seria urgente a criação de comissões, associações, sociedades de defesa e luta, uniões operárias, em cada local de trabalho para o levantamento das reivindicações e mobilizar para resolver desde pequenas demandas até aumento de salários, que com maior organização os patrões terão que ceder pois “nada impede – a não ser a falta de organização – que os trabalhadores utilizem, sempre que for necessário a sua principal arma de luta, que é a greve.”³⁴⁹

Esse posicionamento é bastante emblemático das mudanças que estavam se processando na orientação sindical comunista. Muito diferente do que se constituiu a prática pecebista no meio das organizações dos trabalhadores desde a legalidade em 1945 quando estimulava fartamente a utilização da justiça, inclusive como forma de esgotar todas as possibilidades antes de lançar mão das greves.

Apesar de salientar que os sindicatos estavam sob intervenção, e do quanto as juntas governativas atuavam no sentido de inibir a luta, e por isso a importância da criação de formas organizativas que defendam os direitos dos trabalhadores; mantinham o posicionamento que “os sindicatos não devem ser abandonados, ao contrário, os trabalhadores precisam ir para os sindicatos, nessa luta por melhores salários, exigir das juntas governativas que tomem outro rumo.” Essa luta por dentro dos sindicatos serviria ainda para a luta pela liberdade sindical e pela reconquista dos sindicatos.³⁵⁰

³⁴⁸ OLIVEIRA, Agostinho Dias de. Como lutar por melhores salários. *O Momento*, 08 de fevereiro de 1948. p.2,3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁴⁹ DIAS, Giocondo. O Ministério do Trabalho é um instrumento do imperialismo. *O Momento*, 15 de fevereiro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵⁰ Luta organizada contra a fome e por melhores salários. *O Momento*, 22 de fevereiro de 1948. p.3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Outro aspecto do sistema corporativista que passou a ser colocados em cheque foi o imposto sindical. Quando o juiz da Vara da Fazenda Pública, Alcino Pinto Falcão, concedeu um Mandado de Segurança impetrado pelos trabalhadores do Lloyd Brasileiro no sentido do não pagamento do imposto sindical, o advogado Osmundo Bessa, ligado à CTB, elogiou a decisão, afirmando que com a Constituição de 1946 acabou a antiga estrutura sindical moldada pela Carta de 1937.³⁵¹

O fim do imposto sindical passou a ser colocado como um passo no sentido de conquistar a liberdade sindical, pois, segundo os comunistas, era com o dinheiro arrecadado dos trabalhadores que se mantinha a estrutura do Ministério do Trabalho e os traidores e policiais que viviam nas juntas governativas, que perseguem e expulsam os trabalhadores dos sindicatos e denunciam qualquer movimento em prol de melhores condições de vida, “além de enriquecer meia dúzia de tipos inescrupulosos”³⁵².

A orientação da direção nacional da CTB, através do Secretário Geral, Roberto Morena era que os trabalhadores deveriam criar comissões e comunicar aos patrões que não permitiriam a cobrança e manter-se unidos para a luta contra qualquer tentativa de impor o desconto do imposto sindical. Na Bahia várias categorias assim procederam e a USTB publicou manifesto orientando os trabalhadores no mesmo sentido. Foram criadas comissões de estivadores, trabalhadores da Cia Circular, marceneiros, moageiros, sapateiros, armazenadores e várias outras. Os Portuários entregaram à direção da Cia das Docas um abaixo assinado com 312 assinaturas, e os trabalhadores da Cia Circular com 250 assinaturas solicitando que a empresa não descontasse o imposto dos seus salários.³⁵³

Algumas categorias recorreram à justiça, mas como a justiça também estava sendo acusada pelos comunistas de serem parciais, de classe e a serviço do chefe do executivo, passaram a questionar a validade dessa forma de luta contra o imposto. A orientação era de recorrer ao judiciário quando não conseguisse evitar o desconto, como forma de ganhar mais tempo para organizar melhor a luta dentro da empresa. “Sendo assim o único caminho de conseguir é o da luta organizada, do protesto vigoroso em cada empresa [...]”. Todos os tipos de protestos e formas de organização que fossem possíveis dentro da capacidade de

³⁵¹ Importante decisão para o movimento sindical brasileiro. *O Momento*, 08 de fevereiro de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵² AMAZONAS, João. Ninguém deve pagar o imposto sindical. *O Momento*, 02 de março de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵³ MORENA, Roberto. Não devemos pagar o imposto sindical. *O Momento*, 07 de março de 1948. p.3.; Não permitamos que os traidores nos roubem um dia de salário. *O Momento*, 23 de março de 1948. p.1.; Os trabalhadores baianos contra o desconto ilegal do imposto sindical. *O Momento*, 07 de março de 1948. p.2.; Não pagaremos o imposto sindical. *O Momento*, 13 de março de 1948. p.1.; Os americanos da CLC recusam receber os operários. *O Momento*, 13 de março de 1948. p.1.

mobilização existente poderiam ser empregados, desde os entendimentos entre as comissões e os patrões, até a suspensão do trabalho. E a forma de organização considerada fundamental era através de associações profissionais dentro de cada empresa.³⁵⁴

João Amazonas, em entrevista, afirmou que não havia prestação de contas e que muito desse dinheiro era usado para corrupção. Que para os trabalhadores não era interessante manter os sindicatos através desse meio, pois não seriam sindicatos na verdadeira expressão. Seriam órgãos de colaboração com o Estado, que é instrumento de dominação dos grandes latifundiários, banqueiros e industriais ligados ao imperialismo. Sendo assim, os trabalhadores necessitariam de uma organização livre, independente para lutar contra a exploração do capital.³⁵⁵ Essa posição poderia ser compreendida como de abandono dos sindicatos e formação de entidades paralelas. Todavia, na mesma entrevista o dirigente João Amazonas explicou:

Não devemos ser esquemáticos. Uma coisa é educar as massas, mostrar-lhes o verdadeiro conteúdo desses sindicatos, fazê-la compreender a necessidade de organizar livremente ainda que por cima da vontade dos governantes. Outra coisa é deixar escapar qualquer possibilidade de atuação dentro dos sindicatos, quando mais não seja para desmascarar os traidores e apontar às massas o caminho a seguir. Há ainda gente honesta à frente de alguns sindicatos: há muitos trabalhadores que desejam defender os interesses da sua classe, apesar de que muito pouco poderão fazer, pois vivem permanentemente ameaçados. A estes devemos ajudar (...) iniciar a luta pelo aumento de salários. Não através de processos que só servem para protelar indefinidamente as reivindicações pleiteadas, mas sim pelo meio direto, entre o patrão e os empregados, usando de todos os recursos inclusive o direito de greve [...].³⁵⁶

4.5. Sobre sair dos sindicatos

Como já narrado, nas poucas assembleias convocadas a ordem do dia era previamente aprovada pela Delegacia do Trabalho, impossibilitando as categorias de discutirem suas reivindicações. Além disso, contavam com a presença de funcionários da Delegacia do Trabalho e de policiais, que às vezes barravam a entrada de comunistas, como fizeram com

³⁵⁴ Como lutar contra o imposto sindical. *O Momento*, 28 de março de 1948. p.3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵⁵ AMAZONAS, João. Ninguém deve pagar o imposto sindical. *O Momento*, 02 de março de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵⁶ Idem

João dos Passos, em assembleia do Sindicato dos Trabalhadores dos Carris Urbanos. Depois desse episódio os comunistas trabalhadores dos bondes passaram a articular a criação de uma associação da categoria para encaminhar suas lutas.³⁵⁷ Em outras ocasiões a imprensa comunista taxou os sindicatos que não apoiavam as reivindicações da categoria como inúteis “apêndices da Delegacia do Trabalho”, como “ex-sindicato”, ou afirmaram que “o sindicato não vale mais nada”. O líder Dermeval Araújo, sobre a organização dos tecelões, comentou que não se poderia mais ter ilusões “com a justiça de Morvan, nem com o sindicato do pelego Dionísio. O que interessa portanto aos tecelões é formarem um movimento sindical independente e lutar por todos os meios, desde os memoriais, comissões aos patrões, até as formas de lutas mais altas e vigorosas recorrendo inclusive ao direito sagrado de greve”.³⁵⁸

Mas a postura se mostrou ambígua em algumas situações. A Comissão de Defesa Sindical dos Marítimos lançou manifesto à categoria, levantando as principais reivindicações e convocando a categoria a participar efetivamente da vida do sindicato, pois isso seria “a seiva que transformará os Sindicatos Marítimos nos órgãos de luta por nossas reivindicações. Não importa que eles estejam sob a batuta ministerialista porque unidos saberemos expulsar os traidores, ministerialistas e oportunistas e faremos da classe marítima a vanguarda das lutas pela conquista dos SINDICATOS EM TODO O BRASIL”.³⁵⁹ Temos nesse caso a defesa da atuação das comissões no sentido de retorno ao sindicato, acreditando que isso seria possível.

Em 13 de abril de 1948 foi anunciada a criação da Associação Geral dos Trabalhadores (AGT) que teria lançamento solene no primeiro de maio. A diretoria provisória era composta por Manoel Gomes, Demócrito de Carvalho, Horácio Couto, Idelfiades Santos, João Dórea e Cândido Domiense. No manifesto de lançamento afirmou que o objetivo era estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores em geral, principalmente os “inorganizados”. E apontou que os trabalhadores deveria se organizar em comissões e sociedades, nos locais de trabalho e nos bairros. Diferente da postura defendida no lançamento da Comissão Pró-Fortalecimento dos Sindicatos, em julho de 1947, quando afirmavam que

³⁵⁷ Pela organização de uma associação livre dirigida pelos trabalhadores. *O Momento*, 07 de abril de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁵⁸ Os moageiros exigem aumento de salário. *O Momento*, 01 de abril de 1948. p.1.; Novas perseguições da Circular contra seus operários. *O Momento*, 17 de abril de 1948. p.5.; Modifica-se, sempre para pior, a situação dos trabalhadores da Fábrica Conceição. *O Momento*, 02 de abril de 1948. p.3., ARAÚJO, Dermeval. Só a luta organizada pode nos salvar da morte lenta. *O Momento*, 30 de abril de 1948. p.3.

³⁵⁹ Os marítimos lutam por melhores salários. *O Momento*, 15 de abril de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

deveriam se manter nos sindicatos, no lançamento da AGT, em abril de 1948, não fizeram nenhum chamamento nesse sentido.³⁶⁰

Ao denunciar a postura de Jaime Santos Felix, “ministerialista de quatro costados”, à frente do Sindicato dos Sapateiros de Ilhéus, que se recusava a fazer assembleia, os comunistas conclamaram que “se o sindicato insiste em ficar numa posição de indiferença criminosa ante os problemas, então vamos deixar esse sindicato para um lado e vamos nos organizar num movimento operário independente”.³⁶¹ No caso dos fumageiros do município de São Felix, no recôncavo baiano, após as fábricas Danemann e Costa Pena anunciarem algumas demissões e o sindicato não tomar nenhuma iniciativa, *O Momento* anunciou que os trabalhadores estariam dispostos a não pagar mais a mensalidade do sindicato, pois a direção estava em mãos dos pelegos ministerialistas.³⁶²

A posição do partido foi recrudescendo, na medida em que a repressão foi fechando as possibilidades de participação na estrutura existente. Por isso, no primeiro semestre de 1948 encontramos posições ambíguas, inicialmente criticando as intervenções, mas orientando a permanência nos sindicatos, e acreditando na possibilidade de retomar as entidades. Depois a defesa da permanência nos sindicatos se manteve apenas nos documentos oficiais, e passou a ser constante a defesa da criação de “entidades independentes”, principalmente após a criação da AGT. Cabe salientar que não foram encontrados chamamentos à saída dos sindicatos e que as entidades paralelas fizeram constantes cobranças para o funcionamento dos sindicatos, para a realização de assembleias e defesa dos interesses das categorias.

Em junho de 1948 *O Momento* publicou uma “Orientação Sindical”, onde reafirmou a posição dos comunistas em que o sindicato foi colocado como órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores, mas que para exercer tais funções deveria ser livremente organizado e sua direção escolhida pelos trabalhadores. Com a intervenção em “quase todos os sindicatos e em todos os sindicatos mais importantes”, a vida dos sindicatos passou a ser controlada pelo Ministério do Trabalho e deixaram de lutar pelas reivindicações dos trabalhadores, defendendo os interesses dos patrões e agindo conforme sua orientação. Os interventores, quase sem exceção, seriam traidores da classe. Da mesma maneira a Justiça do Trabalho, que protelava qualquer decisão do interesse dos trabalhadores. Segundo a orientação, os

³⁶⁰ Associação Geral dos Trabalhadores. *O Momento*, 18 de abril de 1948. p.1.; Unamo-nos para a luta pelas reivindicações. (AGT) *O Momento*, 01 de maio de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁶¹ Nada faz o sindicato dos sapateiros de Ilhéus. *O Momento*, 11 de maio de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁶² Despedidos sem aviso prévio os fumageiros de São Felix. *O Momento*, 11 de maio de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

trabalhadores não poderiam ter ilusões com esses sindicatos que seguiam a política do governo Dutra, e deveriam desmascarar em todas as oportunidades essas juntas governativas. Os trabalhadores deveriam lutar “por cima e contra a vontade dos sindicatos quando for o caso. [...] Lutar através de organizações profissionais suas, independentes do Ministério, organizações que sejam capazes de levar a luta às últimas consequências, usando para isso os meios e, entre ele e com especialidade a GREVE”. Essas organizações poderiam ter qualquer nome, comitês de fábrica, associações por salário, liga contra a fome, e levantar as reivindicações mais sentidas como aumento de salário, descanso remunerado, melhores condições de trabalho.³⁶³

Se nos documentos da direção nacional que assinalam a mudança da linha política, publicados entre janeiro e abril de 1948, a orientação era a atuação dentro das organizações já existentes, ou, no caso de ser isso impossível, por meio de novas organizações, no meio do ano a possibilidade de atuação nas entidades existentes já não existia e por isso a ênfase passou a ser na criação de organismos de base.

4.6. Mobilizações e greves do período 1948-1950

Com o alto grau de repressão e o controle dos sindicatos, os militantes comunistas trataram de criar outras possibilidades de atuação. Organizaram comissões de reivindicações que atuaram tentando arrancar assembleias dos sindicatos para desencadear mobilizações por aumento de salário, repouso remunerado, melhores condições de trabalho. Também atuaram levantando as reivindicações das categorias, enviando memoriais com abaixo-assinado, e tentando abrir negociação direta entre as comissões e os patrões, sem intermediação do sindicato. Contavam com o importante apoio do jornal *O Momento*, que servia de instrumento para denunciar as péssimas condições de trabalho, apontando que o único meio para resolver os problemas seria a criação de organizações independentes por local de trabalho, que pudessem encaminhar o processo de luta, já que não poderiam confiar nos sindicatos e nem na justiça do trabalho.

O levantamento e a posterior denúncia das condições de trabalho eram realizados por várias categorias, como portuários, transviários dos carris urbanos, marceneiros, sapateiros,

³⁶³ Orientação sindical. *O Momento*, 19 de junho de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

tecelões, panificadores entre outras, geralmente acompanhados de depoimentos de trabalhadores, que reclamavam que os pelegos que estavam à frente das juntas governativas dos sindicatos nada faziam, daí que a solução apresentada era a organização dos trabalhadores de maneira independente.

Os jornalistas de *O Momento* percorreram as fábricas têxteis da capital do Estado levantando as péssimas condições de trabalho e as reivindicações dos operários de cada unidade fabril. A pesquisa apontou muitos casos, para não ser repetitivo, apenas alguns serão exemplificados, como entre os tecelões da Fábrica São Braz, em que os trabalhadores estavam proibidos de comprar merenda na porta da fábrica e a fiscalização estava sendo feita por policiais. Os operários também se queixavam da rigidez com relação ao horário de entrada no serviço, após o apito ninguém entrava e às vezes apitavam antes do horário; para completar o quadro, o maquinário das fábricas baianas era reconhecidamente antigo, “do tempo de D. Pedro II”, proporcionando péssimas condições de trabalho com altos riscos aos trabalhadores, prejudicando a produção e os rendimentos para as categorias que recebiam algum tipo de abono pela produtividade.³⁶⁴

A situação dos operários era tão grave que era reconhecida até pelos órgãos de repressão. Em relatório o informante do DOPS descreveu o quadro na fábrica da Companhia Empório Industrial do Norte:

[...] as condições de trabalho dos operários são as piores possíveis. Observa-se todavia, que os patrões não podem elevar os salários dos empregados. O maquinismo existente e os meios de produção são rudimentares, atrasados, talvez mesmo do século passado. Teares manuais, velhos que não ajudam na produção. [...] A vista dessas circunstâncias, os comunistas têm sempre encontrado motivos para suas campanhas. O Serviço de Higiene do Ministério do Trabalho deveria condenar as condições de trabalho dessa empresa, a fim de dar aos operários condições mais higiênicas no seu ambiente de trabalho. [...] Não se pode negar que, em parte, os comunistas têm tido razão em suas campanhas neste estado, onde tem encontrado ambiente propício para suas agitações.³⁶⁵

Após a série de denúncias feitas pelo *O Momento* sobre a situação nas várias fábricas de tecidos e as cobranças feitas pelas Comissões de reivindicação organizadas pelos comunistas, o sindicato iniciou um processo de negociação, aparentemente como forma de manter o controle da situação. Em assembleia ocorrida no dia 27 de maio, com os

³⁶⁴ Proibição absurda contra os tecelões da fábrica São Braz. *O Momento*, 13 de abril de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁶⁵ SETOR TRABALHISTA: Informações: Comunismo na capital baiana. 12 de dezembro de 1949. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.23

trabalhadores da Fábrica Fiais, Dionísio, presidente da junta governativa do sindicato, apresentou uma Comissão de Salários previamente escolhida, e com uma “convenção pronta” que vigoraria por dois anos, período em que a categoria não poderia fazer novas reivindicações.

De acordo com a “convenção de Dionísio” os trabalhadores da Fiais teriam um aumento de sessenta centavos na diária, que era de CR\$ 18,00, e um abono de 20%, que seria apenas para quem fosse sindicalizado e cumprisse a cláusula de assiduidade. O acordo previa que os trabalhadores que faltassem a primeira vez ao serviço, teriam como pena uma suspensão de dois dias; quem faltasse a segunda vez teria quatro dias de suspensão; a terceira falta levaria à oito dias de suspensão; e após a quarta falta a punição seria a demissão.³⁶⁶ Na proposta de acordo estava explícita a preocupação com a saída dos trabalhadores do sindicato, pois os proprietários acreditavam no papel desempenhado por Dionísio de controlar a categoria. Havia a possibilidade de na prática a categoria não obter nenhum ganho real pois os critérios da assiduidade de 100% dificilmente seriam cumpridos, além disso, estabelecia o direito dos patrões suspenderem e demitirem, sem aviso prévio. Com isso os comunistas afirmavam que os operários “não aceitam a convenção” e que a luta continuaria. No entanto, o sindicato assinou o acordo à revelia da categoria.³⁶⁷

Os comunistas usaram a situação para demonstrar como não se podia confiar nos interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho, cabendo aos trabalhadores “exigirem a convocação de assembleia geral do Sindicato, e lutar contra uma convenção que foi homologada por 2 anos”, e desmascarar o interventor Dionísio dentro do próprio sindicato.³⁶⁸ Os comunistas organizaram comissões de operários nas demais fábricas têxteis da capital, que elaboraram as suas reivindicações em memoriais e coletaram assinaturas para abrir um canal de negociação direta com os patrões, pois não acreditavam na intermediação do sindicato sob intervenção, tampouco na Justiça do Trabalho.

Segundo Negro (2012), em 06 de julho de 1948 os operários da Fábrica São Braz encaminharam memorial à diretoria da empresa solicitando aumento salarial de 60%, e incluíram: “deixamos de recorrer ao sindicato de classe, preferindo tratar diretamente com vvss. em vista daquele órgão não merecer atualmente nenhuma confiança.”³⁶⁹ Na assembleia

³⁶⁶ Vergonhosa traição do Sindicato dos Tecelões. *O Momento*, 30 de maio de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁶⁷ O pelego Dionísio trai novamente os tecelões da Fiais. *O Momento*, 11 de junho de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁶⁸ Idem

³⁶⁹ Memorial, 6 de julho 1948. Justiça do Trabalho 522/48, fls 70. Apud. NEGRO, 2012.

ocorrida no dia 15 de agosto, o presidente do sindicato dos tecelões, Dionísio, apresentou a resposta dos patrões às reivindicações dos trabalhadores. Através de ofício, Augusto Viana, presidente do Sindicato patronal e diretor da Cia Empório Industrial do Norte e Cia Progresso e União Fabril da Bahia S.A., argumentou que as indústrias estavam empobrecidas, não podendo pagar nenhum aumento salarial.

Apesar das manobras dos ministerialistas, a assembleia escolheu uma comissão para encaminhar as reivindicações. Os comunistas acreditavam que os ministerialistas queriam levar a luta para a Justiça do Trabalho, com a finalidade de criar falsas expectativas e evitar a mobilização da categoria. A comissão se reuniu no dia 17 de agosto e definiu o percentual de 80%, para os trabalhadores que recebessem até R\$600,00; 60% de R\$600,00 a R\$1.200,00; 40% de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.000,00; de 20% de R\$ 2.000,00 em diante.³⁷⁰ A escolha da comissão em assembleia do sindicato permitiu a participação de trabalhadores não comprometidos com a Junta Governativa, garantindo a elaboração de uma tabela com percentuais acima do esperado pelos ministerialistas. A partir desse momento as reivindicações levantadas pelas comissões passaram a ter a tabela de salários como elemento de unificação da luta. Os trabalhadores de todas as fábricas teriam como tarefa o fortalecimento da sua comissão e o apoio à Comissão Central, que assumiu o protagonismo nas mobilizações e exigiu participar das negociações.

O Momento se referiu a duas reuniões de negociação, a primeira ocorrida no dia 31 de agosto, com a presença de representantes da delegacia do trabalho, da comissão dos operários, da direção do sindicato e do seu advogado Jorge Costa Pinto. Os comunistas denunciaram formação de uma aliança contra os trabalhadores que contava com a participação da diretoria e do advogado do Sindicato dos Tecelões.³⁷¹ A segunda reunião de negociação ocorreu no dia 01 de setembro, e além dos presentes na reunião anterior contou com o representante do Sindicato Patronal, Augusto Viana. Reforçando a tese da conspiração através da aliança contra os operários, quem apresentou uma proposta de aumento de 40% foi Jorge Costa Pinto, advogado do Sindicato dos Tecelões. A Comissão dos Operários não aceitou tal proposta e apresentou dados dos balanços financeiros das empresas, que demonstravam os lucros e os percentuais atribuídos aos acionistas e diretores, em tentativa de contrapor as afirmações dos empresários que as fábricas seriam deficitárias.

³⁷⁰ Através do Sindicato e da Delegacia, os patrões procuram iludir os tecelões. *O Momento*, 19 de agosto de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros; Os Tecelões dos Fiais iniciam a luta pelo aumento. *O Momento*, 18 de setembro de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷¹ Conspiração contra o aumento dos tecelões. *O Momento*, 02 de setembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

As comissões de fábrica passaram a elaborar novos memoriais e recolher novas assinaturas, por outro lado, da Fábrica da Boa Viagem chegavam notícias de suspensões e demissões, que segundo os comunistas se constituíam em forma de inibir a mobilização.³⁷² A Comissão da Fábrica dos Fiais elaborou memorial pleiteando a anulação da convenção assinada pelo Sindicato, à revelia da categoria, e incluindo os operários da Fiais na mesma tabela aprovada na assembleia do Sindicato. Também reivindicavam que os empregados ganhassem salários fixos; que os abonos fossem incorporados aos salários; e fosse extinta a cláusula de 100% de assiduidade.³⁷³

Na Fábrica São Braz, a Comissão dos operários conseguiu mais de setecentas assinaturas para o novo memorial que seria entregue à direção da Fábrica na segunda feira, dia 20 de setembro, representando quase dois terços do número de empregados. Foi ouvido pelo *Momento* o presidente da Comissão Central da São Braz, o comunista Osório Ferreira dos Santos, que reafirmou a defesa da negociação direta, fortalecendo as organizações por local de trabalho:

Evidentemente caminhamos para um entendimento direto com a direção da fábrica. Isso porque passamos fome e não suportamos mais esperar a boa vontade da Delegacia e dos empregadores que nada resolvem, tornando tão importante problema dos operários tecelões numa odiosa marmelada.³⁷⁴

Na segunda feira dia 20 de setembro, conforme planejado, os 1200 trabalhadores paralisaram suas atividades às 9 horas e após a chegada do diretor Henrique Carvalho, se dirigiram ao escritório onde a comissão já aguardava. O operário Francisco Melo fez a entrega do memorial, lendo-o e discorrendo sobre a situação dos trabalhadores. Em seguida discursaram os representantes das subcomissões, apresentando as reivindicações específicas de cada seção da fábrica e por último, falou o presidente da Comissão Central, Osório Ferreira que concluiu seu discurso afirmando: “o que nos trouxe aqui foi a fome!”. O diretor da fábrica se comprometeu a responder ao memorial no sábado, dia 25.³⁷⁵

Os trabalhadores da Fábrica São Brás criaram expectativa de que haveria negociação com os patrões no sábado, dia 25 de setembro. Todavia, às 7:30h da véspera, os membros da Comissão receberam intimação, algumas entregues por prepostos da fábrica, para

³⁷² Aliança dos patrões, Delegacia do Trabalho e pelegos contra a luta dos têxteis. *O Momento*, 10 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷³ Os tecelões dos Fiais iniciam a luta pelo aumento. *O Momento*, 18 de setembro de 1948. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷⁴ Aumento para os tecelões da São Braz. *O Momento*, 19 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷⁵ 1200 trabalhadores paralisaram o trabalho na São Braz. *O Momento*, 21 de setembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

comparecerem à polícia às 10h. No interrogatório policial havia uma preocupação da polícia de relacionar os operários aos comunistas, demonstrada em perguntas sobre Florisvaldo Viana e Almir Matos, vereadores do “Partido de Prestes”. Enquanto isso, na fábrica, os operários resolveram paralisar as atividades até o retorno dos detidos, que só foram liberados às 15h.³⁷⁶

O Momento cumpria ao mesmo tempo a sua missão de jornal dos trabalhadores que informava os acontecimentos, orientava e colaborava com a construção da mobilização, e exaltava as conquistas do processo organizativo. Nesse sentido, a chegada dos operários intimados, aguardada ansiosamente pela massa proletária, foi narrada com ares apoteóticos, como uma “verdadeira consagração”. Foram carregados “vibrantemente por uma multidão – o próprio povo de Plataforma desceu dos morros para abraçar, para receber os heróis da classe operária”. Enquanto todos “contentes e radiantes desfilavam pela rua” rumando em direção à fábrica, um comício foi improvisado para que se dirigissem aos trabalhadores. Além dos membros da comissão, Florisvaldo Viana, vereador comunista, falou e nome da Associação Geral dos Trabalhadores (AGT).³⁷⁷

Negro (2012) teve acesso ao processo trabalhista em que a Cia Progresso e União Fabril da Bahia levou à justiça 17 líderes grevistas, objetivando obter autorização para a demissão. Anexos ao processo JT 522/48 havia panfletos, recortes de jornal, memoriais, depoimentos e documentos policiais, que permitem observar aspectos interessantes do episódio. As referências ao processo, portanto, serão a partir da leitura de Negro.

Para os comunistas, a entrada em cena da polícia teria sido obra do empresário Augusto Viana e do vereador Hermógenes Oliveira. Não sabiam que no dia 23 o Delegado do Trabalho, Hugo de Farias, encaminhou ao Delegado de Polícia uma solicitação feita pelo interventor do sindicato, Dionísio Menezes, para que fossem investigados os operários que estavam fomentando greve, constando uma lista de nove nomes, inclusive Osório Ferreira, Francisco Melo, Marcelino Silva Souza, e os demais que foram intimados, que segundo o documento se reuniam com “lideranças comunistas” (NEGRO. 2012, p. 113).

No dia seguinte, sábado 25 de setembro, os membros da Comissão Faustino de Carvalho, Osmario Silva e Cassiano Evangelista de Jesus também foram intimados à comparecerem na Delegacia de Polícia. A notícia logo se espalhou, os operários resolveram cruzar os braços novamente, e 150 trabalhadores foram com a Comissão Central para a delegacia acompanhar os intimados, enquanto os demais permaneceram na fábrica. Pouco

³⁷⁶ Os operários da São Braz responderam à polícia com a greve. *O Momento*, 25 de setembro de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷⁷ Idem.

depois chegou a notícia que os três estavam presos, sem ao menos terem sido interrogados, o que serviu para acirrar os ânimos da categoria, que havia decidido partir conjuntamente rumo à delegacia para pressionar pela libertação, quando uma nova informação chegou que haviam sido libertados. A categoria entrou novamente em festa e a imprensa comunista contribuía com a empolgação dos operários, exaltando que unidos eles conseguiram derrotar a polícia. Com a chegada dos intimados, foi realizada uma assembleia em que os trabalhadores da Fábrica São Brás decidiram parar os trabalhos enquanto a direção da fábrica não respondesse ao memorial. Ao meio dia chegou a notícia que os trabalhadores da Fábrica São João também declararam greve e estavam recolhendo assinaturas para entregar um memorial com suas reivindicações na segunda-feira, dia 27.³⁷⁸

Na segunda-feira as portas das fábricas estavam empilhadas de policiais que tentavam intimidar os trabalhadores, impedir piquetes e garantir a entrada dos “fura-greve”, e no portão havia avisos de que só poderiam entrar quem desistisse da greve. Os operários optaram por entrar e permanecerem parados, considerando isso mais uma vitória sobre a polícia, que as 9h procurou a comissão na tentativa de estabelecer um diálogo, que foi rechaçado: “Apenas com o patrão queremos entendimentos”. Os 600 operários da fábrica Paraguassú também paralisaram na segunda-feira, aderindo ao movimento iniciado na São Braz. As três unidades paralisadas pertenciam a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, que ainda na segunda-feira publicou uma nota, na qual explicou os motivos porque se negava a responder o memorial, justificando que estariam dispostos a “resolver o problema através do sindicato”, e que a greve seria “obra dos comunistas”.³⁷⁹

Na terça-feira, dia 28 de setembro, foi a vez dos operários da Fábrica Conceição paralisarem suas atividades, totalizando 3000 operários em greve, que resolveram ocupar a sede do sindicato e formaram uma comissão para percorrer a imprensa, no intuito de apresentar uma versão dos episódios diferente da nota publicada pela empresa.

A Comissão se reuniu com o delegado do trabalho. O líder Osório Ferreira denunciou o uso da polícia pelos empregadores e exigiu a expulsão de Dionísio do sindicato. O operário Gerson Lídio propôs os nomes dos novos dirigentes, que foram aceitos por aclamação em “estrondosa vibração dos trabalhadores”. O delegado do trabalho, Hugo de Farias, aconselhou o fim da paralisação, argumentou que os aumentos nos salários são responsáveis pelo

³⁷⁸ Não cederão os trabalhadores da Fábrica São Braz. *O Momento*, 26 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁷⁹ Alastra-se as greves dos tecelões. *O Momento*, 28 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros. Os tecelões lutam contra a fome e a miséria. *O Momento*, 28 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

aumento dos preços, salientou o risco de “perder o emprego”, pois ao atuarem à revelia da lei cometiam “falta grave punida em lei com a rescisão do contrato” e que deveriam esperar pela resolução através da Justiça do Trabalho. Membros da comissão se manifestaram rejeitando a posição do delegado.³⁸⁰

Após a fracassada reunião com o delegado do trabalho, no dia 01 de outubro, os grevistas saíram em passeata até a Igreja do Bonfim, com faixas e bandeiras do Brasil. De lá foram até a sede do sindicato, que foi novamente ocupada. No mesmo dia foram até o Palácio da Aclamação, sede do governo, onde se reuniram com o governador Otávio Mangabeira, apresentaram as reivindicações e informaram ao governador que estavam de posse do sindicato. O governador se comprometeu a conversar com os empregadores.³⁸¹ *O Momento* iniciou uma campanha de solidariedade, sugerindo que os trabalhadores das demais categorias doassem um dia de trabalho aos tecelões em greve: “que sejam enviadas contribuições para as comissões das fábricas, em dinheiro, cigarros, alimentos, etc”.³⁸²

O Sindicato publicou um panfleto conclamando os operários a confiarem na Justiça do Trabalho. Juntamente com a informação que o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Antônio Galdino Guedes, instaurou dissídio entre os sindicatos dos têxteis e o sindicato patronal.³⁸³ De acordo com *O Momento*, a Comissão Central tratou do assunto em reunião, quando reafirmou que queriam a negociação direta, tratou a instauração de dissídio à revelia da categoria como uma manobra, porque seriam representados pelo sindicato sob intervenção e não pela Comissão.³⁸⁴

No dia 04 de outubro os operários da Fábrica São Salvador também cruzaram os braços. E a Comissão dos trabalhadores da fábrica da Boa Viagem entregou o memorial à diretoria, que alegou que não poderia receber, pois “estariam desrespeitando a justiça que tomou para si a solução do problema”.³⁸⁵ A parede prosseguiu e no dia 07 de outubro ocorreu a audiência para julgamento do dissídio no Tribunal da Justiça do Trabalho, que estava lotado de policiais para evitar que os operários, exceto a Comissão Central, participassem. Segundo

³⁸⁰ *A Tarde*, 30 de setembro de 1948. JT 522/48, fls 57. Apud. NEGRO. 2012, p.115; Continuará a greve pela conquista do aumento. *O Momento*, 30 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸¹ Heroica resistência dos grevistas à ganância patronal. *O Momento*, 02 de outubro de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸² Que seja prestado apoio aos tecelões em greve. *O Momento*, 01 de outubro de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸³ Aos operários das fábricas de tecidos, panfleto, c. 30 de setembro de 1948. JT 522/48, fls 78. Apud. NEGRO, 2012, p.116.

³⁸⁴ Heroica resistência dos grevistas à ganância patronal. *O Momento*, 02 de outubro de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸⁵ Aderem à greve os tecelões da Fábrica São Salvador. *O Momento*, 05 de outubro de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

O Momento, cerca de dois mil operários desfilaram pelas ruas da cidade carregando faixas e bandeiras e se posicionaram à frente do prédio da justiça. A sessão não chegou a nenhum consenso, já que foi apresentada a tabela de reajustes aprovada na assembleia do sindicato e os representantes patronais afirmaram que não possuíam condições de pagar. As partes teriam três dias para apresentar suas “razões” e só depois seria definido o prazo para a decisão.³⁸⁶

A greve se arrastou sem novidades até o dia 12, quando pela manhã as ruas da Plataforma, Baixa do Fiscal e no Papagaio, foram tomadas por dezenas de policiais que tentavam pôr fim à greve. Segundo a descrição de *O Momento* usaram a força para obrigar os operários a retornar ao trabalho; e segundo o relato, policiais estavam cedo na porta das fábricas para “assegurar o ingresso daqueles operários desejosos de pegar no serviço. (...) bancou a entrada de grande parte dos que queriam trabalhar (...) sob os maiores protestos daqueles que não queriam ver a greve furada”.³⁸⁷

Houve conflito com as lideranças que estavam nos piquetes nas portas das fábricas e Osório Ferreira foi novamente preso, dessa vez, acompanhado de sua companheira. Segundo a narrativa policial ele: “avançou contra Crescêncio de Jesus e – ‘agarrando-o’ – vibrou-lhe um soco na boca, abrindo uma ferida (na delegacia exibida como prova). Carmosina ‘com uma sombrinha desferiu outro golpe na testa’ da vítima, ao que o condutor, que também era investigador, lhes deu voz de prisão”. Segundo *O Momento*, ambos foram espancados e conduzidos à delegacia, juntamente com outros três que também tentaram socorrer Osório.³⁸⁸

Os detidos foram liberados no mesmo dia e uma assembleia marcada para as 16h do dia 13 de outubro deliberou pelo fim da greve. *O Momento* não trouxe maiores informações de como se deu o debate, não registrou nenhum avanço nas negociações nem indicou nenhum tipo de vitória, apenas destacou a violência policial. Havia expectativa em torno da decisão do dissídio na Justiça do Trabalho e o jornal *A Tarde* incentivou que os trabalhadores deveriam retornar ao trabalho enquanto aguardavam a decisão.³⁸⁹ Talvez isso tenha influenciado na decisão da assembleia.

Ao fim da greve a Cia Progresso e União Fabril acusou 17 líderes grevistas junto à Justiça do Trabalho, buscando autorização para demissão por justa causa, para isso se referenciou no decreto 9070 de 1946 que regulamentava o direito de greve. Na argumentação

³⁸⁶ Greve até a vitória. *O Momento*, 08 de outubro de 1948. p.1,8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸⁷ Certidão da DRT, 02 de dezembro de 1948. JT 522/48, fls 78. Apud. NEGRO, 2012, p.117.

³⁸⁸ Certidão da DRT, 02 de dezembro de 1948. JT 522/48, fls 78. Apud. NEGRO, 2012, p.117.; Terror policial contra s tecelões em greve. *O Momento*, 13 de outubro de 1948. p.1,8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁸⁹ Não cessou a luta dos heroicos tecelões baianos. *O Momento*, 14 de outubro de 1948. p.1,8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

dos patrões constava então a ilegalidade da greve por ter sido feita à revelia do sindicato; segundo os patrões, os operários teriam “motivos estranhos ao trabalho e visando objetivos políticos”; e depois de instalado o dissídio na justiça, deveriam “aguardar, trabalhando, a decisão da Justiça”. Tais elementos provariam os crimes de “abraço ao credo vermelho, invasão de seu próprio sindicato, organização de comissão de fábrica (...) e dissidência ante lideranças e altas autoridades constituídas.” Quase um ano após a greve, ao fim do processo, a Cia suspendeu a queixa contra dois dos reclamados, outro faleceu, quatro não foram punidos, pois provaram que não poderiam trabalhar por ocasião da greve, já que três estavam acidentados e um estava doente. Dentre os outros dez processados, apenas um foi mantido no emprego e os outros nove tiveram as demissões autorizadas (NEGRO, 2012, p. 120). Mesmo os operários da Fábrica Boa Viagem, de propriedade da Empório Industrial do Norte, não tendo entrado na greve, as lideranças operárias Agnaldo Barros, Esmeralda Lucas, Jovênia Souza, que participaram da comissão de reivindicações, foram demitidos.³⁹⁰

Quinze dias após o fim da greve, em 28 de outubro, houve o julgamento do dissídio coletivo e a Justiça do Trabalho decidiu favoravelmente por uma tabela de reajustes que variaram entre 60% para os menores salários (e outros percentuais) até chegar em 30% para os maiores salários. Foi aprovada uma cláusula de assiduidade que favoreceu aos patrões. Os patrões recorreram da decisão judicial e, enquanto aguardavam a decisão da instância superior, pagaram apenas 23% de reajuste até junho do ano seguinte, quando o Tribunal Superior do Trabalho deu ganho aos empresários. O sindicato solicitou novo dissídio coletivo, visto pelos comunistas como mecanismo de ganhar prazo junto aos trabalhadores, que apenas ficariam aguardando nova decisão judicial.³⁹¹ No mesmo mês o interventor Dionísio levou uma surra de alguns operários, com ferimentos na cabeça. Tal contenda foi noticiada pelo *O Momento* com palavras que indicam certo regozijo, considerando que os trabalhadores “justiçaram esse traidor que vem sabotando as reivindicações”, portanto, a revolta estaria justificada e “a surra que levou Dionísio serve de exemplo a outros tantos traidores, que vivem nababescamente através de negociatas.”³⁹²

Nessa greve observamos uma rede de repressão que contou com a colaboração do Sindicato, que além de recomendar o fim da greve junto aos trabalhadores, atuou fornecendo

³⁹⁰ Os tecelões estão solidários. *O Momento*, 09 de novembro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁹¹ Sensacional vitória dos heroicos tecelões bahianos. *O Momento*, 29 de outubro de 1948. p.1; Os tecelões não recuarão. *O Momento*, 18 de junho de 1949. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁹² Deram uma lição ao traidor Dionísio. *O Momento*, 09 de junho de 1949. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

os nomes das lideranças ao Delegado do Trabalho e solicitando a ação policial. Contou com o Delegado do Trabalho Hugo de Farias, que atuou solicitando intervenção da polícia, forneceu nomes e informações aos órgãos de repressão, assim como aos patrões, e nas suas declarações à imprensa reforçou os argumentos de que se tratava de uma greve ilegal. A polícia atuou prendendo lideranças, montando guarda dentro de algumas fábricas e reprimindo os piquetes, sendo marcantes nos momentos de início e do fim do movimento. E por fim a atuação da imprensa, especialmente o jornal *A Tarde*, que durante o movimento fez o esforço de descaracterizar as reivindicações dos trabalhadores, para classificar a greve como ilegal e fruto da ação do “extinto PC”, servindo como discurso legitimador da violência policial. Durante 1949 qualquer aglomeração de trabalhadores no bairro de Plataforma, onde se concentravam a maioria das fábricas de tecidos da capital, passou a ser vista como suspeita, e a presença da polícia política era constante nos arredores e até mesmo dentro das fábricas.³⁹³

Com as demissões, as comissões perderam força nas fábricas têxteis, mas continuaram atuando. Fizeram alguns memoriais tentando arrancar assembleias dos interventores do sindicato, porém sem sucesso. Em outubro de 1949 a comissão convocou todos os trabalhadores para uma assembleia que aconteceria na sede do sindicato, a pauta seria o andamento do dissídio coletivo. No horário marcado a sede da entidade estava fechada com um aviso: “Ciente de que entre os associados há o propósito de solicitar a realização de uma assembleia extraordinária [...] a assembleia seria desnecessária pois o dissídio estaria “correndo legal e regularmente”³⁹⁴

A Cia Linha Circular (CLC) firmou convenção coletiva com o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos (Transviários), que estabelecia um reajuste de 15% nos salários e o pagamento do descanso semanal, condicionados a assiduidade 100% por parte do empregado. Tal acordo estaria ainda relacionado ao aumento das tarifas cobradas nos bondes da cidade, que foi autorizada em janeiro de 1948. Pela cláusula de assiduidade se o trabalhador faltasse uma vez em quinze dias, ele perderia mais de 50% dos seus ganhos, mesmo que a falta fosse por motivo de saúde ou por suspensão pela própria empresa. A luta contra os 100% de assiduidade passou a ser a principal bandeira dos comunistas que trabalhavam na CLC.

Logo no primeiro mês, 40 trabalhadores tiveram descontos salariais e o Sindicato convocou assembleia onde pretendia obter autorização para solicitar dissídio coletivo. O

³⁹³ Plataforma invadida por policiais. *O Momento*, 04 de junho de 1949. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros. O terror policial dirige-se contra os operários da São Braz. Idem. 31 de maio de 1949. p.5.

³⁹⁴ Miseravelmente traídos os tecelões. *O Momento*, 18 de outubro de 1949. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

vereador comunista Florisvaldo Viana, que era da categoria e da comissão de reivindicação, propôs que a luta fosse pela anulação da convenção que instituiu a assiduidade de 100%, mas a proposta não foi aceita pela direção do sindicato, que no dissídio solicitou suspensão das punições, mas não pediu o fim da cláusula de assiduidade.³⁹⁵

Segundo a mesma convenção que instituiu a assiduidade de 100%, os fiscais da Cia Circular teriam direito de receber seus salários até o dia 05 de cada mês, quando caísse nos domingos ou feriados o pagamento deveria ser feito no dia anterior. Isso ocorreu no mês de setembro, e a Cia não efetivou o pagamento. Um grupo de fiscais, com a participação do vereador pecebista Florisvaldo Viana, anunciou greve ao meio dia do sábado dia 04/09. A polícia, a Delegacia do Trabalho e a direção do sindicato, que tinha a frente o interventor Ederval Vieira, foram imediatamente acionados na tentativa de frear o movimento que não contou com ampla adesão da categoria e logo foi derrotado. A empresa concordou em fazer o pagamento no dia seguinte, domingo dia 05. *O Momento* narrou o episódio, exaltando a coragem dos fiscais, todavia ressaltou que a lição deixada foi que deveriam mobilizar o conjunto dos empregados da empresa, e não apenas os fiscais.³⁹⁶ A repressão não tardou, e no dia seguinte, em pleno domingo, vários trabalhadores foram detidos pela polícia para prestar depoimento sobre a tentativa de paralisação. Nas perguntas da polícia havia a tentativa de responsabilizar o PCB pela paralisação, especialmente pela presença de Florisvaldo Viana na Comissão, versão fartamente difundida pela imprensa não comunista. Foram demitidos 19 fiscais e foi aberto inquérito administrativo para outros 11 trabalhadores.³⁹⁷

Os comunistas organizaram a Comissão Central dos trabalhadores da CLC, que recolheu assinaturas para um memorial reivindicando reajuste salarial, a anulação da convenção que instituiu a assiduidade de 100%, a readmissão dos fiscais e conclamou a categoria para a entrega do documento dia 09 de setembro. No horário marcado vários agentes da polícia política se encontravam na área interna e na porta da empresa. Diretores da empresa receberam a comissão, mas afirmaram que não poderia receber o memorial, pois não estava sendo entregue pelo Sindicato, e que poderiam até ser multados pela justiça do Trabalho caso atendessem as reivindicações.³⁹⁸

³⁹⁵ Anular a convenção. É o que interessa aos trabalhadores da CLC. *O Momento*, 23 de maio de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁹⁶ Greve dos fiscais da Circular. *O Momento*, 05 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁹⁷ A CLC espalha o terror sobre os trabalhadores. *O Momento*, 07 de setembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

³⁹⁸ Os americanos da Circular recusaram o memorial dos operários. *O Momento*, 10 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

A Comissão Central então publicou um novo manifesto, no qual relatou a exigência que as reivindicações fossem encaminhadas através do órgão de classe e conclamou a categoria para cobrar do sindicato a realização de uma assembleia geral.³⁹⁹ Esse memorial recolheu mais de 800 assinaturas e foi encaminhado ao interventor do Sindicato dos Trabalhadores dos Carris Urbanos, Ederval Vieira, e ao interventor do Sindicato dos Telefônicos, Amaro Dias (A CLC era concessionária dos bondes, telefonia e energia elétrica).

Após muita pressão da comissão o sindicato finalmente marcou a assembleia para o dia 22 de outubro. A diretoria desejava comunicar à categoria que o dissídio movido pela entidade havia sido julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho, decidindo que a falta ao serviço em função de suspensão imposta pela empresa não implicaria na quebra da assiduidade 100%. Talvez acreditassem que tal decisão acalmaria os ânimos da categoria.⁴⁰⁰ No dia 22 a sede do sindicato estava com forte presença de policiais e “agentes ministerialistas” que impediram a entrada de João dos Passos, líder da categoria que havia sido demitido no final de 1946, quando foi candidato a deputado pelo PCB, Horácio Couto, membro da comissão, Dermeval Araújo, jornalista de *O Momento*, e dezenas de outros trabalhadores. Alguns líderes além de não conseguirem entrar na assembleia, foram “expulsos” do Sindicato, termo usado para se referir ao cancelamento da filiação na entidade. Foi o caso do vereador Florisvaldo Viana, de Hilário de Assis, do Sindicato dos Carris e Horácio Couto, do Sindicato dos Telefônicos. Para uma plateia com mais de 200 trabalhadores, a mesa diretora leu a ordem do dia diferente do previsto, sem o memorial. Ainda assim a discussão em torno do memorial foi suscitada, provocando bate boca e confusão e os interventores encerraram a assembleia.⁴⁰¹

A Comissão da CLC mobilizou grande número de trabalhadores para a entrega de novo memorial à direção da empresa, em 13 de dezembro. Na reunião com os empresários, os trabalhadores apresentaram suas queixas sobre a cláusula de assiduidade, a necessidade de aumento de salário e abono de natal. Os diretores da empresa responderam que não poderiam receber o memorial, pois a comissão não era o sindicato. E sobre as dificuldades dos trabalhadores a empresa não tinha condições de conceder reajustes e propuseram o adiantamento de uma quinzena de salários que seria descontado na quinzena seguinte. Os três

³⁹⁹ Manifesto aos trabalhadores da CLC. *O Momento*, 16 de setembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁰ Uma vitória dos operários da CLC. *O Momento*, 15 de outubro de 1948. p.1, 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰¹ A serviço da Circular. *O Momento*, 23 de outubro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

membros da comissão então deixaram o memorial com as reivindicações e as assinaturas em cima da mesa dos diretores, e deram um prazo de 24 horas para uma resposta.⁴⁰²

Dois dias depois, no dia 15 de dezembro, a Comissão Central tentou arrancar uma greve. Eram 3h da manhã quando um grupo impediu a saída do primeiro bonde, que faria o transporte dos trabalhadores para início da jornada. Quatro e meia, horário previsto para início do tráfego, estavam mobilizados nos barracões, com a comissão anunciando o início da greve, que sem a adesão esperada durou apenas até 7:30h com a chegada da polícia que prendeu vários líderes do movimento, acabou com os piquetes, e durante todo o dia os bondes circularam com escolta policial.

Nos dias seguintes a preocupação passou a ser a libertação dos líderes. Ao mesmo tempo, o chefe de polícia, Oliveira Brito, não demorou de anunciar e a imprensa fartamente reproduziu que a paralisação foi obra dos comunistas, e que o “vereador Florisvaldo Viana foi visto [...] procurando rearticular a greve”, em tentativa de classificar o movimento como ilegítimo, apenas uma “agitação comunista”.⁴⁰³ Versão logo desmentida pelos comunistas, afirmando que o vereador estava em Juazeiro no dia da paralisação.⁴⁰⁴ Apenas no dia 28 de dezembro foram libertados Manoel dos Santos, Davino Ribeiro da Silva, Isaias Santos e Vicente Bispo da Costa, após concessão de *habeas corpus*, enquanto Edgar Alves, Américo Leite e José Duarte Dias (apelidado “Setenta”) só foram libertados em fevereiro do ano seguinte.⁴⁰⁵

Com o fim da validade do acordo que instituiu a assiduidade de 100%, o sindicato fez assembleia em 24 de setembro para deliberação sobre a nova “convenção”. Com forte presença de representantes da Delegacia do Trabalho e da força policial, foram novamente barrados os jornalistas de *O Momento* e vários comunistas. Em assembleia tumultuada foi aprovada a nova proposta de acordo que seria negociada com a empresa. Incluía a proposta de classificação dos trabalhadores por tempo de serviço; abatimento de 50% no valor pago pelos trabalhadores por fardamento; reajuste salarial; e foi mantida a cláusula de assiduidade com a

⁴⁰² Os gringos da Circular terão que responder em 24 horas. *O Momento*, 14 de dezembro de 1948. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰³ Os operários responderam à Circular com a greve. *O Momento*, 16 de dezembro de 1948. p.1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁴ Falta de vergonha. *O Momento*, 13 de janeiro de 1949. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁵ Foram libertados. *O Momento*, 29 de dezembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Libertados os presos da Circular. *O Momento*, 15 de fevereiro de 1949. p. 1; Libertado Setenta. *O Momento*, 23 de fevereiro de 1949. p.1.

modificação que não poderia haver desconto do pagamento do descanso remunerado quando as faltas fossem justificadas, sem especificar quais justificativas seriam válidas.⁴⁰⁶

Outros acordos salariais passaram a incluir cláusulas de exigência de assiduidade que possibilitavam aos patrões descontos exorbitantes. A Junta Governativa do Sindicato dos Moageiros assinou acordo que incluiu no salário um abono que a categoria já recebia, e o pagamento de um dia a mais por semana, porém tudo estava condicionado a 100% de assiduidade. Ou seja, se não cumprisse a assiduidade receberiam menos do que antes do novo acordo. Além disso, pelo acordo, esse dia não seria mais pago quando fosse instituído o pagamento do descanso semanal remunerado, que estava sendo protelado pelos patrões.⁴⁰⁷

Entre os gráficos, em assembleia convocada pela Junta Governativa do Sindicato no final de maio de 1948, foi decidido o envio de memorial aos empregadores solicitando reajuste entre 30 e 60%, fixando um prazo de 15 dias para a resposta. Foram criadas três comissões para auxiliar na mobilização com tarefas de comunicação e propaganda, documentação, e organização. Nesse caso, o sindicato, mesmo com interventores, convocou assembleia para tratar de aumento de salários e os comunistas se posicionaram apoiando a luta e participando ativamente das comissões.⁴⁰⁸

Em 20 de junho os gráficos se reuniram novamente em assembleia para discutir as respostas dos patrões, que propuseram um abono de apenas R\$3,00 a título de “benemerência”, que foi rechaçado pela categoria.⁴⁰⁹ Em setembro foi apresentada nova proposta, através de intermediação da Delegacia do Trabalho. A proposta de abono de R\$ 3,00 foi apresentado agora como reajuste, mas só seria concedido aos que não obtiveram reajuste em setembro de 1947. Seria concedido o descanso remunerado condicionado à assiduidade de 100%, mediante o compromisso de não reivindicar o direito de receber o descanso remunerado dos dois anos decorridos desde a aprovação da lei, e ainda, a categoria deveria renunciar a qualquer reivindicação de aumento de salário durante dois anos. A categoria rejeitou a proposta e decidiu em assembleia pela criação de comissões e sub-comissões por local de trabalho. Também em assembleia foi deliberado que o sindicato

⁴⁰⁶ Primeiras vitórias dos transviários. *O Momento*, 25 de setembro de 1949. p.7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁷ Lesados pela junta governativa do Sindicato os trabalhadores do Moinho da Bahia. *O Momento*, 08 de julho de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁸ Os gráficos iniciam aluta pelo aumento de salários. *O Momento*, 25 de maio de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁰⁹ Os gráficos deixarão a luta com vitória. *O Momento*, 22 de junho de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

acionaria a Justiça do Trabalho através de dissídio coletivo.⁴¹⁰ O presidente do Sindicato dos Gráficos assumiu compromisso com a categoria que não realizaria nenhum acordo sem a aprovação da assembleia. No caso específico dos gráficos, esse tipo de compromisso assumido pelo interventor possibilitou a convivência e atuação conjunta entre as comissões criadas pelos comunistas e a direção sindical. O julgamento na Justiça do Trabalho ocorreu no final de dezembro, e garantiu algum reajuste aos gráficos, porém o percentual não foi informado na matéria de *O Momento*.⁴¹¹

Entre os ferroviários da estrada de ferro Ilhéus-Conquista, os comunistas organizaram uma comissão que elaborou um memorial reivindicando reajuste de 100%, iniciou a coleta de assinaturas e cobraram à direção do sindicato sob intervenção a realização de uma assembleia. A junta governativa convocou a assembleia, quando aprovaram o memorial e escolheram uma comissão para fazer a entrega do documento à direção da empresa. Curioso notar que a nova comissão aprovada na assembleia era formada, na sua maioria, pelos mesmos membros da comissão anteriormente criada sob incentivo dos comunistas: Arlindo Gomes, Manoel Fagundes, Cicero Dias, Aristides Santos, Armenio Matos, José Florêncio, Jaci Neves, Adalto Brandão, Cantídio Oliveira, e Ascendino Bina. Os dois últimos militantes do PCB.⁴¹²

Paralelamente à campanha salarial, estava ocorrendo uma negociação entre a empresa inglesa Bahia South Western Railway e o governo brasileiro que encampou à ferrovia. Ocorreram alguns episódios de intimidação, com a polícia convocando membros da comissão para depor, e militantes comunistas, como Ascendino Bina, sendo impedidos de se manifestar em algumas assembleias. Em agosto de 1949 os trabalhadores mobilizados através da comissão conquistaram 30% de reajuste a ser concretizado após a encampação.⁴¹³ No início de outubro o jornal londrino *Financial Times* divulgou uma denúncia em torno das negociações com um esquema de gorjetas em torno de 90.750 libras esterlinas pagos à autoridades do governo brasileiro e deputados. *O Momento* já havia denunciado o alto preço da negociação, pois segundo os comunistas a ferrovia havia custado 50 contos por quilômetro

⁴¹⁰ Não! Responderam os gráficos. *O Momento*, 14 de setembro de 1948. p.1, 5; julgamento do dissídio dos gráficos. *O Momento*, 27 de novembro de 1948. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹¹ Os gráficos não se deixarão enganar. *O Momento*, 16 de setembro de 1948. p. 2; A justiça do Trabalho traiu os gráficos. *O Momento*, 30 de dezembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹² Lutam os ferroviários por melhores salários. *O Momento*, 29 de dezembro de 1948. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹³ Vitória dos ferroviários. *O Momento*, 02 de agosto de 1949. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

e foi vendida por 400, quando restavam apenas nove anos para a empresa passar ao controle do Estado sem ônus.⁴¹⁴

A empresa não cumpriu o acordo do reajuste e a Comissão liderada pelos comunistas organizou várias subcomissões por local de trabalho e deflagrou greve no dia 23 de outubro, com ampla adesão da categoria, mesmo a polícia tendo ocupado as oficinas e estações da estrada de ferro. A greve contou com apoio da AGT que organizou campanha de arrecadação de fundos para os grevistas. Segundo *O Momento*, após 15 dias de greve os trabalhadores ocuparam a sede do Sindicato, “reconquistaram seu sindicato, forçando o próprio pelego a apoiar o movimento”. Em grande assembleia realizada pelo sindicato, o prefeito de Ilhéus tentou convencer os ferroviários a encerrarem o movimento, sem sucesso. Após 19 dias de paralisação, com a garantia por parte da direção da empresa da assinatura do acordo, a categoria retornou ao trabalho.⁴¹⁵

Em Juazeiro, cerca de cinquenta alfaiates organizados na Sociedade dos Alfaiates, paralisaram todas as alfaiatarias da cidade no início de dezembro de 1949, reivindicando aumento de salário. A greve recebeu apoio da Associação de Trabalhadores de Juazeiro, organizada sob a influência de comunistas, assim como do Sindicato dos Fluviários e do Sindicato dos Sapateiros. Após três dias a greve saiu vitoriosa.⁴¹⁶

A Junta Governativa do Sindicato dos Portuários de Salvador convocou assembleia, em maio de 1948, para fazer a prestação de contas. A categoria, que os comunistas tinham boa inserção, fez fortes protestos diante dos dados apresentados levando o presidente da junta a encerrar abruptamente a assembleia.⁴¹⁷ Em agosto estava em debate um projeto de regulamentação do trabalho dos portuários, que elaboraram a sua proposta para debater com a diretoria da Cia das Docas. Em assembleia do Sindicato dos Portuários foi escolhida uma comissão formada por cinco portuários, dois deles indicados pela diretoria e os demais pela categoria. Nas negociações os membros da diretoria se mostraram dispostos a aceitar a proposta patronal, ainda que contrariasse as reivindicações da categoria, não conseguindo por estar em minoria. Por falta de acordo, o sindicato encaminhou a questão para a Justiça do

⁴¹⁴ Aparecem os detalhes da negociata da Ilhéus-Conquista. *O Momento*, 04 de outubro de 1949. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹⁵ Greve dos ferroviários da Ilhéus-Conquista. *O Momento*, 25 de outubro de 1949. p. 1, 8.; No quinto dia a greve da Ilhéus-Conquista. *O Momento*, 28 de outubro de 1949. p. 1, 8; Marcham para a vitória os grevistas da Ilhéus-Conquista. *O Momento*, 08 de novembro de 1949. p.7.; 19 dias de greve. *O Momento*, 12 de novembro de 1949. p. 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹⁶ Greves vitoriosas em Ilhéus e Juazeiro. *O Momento*, 06 de dezembro de 1949. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹⁷ Fugiu à prestação de contas a junta governativa do Sindicato dos Portuários. *O Momento*, 25 de maio de 1948. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Trabalho.⁴¹⁸ Alguns dias depois, João Benigno e Irineu Euzébio, os ministerialistas que participavam da comissão, foram premiados pela colaboração com a diretoria da empresa recebendo promoção. Ambos se tornaram chefe de turma, causando indignação no seio da categoria que se manifestou através de memorial, com mais de trezentas assinaturas, entregue na Delegacia do Trabalho exigindo a expulsão da junta governativa da direção do sindicato.⁴¹⁹

Uma nova comissão foi indicada pelo sindicato sem nenhuma consulta à categoria, e em novembro de 1948, assinou em nome do sindicato, uma convenção homologada pelo Ministério do Trabalho, que regulamentava o trabalho sem atender as principais reivindicações da categoria, que queria duas turmas para o serviço do cimento, aumento de salários, e pagamento por unidade no serviço do couro.⁴²⁰ Quando ocorreu a assembleia, no dia 19 de novembro de 1948, os interventores barraram os jornalistas de *O Momento*, e tentaram usar o pequeno tumulto em torno desse episódio, como pretexto para encerrar a assembleia, sem sucesso. A assembleia deliberou que a comissão iria voltar à negociar com a Cia das Docas, e solicitaria ao Ministério do Trabalho a revogação da convenção.⁴²¹ A revogação não ocorreu, mas o episódio serve para demonstrar que os comunistas tentavam participar das assembleias e impor derrotas à junta governativa.

Os comunistas também mantinham prestígio junto à categoria de estivadores. Em janeiro de 1949 o sindicato convocou assembleia para escolha de delegados para congresso da Federação Nacional dos Estivadores, órgão que estava sendo criado sob o controle do Ministério do Trabalho. Na assembleia, com mais de 300 trabalhadores, a chapa apresentada pelo interventor Deoclécio foi derrotada por outra chapa que contou com o apoio dos comunistas.⁴²² No entanto, os interventores exigiram documento policial, “folha corrida”, no prazo de 48 horas, como condição para a viagem dos dois delegados eleitos, Aloisio Gomes dos Santos e Manoel Gomes, e com essa manobra anularam os votos em favor dos eleitos.

O episódio serve para demonstrar a disposição dos comunistas de disputar esses poucos espaços que ainda restavam, e ao mesmo tempo denunciar as juntas governativas. Nessa ocasião a Comissão de Reivindicações da Estiva aproveitou para publicar um panfleto denunciando o “roubo dos votos”, e afirmando que os trabalhadores não poderiam confiar nos

⁴¹⁸ Os portuários repeliram a proposta patronal. *O Momento*, 06 de agosto de 1948. p.1, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴¹⁹ Promovidos pela traição aos portuários. *O Momento*, 14 de agosto de 1948. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²⁰ Traídos os portuários. *O Momento*, 16 de novembro de 1948. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²¹ Os pelegos confessaram a traição aos portuários. *O Momento*, 20 de novembro de 1948. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²² Os estivadores derrotaram os pelegos. *O Momento*, 30 de janeiro de 1949. p.7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

interventores, devendo fortalecer a organização das comissões para lutar contra o custo de vida, por aumento de salários, pelo descanso remunerado, pagamento aos acidentados, pela volta de João Cardoso aos quadros de filiados e contra o imposto sindical.⁴²³

No serviço de descarga de navios estrangeiros ou se a carga procedesse ou se destinasse de outros países, os estivadores recebiam um adicional de 50% no valor da tonelada. No final de julho de 1949, através de uma portaria ministerial, esse adicional foi retirado sem qualquer aviso prévio. Logo a comissão de reivindicações passou a exigir do sindicato a realização de uma assembleia.⁴²⁴ Foi entregue ao interventor Deoclécio um requerimento solicitando a realização de assembleia, que respondeu que precisava pedir autorização à Confederação Nacional dos Estivadores. Claro que se tratava de uma desculpa para protelar a resposta, e notando isso, *O Momento* passou a conclamar a categoria para a luta, “não será a assembleia de sindicato que há de solucionar tão importante problema. Mas, a massa, os trabalhadores organizados [...]. Não podem esperar por assembleia, inclusive essa será conquistada no processo da própria luta”. Pelo mesmo motivo iniciou uma greve no Paraná, e em várias partes do Brasil os estivadores estavam se mobilizando. Com isso, em 15 de agosto a portaria foi revogada. No final do mês foi anunciado que estivadores e portuários passariam a receber o repouso remunerado, o que foi muito comemorado pelas categorias com festa em praça pública.⁴²⁵

Após a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Santo Amaro, ocorrida em fevereiro de 1947, seu presidente, o petebista Octávio Nunes, foi demitido depois de inquérito na Justiça do Trabalho, requerido pela Lavoura e Indústria Reunidas (LIR). Octávio Nunes buscava sua reintegração, e nesse sentido tinha o apoio dos comunistas, que já haviam atuado conjuntamente no MUT, nos congressos sindicais e em greves ocorridas anteriormente.

As usinas de açúcar de Santo Amaro, na região do Recôncavo baiano, estavam inseridas no meio dos canaviais, e entre seus empregados estavam trabalhadores rurais que atuavam nas plantações e os operários das usinas de açúcar. *O Momento* publicou algumas reportagens retratando as péssimas condições de trabalho. Na Usina São Carlos, os

⁴²³ Indignados os estivadores. *O Momento*, 06 de fevereiro de 1949. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²⁴ Monstruoso golpe contra os estivadores. *O Momento*, 30 de julho de 1949. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros; Os estivadores exigirão assembleia. *O Momento*, 31 de julho de 1949. p.1.

⁴²⁵ Manobra de pelego que não iludirá os estivadores. *O Momento*, 10 de agosto de 1949. p. 8. BPEB, Setor: Periódicos raros. Os estivadores não se iludirão com os manejos dos pelegos. *O Momento*, 13 de agosto de 1949. p. 5. Vitoriosos os estivadores. *O Momento*, 16 de agosto de 1949. p. 8; Festa dos estivadores e portuários. *O Momento*, 02 de setembro de 1949. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

trabalhadores rurais eram remunerados por diárias de Cr\$ 12,00. Os condutores da cana cortada, para atingir o valor equivalente à diária deveriam transportar 1000 quilos em carroças de tração animal, e haviam denúncias de balanças desreguladas. Os que trabalhavam cortando e limpando a cana recebiam Cr\$ 3,00 por tonelada. As crianças recebiam Cr\$ 2,00 por dia para tarefas do campo. Segundo a reportagem, a própria usina dispunha de um armazém para venda de gêneros alimentícios, de limpeza e mercadorias em geral para seus empregados. Com preços acima do mercado e produtos de qualidade duvidosa, foi apelidado de “cacete armado”. Além disso, não assinavam a carteira de trabalho, não pagavam férias anuais, nem as indenizações após as demissões.⁴²⁶

Reivindicando a melhoria no fornecimento de água, luz, lenha, serviço médico, remédio, moradia, açougue, e aumento de salário, os trabalhadores da Usina de Açúcar São Carlos, em Santo Amaro, organizados em Comissão procuraram a direção da empresa para cobrar por essas reivindicações. O gerente prometeu que resolveria todos os problemas, menos os salários que “aconselhou” que recorressem ao sindicato e à Delegacia do Trabalho. Como a comissão insistiu na reivindicação, foi marcada reunião com a direção da empresa para a semana seguinte.⁴²⁷

No dia 14 de junho, data da reunião, o diretor Helenauro Sampaio chegou acompanhado de dois policiais e ameaçou suspender os membros da comissão, gerando protesto dos trabalhadores, que afirmaram que todos os mais de quinhentos presentes faziam parte da comissão e que o patrão teria que punir a todos. Na negociação a empresa alegou que estava deficitária e por isso não poderia conceder reajuste salarial, mas se comprometeu a cumprir todas as demais reivindicações, incluindo o pagamento do descanso semanal remunerado. O maior êxito nessa negociação, segundo a imprensa comunista, foi a organização e negociação ter acontecido sem nenhuma interferência do sindicato ou dos órgãos oficiais.⁴²⁸ No mês seguinte foram demitidos dois operários da Comissão que organizou as mobilizações da Usina São Carlos. Francisco Duarte dos Santos e Milton Castro foram demitidos pelo gerente Gilberto Vilas Boas. Tal fato levou os trabalhadores a uma paralisação de dois dias em protesto.⁴²⁹

⁴²⁶ Vergonhosa exploração na Usina São Carlos. *O Momento*, 07 de dezembro de 1948. p.2, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²⁷ Os trabalhadores da Usina São Carlos Luta por melhores salários. *O Momento*, 05 de junho de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²⁸ Exemplo de unidade e organização dão os trabalhadores da Fábrica São Carlos. *O Momento*, 19 de junho de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴²⁹ Greve de protesto dos trabalhadores da Usina São Carlos. *O Momento*, 17 de julho de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

No dia 09 de dezembro de 1948 os trabalhadores da Usina Capanema, em Santo Amaro, paralisaram suas atividades tendo como estopim o atraso dos salários de novembro. A categoria reivindicava também o cumprimento de um dissídio coletivo de fevereiro de 1947 com um reajuste de 35%; regularização de pagamentos que foram feitos incompletos entre agosto e novembro de 1948; complementação dos registros nas carteiras de trabalho; regularização do pagamento do IAPI, instituto de previdência; assistência médica e habitação. Com o caminhar da greve foi incorporado à pauta o pagamento dos dias paralisados e a garantia que não haveria perseguições aos trabalhadores. Para piorar a situação os trabalhadores ficaram sem poder adquirir gêneros alimentícios após o fechamento do armazém que a Usina mantinha para venda de produtos aos trabalhadores.⁴³⁰

A greve se prolongou sem nenhuma negociação. Foram realizadas campanhas de solidariedade junto aos trabalhadores das outras usinas buscando construir um fundo, e nesse sentido promoveram uma grande caminhada pelas ruas da cidade em “bando precatório”⁴³¹ os trabalhadores e suas famílias para arrecadar contribuições. A AGT publicou um manifesto conclamando todas as categorias para solidariedade política e financeira aos grevistas. As comissões de várias categorias realizaram campanhas de arrecadação.⁴³²

A proprietária da Usina conhecida entre os trabalhadores como “Dona Sinhazinha Batista” solicitou intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool. Apenas em fevereiro do ano seguinte chegou à Usina o interventor do IAA João Lucena Neiva. No dia 13 de fevereiro foi realizada uma assembleia com a presença do interventor e ficou acordado o pagamento dos dias de salário referentes ao período após a intervenção, que foi 30 de janeiro, já com o aumento de 35%; a garantia do pagamento dos salários atrasados a medida que a produção permitisse. Os trabalhadores aceitaram, contudo afirmaram que continuariam na luta pelo pagamento da diferença referente aos 35% desde junho de 1947. A greve acabou após 76 dias.⁴³³

⁴³⁰ Greve na Usina Capanema. *O Momento*, 08 de dezembro de 1948. p.1, 6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴³¹ Expressão usada para designar um grupo de pessoas que vai pelas ruas implorando caridade pública em benefício próprio ou alheio. "bando precatório", in: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Retirado de: <https://dicionario.priberam.org/bando%20precat%C3%B3rio> Acesso em 09-06-2021.

⁴³² Com intervenção ou não, continuará a luta na Usina Capanema. *O Momento*, 23 de dezembro de 1948. p.1.; Todo auxílio aos grevistas da Capanema. *O Momento*, 13 de janeiro de 1949. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴³³ Nem a fome consegue vencer os grevistas da Capanema. *O Momento*, 29 de dezembro de 1948. p.1.; Firmes os grevistas da Usina Capanema. *O Momento*, 16 de dezembro de 1948. pp.1, 2. BPEB, Setor: Periódicos raros. Voltam vitoriosos os grevistas da Capanema. *O Momento*, 19 de fevereiro de 1949. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Em novembro de 1948, os trabalhadores agrícolas da Usina São Carlos, organizados em comissão liderada pelos comunistas, entregaram novo memorial onde cobravam o registro nas carteiras de profissionais, pagamento das férias vencidas, indenização integral aos despedidos. Sem respostas, no dia 11 de janeiro de 1949, paralisaram o trabalho para entrega de novo memorial que incluiu a reivindicação de reajuste para Cr\$ 5,00 por tonelada da cana cortada, e deram o prazo de oito dias para a Usina responder.⁴³⁴ Até o dia 22 de janeiro de 1949 a direção da Usina não havia respondido ao memorial, e afirmou que a negociação deveria ser feita com o fiscal do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores, em assembleia conduzida pela Comissão, resolveram paralisar os trabalhos. Assim, durante a greve da Usina Capanema, os 2400 trabalhadores rurais da Usina São Carlos também deflagraram greve. Assim como na greve da Capanema, a direção da São Carlos reagiu se utilizando do armazém de fornecimento de gêneros alimentícios, suspendendo vales, aumentando os preços dos gêneros, e ameaçando inclusive cessar o fornecimento de carne.⁴³⁵

No terceiro dia de greve a empresa apresentou a proposta de pagar as férias dos últimos três anos no prazo de 30 dias; devolver as carteiras de trabalho com os devidos registros; indenizar os operários anteriormente demitidos e se comprometeu a não perseguir e nem demitir em função da greve. Os trabalhadores aceitaram a proposta mesmo não contemplando o reajuste, mas como não confiavam na direção da empresa, decidiram que só voltariam ao trabalho com um compromisso assegurado em documento assinado.

No dia seguinte, 25 de janeiro, estava prevista a chegada do Delegado do Trabalho, Hugo Farias, para mediar o acordo. Antes disso, pela manhã, a polícia prendeu sob acusação de estarem incitando a greve, Sandoval Almeida, Francisco Oliveira e Narciso Araújo. Este último era alfaiate, comunista e presidente da Sociedade União dos Artífices Santamarenses (SUAS), que tinha muitos trabalhadores da São Carlos entre seus filiados e estava desempenhando importante papel na greve. Centenas de trabalhadores se dirigiram para a cidade em protesto contra as prisões, e na delegacia foram recebidos à bala com a polícia atirando em direção à multidão. Segundo a versão da polícia, propagada pela imprensa não comunista, o que houve foi legítima defesa depois que os trabalhadores “invadiram a delegacia”.⁴³⁶ Após a correria, o saldo foi de dois mortos e 11 feridos hospitalizados. Cirilo

⁴³⁴ Lutam os operários da Usina São Carlos pelos seus direitos. *O Momento*, 15 de janeiro de 1949. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴³⁵ 2400 trabalhadores da Usina São Carlos em greve. *O Momento*, 23 de janeiro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴³⁶ Foi premeditado o bestial massacre. *O Momento*, 13 de outubro de 1948. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Marques foi atingido por balas e faleceu durante cirurgia de amputação da perna e Serafim dos Santos sofreu ataque cardíaco e faleceu. O Delegado do Trabalho cancelou a viagem, e os trabalhadores da usinagem, que até então continuavam trabalhando, paralisaram as atividades em solidariedade aos trabalhadores rurais. Francisco Oliveira foi solto ainda nesse dia.

O episódio ficou conhecido como “Massacre de Santo Amaro” e teve ampla repercussão na imprensa, e inúmeras denúncias feitas pela AGT. O deputado petebista Carlos Aníbal Correia, protestou na Assembleia Legislativa e o deputado comunista Pedro Pomar denunciou o ocorrido em discurso na Câmara Federal.⁴³⁷ No dia 27 de janeiro foi firmado o acordo com a participação de trabalhadores, patrões e um representante da Delegacia do Trabalho, pondo fim à greve. Sandoval Almeida e Narciso Araújo foram soltos no dia 31 de janeiro. A AGT fez arrecadação de donativos em dinheiro para as famílias dos dois mortos.⁴³⁸ A Usina não respeitou o item do acordo referente a não haver perseguições contra lideranças ou trabalhadores, e no início de fevereiro 10 trabalhadores, entre eles alguns que foram feridos pela polícia, foram demitidos.⁴³⁹

Em matéria publicada pelo jornal *O Estado da Bahia*, intitulada “agitação comuno-queremista no recôncavo” a cidade de Santo Amaro foi retratada como o paraíso dos “perturbadores da ordem”. Com destaque para a atuação dos “agitadores” Narciso Bispo, do dentista Juvêncio Guedes e do operário Octávio Nunes. *O Momento* tratou como “matéria paga”, pois foi veiculada em outros periódicos com o mesmo teor e título. Narciso e Juvêncio tinham relação com o PCB e atuaram no sentido de ampliar a inserção do partido junto aos trabalhadores rurais, setor que havia poucas iniciativas na Bahia.⁴⁴⁰

Depois da greve da São Carlos, os trabalhadores agrícolas de outras Usinas de Santo Amaro, incentivados pela SUAS, passaram a reivindicar o direito de férias, que nunca havia sido pago aos trabalhadores agrícolas na região. Em junho os trabalhadores agrícolas da Usina Aliança conquistaram o pagamento das férias atrasadas. A SUAS iniciou uma campanha em todas as usinas pelo aumento de 40% nos salários, incluindo dos trabalhadores do campo; pagamento das folgas remuneradas desde janeiro; pagamento das férias; assinatura das carteiras profissionais. Em julho, enquanto fazia uma reunião junto aos trabalhadores da

⁴³⁷ Protesto na Assembleia. *O Momento*, 28 de janeiro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Protesto na Câmara Federal. Idem, 04 de fevereiro de 1949, p. 1.

⁴³⁸ Libertados Narciso Bispo e Sandoval Almeida. *O Momento*, 01 de fevereiro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Toda solidariedade aos trabalhadores da Usina São Carlos. *O Momento*, 03 de fevereiro de 1949. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴³⁹ Despedidas em massa de trabalhadores de S. Amaro. *O Momento*, 08 de fevereiro de 1949. p.8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴⁰ A S.A. Magalhães desespera. *O Momento*, 17 de fevereiro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Usina Aliança, onde Antônio Bispo e outros trabalhadores foram demitidos e havia um movimento no sentido de reintegração, o presidente da SUAS, Narciso Araújo foi surpreendido com a chegada da polícia no intuito de prendê-lo, sendo obrigado a realizar uma fuga com ajuda dos operários.⁴⁴¹

Reclamando um reajuste de 60% nos salários, os operários da fábrica de refrigerantes Fratelli Vita, organizados através da sua Comissão de Salários, paralisaram suas atividades em 12 de outubro de 1948. A mobilização ocorreu em meio a greve dos tecelões, e seguindo o exemplo, os operários da Fratelli ocuparam a sede do sindicato e organizaram uma campanha para levantamento de um fundo de greve. Por outro lado, o Delegado do Trabalho, Hugo Farias, da mesma maneira que agiu junto aos tecelões, aconselhou a categoria a entrar com ação na Justiça do Trabalho e depois tentou intimidar demonstrando os riscos das demissões.⁴⁴² A Comissão de Salários que organizou o movimento dos 400 operários da Fábrica de “gasosas”, adicionou como um dos pontos a ser negociado, a retirada da polícia das imediações da fábrica, e que não houvesse perseguições após o fim do movimento. O reajuste salarial foi concedido e a greve acabou no segundo dia com a vitória dos trabalhadores.⁴⁴³

A partir de dezembro de 1948 as comissões de várias categorias acrescentaram ao rol de reivindicações a luta pelo abono de natal. A AGT conclamou todas as categorias para aderirem, criando comissões por local de trabalho, coletando assinaturas para o memorial e se necessário lançar mão de paralisações. Os tecelões, marceneiros, panificadores, portuários, ferroviários, estivadores, operários da fábrica de cigarros Souza Cruz, trabalhadores da Cia Circular, que se articularam, criaram novas comissões e fizeram coletas de assinaturas para os novos memoriais. Em algumas empresas foram vitoriosos. Os trabalhadores da fábrica de refrigerantes Fratelli Vita; de cigarros Souza Cruz, Chocolate Chadler; os marceneiros das fábricas Porvir, na Fábrica de camas Patentes, e na Moveis Martins. Algumas categorias que conquistaram abono em anos anteriores, não conseguiram no final de 1948.⁴⁴⁴

⁴⁴¹ Vitoriosos os operários da Usina Aliança. *O Momento*, 04 de junho de 1949. p.5; S.A. Magalhães atirou a polícia contra os trabalhadores. *O Momento*, 16 de julho de 1949. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴² Greve na Fratelli Vita. *O Momento*, 27 de janeiro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Continuam em greve os operários da Fratelli Vita. *O Momento*, 14 de outubro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴³ Uma vitória de todo o proletariado. *O Momento*, 16 de outubro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴⁴ Os trabalhadores lutam pelo abono de natal. *O Momento*, 08 de dezembro de 1948. p.1,6; Obtiveram abono de natal os trabalhadores das Camas Patentes. *O Momento*, 29 de dezembro de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

4.7. Repressão e declínio das mobilizações

Por ocasião da visita de Dutra à Bahia em novembro de 1948, a delegacia do trabalho organizou junto aos interventores dos sindicatos, homenagens de várias categorias. Foi publicada em *O Momento* uma nota afirmando que os estivadores repeliam as homenagens. João Cardozo, Manuel Miranda, Antônio de Souza Santos e Antônio Fortuna, membros da Comissão de Reivindicação que assinaram a nota foram convocados pela Junta governativa do Sindicato dos Estivadores para prestar depoimentos, quando ocorreu intimidações, ameaças de entregá-los à polícia e o líder João Cardoso teve cancelada sua filiação na entidade, que no caso do trabalho na estiva significava a impossibilidade de trabalhar. Foram abertos inquéritos contra vários outros estivadores. Essa medida de cancelar filiações também foi tomada pelos interventores do Sindicato dos Carris Urbanos, com relação a Florisvaldo Viana, Hilário de Assis e vários outros trabalhadores.⁴⁴⁵

Em várias categorias ocorreram demissões após intervenção policial ou dos representantes do Ministério do Trabalho. Em fevereiro de 1949, após cobranças dos empregados da Metalúrgica Cia Ferro Fabril pelo pagamento do repouso semanal, mesmo a empresa cedendo e efetuando tal pagamento, os trabalhadores envolvidos nos protestos foram demitidos, e segundo eles em relato ao *O Momento*, os diretores da empresa declararam que cumpriram orientação da polícia. Entre os marceneiros, em 1949, houve a demissão de Idelfrúades Santos, ex-presidente da AGT, da fábrica de móveis Porvir. Nesse caso o empregador afirmou que obedeceu ordens da polícia e do Ministério do Trabalho.⁴⁴⁶

A violência da polícia foi uma marca constante na trajetória dos comunistas, e analisando a relação dos militantes com a estrutura sindical podemos afirmar que após a cassação em 1947, passou a ser um componente da estrutura sindical e se acentuou a partir de 1948. Os interventores, ao lado dos prepostos da Delegacia do Trabalho, acionaram a força policial para proibir a participação dos comunistas em assembleias, repetidamente como no

⁴⁴⁵ Investem os pelegos contra os líderes dos estivadores. *O Momento*, 27 de novembro de 1948. p.1, 5.; Tremem os pelegos ante a vontade de luta dos operários. *O Momento*, 30 de novembro de 1948. p.1, 6.; Os estivadores saberão lutar contra os pelegos. *O Momento*, 05 de dezembro de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴⁶ A polícia vai à empresas demitir trabalhadores. *O Momento*, 13 de fevereiro de 1949. p.8; O criminoso processo contra Idelfrúades é um atentado aos trabalhadores. *O Momento*, 29 de março de 1949. p.7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

caso dos trasviários, para ocupar o espaço fabril como na greve dos tecelões, quando o próprio sindicato denunciou as lideranças, de forma que nesses casos e em várias outras categorias, a participação ou não dos comunistas nos sindicatos deixou de ser uma escolha.

Entre os portuários, em convenção coletiva de trabalho de 1950, foi incluído um item visando impedir “atividades políticas” que proibia as discussões, a leitura de jornais e volantes, e qualquer atitude que pudesse ser considerada política. Segundo *O Momento*, o sindicato convocou assembleia com pouca antecedência e para aprovar tal cláusula a convenção foi votada em conjunto, sem debate de pontos por ponto “numa votação embolada e feita confusamente”.⁴⁴⁷

Após a greve dos tecelões de 1948, passou a ser constante a presença da polícia nos locais de trabalho ou nos bairros de maior concentração de operários, como na Plataforma, onde estavam situadas a maioria das fábricas têxteis da capital. Militantes passaram a ser presos quando estavam recolhendo assinaturas em abaixo-assinado; por estarem colando cartazes; por distribuir panfletos; vender o jornal *O Momento* ou outros jornais das categorias; por fazer comício na porta de fábrica; reuniões em fazendas de cacau no sul da Bahia ou de cana de açúcar no recôncavo. Não foi apenas o PCB que foi colocado na ilegalidade, mas a militância, o pensamento, ser comunista passou a ser crime.⁴⁴⁸

Era prática comum os militantes do PCB prepararem homenagens ao Stalin na última semana de dezembro e ao Prestes durante o mês de janeiro, pelas datas dos aniversários dos dois líderes. Faixas, cartazes, pichações, estandartes, bandeiras vermelhas, e edições especiais de *O Momento* eram comuns nessas datas. No final de 1949 os estudantes Aquiles Gadelha e Milton Rosário foram presos em flagrante, durante uma pichação homenageando Stalin, sendo liberados no dia seguinte. Na maioria das vezes que ocorria prisão devido a esse tipo de atuação, a detenção era como nesse caso, um dia, mas várias vezes a duração foi maior.⁴⁴⁹

Em Itabuna, no dia 03 de janeiro de 1950, foram detidos dez militantes quando estavam prendendo bandeiras vermelhas nos postes da cidade e colando cartazes com fotos e mensagens de Prestes. Foram barbaramente espancados enquanto a polícia tentava obrigá-los a retirar os cartazes. Todos foram liberados no mesmo dia. Contudo, resolveram fazer uma

⁴⁴⁷ Os portuários não aceitam o fascismo. *O Momento*, 19 de fevereiro de 1950. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴⁸ Prisão arbitrária de portuários. *O Momento*, 09 de janeiro de 1949. p.5.; Preso o portuário. *O Momento*, 03 de fevereiro de 1949. p.5.; A polícia apreendeu um memorial dos estivadores! *O Momento*, 19 de fevereiro de 1949. p.1.; Plataforma invadida por policiais. *O Momento*, 04 de junho de 1949. p.5.; Preso o líder dos trabalhadores do cacau. *O Momento*, 18 de março de 1950. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁴⁹ Presos ontem dois patriotas. *O Momento*, 22 de dezembro de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

nova ação na madrugada do dia 20 de janeiro, colocando faixas e bandeiras nos lugares onde haviam sido arrancadas. A polícia chegou durante a ação e prendeu José Rodrigues dos Santos, João Bispo dos Santos e José Nascimento, que segundo *O Momento*, foram novamente espancados. Apesar de toda a publicidade, campanhas em favor da libertação, advogados enviados pelo partido para fazer a defesa, foram condenados a quatro anos de prisão. O caso teve repercussão nacional e chegou ao Supremo Tribunal Federal que negou a apelação, limitando-se a reduzir a pena para dois anos.⁴⁵⁰

Esse cenário de perseguições, repressão institucionalizada nas ações da polícia conjuntamente com os sindicatos e a Delegacia do Trabalho, levou à diminuição das mobilizações e greves entre 1949 e 1950 e mudança do perfil das greves ocorridas. Depois da paralisação dos trabalhadores do açúcar de Santo Amaro, durante 1949, foram registradas pouquíssimas paralisações, a maioria muito curtas. Ocorreu uma greve entre os trabalhadores da construção civil da Cia Osvaldo Martins pelo pagamento do descanso remunerado, ocorrida em maio; Outra paralisação dos cerca de 300 trabalhadores na construção da estrada de ferro Itaíba- Rui Barbosa, em outubro, por causa de salários atrasados; Pararam também os quase 400 marítimos da Viação do São Francisco, que faziam a travessia Petrolina-Juazeiro que só recebiam 21 dias a cada mês e após oito horas e meia de paralisação obtiveram vitória. Apesar de estar sob controle de ministerialistas, durante a paralisação houve assembleia do sindicato e uma comissão tratou das negociações. Nessa categoria havia uma comissão de reivindicações com militantes que atuavam junto à AGT.⁴⁵¹

Na primeira semana de janeiro de 1950 os trabalhadores da Mafersa, empresa que trabalhava na construção das oficinas da Ferrovia Leste em Alagoinhas, paralisaram suas atividades por estarem com dois meses de salários atrasados. A greve durou uma semana e acabou após o pagamento de um mês e o compromisso de saldar o segundo mês em atraso poucos depois.⁴⁵² Em abril, depois de dois meses de salário atrasado e com a falta de gêneros alimentícios no barracão da empresa que fornecia aos trabalhadores, foi deflagrada greve dos trabalhadores das Minas de Manganês em Santo Antônio de Jesus, cidade no baixo sul baiano, sob a liderança de uma comissão de reivindicação. Posteriormente foi destacada a “atuação da

⁴⁵⁰ Agressão brutal da polícia em Itabuna. *O Momento*, 05 de janeiro de 1950. p.1. Vigorosa demonstração de luta dos trabalhadores de Itabuna e Itapé. *O Momento*, 24 de janeiro de 1950. p.1,8.; O Supremo Tribunal negou liberdade aos presos de Itabuna. *O Momento*, 08 de julho de 1950. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵¹ Greve pelo descanso semanal. *O Momento*, 10 de maio de 1949. p.1.; Levantaram-se contra a exploração e a fome os trabalhadores da Itaíba-Rui Barbosa. *O Momento*, 05 de outubro de 1949. p.5.; Greve Vitoriosa na Viação do São Francisco. *O Momento*, 09 de agosto de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵² Greve vitoriosa. *O Momento*, 11 de janeiro de 1950. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

AGT no movimento, ao qual, superando o espontaneísmo inicial, a AGT deu um caráter de ação concreta contra a exploração brutal dos provocadores imperialistas de guerra.”⁴⁵³

A AGT organizou campanhas de solidariedade com arrecadação de dinheiro e alimentos, e os comunistas Edmundo Ferreira e o presidente da AGT, João Cardoso, se deslocaram para a cidade, para acompanhar a greve de perto. Após a realização de uma assembleia foi criada uma União dos Mineiros de Santo Antônio de Jesus, filiada à AGT e aprovaram uma moção contra as armas atômicas e em defesa da paz, demonstrando a influência dos comunistas. Após mais de um mês de greve foi assinado um acordo para a volta ao trabalho após o pagamento de um mês de salário atrasado e um prazo até o dia 30 de junho para pagamento do restante e das férias em atraso.⁴⁵⁴

Em 06 de agosto de 1950, também tendo como estopim o atraso dos salários, entraram em greve os fluviários da Viação Baiana do São Francisco, uma autarquia do serviço público que fazia transporte de cargas e de pessoas da cidade de Juazeiro, no norte do estado, através do Rio São Francisco. Além dos salários atrasados reivindicavam um aumento concedido desde janeiro que ainda não havia sido pago. Após a primeira semana de greve diretores da viação, assim como um representante do governador garantiu que caso voltassem ao trabalho receberiam os atrasados e o aumento, mas como tal promessa já havia sido feita em janeiro e não cumprida, dessa vez exigiram a formalização como garantia.

A greve foi organizada por uma comissão que contava com membros da AGT e no primeiro dia contou com apoio de várias associações de trabalhadores da cidade e com a paralisação de sapateiros, alfaiates, fogueteiros e operários da construção civil. *O Momento* deu a notícia como sendo a realização de uma greve geral em Juazeiro.⁴⁵⁵ A greve se estendeu por 24 dias, contou com apoio da AGT e seu presidente João Cardoso foi até Juazeiro, foram realizadas passeatas, e conquistou a garantia do pagamento do reajuste retroativo à janeiro quando foi concedido o pagamento dos dias parados e dos salários. Ao anunciar o retorno ao trabalho, afirmaram que era uma suspensão temporária da greve e caso o governo não cumprisse o acordado, parariam novamente.⁴⁵⁶

⁴⁵³ Realizada com grande sucesso a reunião do Conselho de representantes da AGT. *O Momento*, 14 de junho de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵⁴ Os mineiros contra a guerra atômica. *O Momento*, 11 de maio de 1950. p.1.; Os mineiros ganharam a vitória. *O Momento*, 06 de junho de 1950. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵⁵ Greve geral em Juazeiro. *O Momento*, 09 de agosto de 1950. p.1.; Está firme a greve em Juazeiro. *O Momento*, 10 de agosto de 1950. p.1.; Não cedem os grevistas. *O Momento*, 16 de agosto de 1950. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵⁶ Voltaram ao trabalho os fluviários. *O Momento*, 01 de setembro de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Durante 1950 ocorreram algumas paralisações entre os trabalhadores agrícolas das usinas de açúcar de Santo Amaro, de propriedade da S.A. Magalhães. Em março de 1950 nas fazendas Mamão e Botelho, reivindicando o pagamento do repouso semanal e um aumento de 40%. Não localizamos informações do desfecho. Em outubro, os cortadores de cana e os carregadores de cana cortada da fazenda Mar Grande paralisaram por três dias, quando conquistaram reajustes na remuneração. Em novembro houve paralisação de algumas horas na fazenda Pantaleão com reivindicações do mesmo teor. E em dezembro os trabalhadores agrícolas da Fazenda São Carlos se recusaram a receber Cr\$ 7,00 por tonelada e após um dia de paralisação conseguiram um acordo passando para Cr\$ 9,00 por tonelada⁴⁵⁷.

Reivindicando o pagamento de um reajuste de 50% já conquistado através de dissídio na Justiça do Trabalho, mas que não estava sendo pago pela Cia Telefônica, empresa de propriedade da Cia Linha Circular, que também detinha as concessões públicas dos bondes, dos serviços elétricos, e elevador Lacerda, os trabalhadores paralisaram desde as 5h30 da manhã de 01 de junho de 1950 e as 10h se dirigiram ao sindicato para uma assembleia, tudo isso à revelia do sindicato, coordenado pela comissão de reivindicação. Na assembleia compareceram, além do interventor do sindicato Amaro, o presidente da Associação Comercial Miguel Calmon, um representante da Delegacia do Trabalho. Após uma tumultuada assembleia os trabalhadores concederam um prazo de 15 dias para o pagamento do reajuste e retornaram ao trabalho.⁴⁵⁸

Durante as mobilizações ocorridas a partir de 1948, os comunistas priorizaram a atuação a partir das organizações por local de trabalho, principalmente através das comissões, onde se empenharam na luta pela liberdade e autonomia, na defesa da negociação direta, contra o imposto sindical, em mobilizações em torno das demandas imediatas das categorias através de memoriais e buscando construir paralisações. Também pressionaram as Juntas Governativas a assumir as lutas dos trabalhadores, especialmente quando os patrões se recusaram a reconhecer legitimidade das comissões. Nesse sentido quando ocorriam assembleias, algumas delas arrancadas a partir da mobilização das comissões, havia a presença dos comunistas, o que demonstra que quando possível os comunistas participavam

⁴⁵⁷ Foram à greve os trabalhadores do açúcar. *O Momento*, 10 de março de 1950. p.1.; Greve vitoriosa de assalariados da Usina São Bento. *O Momento*, 14 de outubro de 1950. p.1, 6.; Recusaram-se a trabalhar e conquistaram o aumento. *O Momento*, 08 de novembro de 1950. p.2.; Greve vitoriosa na Usina São Carlos. *O Momento*, 21 de dezembro de 1950. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁵⁸ Foram à greve os operários da Companhia Telefônica. *O Momento*, 02 de junho de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

das atividades nos sindicatos e como no caso dos gráficos, com certa convivência entre a comissão dos trabalhadores e os interventores.

Em relatório produzido pela polícia política sobre os comunistas no meio sindical em maio de 1949:

Os líderes do Ministério do Trabalho vêm fracassando na sua tarefa de evitar a exploração comunista. São todos eles uns falidos. Querem boa vida e nenhuma habilidade possuem, servindo sua atitude para forçar uma interferência cada vez mais direta do Delegado do Trabalho na vida sindical. Dominam os comunistas, em número, os sindicatos da Bahia. Cessado o regime de intervenção, que já dura quase três anos, os comunistas, sem nenhuma dúvida, assumirão o controle da grande maioria dos sindicatos operários da Bahia. [...] Em qualquer assembleia sindical que se assista vê-se o elemento comunista dominar nos debates, na condução dos trabalhos, nas verificações dos votos [...].⁴⁵⁹

Esse relato demonstra que apesar das perseguições os comunistas mantiveram boa influência junto às categorias. As comissões por local de trabalho obtiveram amplo apoio em diversas categorias e protagonizara as principais lutas reivindicatórias e greves ocorridas no período. Com o aumento da repressão a quantidade de paralisações diminuiu, assim como alterou o perfil. Em 1950, por exemplo, as duas paralisações mais duradouras ocorreram entre os fluviários de Juazeiro e entre os mineiros de Santo Antônio de Jesus, duas cidades do interior do estado em categorias que não tinham muita tradição de organização.

⁴⁵⁹ Informações: Política. 17 de maio de 1949. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.74. Assinado pelo informante JBA-19

CAPÍTULO V

O MANIFESTO DE AGOSTO: ESTRUTURAÇÃO DO SINDICALISMO LIVRE (1950-1952)

Em 1950 foram realizadas as primeiras eleições sindicais após as intervenções de 1947. Os comunistas buscaram participar ou intervir nos pleitos e nesse sentido conclamou os trabalhadores a ingressar e retomar os sindicatos. O fim das intervenções provocou mudanças na atuação dos comunistas nos sindicatos. Ao mesmo tempo ocorreu a consolidação da nova linha política do *Manifesto de Agosto de 1950* quando os comunistas radicalizaram suas posições. Foi a partir de 1950 que os comunistas priorizaram sua atuação na criação de entidades paralelas, agora sob a forma de associações que estruturariam uniões sindicais, federações e uma nova central sindical autônoma. Esse capítulo trata da atuação dos comunistas baianos em meio às mudanças na conjuntura e na orientação sindical a partir de 1950.

5.1. Autocrítica: atuar por dentro e por fora dos sindicatos

Em maio de 1949 se reuniu o Comitê Nacional do PCB, dois anos após a sua última reunião, ocorrida ainda na legalidade. No Informe do trabalho de massas, com o título *Mobilizar Grandes Massas Para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura*, Mauricio Grabois fez um balanço tomando como ponto de partida a divulgação do *Manifesto de Janeiro de 1948*, em que considerou que os êxitos conseguidos após a ilegalidade, foram em virtude da nova orientação política, com o início de um novo período de lutas no país, com crescimento no movimento de massas marcado pela realização de cerca de 200 movimentos grevistas durante 1948. Mesmo com tantas greves, o partido teria feito pouco, no sentido de organizar sindicalmente a classe operária, não tendo surgido, com raras exceções, fortes organizações de caráter sindical apoiadas nas empresas. Como organização de caráter sindical, explicou que poderiam ser comissões, associações ou sindicatos. Salientou que

alguns equívocos marcaram o trabalho no meio sindical com fortes “tendências esquerdistas”. A direção criticou a saída dos sindicatos e construção de entidades paralelas, quando ainda seria possível atuar no sindicato, ao mesmo tempo indicou a necessidade de lutar pela retomada das entidades:

Assim é que, em relação aos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, tomamos uma posição falsa, sectária, na maioria dos casos, os abandonamos completamente, apesar de se poder ainda em muitos deles mobilizar os trabalhadores para a luta por suas reivindicações. Compreendemos muito esquematicamente a importância da criação das associações profissionais, fundando organizações desse tipo quando ainda era possível atuar em defesa das massas no sindicato [...]. Também não indicamos aos trabalhadores a necessidade de lutar pela conquista dos sindicatos, deixando, por isso, em muitas greves, os trabalhadores de reivindicar a liberdade para os seus sindicatos, submetidos às juntas do Ministério do Trabalho, quando havia todas as possibilidades de fazer tal reivindicação.⁴⁶⁰

Portanto, o objetivo em médio prazo seria o fim das intervenções e a retomada dos sindicatos. Ainda com relação aos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e pela polícia, a direção nacional orientou que deveriam desmascarar os ministerialistas, denunciar as intervenções que impediam a livre organização dos trabalhadores, e destacou que isso não deveria significar o abandono dos sindicatos.

Ao contrário, nos sindicatos onde for possível atuar em defesa da massa com a utilização de sua sede e de seu patrimônio, devemos neles ingressar sem o menor receio ou sectarismo, mobilizando os trabalhadores, pondo o sindicato a serviço da corporação, principalmente tendo em vista a preparação e o desencadeamento de lutas pelas reivindicações.⁴⁶¹

A atuação junto aos sindicatos deveria estar apoiada nas organizações de base nos locais de trabalho, que poderia garantir a continuidade da luta diante de qualquer golpe da reação no sindicato. Portanto, para o partido, a atividade sindical continuava a ter como base as organizações por local de trabalho, independente do tipo ou do nome, fosse associação, comissão, sindicato, cooperativa, utilizando organismos existentes ou lutando pela criação de novos. Por fim, Grabois destacou a necessidade de que as greves, quando possível, a depender do desenvolvimento político da massa em luta, ultrapassassem as reivindicações econômicas, acrescentando as reivindicações políticas, iniciando com temas ligados diretamente à greve,

⁴⁶⁰ GRABOIS. Maurício. Mobilizar Grandes Massas Para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura. In: Revista Problemas, nº 20, Agosto/Setembro de 1949. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/grabois/1949/05/mobilizar.htm>

Acesso em 14/07/2021

⁴⁶¹ Idem.

como liberdade e eleições sindicais, avançando com a luta contra o imperialismo, contra a lei de segurança, pela democracia e legalidade para o PCB.

A direção nacional reafirmou a política sindical pecebista, com destaque para a defesa de organizações de base por local de trabalho; a construção de organizações sindicais que atuariam paralelamente aos sindicatos, sem que isso impedisse a atuação nos sindicatos ministerialistas, aproveitando dos espaços existentes para denunciar as intervenções; a luta por eleições sindicais livres; avançar nas lutas econômicas chegando às lutas políticas.⁴⁶²

Em algumas memórias de militantes que atuaram nesse período, o estudo encontrou análises negativas com relação a essa orientação de construção das entidades paralelas, as vezes relatada como sinônimo de abandono dos sindicatos, e por vezes os militantes não entendiam muito bem o que fazer. Geralmente atribuíram uma diminuição da influência do PCB junto aos trabalhadores aos equívocos de tal política. Mas quando nos deparamos com as orientações presentes na documentação partidária ou mesmo na sua imprensa, não é isso que consta. Existe sim a orientação de construção de entidades de base, tipo comissão e até mesmo de entidades sindicais paralelas, tipo associações, mas não de saída dos sindicatos. Contudo cabe a reflexão que se tal questão aparece em forma de autocrítica por parte da direção, como no informe de Mauricio Grabois de 1949, significa que em alguns lugares essa foi uma prática dos comunistas.

Analisando a prática dos militantes comunistas baianos no meio sindical nesse período, encontramos a construção de organismos de base sob a forma de comissões por locais de trabalho e ao mesmo tempo as tentativas de encontrar brechas para atuação nos sindicatos, seja pressionando para a realização de assembleias, denunciando as intervenções e a inércia das direções ministerialistas ou ocupando suas sedes durante as greves. Poucas entidades foram criadas sob a forma de associação, tal iniciativa ganhou impulso durante 1950, talvez como reação à autocrítica do informe de Mauricio Grabois que se repetiu em outros documentos partidários, ou pela influência do *Manifesto de Agosto*.

Na mesma direção do informe de Mauricio Grabois, o dirigente comunista Francisco Trajano de Oliveira, Secretário da CTB, manifestou na imprensa partidária a iniciativa de um movimento pela liberdade sindical que pretendia reunir todas as tendências do movimento contra o “sindicalismo estatal”. Avaliou que, apesar das grandes lutas ocorridas entre 1948 e 1949, o proletariado não conseguiu garantir o direito de organização, reunião, greve, e não

⁴⁶² Idem.

conseguiu organizar “fortes organismos de empresa e nem também conquistar os sindicatos, que permanecem sob controle dos ministerialistas”.⁴⁶³

Entre os militantes baianos notamos que mesmo com a construção de associações permanecia a tentativa de atuação nos sindicatos, pressionando os interventores para a realização de assembleias, apesar das tentativas de expulsão ou proibição dos comunistas frequentarem os espaços sindicais. A orientação de criação das entidades de base que já existia desde 1945 e construção de entidades paralelas que iniciou em 1948, são dois elementos da política sindical comunista que não são conflitantes com a permanência nos sindicatos, onde deveriam atuar no sentido de livrá-los da influência ministerialista.

Para os militantes comunistas era ambíguo a convivência e atuação em dois organismos paralelos. Como atuar no sindicato e ao mesmo tempo na entidade paralela? Tal questão foi pouco percebida na prática dos comunistas em atuação na Bahia, talvez em virtude de que nas principais categorias em que atuavam - portuários, estivadores, transviários, têxteis, ferroviários - não foram criadas tais entidades até 1950. Foi a partir da realização do IV Congresso dos Trabalhadores Baianos que a criação de entidades paralelas ganhou impulso.

5.2. A relação com o PTB e o IV Congresso dos Trabalhadores baianos

O uso e abuso da violência policial, que foi uma marca do período Dutra, atingiu também entidades dirigidas por trabalhistas, como no caso do Sindicato dos Tecelões de Valença, que tinha como presidente o vereador do PTB, Oldack Nascimento. Após intervenção a polícia foi acionada para investigar vários operários, sob acusação de comunismo e, em várias ocasiões, o interventor João Marcelo Costa chamou a polícia para expulsar trabalhadores que compareciam na sede do sindicato para cobrar ações da entidade.⁴⁶⁴

Os comunistas mantiveram relações políticas com os setores do trabalhismo que se articulavam em torno do deputado estadual do PTB Inácio Dias, que anteriormente havia publicado textos no *Correio Trabalhista* defendendo medidas adotadas pelo governo Dutra, a exemplo do decreto-lei nº 9030 de 15 de março de 1946, que praticamente proibia a realização de greves. Também publicou textos de cunho anticomunista. E posteriormente esteve junto

⁴⁶³ Frente comum pela liberdade sindical. *O Momento*, 21 de janeiro de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁶⁴ A intervenção policial no Sindicato dos Tecelões de Valença. *O Momento*, 19 de outubro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

aos comunistas no MUT e no Congresso Nacional Sindical de 1946 que deu origem à CTB, participando de sua direção e desde então era considerado um aliado. Inácio Dias votou contra a cassação dos deputados estaduais do PCB no início de 1948, atuou no sentido de libertação dos comunistas presos no episódio da Praça da Sé e esteve junto aos comunistas nas atividades do 1º de maio de 1949, assim como o vereador petebista Otávio Drumond.⁴⁶⁵

Atuando conjuntamente comunistas e trabalhistas na AGT, foi organizada nos dias 4 e 5 de julho de 1949 uma “Convenção Operária”, na tentativa de rearticulação de um organismo intersindical. Entre os temas debatidos estavam as condições de vida; liberdade e autonomia sindical; cumprimento da lei do repouso remunerado; aumento de salários; luta pela paz. Sem a participação de sindicatos, que estavam sob intervenção, foram convidados os organismos que estavam afinados politicamente com a AGT: Sociedade Beneficente dos Motorneiros, Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Energia Elétrica, Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Linha Férrea, Sociedade Beneficente dos Trabalhadores das Oficinas da Graça, União dos Trabalhadores em Construção Civil, Sociedade Beneficente das Classes Proletárias, Sociedade Boa Esperança, União dos Artífices Santamarenses. E as Comissões de reivindicações das fábricas de tecidos Boa Viagem, São Braz, Paraguassú, São João, dos operários estivadores, portuários, do Moinho da Bahia, Transviários, panificadores, gráficos, sapateiros, comerciários, marceneiros, operários das oficinas da Navegação Bahiana. Comissões da Paz e comissões femininas de vários bairros.⁴⁶⁶

Como parte dos preparativos foram realizadas inúmeras reuniões, palestras, assembleias nos locais de trabalho para escolha de delegados. Além do temário previsto na convenção, foi discutida e aprovada filiação da AGT à CTB, e a realização do IV Congresso dos Trabalhadores. Como desdobramento da Convenção, a AGT realizou uma mesa redonda contra a carestia de vida, que contou com a participação do deputado Inácio Dias e deliberou pela elaboração de um memorial a ser entregue às autoridades. Na comissão responsável pela elaboração estavam membros do PCB e do PTB.⁴⁶⁷

Após o recolhimento de listas de assinaturas de trabalhadores de várias categorias, foi marcada a entrega ao governador para o dia 25 de agosto, com concentração de trabalhadores e ato público na frente da governadoria. Todavia, nas primeiras horas do dia, o padeiro Elson

⁴⁶⁵ Entusiasmo pelas comemorações de 1º de maio. *O Momento*, 28 de abril de 1949. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁶⁶ Convenção Operária. *O Momento*, 23 de junho de 1949. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁶⁷ Preparativos para a Convenção Operária. *O Momento*, 29 de junho de 1949. p.1; União dos trabalhadores na luta pela paz e por melhores condições de vida. *O Momento*, 07 de julho de 1949. p.5; Grande vitória do proletariado a mesa redonda promovida pela AGT. *O Momento*, 26 de julho de 1949. p.1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Gonçalves, presidente da AGT, foi preso enquanto estava no seu local de trabalho e o centro da cidade foi ocupado por forças policiais com carros militares (jeeps) e cavalaria. Ao sair da Câmara de vereadores, às 18 horas, a polícia abordou o vereador Florisvaldo Viana que foi defendido pelo advogado comunista Walter da Silveira e pelo jornalista do *O Momento*, Ariosvaldo Matos, que passavam pelo local. O palácio do governo estava ocupado pela polícia e o governador não estava no local. Com tamanha mobilização das forças da repressão a atividade foi cancelada. Posteriormente o deputado Inácio Dias encaminhou o memorial ao governador, à Assembleia Legislativa e fez a leitura em sessão plenária. Também leu documento encaminhado pela AGT à Assembleia Legislativa em protesto contra o projeto de Lei de Segurança Nacional. Contra a Lei de Segurança ocorreram comícios em Salvador, organizados pelos comunistas, que contaram com a participação de Inácio Dias e outras lideranças trabalhistas como o deputado Joel Presidio.⁴⁶⁸

Também conforme deliberação da Convenção Operária, em outubro de 1949 foi empossada a comissão organizadora do IV Congresso dos trabalhadores baianos, que tinha como presidente o deputado Inácio Dias; os vices presidentes: Paulo Dultra, Mauricio Correia, Alcides Evangelista, Alexandre Santos, Elson Gonçalves; Mauricio Correia, como Secretário Geral; o vereador comunista Florisvaldo Viana; e ainda Demócrito de Carvalho, Reinaldo Pinheiro, Emídio Vilela, Antuza Santos, João dos Passos, Odete Silva, Graciliano Meireles, João Onofre, Vitório Caetano, Manoel Cosme Dias, Aloisio Gomes, Carmelita Pereira, Prisco Machado, e como vogais Lourenço dos Santos, Laurindo Santana, José Nilo dos Santos, Paulo Costa, Idelfrães Santos, Edmundo Oliveira. Composição que contemplava petebistas e comunistas.⁴⁶⁹

No manifesto datado de 08 de janeiro de 1950 conclamou à todas associações de classe, sociedades beneficentes, sindicatos, comissões de oficinas, fábricas ou empresas, organizações de jovens, femininas, à aderirem ao congresso que aconteceria entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1950. Em entrevista, Florisvaldo Viana colocou o fortalecimento da unidade da classe operária como um dos objetivos centrais do congresso, e que o grande inimigo dessa unidade eram os ministerialistas que estavam como interventores dos sindicatos.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ O governo preparou nova chacina para o povo. *O Momento*, 26 de agosto de 1949. p.1, 8; Protesto na Assembleia contra a Lameira. *O Momento*, 27 de setembro de 1949. p. 8.; Lutar até a vitória. *O Momento*, 11 de novembro de 1949. p. 1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁶⁹ Empossada a Comissão organizadora. *O Momento*, 11 de outubro de 1949. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷⁰ Convocação dos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 10 de janeiro de 1950. p. 1,5; O congresso será uma grande vitória da unidade dos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 17 de janeiro de 1950. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Foram realizadas convenções por categoria entre os estivadores, portuários, tecelões, ferroviários, comerciários, transviários, marceneiros, sapateiros, para debater problemas específicos e escolher os delegados das categorias. Também foram realizadas convenções municipais em Santo Amaro, Juazeiro, Cachoeira e São Felix, Nazaré, Ilhéus.⁴⁷¹ Algumas categorias publicaram seus próprios jornais, contudo essa pesquisa não encontrou maiores informações a respeito da periodicidade e da duração. Mas todos eles publicaram edições especiais que circulariam durante o IV Congresso: *O Transviário*, *Guindaste*, *O Tecelão*, *A Maquina*, *Tribuna Proletária*, esse último da AGT.⁴⁷²

Em meio a onda repressiva do governo Dutra, a realização do congresso, que contou com 124 delegados, sendo 100 da capital e o restante do interior, foi considerada uma derrota dos ministerialistas e um exemplo a ser seguido nos outros estados do país. Além dos temas relacionados à organização sindical, o congresso deliberou pela luta em defesa da paz, pela encampação das empresas estrangeiras em atuação no estado, a exemplo da Cia Linha Circular, em defesa da nacionalização do petróleo com monopólio estatal, contra a lei de segurança, organização da luta contra a assiduidade de 100%, pelo aumento de salários. Em completa afinidade com as bandeiras defendidas pelo PCB naquele momento.⁴⁷³

O PCB em várias outras ocasiões colocou todos os partidos como iguais, inclusive o PTB. Após o IV Congresso dos Trabalhadores Baianos os ataques passaram a ser mais violentos e destacavam que o PTB não era diferente apenas por usar o termo “trabalhista”, que seria apenas uma forma de tentar enganar aos trabalhadores. Getúlio Vargas, que já havia anunciado que seria candidato à presidência pelo PTB, era classificado como tirano, opressor do proletariado, que anulou o direito de greve e criou o imposto sindical e no âmbito estadual nem mesmo o deputado Joel Presídio ou o líder sindical Inácio Dias foram poupados, mas na ocasião não foi explicitado nenhuma ruptura com essa ala que caminhou junto na construção do IV Congresso.

O PTB da Bahia estava bastante dividido com relação aos rumos que deveria tomar nas eleições para governador. Segundo *O Momento* era “um agrupamento heterogêneo em que há de tudo, desde o simonista Joel Presídio ao mangabeirista Filadelfo Almeida, desde o

⁴⁷¹ Entusiasmo pelo Congresso. *O Momento*, 19 de janeiro de 1950. p. 1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷² O congresso será uma grande vitória da unidade dos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 17 de janeiro de 1950. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷³ Derrota dos agentes ministerialistas. *O Momento*, 03 de fevereiro de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros; CARVALHO, Agostinho. Novas perspectivas. *O Momento*, 07 de fevereiro de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros. As resoluções do IV Congresso dos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 28 de fevereiro de 1950. p.5. ; 01 de março de 1950. p.5.; 02 de março de 1950. p.5.; BPEB, Setor: Periódicos raros.

landulfista Carlos Anibal ao juracisista Inácio Sousa”, referindo-se às lideranças estaduais Simões Filho, Otávio Mangabeira, Landulfo Alves e Juracy Magalhães.⁴⁷⁴

A aliança ampla, que elegeu Otávio Mangabeira governador quatro anos antes, não se repetiu e o mesmo não declarou apoio a nenhum candidato, liberando seus correligionários. Pela coligação do PSD, PTB, PRP e PL, o candidato a governador seria Lauro de Freitas, que faleceu em um acidente aéreo poucos dias antes das eleições, sendo substituído por Regis Pacheco. E pela coligação PR, UDN, PSB, PSP e PDC saiu candidato Juracy Magalhães. Com essas alianças, o deputado Inácio Dias acabou sendo expulso do PTB e se candidatou pelo PR. Na expulsão, fez várias acusações ao seu ex-partido, que *O Momento* fez questão de divulgar: “Cínicos, venais, traidores!”, “O PTB é uma casa de negócios”. Mas segundo *O Momento*, ele não teria aprofundado nas acusações “porque os que hoje são por ele acusado, retém provas sórdidas dos cinismos, das traições e das covardias do próprio Sr. Inácio Souza, de seus compromissos com os pelegos ministerialistas, de sua traição ao proletariado por ocasião do IV Congresso dos Trabalhadores Bahianos [...]”.⁴⁷⁵

Essa “traição” não foi explicada, mas houve uma ruptura na relação com os petebistas e pode ser percebida em outras situações. Em assembleia dos estivadores, ocorrida em março de 1950, no debate em torno de recebimento do descanso semanal remunerado, o trabalhista e advogado do sindicato Dorival Passos defendeu que solicitassem dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Postura que nessa fase era fortemente criticada pelos comunistas, por ser considerada como forma de protelar a luta. Dorival Passos era do PTB, foi candidato a deputado nas eleições de 1945, e nesse mesmo ano esteve ao lado dos comunistas na greve dos transviários, quando era advogado do sindicato, fez parte da primeira diretoria do MUT, e da comissão organizadora do II Congresso dos Trabalhadores. Como o sindicato dos estivadores estava sob intervenção, Dorival Passos ter estado na condição de advogado da entidade pode significar uma aproximação dessa ala do PTB com os ministerialistas, pois segundo os comunistas já havia acontecido com Inácio Souza Dias.⁴⁷⁶

Outra situação foi com o líder sindical Otávio Nunes, trabalhista afastado da presidência do Sindicato dos Trabalhadores das Usinas de Açúcar de Santo Amaro, por força da intervenção ocorrida em 1947. Havia liderado grandes greves da categoria, que contou com apoio dos comunistas, participou do MUT, dos congressos, e foi demitido pelos patrões,

⁴⁷⁴ Carrasco dos trabalhadores e candidato dos trabalhistas. *O Momento*, 18 de junho de 1950. p.1, 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷⁵ “Traidores, cínicos, venais.” *O Momento*, 22 de julho de 1950. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷⁶ Cínica manobra contra os estivadores. *O Momento*, 01 de março de 1950. p.8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

quando gerou inúmeras denúncias pelo jornal *O Momento*. Em 1950 Otávio Nunes fez campanha para o também petebista Lima Teixeira, proprietário de plantações de cana de açúcar em Santo Amaro. Os comunistas logo o rotularam de “pelego e traidor”, que estava enganando os trabalhadores “dizendo-se inimigo do governo de traição nacional” e propagando que a “miséria acabará depois das eleições, que o governo das classes dominantes poderá resolver alguma coisa”, referindo-se à Vargas. Portanto, no caso de Otávio Nunes o afastamento se deu pela campanha para os candidatos petebistas e para Vargas.⁴⁷⁷

Uma interpretação possível a respeito desse rompimento da relação dos comunistas com esse setor que participou do MUT e da CTB foi que as críticas à Vargas e aos petebistas inviabilizaram essa convivência. Mas que do ponto de vista da relação com o movimento sindical, esse rompimento não significou sair de nenhuma entidade, já que os sindicatos que estavam sob direção desse setor do trabalhismo também sofreram intervenção desde 1947.

5.3. A estruturação do sindicalismo livre

No programa do IV Congresso dos Trabalhadores Baianos, no item relativo às organizações sindicais, além de liberdade, autonomia e unidade sindical, estava a defesa das eleições livres nos sindicatos.⁴⁷⁸ Com relação a esse tema a resolução do Congresso fez algumas considerações a respeito das intervenções e do sistema sindical, que foi considerado “de caráter fascista, a serviço dos patrões, sob a direção de traidores da classe operária (...)” e propôs:

Que os trabalhadores devem organiza-se na base de comissões por empresas e locais de trabalho, e orientados no sentido de conquistar liberdade, autonomia sindicais, na prática, através de lutas por suas reivindicações, reconquistando seus sindicatos;
Que as organizações sindicais dos trabalhadores em setores ou empresas se congregam, entre si, através de uniões e associações municipais e estaduais da CGT, forjando poderosa unidade dos trabalhadores do país [...].⁴⁷⁹

Posteriormente ao IV Congresso, inúmeras matérias e entrevistas com lideranças ou com trabalhadores de base das categorias envolvidas no evento comentavam sobre a importância de colocar em prática as resoluções. O destaque foi para a liberdade sindical, a necessidade da “organização independente” através das comissões por local de trabalho, que

⁴⁷⁷ O pelego Otávio Nunes à caça de votos para os latifundiários. *O Momento*, 06 de setembro de 1950. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷⁸ O Programa do IV Congresso dos Trabalhadores. *O Momento*, 21 de janeiro de 1950. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁷⁹ Liberdade sindical. *O Momento*, 28 de janeiro de 1950. p. 1, 8. BPEB, Setor: Periódicos raros.

deveriam ter caráter permanente, a luta pelo fim das intervenções e por eleições livres nos sindicatos, e a criação de uma “frente sindical livre” que reunisse comissões, associações profissionais, e ligas camponesas.⁴⁸⁰ Bem ao gosto da postura defendida pelo PCB esse item da resolução demonstra o quanto não era considerado contraditório para os comunistas a defesa da criação de entidades de base por local de trabalho, a estruturação de um sindicalismo paralelo que se agrupasse em uniões municipais, estaduais e na CGT, e a luta pela retomada dos sindicatos, portanto as entidades paralelas não atuariam no sentido de substituir permanentemente os sindicatos.

Na direção dessa estruturação de um sindicalismo livre, durante as convenções foram criadas as Uniões municipais de Juazeiro e Ilhéus, e o congresso deliberou pela realização de congressos por categorias: ferroviários, fumageiros, assalariados do cacau e do açúcar.⁴⁸¹ Ocorreu em março o congresso dos trabalhadores do açúcar em Santo Amaro, organizado pela Sociedade União dos Artífices Santamarenses (SUAS), que em virtude da chegada da polícia teve que alterar o local de realização. Os líderes José Messias e Narciso Bispo foram presos. Segundo *O Momento*, o gerente de uma das usinas ameaçou Narciso Bispo, líder da categoria, e acabou tomando uma surra dos trabalhadores. Apesar de toda repressão o evento ocorreu e deliberou uma pauta de reivindicações, com aumento de salários, aposentadoria, pagamento dos salários por semana, luta pela paz e contra a ditadura e o imperialismo, e a Fundação da Associação Protetora dos Trabalhadores do Açúcar da Bahia.⁴⁸²

Em maio ocorreu o Congresso dos Ferroviários da Bahia e Sergipe, que deliberou pela criação de comissões nos locais de trabalho, em cada setor “depósito, oficina, estação, turma, etc” e de Uniões Sindicais Ferroviárias nas concentrações e uma entidade maior a União dos Ferroviários de Bahia e Sergipe. Até o final de maio de 1950 já haviam sido criadas a União dos Ferroviários de Salvador, União dos ferroviários de Alagoinhas, União dos Trabalhadores da Cia Linha Circular, União dos Portuários, Associação dos Trabalhadores de Juazeiro, Associação dos Trabalhadores de Feira de Santana, União dos Trabalhadores de Santo Antônio de Jesus, União dos Trabalhadores de Ilhéus, União dos Mineiros de Santo Antônio de Jesus.⁴⁸³

⁴⁸⁰ Impõe-se que sejam levadas à prática as resoluções do Congresso. *O Momento*, 03 de fevereiro de 1950. p.5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁸¹ Lançar-se à luta para cumprir as resoluções do congresso. *O Momento*, 01 de fevereiro de 1950. p. 1, 6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁸² Surrado o gerente da São Carlos. *O Momento*, 15 de março de 1950. p. 1.; Derrotada a polícia. Idem; A polícia de mangabeira quer assassinar Narciso. Idem. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁸³ As resoluções do Congresso dos Ferroviários. *O Momento*, 09 de maio de 1950. p. 5; Organiza-se o proletariado. *O Momento*, 30 de maio de 1950. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Todavia, apesar da criação de tais entidades, do ponto de vista das ações práticas desenvolvidas junto às categorias, continuaram como antes, atuavam as comissões. Fazendo reuniões, memoriais, alguns desses cobrando das direções sindicais a realização de assembleias. Portanto, a atuação nessas novas entidades não eliminou a tentativa de atuar nos sindicatos. Paralelamente às conclamações para a criação de entidades e estruturação de um sindicalismo livre, cresceram também as campanhas pela realização de eleições livres e retomada dos sindicatos.

5.4. Conferência Nacional Sindical da CTB

Além do evento ocorrido na Bahia foram realizados congressos ou conferências sindicais em Pernambuco, Minas Gerais, Distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo, e por fim foi marcada a realização de uma Conferência Nacional Sindical. A AGT convocou um manifesto de convocação para a Conferência Nacional e salientou a luta pela reconquista dos sindicatos, transformando as eleições convocadas pelo Ministério do Trabalho em eleições livres.⁴⁸⁴

Fundada em setembro de 1946, quase quatro anos depois, em 04 de junho de 1950 foi realizada uma conferência nacional da CTB que apresentou um longo balanço das atividades do período, carregado de autocrítica. Segundo esse balanço, a central teria surgido no contexto do pós-guerra, com um programa reformista que não correspondia aos interesses da classe trabalhadora, com ilusões de classe, quando o seu primeiro programa defendia colaboração com os patrões e o Ministério do Trabalho, e propôs a luta dentro das leis vigentes “em torno do sindicalismo estatal, numa atuação de cúpula e até certo sentido, desligado dos trabalhadores”. Com tal postura “não abriu perspectiva para a organização de um movimento sindical independente, livre da tutela do Ministério do Trabalho”. Sem base de massas e sem organizações por local de trabalho, não foi difícil para os reacionários do governo impor uma derrota, com o fechamento e as intervenções e praticamente não houve protestos. “Não tiveram perspectiva, nem nada fizeram para organizar a classe operária dentro

⁴⁸⁴ Manifesto da AGT aos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 27 de maio de 1950. p. 5 BPEB, Setor: Periódicos raros.

das novas condições criadas. Na prática foi uma posição oportunista, uma quase aceitação das medidas impostas pela reação à classe trabalhadora”.⁴⁸⁵

Segundo a análise da central, após 1948 houve aumento do número de greves e maior combatividade, perdendo a ilusão nos “dissídios coletivos”, nos sindicatos ministerialistas, porém não conseguiram impedir os avanços da exploração patronal e o fascismo do governo. O maior problema teria sido o sectarismo, pois em função dele não teriam sabido aproveitar os sindicatos existentes para educar as massas, desmascarar os ministerialistas sem criar ilusões no proletariado. Isso por perdurar a tendência em criar “um movimento sindical livre do qual somente participem os que concordem conosco cem por cento. Qualquer objeção que faça um trabalhador ao nosso programa é o bastante para duvidarmos de sua sinceridade e não ajuda-lo a compreender a nossa finalidade”. Nem mesmo a mudança de orientação com o *Manifesto de Janeiro de 1948* teria alterado tais equívocos, pois:

[...] não conseguiu organizar a classe trabalhadora em um amplo movimento sindical livre e independente, capaz de liquidar com o sindicalismo estatal e fascista [...] continuou subestimando a organização dos trabalhadores [...], sua direção atuava individualmente e sem planos e objetivos claros. Até fevereiro deste ano, sua atuação foi formal, perdendo os seus dirigentes completamente o controle do movimento sindical.⁴⁸⁶

Fevereiro de 1950 é colocado como o início de uma nova fase nos trabalhos da CTB, pois a partir dessa data a direção teria compreendido “a necessidade de estruturar sua Comissão Executiva, as Uniões Sindicais nos Estados e Municípios, dentro de um plano de conferências para todo o Brasil.” Isso teria melhorado a atuação diretiva da CTB e de suas filiadas, embora ainda estivesse aquém das necessidades. Com esse diagnóstico chegaram à conclusão que seria necessário então romper com o trabalho estreito, para conseguir “agrupar no movimento sindical independente os elementos mais ativos e conscientes do proletariado”. A resolução foi de criação de organismos sindicais, livres da tutela do Ministério do Trabalho:

Somente os sindicatos organizados livremente pela vontade dos operários e empregados, com programas elaborados por eles próprios e baseados em formas orgânicas fundamentalmente nas empresas é que garantirão a unidade necessária na luta por seus direitos e reivindicações.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ Relatório da Comissão Executiva da CTB e balanço dos 4 anos de movimento sindical. O *Momento*, 27 de julho de 1950. p.4, 5.; Idem 28 de julho de 1950. p. 4, 5; Idem, 29 de julho de 1950. p. 5.; Idem, 01 de agosto de 1950. p. 5.; Idem, 02 de agosto de 1950. p. 5, 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Idem

As organizações por local de trabalho seriam agrupadas nas Uniões Sindicais Municipais, estas nas Uniões Estaduais, que se organizariam na CTB. Os setores fundamentais como metalúrgicos, têxteis, mineiros, ferroviários, portuários, deveriam se organizar por setores profissionais no município, estado e nacionalmente, formando “Departamentos Profissionais”. Ao mesmo tempo em que propõe a estruturação de entidades paralelas, indica a necessidade de lutar contra o sindicalismo submetido à tutela do Ministério do Trabalho: “Para que os sindicatos sejam tomados pelos trabalhadores e transformados em órgãos independentes e de defesa de seus interesses, é preciso que esta conquista se faça através da organização cada vez mais ampla dos operários em suas próprias empresas.”⁴⁸⁸

Nesse documento da CTB, de junho de 1950, encontramos a crítica àqueles que não souberam aproveitar o espaço dos sindicatos, que pode ser entendida como uma recomendação de permanecer e atuar nesses espaços; também a orientação de tomada dos sindicatos oficiais. Ao mesmo tempo consta a estruturação de um sindicalismo paralelo, através da criação de organizações por local de trabalho, que seriam a base das uniões municipais que formariam as uniões estaduais e a CTB. Demonstrando mais uma vez que, para os comunistas, esses elementos não eram contraditórios, já que não defendiam essa estrutura paralela como algo permanente que substituiria a estrutura oficial.

5.5. Eleições sindicais

Em março de 1950, Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, publicou portaria com instruções regulando e anunciando a realização de eleições sindicais, sendo que as datas seriam marcadas posteriormente. A instrução citava artigos da CLT que constavam que “não podem ser eleitos os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação”. Para se candidatar seriam exigidos então “atestados de boa conduta”, que na verdade eram atestados ideológicos. Todo o processo eleitoral seria controlado, os mesários seriam indicados pela Delegacia do Trabalho, a votação seria no local de trabalho

⁴⁸⁸ Relatório da Comissão Executiva da CTB e balanço dos 4 anos de movimento sindical. O *Momento*, 27 de julho de 1950. p.4, 5.; Idem 28 de julho de 1950. p. 4, 5; Idem, 29 de julho de 1950. p. 5.; Idem, 01 de agosto de 1950. p. 5.; Idem, 02 de agosto de 1950. p. 5, 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

com urnas itinerantes.⁴⁸⁹ Ainda que no primeiro momento os comunistas acreditaram que as eleições teriam como finalidade legalizar as intervenções, a orientação da CTB foi de participação na medida do possível, inclusive para desmascarar o Ministério e os pelegos, repudiando o “atestado ideológico” e apresentando chapas com programa de reivindicações, e mesmo que não fossem reconhecidas pelos ministerialistas, deveriam empossar os eleitos por meio de movimentos de massa e recorrendo aos meios considerados legais, como mandados de segurança, sem perder de vista a mobilização dos trabalhadores.

Repetindo a posição da Conferência Sindical Nacional, o secretário da CTB Agostinho de Carvalho, transmitiu orientação de participação nas eleições sindicais “ligando-o às suas lutas reivindicativas, lutando para impor candidatos de sua confiança [...] dando um passo decisivo para a conquista de uma autêntica liberdade sindical, desmascarando as manobras ministerialistas.” Roberto Morena, dirigente da CTB, aprofundou a questão, salientou a tentativa de controle das eleições sindicais por parte do Ministério do Trabalho e ponderou que apesar disso todos os esforços deveriam ser feitos para participar do pleito, afinal, “Se o movimento por eleições livres se fortalecer, mobilizando grandes massas [...] poder-se-á inclusive passar por cima das instruções ministerialistas, impor as chapas sem atestado de ideologia e dar posse aos eleitos”.⁴⁹⁰ O que demonstra a compreensão que seria possível, a partir de ampla mobilização, romper com o controle e a tutela do Ministério do Trabalho. Aproveitar as eleições sindicais para expulsar os ministerialistas passou a ser o discurso dos comunistas.

De acordo com o primeiro anúncio ocorrido em maio de 1950, haveriam eleições apenas no Sindicato da Administração e Serviços Portuários de Salvador; Sindicato dos Oficiais Alfaiates, costureiras e trabalhadores da Indústria e Confecções de roupas de Salvador; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Biscoitos de Salvador; Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro; Sindicato dos Operadores Cinematográficos; Sindicato dos Conferentes de carga e descarga do Porto de Salvador; Sindicato dos Calafates e Carpinteiros Navais da Bahia. Portanto, em apenas sete entidades. A AGT convocou uma reunião com os trabalhadores dessas categorias para tratar do assunto e intervir no processo, tentando inclusive inscrição de chapas de

⁴⁸⁹ Uma farsa contra os trabalhadores. *O Momento*, 21 de março de 1950. p. 5.; Repudio do proletariado às eleições sindicais de Dutra. *O Momento*, 24 de março de 1950. p. 8 BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁹⁰ Uma farsa as eleições sindicais. *O Momento*, 08 de junho de 1950. p. 5 ; MORENA, Roberto. Participemos das eleições sindicais. *O Momento*, 11 de junho de 1950. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

oposição aos ministerialistas, contudo este estudo não encontrou notícias sobre os resultados.⁴⁹¹

Paulatinamente, nos meses seguintes ocorreram eleições em outras categorias. As comissões ou as entidades paralelas passaram a organizar chapas, mesmo que sem a presença de comunistas, nesses casos pediam votos para a chapa não ministerialista. Quando tais chapas eram anunciadas, convocavam as categorias a participar do pleito pelas suas pautas imediatas e pela retomada dos sindicatos.⁴⁹² No Sindicato dos Comerciários, Sindicato dos Moageiros, Sindicato dos Gráficos, Sindicato dos Fumageiros de São Felix, Sindicato dos Estivadores de Ilhéus, Sindicato dos Estivadores de Salvador, saíram vitoriosas as chapas de oposição aos ministerialistas, que *O Momento* chamou de “chapas democráticas” ou “chapas livres”, não sendo possível identificar a presença ou não de comunistas na composição, mas notável o engajamento e a campanha a favor dessas chapas.⁴⁹³

No caso do Sindicato dos Trabalhadores nos Carris Urbanos de Salvador (Transviários), não encontramos *O Momento* noticiando o resultado das eleições ocorridas em 04 de dezembro de 1950, mas foi noticiado que a empresa Cia Circular concedeu uma promoção a José Barbosa Lima, que teria sido o candidato da empresa e que foi derrotado. Talvez tenha sido derrotado o candidato da empresa, mas não tenha sido eleito o candidato apoiado pelos comunistas. Curioso é que José Barbosa Lima, na greve de dezembro de 1945, era uma das lideranças comunistas que estavam à frente da Comissão que liderou a categoria, quando chegou a ser alvo de inquérito policial.⁴⁹⁴

Entre os estivadores um racha nas fileiras dos comunistas impediu a vitória. Segundo depoimento de João Cardoso, em 1945 eram 640 trabalhadores do porto, dos quais “(...) aproximadamente 192 eram militantes comunistas fora os simpatizantes”.⁴⁹⁵ Em 08 de janeiro de 1951 ocorreu a eleição no Sindicato dos Portuários de Salvador quando disputaram três chapas. Candido Domiense foi da direção provisória da AGT em 1948 ao lado dos comunistas, se afastou dos ex-companheiros e inscreveu uma chapa que se colocava como oposição aos ministerialistas; a chapa liderada pelo comunista Cosme Ferreira, que adotou a postura de enfrentar as determinações do ministério do trabalho e a exigência do atestado

⁴⁹¹ Sobre as eleições sindicais. *O Momento*, 25 de maio de 1950. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁹² Eleições no sindicato dos trabalhadores em Carris Urbanos. *O Momento*, 30 de novembro de 1950. p. 6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁹³ Os comerciários derrotaram os pelegos. *O Momento*, 01 de julho de 1950. p. 8.; Também os moageiros derrotaram o Ministério do Trabalho. *O Momento*, 02 de julho de 1950. p. 1.; Os gráficos derrotaram a pelegagem. *O Momento*, 26 de outubro de 1950. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁹⁴ A Circular recompensa seus lacaios. *O Momento*, 28 de dezembro de 1950. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁴⁹⁵ CARDOSO, João. Depoimento cedido à VAZQUEZ, 1986, p. 137.

ideológico; e a chapa apoiada pela Delegacia do Trabalho. Durante a campanha as demais chapas espalharam a notícia que caso vencesse Cosme Ferreira não seria empossado. Informação repetida no dia da eleição pelo representante do Ministério do Trabalho que estava coordenando a mesa de votação. O candidato Cândido Domiense fez sua campanha afirmando que não adiantaria votar em Cosme, “então seria melhor votar nele que nos pelegos”. Com isso a chapa ministerialista obteve 74 votos, a “chapa independente” do comunista Cosme Ferreira obteve 91 votos e a chapa de Candido Domiense obteve 154 votos.⁴⁹⁶

5.5. O Manifesto de Agosto de 1950

Em setembro de 1947 foi anunciada a criação do “Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários” (geralmente chamado pela imprensa de Cominform), que deveria promover intercâmbio de informações entre os partidos comunistas. Na prática também serviu como instrumento de coordenação e atendia à orientação da política externa da União Soviética. Acreditando na possibilidade dos EUA iniciarem conflitos armados e novas guerras, o Bureau iniciou em 1948 o “Movimento pela paz”, quando foi realizado na Polônia o Congresso Mundial dos Intelectuais pela paz. Em 1949, em Paris e Praga, aconteceu o I Congresso Mundial da Paz, e em 1950 foi lançado o *Apelo de Estocolmo*, com o recolhimento de assinaturas que seriam enviadas à ONU, pela proibição das armas atômicas e pela paz. Seguindo as orientações do Cominform, o PCB, mesmo na ilegalidade, desenvolveu a campanha, promoveu inúmeras atividades, comícios, conferências, e conseguiu vários apoios externos ao partido.

Foi nesse contexto de desenvolvimento da campanha pela paz que veio a público o *Manifesto de Agosto de 1950*, apresentado por Prestes em nome do Comitê Nacional do PCB, publicado na revista *Problemas* com o título *Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação*, aprofundou o processo de radicalização iniciado após a cassação do partido e dos mandatos em 1948. Segundo o documento, a intervenção norte-americana na Coreia servia para confirmar a tese pecebista que a cassação do partido e a política repressiva de Dutra aos sindicatos e movimentos sociais, atendiam às orientações dos EUA, e faziam parte do

⁴⁹⁶ Os portuários foram coagidos. *O Momento*, 12 de janeiro de 1951. p. 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

processo de preparação para a guerra. Assim como na guerra fria, a política interna era interpretada de maneira dicotômica não admitindo “terceira posição”. Ao lado de Dutra, dos latifundiários, e dos grandes capitalistas:

[...] dirigentes de todos os partidos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror e a fome para o povo. De outro, as grandes massas trabalhadoras, operários e camponeses, os intelectuais honestos [...], o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais [...], que luta contra a miséria, que quer paz e liberdade, que luta pela independência da pátria do jugo imperialista.⁴⁹⁷

Segundo essa análise, todos os possíveis candidatos à sucessão de Dutra estavam comprometidos com o projeto imperialista norte americano, e tendo em vista a explícita polarização, acreditavam que estavam colocados fatores favoráveis ao sucesso do povo em luta, que diante dos perigos eminentes “apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária [...]”.⁴⁹⁸

Para realização dessa tarefa propôs a organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), onde caberia ao proletariado o papel dirigente para a defesa de um programa que foi apresentado em nove pontos, que incluía confiscação e “nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc., pertencentes ao imperialismo”; confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização; abolição de todas as formas “semifeudais de exploração da terra, abolição da ‘meia’, da ‘terça’, etc., abolição do vale [...]”; nacionalização de todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, “com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista”; armamento do povo e reorganização das forças armadas, com a expulsão dos fascistas e agentes do imperialismo, e reintegração dos afastados por atividade democrática e revolucionária na formação de um Exército Popular de Libertação Nacional.⁴⁹⁹ Nos meses seguintes a imprensa partidária publicou o programa repetidamente e fez constantes chamamentos à “solução revolucionária”, conclamando os

⁴⁹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação. In: Revista Problemas nº 29 - Ago-Set de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>

Acesso em: 27/07/2021

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ Idem.

trabalhadores para a formação de Comitês Revolucionários de Libertação Nacional (CRLN) por categoria, locais de trabalho e moradia.

Ainda em agosto, juntamente ao Manifesto, foi publicado pelo Comitê Nacional o documento *As Tarefas Atuais dos Comunistas para a Organização, a Unidade e as Lutas da Classe Operária*, onde aprofundou o processo de autocritica iniciado em maio de 1949 no já citado *Mobilizar Grandes Massas Para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura*, repetiu alguns aspectos das resoluções da Conferência da CTB e por fim estabeleceu as tarefas para os comunistas no meio sindical. Segundo a avaliação do Comitê Nacional, havia no Brasil as condições para o rápido desenvolvimento das lutas da classe operária, de sua organização e unidade. Essas condições seriam fruto do agravamento das condições de miséria e exploração. As mobilizações e paralisações dos trabalhadores, especialmente a partir de 1948, seriam demonstrações da disposição de luta da classe operária que não “teme enfrentar a reação policial, perde as ilusões na justiça do trabalho, nos agentes ministerialistas e patronais infiltrados em suas fileiras.”⁵⁰⁰

Contudo, tendo em vista o tamanho do proletariado brasileiro, o descontentamento com a situação de miséria e opressão, o Comitê Central avaliou que as lutas grevistas não correspondiam às possibilidades, seriam “insuficientes tanto por sua extensão como pelo nível político que apresentam. E o mais sério é que o ritmo e a intensidade dessas lutas não estão à altura da gravidade da situação nacional e internacional com o aprofundamento sem precedentes da luta entre os dois campos.” As falhas e debilidades foram explicadas como tendências oportunistas e reformistas, que se manifestavam na falta de concentração do trabalho sindical nas grandes empresas. E que as tendências oportunistas manifestavam-se:

[...] na falta de preparo das greves, no receio de levar as lutas às últimas consequências. Tais tendências encontram-se na incompreensão de que as lutas exigidas pela situação atual são as lutas revolucionárias de massas, ações concretas em defesa da paz, contra o imperialismo e pela derrubada da ditadura feudal-burguesa.

As tendências reformistas em nosso trabalho sindical estão ligadas à incompreensão de que as lutas não são unicamente para a conquista de reivindicações econômicas, mas fundamentalmente para a educação política da classe operária e para reforçar a organização e a unidade em suas fileiras, preparando-a para cumprir sua missão histórica que é liquidar o regime capitalista e conquistar o socialismo.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ PCB, Comitê Nacional. *As Tarefas Atuais dos Comunistas para a Organização, a Unidade e as Lutas da Classe Operária*. Agosto de 1950. In: Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 30 - Outubro de 1950. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/politica.htm Acesso em: 04/09/

⁵⁰¹ Idem

Por último, também apontou como falha grave a confusão entre o trabalho sindical e o trabalho partidário, e as tarefas específicas das células e das organizações sindicais nos locais de trabalho. Salientou a necessidade de organizações por local de trabalho e conclamou a militância a redobrar os esforços na organização dos trabalhadores, na construção da unidade, se constituindo na vanguarda da classe operária.⁵⁰²

O *Manifesto de Agosto de 1950* passou a ser colocado na narrativa pecebista como a superação de uma linha oportunista e de conciliação de classe, para uma linha de posições revolucionárias. Nas atividades dos comunistas no meio sindical na Bahia, a partir de 1950, essa pesquisa apontou para o empenho na criação de entidades por categoria, no formato de associações ou uniões sindicais e paralelamente, na medida em que foram acontecendo eleições sindicais, ainda que paulatinamente e com restrições, os comunistas ao organizarem chapas e tentar a retomada dos sindicatos das mãos ministerialistas, convocavam as categorias a participar das entidades. Com o fim das intervenções, os sindicatos voltaram a ter mais atividades e os comunistas puderam participar, ainda que entre 1950 e 1951 essa participação tivesse sérios limites, nem sempre podiam se candidatar às diretorias, pois poderia significar impugnação das chapas que eram apresentadas como democráticas, livres, e anti-ministerialistas.

5.7. O retorno aos sindicatos e as mudanças na atuação dos comunistas (1951-1952)

Eleito em 1950, Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951. Segundo a avaliação da direção nacional do PCB, as massas elegeram Getúlio Vargas esperando dele medidas de combate à carestia, amplas liberdades democráticas, “resistência ao imperialismo americano, não envolvimento do Brasil na guerra”.

[...] O governo Vargas será rapidamente desmascarado, se atuarmos de maneira a não nos isolarmos dos setores populares que ainda tem ilusões na demagogia getulista, isto é, se atuarmos a base de fatos concretos da conduta de Getúlio, a base da luta direta das massas pela paz, por aumento de salários, contra a carestia [...].⁵⁰³

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Resoluções do Comitê Nacional do Partido Comunista. *O Momento*, 20 de março de 1951. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Para os comunistas seria necessário se aproximar das massas getulistas, exigindo do presidente o cumprimento de suas promessas, que não ocorreria, e com isso seus seguidores seriam convencidos que o caminho correto era o da FDLN e da revolução. Para isso o partido deveria buscar a construção de organismos de base nos locais de trabalho, principalmente nas grandes empresas e nas concentrações de assalariados agrícolas, fazendo o levantamento das suas reivindicações mais imediatas: “reforçar e ampliar a unidade dos trabalhadores nas fábricas e nos sindicatos para libertá-los do controle do Ministério do Trabalho.”⁵⁰⁴

O governo Vargas era visto pelos comunistas como continuação do governo Dutra, “desencadeando a violência contra os grevistas, enchendo as prisões de partidários da paz, [...] perseguindo os dirigentes comunistas.”⁵⁰⁵ No que se refere a liberdade sindical, no 1º de maio de 1951 o Ministro do Trabalho Danton Coelho publicou portaria convocando as primeiras eleições sindicais do governo Vargas e manteve a necessidade de “atestado ideológico”, a diferença foi que antes a emissão era de competência do Departamento de Polícia Política e Social, e passou a ser competência do Ministério do Trabalho (BUONICORE, 2000, p. 32).

Ainda que para os comunistas o governo Vargas fosse considerado uma continuação do governo Dutra, e de fato foram mantidas as arbitrariedades policiais, mas a possibilidade de atuação nos sindicatos era bastante diferente, pois, ainda que lentamente, iniciou um processo de abertura. A postura dos comunistas no meio sindical passou por algumas mudanças entre 1951 e 1952. Durante 1951 permaneceram muito fortes os chamamentos para a formação de comitês da FDLN e para a revolução. Também foram constantes as cobranças para a realização de eleições sindicais e para a posse dos eleitos. No Sindicato dos Estivadores, por exemplo, a posse só aconteceu cinco meses após as eleições.⁵⁰⁶ Vargas e os trabalhistas eram tratados sempre de maneira bastante crítica e a necessidade de desmascarar os “pelegos trabalhistas” como forma de desenvolver a combatividade dos trabalhadores e leva-los à FDLN foi colocado como um dos objetivos da ação dos comunistas no meio sindical.⁵⁰⁷

⁵⁰⁴ CTB: Programa de luta da classe operária. *O Momento*, 05 de abril de 1951. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁰⁵ Resoluções do CN do PCB. (Pleno de junho) *O Momento*, 13 de julho de 1951. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁰⁶ Empossada a diretoria do Sindicato dos Estivadores. *O Momento*, 17 de maio de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁰⁷ A organização e a unidade da classe operária base da FDLN. *O Momento*, 20 de fevereiro de 1951. p.3. , Auto-crítica da atuação do PCB. *O Momento*, 11 de maio de 1951. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Apesar das eleições as mudanças não estavam acontecendo no ritmo esperado. Em manifesto publicado em junho de 1951 a CTB descreveu o sindicalismo como ainda submetido aos pelegos, ao Ministério e a serviço dos patrões.

Não se realizam assembleias onde os trabalhadores possam debater livremente os seus problemas. [...] Milhares de trabalhadores foram eliminados ou expulsos dos sindicatos [...] e até hoje encontram grandes dificuldades para novamente serem admitidos. Quando concorremos às eleições sindicais [...] e vencemos [...] o Ministério do Trabalho não reconhece a nossa vontade e não permite que sejam empossadas as diretorias por nós eleitas.⁵⁰⁸

A diferença foi que apesar desse quadro negativo, a CTB se referiu aos sindicatos como importantes organizações de classe, que foram criados pelos trabalhadores para defender seus direitos e se estavam sendo controlados pelos “nossos opressores” era por causa da desunião e da falta de participação. O manifesto se referiu ao apelo feito por Vargas no 1º de maio de 1951, quando convocou os trabalhadores a ingressarem nos sindicatos a fim de o ajudarem a combater a carestia de vida. E salientou que, apesar dessa convocação, o movimento sindical não estava livre da intervenção ministerial. Para os comunistas permanecia a luta contra a exigência do atestado de ideologia, pela posse das diretorias eleitas, pelo fim do imposto sindical e da repressão aos grevistas. A CTB conclamou os trabalhadores a ingressar nos sindicatos para a reconquista e transformação em organizações livres de interferência governamental. E ao mesmo tempo a reforçar as associações profissionais e os Conselhos sindicais nos locais de trabalho. “Liguemos a luta do Conselho sindical da empresa com a luta dentro dos sindicatos e não haverá pelego ou Ministério do Trabalho capaz de submeter o movimento sindical brasileiro”.⁵⁰⁹

Em setembro de 1951 houve eleições entre os estivadores para escolha dos representantes junto à Federação Nacional dos Estivadores. A chapa apoiada pelos comunistas formada por Aloisio Gomes e Zaquel Jonas da Silva foi vitoriosa contra a chapa formada pelo ex-deputado estadual e ex-vereador Jaime Maciel, que saiu do PCB em 1948. Quando a Federação foi criada, em 1949, o mesmo Aloísio Gomes foi eleito representante da categoria, mas em manobra dos interventores do sindicato, exigiram atestado emitido pela polícia, e com isso os votos obtidos foram anulados e os candidatos que perderam na votação foram enviados.

⁵⁰⁸ A CTB Conclama os trabalhadores a ingressarem em massa nos sindicatos. *O Momento*, 13 de junho de 1951. p.3, 5., Ingressar em massa nos sindicatos. *O Momento*, 07 de outubro de 1951. p.3, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵⁰⁹ Idem.

Os comunistas participaram das votações nas duas ocasiões, em 1949 e em 1951, ainda que denunciando que a Federação havia sido construída de cima para baixo, em iniciativa do Ministério do Trabalho. A diferença foi que em 1951 estava à frente do sindicato o estivador José Etelvino Pereira que após eleito tomou posse em 15 de maio de 1951, em chapa de oposição aos ministerialistas e garantiu que os eleitos representassem a categoria na Federação. Os comunistas apresentaram o resultado da votação como exemplo de que era possível participar dos sindicatos, forçando essas organizações a lutar pelos interesses dos trabalhadores e transformar a entidade que era “dominada pelos pelegos, traidores dos interesses da classe operária, a serviço dos patrões e do Ministério do Trabalho, em uma organização que sirva de fato para unir os estivadores do Brasil em sua luta contra a exploração [...]”.⁵¹⁰

No decorrer de 1951, com as eleições sindicais houve aumento na realização de assembleias e não encontramos nas páginas do *O Momento* notícias de comunistas expulsos ou barrados e em algumas delas, entre gráficos, portuários e moageiros, ocorreram visitas e participação de delegações do Movimento dos Partidários da Paz e posterior aprovação de moções de apoio à campanha pela paz.⁵¹¹ Isso não significa total apaziguamento das relações entre os comunistas e demais vertentes que atuavam nos sindicatos. Periodicamente ocorriam reuniões da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Bahia, que contavam com a presença de vários presidentes dos sindicatos e representantes da Delegacia do Trabalho. Em uma dessas reuniões, em meados de 1951, foi aprovada a publicação de uma nota nos jornais, onde afirmaram que iriam “combater o comunismo nas fileiras sindicais”, e que enviariam uma numerosa delegação ao Rio de Janeiro “hipotecar a mais incondicional solidariedade ao Sr. Getúlio Vargas”. Para os comunistas essa nota foi uma reação a aprovação em várias assembleias sindicais de apoio ao “Apelo por um pacto de paz”.⁵¹²

Importante destacar que entre os participantes dessa reunião estavam presidentes de sindicatos recentemente eleitos e empossados a exemplo de Cândido Domiense do sindicato dos Portuários, que encontrou resistência por parte da assembleia sindical quando solicitou a aprovação de ajuda de custo para viagem. Domiense chegou a afirmar na assembleia que não

⁵¹⁰ Eleita a chapa democrática. *O Momento*, 18 de setembro de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹¹ A Assembleia do Sindicato dos Gráficos apoia o apelo por um pacto de paz. *O Momento*, 19 de junho de 1951. p.1. , A Assembleia dos Portuários apoia o apelo da paz. *O Momento*, 23 de junho de 1951. p.1., Apoia o apelo da paz a Assembleia do Sindicato dos Moageiros. *O Momento*, 21 de agosto de 1951. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹² Sórdida provocação dos pelegos. *O Momento*, 19 de julho de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

iria participar de atividades políticas e sim tratar de questões relacionadas aos direitos da categoria.⁵¹³ O presidente do Sindicato dos Moageiros, Jerônimo Carneiro, participou da caravana ao Rio de Janeiro e declarou:

Particpei [...] acreditando que os problemas dos trabalhadores iam ser seriamente discutido. Era isso que prometiam seus organizadores. [...] O que se viu foi a preocupação muito maior de certos elementos, em dividir os trabalhadores, levando questões de luta ideológica e anti-comunismo [...].
O que é preciso é que os trabalhadores estejam unidos para lutar pelos seus direitos, contra a fome e a exploração [...]. É preciso que todos os trabalhadores vão para os sindicatos e nele levantem e discutam os seus problemas, acertando como lutar contra a fome e pelos seus direitos, entre os quais a liberdade sindical [...]⁵¹⁴

Jerônimo Carneiro mantinha aproximação com os comunistas e o Sindicato dos Moageiros participava das atividades promovidas pela AGT, a exemplo do V Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado entre os dias 19, 20 e 21 de outubro de 1951. O manifesto de convocação foi assinado por vários dirigentes e lideranças de várias categorias, associações beneficentes e presidentes do Sindicato dos Moageiros, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Juazeiro, Sindicato dos Sapateiros de Juazeiro. Esta pesquisa não identificou indícios de participação dos trabalhistas, aparentemente os comunistas estavam isolados na organização do evento.

No congresso anterior, realizado em 1950, estavam entre os organizadores do IV Congresso as associações beneficentes, as comissões de reivindicações de várias fábricas e empresas e não havia nenhum sindicato entre as entidades organizadoras, o que demonstra que em 1951 a AGT passou a ter alguma influência, ainda que pequena, junto a alguns sindicatos. O fato de não constar as comissões de reivindicação entre as entidades organizadoras do V Congresso, realizado em 1951, pode ser visto como sinal da nova orientação de fortalecimento dos sindicatos.

Em entrevista, João Cardoso presidente da AGT afirmou que entre os temas a serem discutidos no congresso, o mais importante era o que tratava do “reforçamento dos nossos sindicatos e livrando-os de qualquer influência ministerialista.” Falou ainda da importância de organização nas empresas com a criação dos conselhos sindicais, que nos discursos dos comunistas substituíram as antigas comissões. A diferença não era apenas no termo adotado,

⁵¹³ Repellido pelos portuários. *O Momento*, 29 de julho de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹⁴ Que os trabalhadores se unam e se organizem. *O Momento*, 14 de setembro de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

os Conselhos sindicais eram entendidos como a organização por local de trabalho, mas agora deveria fazer parte da estrutura sindical.⁵¹⁵

No seu discurso na abertura do evento o deputado federal comunista e dirigente da CTB, Roberto Morena, destacou a necessidade de unidade da classe operária. E em entrevista ao *O Momento* concedida após o evento afirmou que:

[...] na luta por melhores condições de vida, os trabalhadores devem reforçar os seus sindicatos. Deve-se iniciar a campanha de sindicalização, entrando os operários em massa para os sindicatos e assim transformando-os em verdadeiros órgãos dos operários, ao contrário do que agora acontece. Os sindicatos devem ser órgãos de unidade de ação [...] que deve inicia-se a forjar-se nas empresas.⁵¹⁶

Nas resoluções do V Congresso dos Trabalhadores Baianos todas as ações a serem tomadas tinham como ponto de partida o sindicato. Realização de assembleia do sindicato para tomar medidas para conquistar aumento de salário; exigir através das assembleias dos sindicatos, o cumprimento da legislação no que se refere ao pagamento de salário igual para trabalho igual sem diferença de sexo, nacionalidade ou idade; através do sindicato exigir a revogação do dispositivo que estabelece a assiduidade; trabalhadores ingressarem nos seus sindicatos a fim de transformá-lo em verdadeiros órgãos de classe livre da interferência do Ministério do Trabalho; Que dentro do sindicato exijam a extinção do imposto sindical; que, como base para o fortalecimento dos sindicatos, criem nos locais de trabalho seus conselhos sindicais com objetivo de orientar as lutas pelas suas reivindicações.⁵¹⁷ Ainda que encontremos em outros documentos partidários a crítica pela não atuação através dos sindicatos, foi a partir do manifesto da CTB de junho de 1951 que identificamos constantes chamamentos para filiação aos sindicatos e, na Bahia, a realização do V Congresso dos trabalhadores baianos em outubro de 1951 foi um marco na difusão dessa nova orientação no estado.

Outra modificação na postura dos comunistas foi com relação aos dissídios junto à Justiça do Trabalho, que até o ano anterior eram apontados como mera medida protelatória, que tinha como objetivo desviar os trabalhadores da luta pela negociação direta com os patrões. Durante 1951 o jornal criou uma coluna onde informava a agenda dos julgamentos

⁵¹⁵ Façamos vitorioso o Congresso Sindical. *O Momento*, 14 de outubro de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹⁶ Unidade de ação da classe operária. *O Momento*, 21 de outubro de 1951. p.1. , Forjemos a Unidade sindical na classe operária. *O Momento*, 27 de outubro de 1951. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹⁷ Indicações do V Congresso dos Trabalhadores Bahianos. *O Momento*, 28 de outubro de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

dos casos que estavam tramitando na Justiça do Trabalho. E ao tratar de categorias que esperavam o desfecho dos dissídios, como possibilidade de obterem aumento de salário ou algum outro pagamento de direitos ou vantagens, apontavam a necessidade da categoria ficar vigilante, pois os patrões poderiam fazer manobras para sabotar as decisões, ou recorrerem para segunda instância e demorar anos.

Portanto, ainda permaneciam as críticas à Justiça do Trabalho, o que mudou foi que passaram a ser feitas em tom mais ameno. Os dissídios na Justiça do Trabalho passaram a ser vistos como mais uma possibilidade de atuação que deveriam ser acompanhados de organização e luta. “Ao lado do dissídio cabe aos trabalhadores se unirem e se organizarem para resolver diretamente com a direção da Companhia a sua reivindicação”. Em dezembro de 1952 os comerciários, através do seu sindicato, paralisaram durante o dia que estava marcado para ocorrer o julgamento do dissídio da categoria na Justiça do Trabalho.⁵¹⁸

As mudanças de orientação verificadas em 1951 contaram com novo cenário no sindicalismo baiano com a substituição dos interventores por dirigentes sindicais eleitos. As eleições sindicais iniciadas em 1950, durante o governo Dutra, prosseguiram ainda que lentamente, e em 1952 a maioria dos sindicatos havia passado por processo eleitoral e os eleitos tomaram posse, o que contribuiu para criar novas possibilidades de atuação dos comunistas. Em dezembro de 1952 o representante do Ministério do Trabalho afirmou que os sindicatos que ainda estivessem sob comando de interventores deveriam realizar eleições imediatamente.⁵¹⁹

Um bom exemplo dessa nova realidade foi a possibilidades de atuação dos comunistas nas reuniões dos presidentes dos sindicatos, que ocorriam periodicamente na Federação dos Trabalhadores da Indústria da Bahia. Os comunistas que criticaram a criação das federações pelos agentes ministerialistas, por entender que na época se tratava de mais um órgão de controle dos trabalhadores, passaram a tentar intervir na orientação política. Inclusive defendendo em assembleias que outros sindicatos se filiassem à Federação. Se no ano anterior, conforme já relatado, foi aprovado um documento em que se comprometiam em combater o comunismo e prestaram apoio ao presidente Vargas, nesse novo contexto durante 1952, em várias situações, a reunião dos presidentes dos sindicatos tomou posicionamentos

⁵¹⁸ Aumento é o que queremos. *O Momento*, 31 de agosto de 1951. p.2; Lutam os Portuários pelo pagamento do descanso à base da produção. *O Momento*, 09 de setembro de 1951. p.2; Dissídio dos trabalhadores da Circular. *O Momento*, 11 de setembro de 1951. p.2; Paralisarão os comerciários o trabalho no dia do dissidio coletivo. *O Momento*, 11 de dezembro de 1952. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵¹⁹ Eleições imediatas para os sindicatos submetidos a intervenção. *O Momento*, 12 de dezembro de 1952. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

próximos dos comunistas, “em defesa do petróleo”; contra o projeto de lei apresentado no Congresso Nacional que pretendia instituir a pluralidade sindical; por eleições sindicais; contra a carestia de vida e contra a COAP, comissão responsável pelo controle de preços.⁵²⁰

Uma das diferenças mais notáveis na atuação dos comunistas no decorrer de 1952 foi a atuação com outras vertentes e reunindo várias categorias em fóruns intersindicais. Foi criada uma Comissão intersindical contra a cláusula da assiduidade integral (CISCAL), que convocou para 15 de novembro a realização de uma convenção nacional. Na Bahia *O Momento* publicou diversas entrevistas com dirigentes de vários sindicatos em que se posicionaram contra os critérios de assiduidade e em defesa de um comitê estadual, como parte da campanha nacional, e algumas categorias, a exemplo dos panificadores, trabalhadores da construção civil, carris urbanos, tecelões, moageiros, entre outros, aprovaram em assembleia a participação. E em reunião dos presidentes dos sindicatos na Federação dos Trabalhadores das Indústrias foram eleitos cinco delegados, e vários outros sindicatos enviaram delegados para participarem da convenção nacional. A convenção contou com mais de duzentos delegados representando 90 sindicatos e aprovou resoluções favoráveis ao direito de greve; criaram uma comissão executiva nacional permanente e a realização de um congresso nacional dos trabalhadores. O antigo dirigente pecebista Astrogildo Pereira foi eleito para presidente da comissão nacional, o que demonstra que os comunistas tiveram grande influência durante o evento.⁵²¹ Ainda em 1952, a Federação dos Trabalhadores em Indústria convocou a realização de um congresso estadual de previdência e seguro social, também como iniciativa intersindical na qual os comunistas estabeleceram unidade de ação com as demais vertentes que atuavam no meio sindical.⁵²²

Em maio de 1952 o Ministro do Trabalho, Segadas Viana, publicou nova portaria que se referia ao atestado ideológico, na qual instituiu a exigência de uma declaração dos

⁵²⁰ A filiação do sindicato dos estivadores a FTI. *O Momento*, 28 de dezembro de 1952. p.2; Presidentes dos sindicatos bahianos apoiam a luta contra a Petrobrás. *O Momento*, 18 de novembro de 1952. p.1; Enérgico repúdio a pluralidade sindical. *O Momento*, 22 de novembro de 1952. p.2., Manifestam-se contra a COAP os trabalhadores bahianos. *O Momento*, 20 de dezembro de 1952. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²¹ União dos trabalhadores brasileiros para a derrubada da assiduidade. *O Momento*, 10 de outubro de 1952. p.2; Contra a assiduidade o Sindicato dos Panificadores. *O Momento*, 28 de agosto de 1952. p.5., Convenção nacional contra a assiduidade. *O Momento*, 10 de outubro de 1952. p. 2. Assiduidade é escravidão. *O Momento*, 16 de outubro de 195. p. 2; Congresso Nacional contra a assiduidade 100%. *O Momento*, 24 de outubro de 1952; Instala-se hoje o congresso nacional contra a assiduidade integral. *O Momento*, 15 de novembro de 1952. p. 1., Constituiu um passo decisivo para unificação da classe operária. *O Momento*, 21 de novembro de 1952. p.6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²² Congresso estadual de previdência social. *O Momento*, 02 de dezembro de 1952. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

candidatos, que os mesmos não estariam inclusos nos casos de ilegitimidade previstos na CLT, nos capítulos referentes à eleições sindicais. Era uma forma de manter a necessidade do atestado ideológico, contudo com menos rigor. Apenas em agosto de 1952 o senado aprovou lei que aboliu o atestado, e em setembro Vargas sancionou a nova lei (BUONICORE, 2000, p. 35).

Com melhores relações com as demais vertentes que atuavam no meio sindical, os comunistas passaram a defender que, quando possível, deveriam construir chapas unitárias. Além disso, com o fim do atestado ideológico, comunistas que sofreram intervenção em 1947, puderam se candidatar novamente, a exemplo de Idelfrades, no sindicato dos marceneiros, em eleições que se realizaram em janeiro de 1953 em chapa única. Os comunistas participaram da composição de chapas unitárias no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de couros e peles e no Sindicato dos Trabalhadores de energia termo e hidroelétrica.⁵²³ Segundo Buonicore (2000) a formação das chapas unitárias foi uma tendência entre os comunistas durante 1952. Para o dirigente João Amazonas:

Nesta luta não se trata de atacar esse ou aquele grupo de operários cujas opiniões divergimos. Isto seria ajudar a divisão almejada pelo ministério. A luta não é entre os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a interferência ministerialista [...]. Torna-se assim, urgente, organizar chapas unitárias, amplas, capazes de reunir a grande maioria dos sindicalizados [...].⁵²⁴

5.8. Greves na Bahia (1951-1952)

Em virtude do grau de repressão que vinha desde o governo anterior, poucas greves foram deflagradas na Bahia no primeiro ano do governo Vargas. As poucas que ocorreram não tiveram longa duração e aconteceram na sua maioria no interior do estado. Em janeiro de 1951, poucos dias antes da posse do novo presidente, os ferroviários da Estrada de Ferro de Nazaré paralisaram o trabalho por um dia, reivindicando o pagamento de salários atrasados.⁵²⁵ Também por causa de salários e férias atrasadas, entraram em greve os mineiros de Santo

⁵²³ Eleições no sindicato dos marceneiros. *O Momento*, 25 de novembro de 1952. p.2.; Eleições no Sindicato de Energia Elétrica. *O Momento*, 29 de novembro de 1952. p.6., No dia 11 as eleições no sindicato de couros e peles. *O Momento*, 30 de dezembro de 1952. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²⁴ AMAZONAS. João. Sobre as eleições sindicais. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p.3, 1 de junho de 1952. Apud. BUONICORE, 2000, p.40.

⁵²⁵ Voltam ao trabalho os ferroviários. *O Momento*, 17 de janeiro de 1951. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Antônio de Jesus, cobrando que os patrões cumprissem os acordos da greve ocorrida no ano anterior.⁵²⁶ Em maio os trabalhadores agrícolas e operários da Usina Aliança, no município de Santo Amaro, paralisaram também por um dia, reivindicando aumento de salário e melhoria nos preços dos gêneros alimentícios vendidos no armazém da fazenda. No fim do dia, após promessa dos patrões de encaminhar a solução das reivindicações, resolveram retornar ao trabalho.⁵²⁷

Algumas paralisações foram de apenas algumas horas ou de alguns minutos, como entre os estivadores, enquanto negociavam o valor do pagamento de alguma carga ou a quantidade de trabalhadores que formariam a “turma”. O mesmo acontecia com algumas pequenas paralisações ocorridas em fazendas de cacau no sul do estado em época de colheita, quando tinham maior poder de negociação dos valores das diárias. Mesmo essas pequenas paralisações foram relatadas pela imprensa comunista como greves que levaram à vitórias das categorias. Sempre com ênfase de que o exemplo deveria ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores.⁵²⁸

Greve com duração de mais de uma semana ocorreu em outubro de 1951 entre os trabalhadores das pedreiras dos municípios de São Félix e Muritiba, que reivindicaram melhores salários. O não cumprimento do acordo levou os trabalhadores a nova paralisação, uma semana após a primeira greve. Ao fim do movimento a categoria conquistou 100% de aumento. Das paralisações ocorridas e relatadas pelo jornal dos comunistas durante 1951, apenas essa dos trabalhadores das pedreiras foi liderada pelo sindicato, as demais foram organizadas por associações ou comissões lideradas por comunistas. A partir de 1952 esse quadro se altera e os sindicatos passaram a exercer a liderança nas mobilizações. Na última semana de julho de 1952 ocorreu uma paralisação de alguns dias entre os tecelões da Fábrica Nossa Senhora do Amparo, em Valença, organizada pelo sindicato da categoria, reivindicando aumento de salários, obtendo reajustes entre 5% e 20%. Na fábrica de tecidos Boa Viagem, em Salvador, na mesma semana ocorreu paralisação de algumas horas em protesto contra o espancamento de uma operária.⁵²⁹

⁵²⁶ Voltam à greve os mineiros. *O Momento*, 03 de fevereiro de 1951. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²⁷ Foram à greve os operários e trabalhadores agrícolas da Usina Aliança. *O Momento*, 23 de maio de 1951. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²⁸ Greve por aumento nas fazendas de cacau. *O Momento*, 06 de julho de 1951. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros. Greve na estiva. *O Momento*, 04 de julho de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵²⁹ Contra a fome e a carestia. *O Momento*, 03 de agosto de 1952. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Os transviários dos bondes da Cia Linha Circular obtiveram vitória na Justiça do Trabalho em pleito por aumento de salários. Contudo a empresa tentou construir um acordo com o sindicato da categoria condicionando o aumento a um reajuste nas tarifas. Após inúmeras reuniões e protelações o sindicato levou a questão à assembleia, que deliberou que caso o pagamento não fosse efetuado com o reajuste, a categoria entraria em greve. No dia 15 de outubro, data do recebimento da quinzena, a empresa pagou sem as devidas correções e apelou para nova negociação, afirmando que aguardava reajuste da tarifa por parte da COAF e do governo do estado. No mesmo dia o sindicato realizou nova assembleia, em que estiveram mais de mil trabalhadores, lotando a sede do sindicato, e deliberando pelo início da greve no dia seguinte. No dia 16 de outubro nenhum bonde trafegou e ao fim do dia o sindicato foi comunicado que o reajuste seria pago. Após meses de negociação a greve foi vitoriosa.⁵³⁰

Além dessas greves, várias categorias encaminharam suas lutas através de mobilizações lideradas pelos sindicatos: marceneiros, tecelões, panificadores, bancários, comerciários, estivadores, trabalhadores agrícolas do cacau, entre outras. Outra diferença relevante foi que, principalmente a partir de 1952, não encontramos referências às associações ou comissões como organizadores de ações paralelas aos sindicatos. Nem mesmo abaixo assinados, memoriais ou reuniões. Nas poucas notícias veiculadas no jornal do PCB que citavam comissões, essas haviam sido criadas em assembleia para alguma tarefa específica de apoio à diretoria sindical, como a redação de um memorial, levantando as demandas da categoria para o sindicato encaminhar as reivindicações, ou como ocorreu no Sindicato dos Tecelões de Salvador que elegeu uma comissão com representantes de todas as fábricas, para acompanhar a diretoria do sindicato nas negociações salariais.⁵³¹

Portanto, os comunistas mantiveram, principalmente entre 1950 e parte de 1951, posturas críticas com relação à estrutura sindical corporativista que incluía a luta contra o imposto sindical; a defesa da negociação direta entre patrões e empregados em detrimento da mediação da Justiça do Trabalho considerada um órgão a serviço dos patrões; a crítica e a não participação nas Federações recém-criadas; a criação de organizações paralelas. Tais posições foram sendo deixadas de lado, na medida em que os sindicatos foram passando por processos eleitorais e, gradativamente, os comunistas voltaram a participar ou se relacionar com as novas direções. Também mudaram de posição com relação ao imposto sindical, defendendo o

⁵³⁰ Em greve os operários da CLC. *O Momento*, 16 de outubro de 1952. p.1,6. Vitória da greve dos transviários. *O Momento*, 17 de agosto de 1952. p.1,6. BPEB, Setor: Periódicos raros. BPEB, Setor: Periódicos raros.

⁵³¹ Que todos se unam no sindicato para lutar pelo aumento. *O Momento*, 9 de agosto de 1952. p. 5, BPEB, Setor: Periódicos raros. BPEB, Setor: Periódicos raros.

pagamento inicialmente para os trabalhadores não sindicalizados e posteriormente como forma de fortalecimento dos sindicatos (BUONICORE, 2000, p. 43). Da mesma maneira as associações criadas foram sendo postas de lado, assim como a atuação através das comissões como forma de substituir a atuação dos sindicatos.

5.9. Autocrítica de junho de 1952

Foi convocado um Ativo Sindical Nacional e na edição de julho de 1952 da revista *Problemas* foi publicada a “Resolução do Comitê Nacional do PCB sobre organização e unidade da classe operária”. Intitulada *Ampliar a organização e a unidade da classe operária* que passou a ser citada, inclusive em várias memórias de militantes, como o marco do início de uma nova orientação sindical, ainda que no próprio texto da resolução afirme que a nova orientação estava em vigor desde junho de 1951, certamente se referindo ao manifesto publicado pela CTB, em que convocou os trabalhadores para retornar aos sindicatos. Portanto tratou de algumas posições que já estavam sendo colocadas em prática, e convocou o conjunto dos militantes comunistas a seguir a linha política sindical, pois:

[...] a nova orientação que desceu a todo o Partido, desde junho do ano passado, vem possibilitando a conquista de importantes êxitos [...] mas essa orientação não vem sendo ainda suficientemente aplicada por todo o Partido. Persistem incompreensões que se manifestam, de um lado, na resistência que muitos comunistas opõe ainda à tarefa de ingressar nos sindicatos e neles trabalhar ativamente e, de outro, na aceitação passiva das arbitrariedades do governo no movimento sindical [...].⁵³²

Considerando que o governo de Vargas seguia os interesses do imperialismo em sua política de guerra, o documento defendeu a intensificação das lutas da classe operária em defesa da paz, contra a miséria e a fome, pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Esse avanço dependeria da organização e da unidade da classe operária, e essa seria então a tarefa primordial para os comunistas naquela conjuntura. Considerou que Vargas se utilizava do Ministério do Trabalho para impedir a organização dos trabalhadores, para amortecer sua resistência, e reduzir os sindicatos a órgãos do Estado e dos patrões. E contra os militantes mais ativos lançava a polícia, que prendia e utilizava os métodos fascistas.

⁵³² PCB. Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Ampliar a organização e unidade da classe operária. *O Momento*, 12 de agosto de 1952. p. 3, 4, BPEB, Setor: Periódicos raros. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Avaliou que atuando dentro dos sindicatos pelas reivindicações, teriam conseguido importantes vitórias na luta contra a interferência ministerialista. No balanço, com forte teor de autocrítica, destacou:

Colocamo-nos na realidade contra a organização existente no país – a do Ministério do Trabalho - e quisemos na prática, criar outro movimento sindical, independente, apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresa sem que existissem condições para isso. [...] devíamos lutar para mobilizar as massas contra as violências cometidas pelo governo nos sindicatos, tendo como principal objetivo a defesa dos interesses das massas e, simultaneamente, a conquista dos sindicatos pela classe operária.⁵³³

A resolução contém informações importantes para explicar a atuação comunista naquele contexto: “senão nos textos, na prática eles se esforçaram equivocadamente na ação por fora dos sindicatos e, inutilmente na criação de uma estrutura independente” (SANTANA, 1999, p. 73).

Não lutávamos, na verdade, pela conquista dos sindicatos para a classe operária. Dizíamos que se devia atuar nos sindicatos, que não devíamos perder nenhuma oportunidade para neles trabalhar, mas, ao mesmo tempo, chamávamos indistintamente de “pelegos” e de agentes do Ministério do Trabalho a todos os que participavam nas direções dos sindicatos, e dizíamos que nada os trabalhadores podiam esperar de semelhantes organizações ministerialistas. Isto levava, como efetivamente levou, ao abandono do trabalho nos sindicatos, sem que, simultaneamente, tivéssemos conseguido maior êxito na criação de associações profissionais capazes de levar, como supúnhamos, possível, à organização independente do proletariado.⁵³⁴

Ou seja, segundo o documento, não havia de fato orientação de sair, mas o abandono ocorreu em função do sectarismo que levou os comunistas a atuarem apenas com aqueles que aceitavam suas posições, os demais eram tratados como inimigos. Para Marco Aurélio Santana “o documento contribuiu para esclarecer por que razão os documentos anteriores ainda falavam em ocupação dos espaços sindicais e as entrevistas com militantes sempre apontavam que a deliberação era abandono e esvaziamento dos sindicatos” (SANTANA, 1999, p. 82).

O empenho em fortalecer organizações paralelas pode ser considerado um fator de esvaziamento dos sindicatos oficiais pelos comunistas, contudo não considero que tratando das atividades dos comunistas na Bahia seja correto o uso do termo abandono, pois mesmo após a realização do IV Congresso do Trabalhadores Baianos (1950), quando estavam mais imbuídos da tentativa de construir uma estrutura paralela, a atuação ocorreu “por fora” e “por

⁵³³ Idem

⁵³⁴ Idem.

dentro” da estrutura sindical.⁵³⁵ Permaneceram lutando pelo fim das intervenções, por eleições sindicais, cobrando a realização de assembleias e pressionando para que o sindicato assumisse posturas de defesa das categorias, e quando abriam possibilidades de atuação, como reuniões ou assembleias, os comunistas estavam presentes, o que demonstra que não desejavam que as associações ou organizações paralelas tivessem caráter permanente.

Para Buonicore (1996) os comunistas não pretendiam construir uma estrutura paralela permanente, ao criar organizações paralelas a intenção seria acumular forças para reconquistar os sindicatos. Apesar de concordar que não tinham a intenção de construir estrutura permanente, acredito que não era apenas no sentido de acumular forças, já que em algumas situações a atuação nas associações ou em organizações paralelas foi a única forma possível dos comunistas manterem seus vínculos com os trabalhadores na defesa de seus direitos.

Percebemos que a resolução do PCB de 1952 salientou o abandono das entidades na sua autocrítica, porque o objetivo foi convocar o conjunto da militância para atuar nos sindicatos. O que demonstra que parcelas significativas da militância ainda resistiam a essa orientação. Esse destaque acabou por deixar de lado outros aspectos que foram fundamentais para definir a prática dos comunistas no período 1948-1952, e acabou consolidando a interpretação bastante negativa desse período, a partir da perspectiva de que houve abandono como fruto de uma opção tática.

Em algumas memórias de antigos militantes aparecem versões muito divergentes, com algumas muito próximas das versões dos historiadores que defendem a tese de que o partido teria abandonado os sindicatos. Moisés Vinhas em *O Partidão: A Luta por um partido de massas*, publicado em 1982, assim descreve:

Adotando a palavra de ordem de “derrubar o governo”, classificado como de “traição nacional”, os comunistas passam a estimular todo tipo de ação grevista, independentemente da hora e lugar. Procuram tomar conta das direções sindicais a qualquer preço e, quando não o conseguem partem para o “racha”.

Pretextando que a estrutura sindical vigente era atrelada ao Ministério do Trabalho, os comunistas rompem com ela e se lançam à construção de sindicatos paralelos. Na verdade, estes só conseguem reunir pequeno número de associados, a maioria comunistas.

Passam a considerar os sindicatos como órgãos a serviço da burguesia e do latifúndio a intenção [...] E tratam de criar organizações novas, revolucionárias, puras, autônomas, independentes e paralelas [...] tentam tirar greve a qualquer custo e a qualquer preço; quando conseguem, prolonga-la o maior tempo possível. (VINHAS, 1982. pp. 95, 129)

⁵³⁵ Expressão usada por Marco Aurélio Santana. (1999, p.79)

Afirmar que quando os comunistas não conseguiram tomar conta das direções partiram para o “racha”, ou que pelo atrelamento da estrutura sindical ao Ministério do Trabalho os comunistas teriam rompido, não nos parece condizente com a realidade que analisamos. Chama a atenção o silenciamento a respeito da impossibilidade de atuação. Essa perspectiva diminui o papel exercido pela repressão, ignorando o fato que primeiro os comunistas foram expulsos, sofreram intervenção e foram impedidos de atuar nos sindicatos. A própria resolução do PCB de 1952 contribuiu para esse tipo de interpretação, pois fez referência à violência policial que os comunistas sofreram no período, contudo não estabeleceu relação entre a redução dos espaços de participação nos sindicatos e a busca por alternativas de atuação, como foi o caso das comissões e das associações.

Reafirmando a versão de abandono dos sindicatos, em livro publicado em 1980, que inclui textos escritos no exílio e ainda uma longa entrevista, o dirigente sindical Hércules Correa se referiu ao período dividindo em dois. A primeira fase de 1948 a 1952, quando:

Nossa linha de trabalho com o proletariado estava em sintonia com a linha política geral e se caracterizava pela já referida direção do golpe principal, o abandono dos sindicatos e criação dos sindicatos paralelos independentes, e a tentativa de arrancar greves de qualquer modo. O resultado, como sabemos, foi a brusca queda de nossa influência sobre as massas e a destruição e o enfraquecimento das bases de empresas. (CORREA, 1980. p. 145)

Segundo Correa, houve reação das “organizações e militantes do Partido diretamente ligados ao trabalho nas empresas à política estabelecida para o movimento sindical. Essa reação se manifestava na volta aos sindicatos, na aliança com os getulistas e em medidas concretas de construção do Partido nas empresas. É daí que eclode o processo das grandes greves, iniciadas com a dos bancários de São Paulo, em 1951.” (CORREA, 1980, p. 145) A segunda fase, de 1952 a 1954, foi quando “a resolução sindical de 1952 marca o início oficial do período, mas ela era a legitimação de uma prática política que já vinha sendo executada pela base operária e por parte dos escalões intermediários do Partido desde 1950” (CORREA pp.145-146).

Hércules Corrêa destacou a aliança com os getulistas como uma das formas de não implementação da orientação sindical. Nas suas memórias, Corrêa comentou das relações tensas com Diógenes Arruda, membro do Comitê Central, que se referia aos militantes da frente sindical de forma pejorativa como “sindicaleiros”. “É que havíamos conseguido levar o Comitê Central, no ano anterior, a aprovar uma resolução que sacramentava a aliança entre comunistas e o pessoal do Partido Trabalhista Brasileiro, nas empresas e nos sindicatos. Nada mais do que o reconhecimento de uma situação de fato, mas que causava arrepios em

sectários como o Arruda.” (CORRÊA, 1994, p. 8) Interessante que nas suas memórias Hércules Corrêa tenha descrito as alterações ocorridas em 1952 apenas como a resolução que possibilitava a aliança com os petebistas. Esse aspecto também foi citado por Moisés Vinhas.

A “resolução sindical” de 1952 sanciona e generaliza o que a prática estava indicando fazer: determina que os comunistas voltem aos sindicatos existentes, recolham as reivindicações próprias dos trabalhadores, forjem alianças com as forças ali atuantes, especialmente os petebistas, e retomem a luta pela sindicalização e pela unidade sindical. (VINHAS, 1982. p. 130)

Ainda que indiretamente estivesse se referindo a eles, a resolução nem citou os petebistas, como afirmou Vinhas. Ela combateu o que chamou de uma das manifestações do sectarismo que era a tendência em:

[...] colocar no mesmo pé os agentes declarados da polícia e do imperialismo no movimento sindical [...] e os militantes sindicais de base e mesmo boa parte dos dirigentes sindicais ligados aos trabalhadores, mas que não aceitam os nossos pontos de vista. Os primeiros são inimigos que precisam ser energeticamente combatidos e desmascarados, enquanto os demais são trabalhadores equivocados que através da unidade de ação poderão e deverão ser ganhos pacientemente pelos comunistas para a luta em defesa da paz e da libertação nacional.⁵³⁶

Esse aspecto talvez tenha maior importância nas experiências de quem atuou em regiões onde os petebistas continuaram na direção de grande número de sindicatos, ainda que como interventores. Os relatos de Corrêa e de Vinhas afirmam as dificuldades com a linha, e sugerem que os militantes de base não teriam seguido as orientações da direção. No caso de Corrêa é ainda mais claro, quando afirma que, na prática, desde 1950 é possível encontrar desajustes, ou “insubordinações”, que teria se manifestado na volta aos sindicatos.

Na biografia de Raphael Martinelli, o líder ferroviário paulista apontou as dificuldades impostas aos comunistas pela repressão do governo Dutra como “uma das razões de o Partido Comunista começar a trabalhar com uma espécie de sindicalismo alternativo ao oficial” (BASTOS, 2014, p. 96). Martinelli relatou um episódio ocorrido em 1950, em que os comunistas encaminharam ao Ministério do Trabalho um abaixo assinado da categoria solicitando a realização de assembleia no sindicato. Ou seja, os comunistas pressionando para atuação “por dentro”, apesar do perigo, pois a assembleia ocorreu sob forte vigilância: “A polícia na porta do sindicato, e se você não tivesse a carteirinha não podia entrar” (BASTOS, 2014, p. 108).

⁵³⁶ PCB. Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Ampliar a organização e unidade da classe operária. *O Momento*, 12 de agosto de 1952. p. 3, 4, BPEB, Setor: Periódicos raros. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Eloy Martins, metalúrgico gaúcho, líder sindical, teve mandato de vereador entre 1947-1951 eleito pelo PSP em função da ilegalidade, secretário sindical do comitê estadual, presidente e secretário geral da União Estadual dos Trabalhadores (UET), apresentou em suas memórias posição crítica com relação ao *Manifesto de Agosto*. Segundo ele, as principais tarefas colocadas nesse período eram “greves de fora para dentro das empresas, e quase sempre contrariando os desejos da maioria dos trabalhadores; criar comitês da Frente Democrática de Libertação Nacional, que tinham como objetivo a preparação da derrubada revolucionária do governo do Gen. Gaspar Dutra.” E quem não aplicava a linha era punido, rebaixado de posto, ou excluído (MARTINS, 1989, p. 94). Explicou como ocorreu a aplicação da orientação sindical quando referiu-se a União dos Trabalhadores:

[...] criada com a função de libertar o movimento sindical das amarras do Estado, porém a tarefa não era fácil, porque ao enfrentarmos o terror policial, tínhamos de fazer frente às divergências criadas entre a orientação vinda de cima e a prática do dia-a-dia junto aos trabalhadores. A orientação recebida aconselhava a criar sindicatos livres, o que correspondia a organizações paralelas. Nós conseguimos estruturar amplos grupos de operários esclarecidos, que atuavam dentro de suas entidades de classe, no entanto, não os transformamos em novos sindicatos. (MARTINS, 1989, p.112)

Ainda que confirme a existência de uma orientação de criar entidades paralelas, não tratou enquanto orientação de sair dos sindicatos e relatou esforços para atuar junto aos sindicatos existentes: “[...] Nós, os camaradas ligados ao movimento sindical [...] atuávamos no sentido de ganhar os trabalhadores e os sindicatos, por isso mesmo, ao lado das greves por decreto, saíam movimentos de envergadura.” (MARTINS, 1989, p. 98). E contou que participou do “ativo sindical do PCB onde seriam debatidas algumas questões controvertidas”. O assunto principal eram as organizações paralelas.

Após ampla discussão me convenci de que criar duplicidade sindical não só era incorreto, como irrealizável na conjuntura daquele momento. Grande parte dos presentes tinha a mesma opinião, mas ninguém dizia claramente o que pensava. [...] Fiz duas perguntas aos dirigentes da reunião [...] :
Criado o sindicato livre, os trabalhadores devem abandonar o outro?
“Cada ativista sindical do partido deve saber qual a posição mais adequada para cada setor determinado”. A resposta causou confusão, se estabeleceu novo debate e no final ficou tudo como estava antes. Um companheiro da mesa disse que o ativo não tinha poderes para tirar resoluções, que na aplicação da linha política partidária, a prática iria ensinar como fazer. [...] A qual sindicato os trabalhadores devem pagar suas mensalidades?
Depende da vontade deles. Não somos nós que vamos determinar, inclusive podem pagar para os dois. Essa resposta também não agradou aos presentes. (MARTINS, 1989, pp. 112- 113)

Nem mesmo o secretário sindical no Rio Grande do Sul sabia exatamente quais tarefas deveria cumprir. As respostas aos questionamentos feitos deixavam brechas para, localmente, algumas definições como a duplicidade da atuação. Segundo Martins, após a nova orientação de 1952 de retorno aos sindicatos, a União Estadual dos Trabalhadores continuou atuando até 1953. “Não criamos novos sindicatos, mas tínhamos o controle dos setores fundamentais da classe operária: ferroviários, mineiros alimentação, energia elétrica, metalúrgicos, bancários, tecelões, portuários, estivadores, transporte urbano, gráficos, entre outros” (MARTINS, 1989, p. 112-113).

Como afirmou Marco Aurélio Santana (2001, p. 73) “diante das ambiguidades presentes nos textos partidários, podemos tirar dali quase tudo o que quisermos, dependendo de nosso interesse”. Acreditamos que a mesma coisa vale com relação às memórias dos militantes, pois podem ser encontrados diversos desencontros que podem ser explicados pelas especificidades locais, pela posição que o depoente ocupava na estrutura partidária, ou ainda pela posição diante das mudanças nas orientações políticas, que ocorreram posteriormente e que reforçaram determinadas versões.

Na perspectiva de Eloy Martins a linha do *Manifesto de Agosto* estava superada pelos acontecimentos desde 1951 (MARTINS, 1989, p. 111). Durante 1952, no periódico dos comunistas baianos, praticamente não existiram chamamentos à revolução ou à construção dos comitês da FDLN. Ao chegar no IV Congresso realizado em 1954 o PCB avaliou positivamente sua orientação sindical em vigor desde 1952, com base no crescimento das lutas e paralisações. Ely Brasil, na sua intervenção sobre as atividades dos comunistas na “luta pela Unidade e a Organização da Classe Operária”, declarou que “Em 1951 houve 264.000 grevistas, em 1952 o número se elevou para 400.000. Em 1953 este número dobrou para 800.000 e no curso deste ano já atingiu a 1.200.000. [...] Nossa atividade nos sindicatos melhorou particularmente depois de 1952. Aumentou o número de operários sindicalizados.”⁵³⁷ Na avaliação partidária as lutas foram desencadeadas depois que os comunistas passaram a atuar ativamente nos sindicatos e nos locais de trabalho, onde passaram a defender que as comissões se transformassem em Conselhos Sindicais permanentes.

Os comunistas seguiam a direção de construir a organização e a unidade de ação e, nesse sentido, um dos passos mais importantes teria sido a organização das Comissões Inter-

⁵³⁷ BRASIL, Ely. O Programa do Partido e a Atividade dos Comunistas na Luta pela Unidade e a Organização da Classe Operária. Intervenção no IV Congresso do PCB. Novembro de 1954. In: Revista Problemas, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm Acesso em: 26/11/2021.

sindicais ou dos Pactos de Unidade. Processo que se iniciou ainda em 1952, na luta contra a assiduidade 100%, na realização de Conferência Nacional contra a assiduidade e depois na realização do I Congresso Nacional de Seguro e Previdência Social, “[...] generalizou-se e facilitou unificar os sindicatos em suas lutas e campanhas, como a do salário mínimo, por exemplo, que mobilizou em todo o país centenas de milhares de trabalhadores.” Outra demonstração do avanço na organização dos trabalhadores no período foi a realização da Primeira e da Segunda Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, onde foi constituída a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) primeira organização de assalariados agrícolas e camponeses de caráter nacional. Segundo essa avaliação, a participação nas eleições sindicais foi fundamental nesse avanço da organização e unidade, através de chapas unitárias com outras vertentes e os trabalhadores “getulistas”.

Os êxitos obtidos se devem sempre à ampla tática de frente única, à atividade visando a fortalecer a aliança entre os comunistas e nossos irmãos os trabalhadores getulistas. Um trabalho realizado a tempo, apresentação de um programa concreto de reivindicações, a organização de comissões nas empresas e nas seções das empresas, foram e são os elementos mais importantes na aplicação da justa tática do nosso Partido em face das eleições sindicais.⁵³⁸

Contudo, apesar de avaliar positivamente a aplicação da linha, com o aumento na organização e nas lutas, tal avanço não corresponderia às possibilidades. Isto em função das falhas no trabalho partidário, que se manifestavam no que chamaram de tendências sectárias e espontaneistas. O espontaneísmo estaria presente principalmente na falta de preparação de algumas greves, e o sectarismo se manifestava nos militantes que ainda resistiam em participar da vida sindical.⁵³⁹

A convocação para os comunistas ingressarem nos sindicatos demonstra que ainda em 1954 o tema se mantinha nos debates partidários. Dessa vez com o reforço das palavras de Lênin, citado no *Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil*, assinado pelo Cavaleiro da Esperança:

É precisamente a absurda 'teoria' de não participação de comunistas nos sindicatos reacionários que demonstra com evidência a leviandade com que estes comunistas 'de esquerda' consideram a questão da influência sobre as 'massas' e o modo por que abusam destas palavras. Para saber ajudar a 'massa', para ganhar sua simpatia, sua adesão e seu apoio é preciso não temer as dificuldades, as rasteiras, os insultos, os ataques, as ofensas, as perseguições dos 'chefes' (que, oportunistas e social-chauvinistas estão na maior parte dos casos em relação direta ou indireta com a burguesia e a polícia) e trabalhar obrigatoriamente nos lugares onde a massa está. É

⁵³⁸ Idem

⁵³⁹ Idem

preciso saber fazer toda espécie de sacrifício, vencer os maiores obstáculos para se entregar a uma propaganda e uma agitação sistemática, tenaz, perseverante, paciente, nas instituições, sociedades, sindicatos, por mais reacionários que sejam, onde estiver a massa proletária ou semi proletária.⁵⁴⁰

Segundo Prestes, seriam nestas palavras de Lênin que os comunistas encontrariam a base teórica para combater as “tendências sectárias” no trabalho do partido e atuar nos sindicatos ainda que estivessem “submetidos ao governo e à polícia por intermédio do Ministério do Trabalho.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises sobre a prática sindical ganharam novas interpretações a partir dos anos 1990, com estudos de historiadores que se utilizaram de farta pesquisa empírica e demonstraram que, diferente das versões até então consolidadas, os comunistas não estiveram distante das bases no contexto 1945-1964. Foram criadas várias organizações por local de trabalho, que atuaram levantando as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, inaugurando novas formas de participação e de pressão sobre as direções sindicais, que em alguns casos foram ultrapassadas por essas organizações de base (NEGRO, 2004; COSTA, 1995). Tais estudos inclusive serviram de inspiração para essa tese, ao tratar da atuação dos militantes de base no meio sindical.

Na conjuntura após a anistia, preocupados com os possíveis retrocessos no processo de redemocratização, os comunistas atuaram no sentido de frear as greves, com a postura de “apertar os cintos”. Algumas pesquisas desconsideram as motivações apresentadas pelos comunistas e atribuem a postura de evitar greves à aliança com Vargas, que naquela conjuntura atribuiria aos sindicatos tarefas políticas como a defesa da constituinte ou à estratégia da revolução burguesa com a tentativa de se aproximar da burguesia nacional (WEFFORT, 1973; PRESTES, 2001).

⁵⁴⁰ PRESTES, Luiz Carlos. Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. 07 de novembro de 1954. Publicado na Revista Problemas nº 64, dezembro de 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/index.htm> Acesso em 30/11/2021.

Após as eleições de 1945 o PCB alterou sua posição junto aos trabalhadores. Ainda que permanecesse a linha de União Nacional e a orientação de “ordem e tranquilidade”, houve autocrítica que não poderia ser sinônimo de passividade. Os comunistas passaram a se referir às greves como direito dos trabalhadores, apoiaram e estiveram à frente da onda de greves ocorrida nos primeiros meses de 1946. Alguns estudiosos reconhecem a mudança, mas entendem que foi limitada, pois “Continuarão a tentar evitar as greves; mas não conseguindo, passarão a apoiá-las e mesmo dirigi-las” (WEFFORT, 1973, p. 90). Posição sustentada por Marco Santana (SANTANA, 2001, p. 46) e Hélio da Costa (COSTA, 1995, p. 71), a diferença é que através das pesquisas empíricas, os dois últimos demonstram a atuação dos comunistas liderando inúmeras greves.

Durante 1945, na Bahia, encontramos os comunistas fazendo o discurso que os trabalhadores deveriam esgotar todos os recursos, estimulando dissídios na Justiça do Trabalho, para só depois vislumbrar a greve como alternativa. Mas também construindo paralisações, como nos casos dos tecelões de Salvador, dos transviários da CLC, e dos trabalhadores da Fratelli Vita, em que os comunistas criaram comissão dos trabalhadores que deflagraram greve, ultrapassando a diretoria do sindicato. A atuação através das comissões foi uma das marcas da ação dos comunistas durante 1945. A análise das greves ocorridas na Bahia em 1945 permite-nos considerar que a postura de tentar freá-las foi circunscrita aos primeiros meses após a anistia, e que na maior parte das mobilizações e greves os comunistas apoiaram ativamente.

Após as eleições de 1945 houve alteração na orientação sindical dos comunistas com ações mais firmes na defesa das greves, o que permite-nos afirmar que as mudanças conjunturais foram fundamentais para alterar suas posições. Os comunistas, que não estavam na direção dos principais sindicatos por ainda se encontrarem sob intervenção, organizaram os trabalhadores através das comissões e se colocaram na direção das greves ocorridas nos primeiros meses de 1946. Um bom exemplo da postura dos comunistas foi entre os bancários, que já haviam deflagrado greve em outros estados, e na Bahia, o sindicato que estava sob intervenção e tinha à frente Aristóteles Ferreira, se recusou a convocar assembleia. Os comunistas organizaram comissões de reivindicação, articularam a vinda de um delegado sindical do Rio de Janeiro, para em assembleia destituir o presidente da entidade e deflagrar greve. Nesse caso e em vários outros, entre 1945 e 1946, os comunistas estiveram presentes não apenas apoiando, mas liderando o processo de mobilização e deflagração das greves.

Ainda sobre a mudança na posição dos comunistas em 1946, Weffort escreveu:

Mantendo, não obstante, sua política de ‘ordem e tranquilidade’, o PC defenderá a greve como um ‘direito’ mas ao mesmo tempo insistirá em transferir a responsabilidade pela ocorrência de greves para os empresários e para ‘setores do governo’. Posição sutil e difícil. Se considerava a greve realmente como um ‘direito dos trabalhadores’, por que insistia tanto este partido – que se considerava o partido dos trabalhadores - em declarar-se não responsável pelo seu exercício? Em realidade, nos termos da orientação política seguida pelos comunistas, a greve era vista não precisamente como um direito, mas como um mal que já não se podia evitar e para o qual era sempre necessário encontrar responsáveis. É inteiramente evidente que nem os empresários nem o governo poderiam aceitar essa responsabilidade. (WEFFORT, 1973, p. 92)

Os comunistas ao se referirem às greves como “último recurso”, ou quando não se colocaram como responsáveis pelas paralisações, estavam apenas construindo uma retórica que demonstrasse o quanto estavam dispostos a atuar nos marcos da legalidade. Também para que as greves não fossem vistas como instrumento político do PCB, descaracterizando as reivindicações dos trabalhadores que foram por demandas reais. Recurso que pode ser observado até os dias atuais, afinal qual categoria deflagra greve sem afirmar que buscou esgotar todos os recursos de negociação e que parar as atividades foi a medida extrema? Da mesma forma, qual partido faz discurso assumindo responsabilidade ou liderança de alguma greve? Com isso, essa tese não nega o caráter de conciliação de classes da linha de União Nacional, muito menos a existência da orientação sindical de “apertar os cintos”, mas busca compreender como tais orientações implicaram na atuação concreta dos comunistas juntos às diversas categorias.

Os comunistas buscaram construir unidade com as demais vertentes do movimento sindical, inclusive àquelas ligadas ao Ministério do Trabalho, que estavam como interventores e com os trabalhistas. Construíram conjuntamente o II Congresso dos Trabalhadores Baianos em 1945. Encontramos trabalhistas à frente de mobilizações e greves, à exemplo de Octávio Nunes, a frente do Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro (STIASA), e Oldack Nascimento, do Sindicato dos Tecelões de Valença. Esse quadro sofreu alteração em 1946 em função dos atritos ocorridos durante as greves e pelas medidas repressoras do governo Dutra. Alguns ministerialistas não participaram do III Congresso dos Trabalhadores Baianos ocorrido em 1946.

Apesar da linha de “ordem e tranquilidade” o PCB teve seu registro cassado em 1947, grande parte dos sindicatos sofreram intervenção e os parlamentares comunistas perderam seus mandatos no início de 1948. Os comunistas fizeram sua autocrítica, deixaram de lado a orientação da União Nacional e adotaram uma nova linha política mais à esquerda a partir do

Manifesto de janeiro de 1948. Passaram a priorizar sua atuação nas comissões ainda que inicialmente foi mantido o discurso de permanecer nos sindicatos. Inúmeros episódios de repressão, expulsão de assembleias, prisões, demissões, desfiliação de entidades, se sucederam nesse período, levando os comunistas à orientação de construção de entidades paralelas. Sem desconsiderar, claro, os demais fatores que influenciaram nas alterações da linha, que vão desde a conjuntura internacional com a guerra fria, as mudanças no movimento comunista internacional com as posições do Cominform, até os fatores internos.

Se até 1947 é possível identificar a ocorrência de greves lideradas por trabalhistas, a partir das intervenções os comunistas vão se encontrar isolados nessa tarefa. No máximo encontramos dirigentes ministerialistas participando das negociações após a deflagração da greve. Em franco enfrentamento aos ministerialistas, durante 1948 os comunistas lideraram inúmeras greves. Se as pesquisas têm demonstrado que os trabalhadores conseguiram se utilizar e encontrar brechas na legislação trabalhista e lutar por melhorias de salários, direitos e condições de trabalho, e isso foi constatado nessa tese, por outro lado, os patrões se utilizaram do arsenal da estrutura corporativista para impor limites à organização dos trabalhadores. Especialmente em 1948 encontramos situações em que os patrões, temendo a organização dos trabalhadores livres do controle do Estado, indicaram que seus empregados deveriam procurar o caminho do sindicato, se recusaram a reconhecer a liderança e a receber as reivindicações das mãos das comissões de reivindicações, e em alguns casos propuseram reajuste salarial apenas para os sindicalizados. Isso foi notado, por exemplo, durante a greve dos tecelões em 1948, e entre os trabalhadores das usinas de açúcar de Santo Amaro. O que pode ser entendido como algum sucesso dos comunistas na sua tentativa de construir organizações de base e atuar fora do controle do Ministério do Trabalho, tentando negociação direta e sem recorrer à Justiça do Trabalho. Houve acirramento da repressão através da ação conjunta das direções sindicais, da polícia e do Ministério do Trabalho e o número de greves decaiu nos anos seguintes.

Algumas análises sobre a atuação dos comunistas sugerem o fracasso da orientação de criar entidades paralelas, pois teria afastado os comunistas dos trabalhadores. O resultado seria diminuição do número de filiados ao partido e a menor influência dos comunistas no meio sindical. Esta pesquisa demonstra que o primeiro fator que interferiu na diminuição da inserção dos comunistas foi o grau de repressão. Além disso, a orientação de criar entidades paralelas não pode ser interpretada como simples escolha, tendo em vista as intervenções que expulsaram os comunistas dos sindicatos.

A partir de 1950 o governo iniciou a realização de eleições sindicais, processo que continuou no governo Vargas, e em 1952 praticamente todos os sindicatos já haviam realizado eleição, pondo fim às intervenções. Consideramos que esse foi um dos fatores que determinaram o retorno dos comunistas aos sindicatos. Ainda que nos documentos publicados entre 1948 e 1952 o PCB continuasse sugerindo aos militantes a atuação nos sindicatos e nas entidades paralelas, na autocrítica realizada em 1952, reconhecem que a orientação levou ao distanciamento de parte dos militantes dos sindicatos, pela prioridade em atuar nas organizações paralelas e pela dificuldade de atuar junto às demais vertentes do movimento sindical, tratadas de maneira generalizada como pelegos.

Os comunistas baianos, nesse período (1948-1952), atuaram por dentro e por fora dos sindicatos. Cobraram que as entidades assumissem a defesa das categorias, denunciaram as intervenções, fizeram inúmeros abaixo-assinados cobrando a realização de assembleias, que quando aconteciam contaram com a presença dos partidários de Prestes. E quando ocorreram eleições sindicais participaram ativamente.

Entre 1945 e 1952 encontramos os comunistas incentivando a criação de entidades de base organizadas por local de trabalho. As comissões foram uma inovação nas organizações dos trabalhadores, propiciando a participação direta, com levantamento de necessidades imediatas sentidas no cotidiano das categorias. Apesar do aumento da repressão, especialmente após 1948, os comunistas conseguiram manter vínculos com os trabalhadores baianos. Buscaram construir organizações paralelas como alternativa à estrutura sindical ministerialista, contudo faltou acúmulo de forças para conseguir vencer a repressão desencadeada. A maior parte das análises sobre essa relação dos comunistas e o movimento sindical foi feita por historiadores que estavam empenhados em desvendar as ações da classe, e não do partido. Os êxitos obtidos nesse período, com a realização de grandes greves, foram geralmente atribuídos aos trabalhadores, de maneira genérica, e quando reconhecem a forte presença dos comunistas à frente das comissões, estes estariam em desobediência à orientação partidária, comportamento explicado através da metáfora dos dois PCs. Portanto, nessas versões os méritos são dos militantes de base, mas não do PCB.

Um fator importante para o partido ter conseguido manter seus vínculos com os trabalhadores foi a organização para além dos locais de trabalho. Desde 1945 o PCB incentivou a criação de inúmeros Comitês Populares e Democráticos em vários bairros da capital e em várias cidades do interior, iniciando processo de aproximação das periferias da cidade. Apoiaram diversas ocupações de áreas urbanas em Salvador, a primeira, a de Corta-

Braço ainda em 1946, no bairro da Liberdade, com vários militantes comunistas morando no local, entre eles portuários e de outras categorias operárias (OLIVEIRA, 2012, p. 95).

Também incentivaram a organização de blocos carnavalescos tendo *O Momento* criado concurso de músicas de carnaval entre os cordões, batucadas e blocos. A maior parte desses cordões e batucadas eram sediados na mesma área da cidade em que se encontravam as ocupações e outros bairros de moradia dos trabalhadores do porto (estivadores e portuários) e dos trabalhadores das fábricas têxteis, que eram os bairros da Liberdade, Plataforma, e proximidades da Cidade Baixa. O bloco Pai Borocô apoiou Mario Alves, candidato a deputado estadual em 1947. Pelo nome, pelas roupas brancas usadas pelos membros da agremiação, em que as mulheres saiam “vestidas de baianas legítimas”,⁵⁴¹ pelas letras das músicas, fica explícita a relação com as religiões de matriz africana. Em 1947, por ocasião do aniversário de dois anos de *O Momento*, os comunistas organizaram uma festa que contou com apresentações de dança afro de Joãozinho da Goméia, um Sacerdote do candomblé, que anos mais tarde se tornaria importante referência no Rio de Janeiro. E aqui ressaltamos uma das lacunas deixada por essa tese. Caberia uma investigação sobre essa cultura que tinha forte recorte étnico racial e de classe. A hipótese é que a maioria dos moradores dessa área era negra, assim como a maior parte dos trabalhadores do porto e das fábricas têxteis. Assim, esses sujeitos que estavam nas ocupações de terrenos urbanos eram os mesmos que estavam nos blocos de carnaval, nos terreiros de candomblé e não tinham contato com os comunistas apenas nas assembleias sindicais.

⁵⁴¹ O Pai Borocô em folia prepara-se para o carnaval, lutando pela vitória da Chapa Popular. *O Momento*, Salvador, 19 de janeiro de 1947, p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, João. Pelo fortalecimento e unidade sindical. Informe sindical e de massas, apresentado no pleno do Comitê Nacional do PCB de 10 de agosto de 1945, Rio de Janeiro, Edições Horizonte, 1945.

ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil**: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos AEL, Campinas, nº 2, 1995. pp 11-34.

AGOSTI, Aldo. "As correntes constitutivas do movimento comunista internacional". In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.) **História do Marxismo, VI**: o Marxismo na época da terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985a. pp. 45-82

AGOSTI, Aldo. O mundo da Terceira Internacional: os estado maiores. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.) **História do Marxismo VI**: o Marxismo na época da terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.

BASTOS, Roberto Gicello. **Estações de Ferro**: Raphael Martinelli. 2014.

BATALHA, Cláudio H. M. **A Historiografia da Classe Operária no Brasil**: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas**. Memórias. 1º Volume. São Paulo. Editora Alfa Omega. 1978.

BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução**: 1848-1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BUONICORE, Augusto César. **Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952)**: Entre a reforma e ruptura. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp. Campinas. 1996.

_____. **Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952**. In: *Cadernos AEL*, v. 7, n.12/13, 2000.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo**: 1937-1945, São Paulo, Difel, 1976.

_____. **O PCB (1943-1964)**. Vol. 1, São Paulo, DIFEL, 1982.

_____. **A segunda república**, São Paulo: Difel, 1973.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COELHO, Eurelino. **Dissonâncias à esquerda**: a POLOP, o golpe e a ditadura militar In: *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. São Paulo. Consequência. 2014.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro. Record. 2000.

CORREA, Hércules. **A classe operária e seu partido**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.1980.

CORRÊA. Hércules. **Memórias de um stalinista**. Opera Nostra. Rio de Janeiro. 1994.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo, Scritta, 1995.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Marxismo e revolução**: da “Estratégia de Derrocada” à “Guerra de Posições”. In: *História & luta de classes*, Curitiba, PR, n. 5, p. 15-22. abr. 2008.

DEL ROIO, Marcos. **O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil**. IN: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do*

marxismo no Brasil, o impacto das revoluções. Campinas: editora da Unicamp, v. 1, 2003. Pp. 51-108

DULLES, John Foster. **O comunismo no Brasil, 1935-1945**. Repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João. **Giocondo Dias: a vida de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

_____. **O Partido Comunista que eu conheci**. (Vinte anos de clandestinidade). Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. A. N. (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. RJ, 2003.

FONTES, José Raimundo. **A Bahia de todos os trabalhadores**. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos**. Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1997.

GETZLER, Israel. Outubro de 1917: **O debate marxista sobre a revolução na Rússia**. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do marxismo V (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 25- 74.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 2ºed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

HÁJEK, Milos. **A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha**. In: HOBBSAWM, Eric (org) História do Marxismo VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Centauro, 2006.

KAREPOVS, DAINIS. **Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A Ditadura do Proletariado**. Tradução Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro**. (1857-1967). São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Duas táticas da Social Democracia na revolução democrática**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1975.

LENIN, Vladimir Ilich, **A Revolução Proletária e o Renegado Kaustsky**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

LENIN, Vladimir Ilich. **Teses de Abril**. In: Ali, Tariq (org. e introdução). Manifesto Comunista/Teses de abril. São Paulo, Boitempo, 2017.

Los Cuatro Primeros Congresos de La Internacional Comunista. Cuadernos de Pasado Y Presente, nº 43. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. Brasiliense. São Paulo. 1979.

MARTINS, Eloy. **Um Depoimento Político - 55 anos de PCB**. Porto Alegre: s/ed, 1989.

MORAES FILHO, Evaristo de. **A proto-história do marxismo no Brasil**. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). História do marxismo no Brasil, o impacto das revoluções. Campinas: editora da Unicamp, v. 1, 2003.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo. Expressão Popular. 2009.

NAVARRO, Zander S. **Movimentos Sociais em áreas rurais do sudeste da Bahia: as lutas sindicais no período 1955/1964**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (org.) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1995. p. 243-260.

NEGRO, Antônio Luigi. **Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais**. A participação operária na política do pós-guerra. In: História, (São Paulo), n. 21, 2002.

_____. **“Não trabalhou porque não quis”**: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.32, n.64, p.101-128. 2012.

SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)**. Dissertação de Mestrado em História. UFBA. 2012.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PEREIRA, Astrojildo, Ensaio **Históricos e Políticos**, São Paulo, Alfa Omega, 1979.

PRADO, Carlos Batista. **Partidos e sindicatos: O PCB, a oposição de esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936)**. Tese de Doutorado em História. UFF. 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. **A que herança os comunistas devem renunciar?** Oitenta. Vol. 4, Porto Alegre, LP&M, 1980.

_____. **Da insurreição armada à União Nacional: A virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Os comunistas brasileiros (1945-1956): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB.** São Paulo. Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos, **O problema da terra e a Constituinte de 1946**, in: Problemas Atuais da Democracia. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947, pág: 363-414.

PRESTES, Luiz Carlos. **A Situação no Brasil e no Mundo.** 23 de Maio de 1944. Publicado pela primeira vez em *O Globo* de 15 de Março de 1945. In: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947, pág: 69-74.

POLLAK Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUARTIM DE MORAES. João. **A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro.** In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). História do marxismo no Brasil, o impacto das revoluções. Campinas: editora da Unicamp, v. 1, p. 109-160, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.** XXII Encontro Anual da Anpocs. GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política. Caxambu, 1998.

_____. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.** Boitempo. 2001.

_____; SILVA, Fernando Teixeira. **O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964).** In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). As esquerdas no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB,** Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. (1936-1948).** São Paulo: Annablume, 2009.

SIZILIO, Ricardo José . **Utopia eleitoral: A experiência do PCB e de Carlos Marighella nas eleições de 1945 na Bahia.** Universitas Humanas, v. 12, p. 13-25, 2015.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos. (Bahia, 1945-1950).** Tese de Doutorado em História. UFBA. 2015.

STÁLIN, J. **A questão da Estratégia e da Tática dos comunistas russos.** In: Estratégia e Tática. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989. p. 19-44

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** UNESP, São Paulo. 2001

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas. 1981.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. O Partidão. **A luta por um partido de massas: 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. **Origens do sindicalismo populista no Brasil** (a conjuntura do após guerra). Estudos CEBRAP, n. 4, p. 66-105, abr.-jun. 1973.

Z Aidan Filho, Michel. **PCB (1922- 1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

_____, **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

Fontes

Jornal *Terra Livre* (1954-1964)

Jornal *A Classe Operária*

Jornal *O Momento* (1945-1957)

Jornal *O Correio Trabalhista* (1946)

Revista *Problemas*

Documentos citados

Statut et Resolutions de L'Internationale Communiste, p.119. Apud. CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em:

<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109> acesso em 01/09/2019

“Programa de la Internacional Comunista”. In: **VI Congresso de la Internacional Comunista**. Cuadernos de Pasado y presente. N°66 Primeira Parte. Mexico, PyP, 1977.p. 286-288.

O VI Congresso de la Internacional Comunista. Cuadernos de Pasado y presente. N°66 Primeira Parte. Mexico, PyP, 1977.

Teses e Resoluções do III Congresso do PCB – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC. Dotação 495.029.035, Rolo 03

“Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira” (fevereiro de 1930). *A Classe Operária*, 17.04.1930.

PRESTES, Luiz Carlos. A Situação no Brasil e no Mundo. 23 de Maio de 1944. Publicado pela primeira vez em *O Globo* de 15 de Março de 1945. In: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947, pág: 69-74. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/05/23.htm>
Acesso em 25/01/2022.

Situação do movimento revolucionário no Brasil. Relatório do SN do PCB, 23/05/1936. CEDEM/UNESP. Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo 4.

A Marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes. SN do PCB. CEDEM/UNESP, Fundo IC. 495.29.96, rolo 5.

Ganhem as municipalidades para a democracia! (Aos comitês Regionais, Comitês Locais e Células do PCB) Circular editada pelo CR da Bahia, em 01/03/1937 e reeditada pelo SN do PCB em 01/04/1937. FHS, pasta 32. Apud. PRESTES, Anita. Da insurreição armada à União Nacional. 2001. p. 28

Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista diante dos candidatos à sucessão presidencial. 28/05/1937. Assinado pelo Bureau político do CC do PCB. Fundo Hermínio Saccheta (FHC), pasta 33. Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP. Apud. PRESTES, Anita. 2001, p. 26

União Nacional pela democracia e pela Paz! RJ, 28/03/1938, assinado pelo Bureau Político do PCB. Publicado em *A Classe Operária*, SP, nº 207, abril/1938.

O Momento político nacional e os fracassos do governo de Getúlio. *A Classe Operária*, n. 207, Abril de 1938.

Carta a Getúlio Vargas, Ilha Grande, 12/05/1938, (GV 38.05.13), apud. PRESTES, 2001, p.41

Resolução do Bureau Político ampliado do PCB, outubro de 1938. Processo 827, TSN. AN. Apud. PRESTES, 2001, p. 45

Telegrama de Luiz Carlos Prestes a La Razón (Montevideú), 21/08/1942, original manuscrito, in NA-IJ, cx. 1401 _ Pasta “Caso L. C. Prestes”. Apud. PRESTES, 2001, p.73

Comentário a um documento aliancista, aparecido nos últimos meses de 1943, Rio de Janeiro, 14/03/1944, in: Prestes (s/d:45) apud. PRESTES, 2001, p.79

PRESTES, Luiz Carlos. União Nacional Para a Democracia e o Progresso.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm> acesso: em 08/01/2020

PRESTES, Luiz Carlos. Organizar o Povo Para a Democracia. In: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947, pág: 95-119. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/15.htm> Acesso em: 10/01/2020

PRESTES, Luiz Carlos. Os comunistas na Luta pela democracia. In: Problemas atuais da democracia. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/luta/cap01.htm#i11>

Acesso em: 10/01/2020

O proletariado será um baluarte da ordem e da paz. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 4 e 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Ordeiramente conquistam os trabalhadores suas reivindicações. *O Momento*, Salvador, 30 de julho 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Fala Prestes: ao povo e ao proletariado não interessam golpes. *O Momento*, Salvador, 05 de novembro de 1945, p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

GRABOIS, Mauricio. Ordem e tranquilidade. *O Momento*, 07 de janeiro de 1946. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PRESTES, Luiz Carlos. O PCB na Luta Pela Paz e Pela Democracia. Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, apresentado na solenidade de instalação do Pleno Ampliado do Comitê Nacional em 4 de Janeiro de 1946.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/01/04.htm>

Acesso em: 19/02/2020

Resoluções do Pleno Ampliado do PCB. *O Momento*, 28 de janeiro de 1946. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

POMAR, Pedro. Informe sobre o trabalho de massas. *O Momento*, 11 de fevereiro de 1946. p.7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Decreto-Lei N° 8.740, de 19 de janeiro de 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del8740.htm Acesso em: 19/02/2020.

Decreto-Lei N° 9.070, de 15 de março de 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9070impressao.htm

Acesso em 21/02/2020

Problemas Econômicos dos Trabalhadores. O 2° Capítulo das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 31 de agosto de 1946. pp. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Fortalecimento das organizações sindicais. O 2° Capítulo das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 01 de setembro de 1946. pp. 3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Solução para os problemas nacionais. Conclusão das Resoluções do III Congresso Sindical. *O Momento*, 03 de setembro de 1946. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PRESTES, Luiz Carlos. Contra a Guerra e o Imperialismo. Anais da Assembleia Constituinte, vol. 5, 26-03-1946. Discurso pronunciado pelo Senador da República Luiz Carlos Prestes na Assembleia Constituinte, no dia 26 de Março de 1946. Neste discurso Prestes trata das

declarações que havia dado acerca do posicionamento do PCB em uma hipotética guerra contra a Rússia.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/03/26.htm>

Acesso em: 27/02/2020

Comissão Executiva do PCB. O Partido Comunista alerta a nação. *O Momento*, 10 de maio de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

CNTC História. Disponível em: <https://www.cntc.org.br/a-cntc/historia/>

Acesso em 10/03/2020

PCB - Comissão Executiva. É imperiosa a união de todos os patriotas para a defesa da Democracia e da Paz. *O Momento*, 6 de outubro de 1946. pp. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PRESTES. Luiz Carlos. Em Marcha Para um Grande Partido Comunista de Massa. Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de Dezembro de 1946. Publicado posteriormente em: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947. Pp. 475-515.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/12/08.htm>

Acesso em: 14/05/2020

MANGABEIRA, Otávio. O primeiro dever dos governos é ir ao encontro das necessidades do povo. Carta de Otávio Mangabeira à direção do PCB. 05 de janeiro de 1947. Publicada em: *O Momento*, 09 de janeiro de 1947. p. 1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Comissão Executiva do PCB. Foram derrotados os provocadores do anti-comunismo sistemático. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1947. Publicado em *O Momento*, 30 de janeiro de 1947. p.1,4.

PRESTES, Luiz Carlos. Contra a Guerra e o Imperialismo. Anais da Assembleia Constituinte, vol.5, 26-03-1946. Discurso pronunciado pelo Senador Luiz Carlos Prestes na Assembleia Constituinte, no dia 26 de Março de 1946.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/03/26.htm>

Acesso em: 27/02/2020

Verbetes: Partido Comunista Brasileiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

Acesso em: 19/03/2021

Comitê Nacional do PCB. Em defesa da Constituição e contra as ameaças de uma nova ditadura. *O Momento*, 05 de março de 1947. pp. 1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

DECRETO FEDERAL 23046. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23046-7-maio-1947-401927-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em: 24/03/2021

CTB: Manifesto da CTB aos trabalhadores. *O Momento*, 15 de maio de 1947. p. 3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Comitê Nacional do PCB. Renúncia de Dutra. Rio, 16 de maio de 1947. Publicado em *O Momento*, 18 de maio de 1947. pp. 1,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

SETOR TRABALHISTA: Informação. 12 de abril de 1948. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.21

PRESTES, Luiz Carlos. Participemos Ativamente das Eleições Municipais. *Problemas*, nº 2, setembro de 1947.

MARIGHELLA, Carlos. Nossa Política. *Problemas*, nº 3, outubro de 1947.

Permanecer dentro dos sindicatos para continuar na luta. *O Momento*, 27 de julho de 1947. p.3,5,6. BPEB, Setor: Periódicos raros.

SETOR TRABALHISTA: Informação. 12 de abril de 1948. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.21

SETOR TRABALHISTA: Informações. Atividades comunistas na Bahia. S.d.. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.29

POMAR, Uma viragem necessária. *O Momento*, 25 de janeiro de 1948. p.3,4. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PRESTES, Luiz Carlos. Comitê Nacional do PCB. Como enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista. *Problemas*, abril de 1948, n.8, p.18-42.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm>

Acesso em: 04/06/2021

PRESTES, Luís Carlos. Comitê Nacional do PCB. Prestes dirige-se a toda nação. 28 de janeiro de 1948. Publicado em *O Momento*, 01 de fevereiro de 1948. p.1.

MARIGHELLA, Carlos. Nossa Política. *Problemas*, nº 7, Fevereiro de 1948.

Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marighella/1948/02/politica_07.htm

Acesso em 04/06/2021.

PRESTES, Luiz Carlos. Contra as provocações do inimigo, a luta de massas organizada. *O Momento*, 11 de maio de 1948. p.1,5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

OLIVEIRA, Agostinho Dias de. Como lutar por melhores salários. *O Momento*, 08 de fevereiro de 1948. p.2,3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

DIAS, Giocondo. O Ministério do Trabalho é um instrumento do imperialismo. *O Momento*, 15 de fevereiro de 1948. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

AMAZONAS, João. Ninguém deve pagar o imposto sindical. *O Momento*, 02 de março de 1948. p.1. BPEB, Setor: Periódicos raros.

MORENA, Roberto. Não devemos pagar o imposto sindical. *O Momento*, 07 de março de 1948. p.3.;

Orientação sindical. *O Momento*, 19 de junho de 1948. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

SETOR TRABALHISTA: Informações: Comunismo na capital baiana. 12 de dezembro de 1949. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.23

Informações: Política. 17 de maio de 1949. APERJ, fundo DPS, C.E. da Bahia, D885, p.74. Assinado pelo informante JBA-19

GRABOIS. Maurício. Mobilizar Grandes Massas Para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura. In: *Revista Problemas*, nº 20, Agosto/Setembro de 1949. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1949/05/mobilizar.htm>
Acesso em 14/07/2021

As resoluções do IV Congresso dos trabalhadores bahianos. *O Momento*, 28 de fevereiro de 1950. p.5. ; 01 de março de 1950. p.5.; 02 de março de 1950. p.5.; BPEB, Setor: Periódicos raros.

Relatório da Comissão Executiva da CTB e balanço dos 4 anos de movimento sindical. *O Momento*, 27 de julho de 1950. p.4, 5.; Idem 28 de julho de 1950. p. 4, 5; Idem, 29 de julho de 1950. p. 5.; Idem, 01 de agosto de 1950. p. 5.; Idem, 02 de agosto de 1950. p. 5, 7. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PRESTES, Luiz Carlos. Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação. In: *Revista Problemas* nº 29 - Ago-Set de 1950.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>
Acesso em: 27/07/2021

PARTIDO COMUNISTA. Resoluções do Comitê Nacional do Partido Comunista. *O Momento*, 20 de março de 1951. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

CTB: Programa de luta da classe operária. *O Momento*, 05 de abril de 1951. p. 2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Resoluções do CN do PCB. (Pleno de junho) *O Momento*, 13 de julho de 1951. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Auto-crítica da atuação do PCB. *O Momento*, 11 de maio de 1951. p.3. BPEB, Setor: Periódicos raros.

A CTB Conclama os trabalhadores a ingressarem em massa nos sindicatos. *O Momento*, 13 de junho de 1951. p.3, 5. BPEB, Setor: Periódicos raros.

Indicações do V Congresso dos Trabalhadores Bahianos. *O Momento*, 28 de outubro de 1951. p.2. BPEB, Setor: Periódicos raros.

PCB. Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Ampliar a organização e unidade da classe operária. *O Momento*, 12 de agosto de 1952. p. 3, 4, BPEB, Setor: Periódicos raros. BPEB, Setor: Periódicos raros.

BRASIL, Ely. O Programa do Partido e a Atividade dos Comunistas na Luta pela Unidade e a Organização da Classe Operária. Intervenção no IV Congresso do PCB. Novembro de 1954. In: Revista Problemas, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm
Acesso em: 26/11/2021.